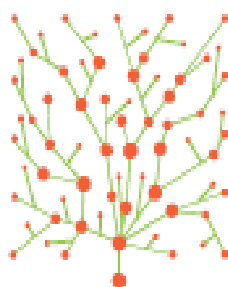




DESENVOLVIMENTO RURAL INTERDISCIPLINAR





DESENVOLVIMENTO RURAL
INTERDISCIPLINAR



ISSN 2595-9387

Vol. 3 - Nº1

Maio 2020 / Novembro 2020

Porto Alegre

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO
GRANDE DO SUL
Reitor: Carlos André Bulhões

FACULDADE DE CIÊNCIAS ECONÔMICAS
Diretor: Carlos Henrique Vasconcellos Horn

CENTRO INTERDISCIPLINAR EM SOCIEDADE,
AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO (CISADE)
Diretor: Marcelo Antônio Conterato

CENTRO DE ESTUDOS E PESQUISAS ECONÔMICAS
(IEPE)
Diretor: Alessandro Donadio Miebach

DEPARTAMENTO DE ECONOMIA E RELAÇÕES
INTERNACIONAIS (DERI)
Coordenador: Fabian Scholze Domingues

PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ECONOMIA
Coordenador: Marcelo de Carvalho Griebeler

PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM
DESENVOLVIMENTO RURAL
Coordenador: Leonardo Xavier da Silva

CONSELHO EDITORIAL
Carlos Mielitz Netto (FAO), Octavio Augusto Camargo
Conceição (UFRGS), Eric Sabourin (CIRAD - França),
Armando Lírio de Souza (UFPA), Steven M. Helfand
(University of California, EUA), Castilho Amilai
(Universidade Eduardo Mondlane, Moçambique), Norma
Kyota (IAPAR), Renato Jamil Maluf (CPDA/UFRRJ), Artur
Fernando Arede Correia Cristovão (Universidade de Trás-os-

Montes e Alto Douro, Portugal), Pedro Arbeletche
(Universidad de la Republica Uruguay, Uruguay), Karen
Becker Fritz (UPF), Marcus Vinicius Alves Finco (UFT).

COMISSÃO EDITORIAL
Alessandra Matte, Jalcione Almeida, Renata
Menasche, Sérgio Schneider, Tatiana Engel
Gerhardt, José Carlos dos Anjos, Leonardo
Xavier da Silva, João Armando Dessimon
Machado.

EDITORA
Daniela Dias Kühn

EDITORES ADJUNTOS
Ana Monteiro Costa (UFPE)
Paulo Dabdab Waquil

REVISÃO DE TEXTO
Marina Leivas Waquil

EDITORAÇÃO E CAPA:
Fábio Alt

LOGOMARCA:
Victor Girardi

Os materiais publicados na revista
Desenvolvimento Rural Interdisciplinar são de
exclusiva responsabilidade dos autores. É
permitida a reprodução total ou parcial dos
trabalhos desde que seja citada a fonte.
Trabalhos publicados devem ser submetidos
pelo site <https://seer.ufrgs.br/revpgdr>.

DADOS INTERNACIONAIS DE CATALOGAÇÃO NA PUBLICAÇÃO (CIP)

Desenvolvimento rural interdisciplinar / Universidade Federal do Rio Grande do Sul,
Faculdade de Ciências Econômicas, Programa de Pós-Graduação em
Desenvolvimento Rural (PGDR) – Vol. 3, n. 1 (mai. 2020 – nov. 2020) - . – Porto
Alegre : UFRGS/PGDR, 2020 -
Semestral.

ISSN: 2595-9387

1. Desenvolvimento rural. 2. Políticas públicas. 3. Segurança alimentar e nutricional.
4. Sistemas agroalimentares. 5. Sociedade e ambiente. I. Universidade Federal do Rio Grande
do Sul. Faculdade de Ciências Econômicas II. Programa de Pós-Graduação em
Desenvolvimento Rural (PGDR).

CDU 631.1.016

Responsável: Biblioteca Gládis Wiebelling do Amaral, Faculdade de Ciências Econômicas da UFRGS.



SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO

P. 8

Ambiente, Sociedade e Territorialidades em Contextos Rurais - Editorial

Monique Medeiros
Angela May Steward

P. 9 - 14

Dos bacurizais às roças: ocupação e uso dos espaços no Território do quilombo Bairro Alto, Salvaterra, Pará

Mayara Gonçalves Lima
Angela May Steward

P. 15 – 45

Quintais Agroflorestais Amazônicos: o protagonismo das mulheres quilombolas no Baixo Tocantins, PA

Odenira Corrêa Dias
Marcelo Rodrigues Lopes
Amália Aguiar
Monique Medeiros
Andréia Tecchio

P. 46 – 73

“Mãe da Pobreza, a Bocaina é dos Quilombos”: Notas etnográficas sobre Território, Cultura e Sistema Agroalimentar em contexto de expropriação no Quilombo da Bocaina, Mato Grosso

Renata Kelly Costa de Vilhena
Flávio Bezerra Barros

P. 74 – 110

Desafios das Organizações Sociais frente às transformações da pesca artesanal no baixo Tocantins, PA

Silvane de Freitas Marques
Francinei Bentes Tavares
Lúcia Daiane Copetti

P. 111 – 138

A influência da dendeicultura na Vila Comissário, em Concórdia do Pará, PA

Lucas de Jesus Costa
Afonso Welliton de Sousa Nascimento
Raquel de Jesus Costa
Leonira Barradas Silva

P. 139 – 162

Pedagogia da Alternância e de Resistência:

Experiências em Agroecologia na Escola Comunitária Casa Familiar Rural – Hernani Oliveira Franco (CFR- HOF) Médio Rio Moju/PA

Patrícia de Brito Tavares
Eliana Teles

P. 163 – 190

A certificação participativa de orgânicos como tecnologia social: estudo de caso da Cooperativa D'Irituia

Philippe Jean Louis Sablayrolles
William Santos De Assis

P. 191 – 217



FOTOGRAFIA DE CAPA



Autor: Flávio Bezerra Barros

Local: Comunidade quilombola da Bocaina, Porto Estrela/Mato Grosso.

Quilombola Seu Júlio, tecendo uma *apá*, utensílio doméstico usado para catar grãos, como milho, arroz e feijão.

Data do registro: Trabalho de campo realizado em abril-maio/2018.

Foto publicada originalmente: Barros, F.B. Cultivar, compartilhar e comer: fragmentos da cultura alimentar quilombola da Bocaina (Mato Grosso). *Ethnoscientia* 5, 2020. DOI: D.O.I.: 10.22276/ethnoscientia.v5i1.293



APRESENTAÇÃO

Esperamos que tod@ estejam bem dentro da realidade que estamos vivendo!

Essa edição da DRInter é especial! Foram trazidos elementos do Norte do país, que buscam apresentar e valorizar meios e modos de vida. São relatos interessantes sobre diversos temas e assuntos que estreitam e fortalecem os lações de cooperação entre os colegas do Sul e do Norte do país. Esse formato de dossiê tem sido utilizado em diversos momentos e este é o segundo número da DRinter nesse formato.

O Editorial do número é feito pelas organizadoras do número e apresenta o histórico da parceria bem como os elementos que são debatidos nos artigos reunidos para esse número. Os trabalhos enfatizam a diversidade e os desafios do modo de vida de comunidades quilombolas, extrativistas e de pescadores artesanais. Observam-se as transformações engendradas pela aproximação e organização de mercados que, ao mesmo tempo em que garantem a reprodução de modos de vida, transformam as formas de produzir e percepções de mundo. Fundamental também é pensar o papel das mulheres e das organizações sociais na busca de um processo de desenvolvimento rural caracterizado pela sustentabilidade, nos mais diversos sentidos que possamos dar a esse termo.

Em seguida, lançaremos o volume dos artigos de fluxo contínuo com uma seção especial de artigos sobre as consequências da pandemia no desenvolvimento rural!

Acompanhe, leia e compartilhe os trabalhos!

A DRInter deseja a todas e todos uma boa leitura!

Editores

<https://seer.ufrgs.br/revpgdr>

<https://www.facebook.com/DesenvolvimentoRuralInterdisciplinar/>

Endereço eletrônico: revistapgdr@ufrgs.br



AMBIENTE, SOCIEDADES E TERRITORIALIDADES EM CONTEXTOS RURAIS

EDITORIAL

Monique Medeiros

E-mail: mmedeiros@ufpa.br

Angela May Steward

E-mail: angelamay@ufpa.br

Organizadoras do dossiê

Professoras adjuntas no Instituto Amazônico de Agriculturas Familiares/
Programa de Pós-Graduação em Agriculturas Amazônicas,
Universidade Federal do Pará.

O presente número da Revista Desenvolvimento Rural Interdisciplinar compreende artigos desenvolvidos por autoras e autores vinculados, essencialmente, a dois Programas de Pós-Graduação da Universidade Federal do Pará (UFPA): o Programa de Pós-Graduação em Agriculturas Amazônicas (PPGAA) - abrigado no Instituto Amazônico de Agriculturas Familiares - e o Programa de Pós-Graduação em Cidades: Territórios e Identidades (PPGCITI) - sediado no Campus de Abaetetuba. Desde longa data, as

pesquisadoras e os pesquisadores desses Programas estabelecem relações salutaras com docentes e discentes do Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Rural (PGDR), da Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Essas relações, que possuem o objetivo central de estimular diálogos científicos Norte-Sul, são favorecidas pela congruência de reflexões desses programas acerca da diversidade dos grupos sociais que são incorporados à categoria agricultura familiar – agricultores assentados em áreas de

reforma agrária, quilombolas, agroextrativistas, pescadores, ribeirinhos, indígenas, entre outros povos tradicionais. Para além, as pesquisas dos referidos programas se intersectam no propósito de dar visibilidade às práticas de agricultoras e agricultores, sobretudo, direcionados por lógicas familiares e coletivas. Dessa forma, vêm ganhando corpo ao longo dos anos, pesquisas colaborativas em torno dos seguintes temas: relações ambiente-sociedade e territorialidades, ação coletiva e movimentos sociais no campo, cooperação, sociobiodiversidade e gênero.

A mais recente materialização dessa relação se deu em setembro de 2019, quando, durante uma semana, os pesquisadores do PGDR, Flávia Charão e Alberto Arce, estiveram em territórios paraenses, se conectando com as culturas locais, especialmente por meio da realização de pesquisas de campo, e participando de debates e palestras. Durante essa missão de trabalho, foram realizados dois seminários, um em Belém, coordenado pelo PPGAA, e um em Abaetetuba, organizado pelo PPGCITI, visando fortalecer e traçar possíveis caminhos novos para a colaboração. Essas vivências, atreladas a trocas e inspirações, resultaram na

configuração do presente dossiê, o qual abarca artigos que refletem esforços analíticos para evidenciar as dinâmicas de agricultores familiares situados em contextos rurais distintos, nos estados do Pará e Mato Grosso.

Vale destacar que, nas inserções que realizaram em campo, os pesquisadores puderam participar de iniciativas relacionadas a dois projetos coordenados por docentes da UFPA. Tais iniciativas foram realizadas, respectivamente, na comunidade quilombola Mangueiras, no município de Salvaterra, situada no arquipélago do Marajó, e na comunidade quilombola de Porto Alegre, localizada no município de Cametá. Não fortuitamente - ambas as comunidades serão mais bem apresentadas nesse acervo de artigos.

No que se refere especificamente à Mangueiras, essa comunidade ocupa um lugar importante na história regional, sendo compreendida como a comunidade “mãe” – ou como foco de dispersão quilombola no município. Vinculado a tal dispersão quilombola em Salvaterra, e tendo como foco o quilombo Bairro Alto, este dossiê apresenta como primeiro artigo: "Dos bacurizais às roças: ocupação e uso dos espaços no território do quilombo Bairro

Alto, Salvaterra, Pará”. O texto, elaborado por Mayara Gonçalves Lima e Angela May Steward, traça o processo de ocupação e o uso dos espaços do território da comunidade Bairro Alto, destacando mudanças em relação ao acesso dos quilombolas ao seu território diante da expropriação por fazendeiros e de agentes do Estado. Neste contexto, o artigo visa demonstrar como os quilombolas constroem territorialidades específicas ao grupo a partir das suas práticas agroextrativistas – com foco no manejo do bacuri.

Na sequência, o dossiê apresenta um trabalho justamente voltado à outra comunidade quilombola conhecida pelos pesquisadores do PGDR, a comunidade de Porto Alegre. Acerca dela, é preciso mencionar que teve seu processo de constituição iniciado ainda no século XVIII e, atualmente, consolida saberes e estratégias de resiliência por meio de práticas, sobretudo, voltadas a sistemas de coprodução com a natureza, como os quintais agroflorestais, espaços biodiversos que ganham destaque no artigo: “Mulheres quilombolas e quintais agroflorestais amazônicos: o protagonismo do trabalho feminino no Baixo Tocantins, PA”. Desenvolvido por Odenira Corrêa Dias, Marcelo Rodrigues Lopes, Amália Aguiar,

Monique Medeiros e Andreia Tecchio, o trabalho refuta a invisibilização do trabalho feminino no contexto rural e apresenta uma caracterização de quintais agroflorestais dessa comunidade do Território do Baixo Tocantins, destacando a relevância do trabalho feminino na condução desses espaços.

O terceiro artigo apresentado, também relacionado a comunidades quilombolas, revela trajetórias históricas de lutas frente contextos de expropriação territorial, entretanto tem como lócus de análise o estado do Mato Grosso. O texto “‘Mãe da pobreza, a bocaina é dos quilombolas’: notas etnográficas sobre território, cultura e sistema agroalimentar em contexto de expropriação no quilombo da Bocaina, Mato Grosso”, concebido por Renata Kelly Costa de Vilhena e Flávio Bezerra Barros, coloca em evidência aspectos históricos do processo de expropriação territorial, bem como a chegada dos quilombolas no lugar que hoje se configura o Quilombo da Bocaina, no município de Porto Estrela. Pautando-se em memórias daquelas e daqueles que dali fazem parte, os autores ressaltam transformações ocorridas e refletidas após o processo de perda do território na década de 1970 e salientam a resistência da comunidade na continuidade das

práticas que consolidam um sistema agroalimentar local.

De forma comum a esses artigos, os demais textos aqui apresentados retratam a diversidade da agricultura familiar amazônica, os múltiplos desafios e ameaças que os grupos enfrentam hoje e, ao mesmo tempo, as formas pelas quais eles se organizam para forjar soluções, persistir e resistir. A riqueza dos trabalhos deriva-se, especialmente, da percepção dos agricultores e agricultoras como protagonistas no processo de adaptação e transformação frente às mudanças causadas pela implementação de programas e projetos de desenvolvimentistas.

O quarto artigo - “Desafios das organizações sociais frente às transformações da pesca artesanal no Baixo Tocantins-PA” -, dos autores Silvana de Freitas Marques, Francinei Bentes Tavares e Lúcia Daiane Copetti, por sua vez, destaca os movimentos representativos dos pescadores do Território Paraense do Baixo Tocantins e sua organização em torno dos acordos de pesca, sobretudo frente aos impactos socioambientais decorrentes da construção da Usina Hidrelétrica de Tucuruí no Território.

Da mesma forma, e vinculados fortemente, o quinto e sexto artigos enfatizam as estratégias de resiliência e transformações vivenciadas por agricultores familiares diante da expansão da dendeicultura na região. O quinto, intitulado “A influência da dendeicultura na Vila Comissário em Concórdia do Pará-PA”, de autoria de Lucas de Jesus Costa, Afonso Welliton de Sousa Nascimento e Raquel de Jesus Costa, tem como objetivo analisar a influência da dendeicultura na Vila Comissário em Concórdia do Pará e apresentar as mudanças ocasionadas por esta atividade. O sexto, “Pedagogia da alternância e de resistência: experiências em agroecologia na escola comunitária casa familiar rural – Hernani de Oliveira Franco (CFR-HOF) - Médio Rio Moju-PA”, foi elaborado por Patrícia de Brito Tavares e Eliana Teles. E objetivou analisar como se dá a dinâmica socioeducacional e as experiências de formação na CFR- HOF, enquanto estratégias de resistência ao monocultivo do dendê (*Elaeis guineenses*).

Também, no intuito de valorizar sujeitos e processos muitas vezes não evidenciados pela sociedade geral e pelo Estado, o sétimo artigo - “A certificação participativa de orgânicos como tecnologia social: estudo de caso da

Cooperativa D'IRITUIA” -, construído por Philippe Jean Louis Sablayrolles e William Santos de Assis, apresenta a certificação participativa como tecnologia social através de revisão do papel das relações sociais na tecnologia e na inovação. Partindo de uma visão crítica sobre a legislação que regula a certificação de orgânicos, e compreendendo-a como não adequada às especificidades da agricultura familiar no Nordeste Paraense, os autores salientam a relevância da certificação como processo construído socialmente, relacionado diretamente à concepção de mercados diferenciados e mais acessíveis à agricultura familiar nesta região.

Esse conjunto de artigos aqui explicitado se volta à evidenciação da preponderância das agriculturas familiares na construção de formas mais territorializadas de desenvolvimento, de sua organização para superação de adversidades das mais distintas conformações, como a expropriação territorial, e, sobretudo, de sua resiliência e poder inovativo em face dos projetos desenvolvimentistas nos espaços rurais. Notabiliza-se que, em um cenário mundial no qual predominam as preocupações em torno do Novo Coronavírus (Covid-19), tal

preponderância ganha ainda mais indubitabilidade.

A incidência viral em nível global revelou as desigualdades e vulnerabilidades das sociedades atuais, e da mesma forma, evidenciou os limites de um modelo de desenvolvimento puramente economicista. O contexto atual demanda à sociedade traçar novas formas de ser e viver nos seus mais diversos territórios. Assim, questionamentos acerca de quais serão os novos rumos que deverão ser percorridos pela sociedade para o enfrentamento das crises atuais, e em cenários (Pós-)Pandemia, se fazem significativamente relevantes, tanto quanto a construção de estratégias que respondam a estes questionamentos.

O que podemos apreender a partir das vulnerabilidades reveladas? Quais são as estratégias desenvolvidas pelos mais distintos atores sociais do campo na superação desse contexto pandêmico? Como essas estratégias vem irradiando na transformação da paisagem rural brasileira? E, ainda, como podemos promover e/ou favorecer processos de autonomia e resiliência nos níveis das famílias, comunidades e os coletivos para o benefício da sociedade como um todo? Essas e outras dúvidas, que se

colocam mais fortemente na atualidade, podem encontrar estro nos modos de vida, práticas e lógicas, de grupos de agricultores familiares, que organizam sua produção e reprodução socioeconômica ao passo que garantem a manutenção dos meios biofísicos e culturais em que se situam. Por tais modos de vida, que podem ser tanto potencializadores de uma produção rentável socioeconomicamente quanto promotores do bem-estar e saúde coletivos, que sejamos inspiradas e inspirados na condução de um novo futuro. E que as leituras dos artigos que aqui se encontram sejam frutíferas na contribuição das aspirações desse renovado porvir. Esperançosas disso, lhes desejamos uma boa leitura!



DOS BACURIZAIS ÀS ROÇAS: OCUPAÇÃO E USO DOS ESPAÇOS NO TERRITÓRIO DO QUILOMBO BAIRRO ALTO, SALVATERRA, PARÁ

From bacuri forests to manioc fields: Occupation and use of the Bairro Alto quilombola territory, Salvaterra, Pará, Brazil

Mayara Gonçalves Lima¹
Angela May Steward²

RESUMO

O presente estudo visa registrar como os quilombolas da comunidade do Bairro Alto, Salvaterra, PA, Brasil, ocupam e utilizam o espaço do seu território. Tem foco específico nas práticas de manejo com destaque para o manejo do bacuri (*Platonia insignis*) no contexto de constantes conflitos territoriais e a intensificação do interesse comercial pelo bacuri nos últimos dez anos. O estudo tem uma abordagem antropológica baseada na etnografia, utilizando os seguintes métodos: observação participante, entrevistas estruturadas semiestruturadas e histórias orais. Dados secundários oriundos de pesquisas bibliográficas também foram incorporados. Os resultados demonstram que os quilombolas utilizam os diversos ambientes do território e dedicam-se a atividades de roça, criação animal, pesca, caça e extrativismo. As roças de mandioca e os quintais são importantes espaços produtivos que contribuem para o sustento das famílias. O manejo do açaí (*Euterpe oleracea* L.) e do bacuri destacam-se como as atividades extrativistas mais recorrentes na comunidade. A coleta do bacuri nas florestas intensificou-se nos últimos anos devido ao aumento da procura da fruta nos mercados regionais, nacionais e internacionais. Por sua vez, o aumento na demanda resultou em transformações importantes nos sistemas das práticas quilombolas. Essas correlações se materializam no fato de que para garantir a reprodução social do grupo, os quilombolas estão pleiteando o título definitivo das suas terras e organizando-se para o planejamento sustentável do seu território.

¹ Mestre em Agriculturas Familiares e Desenvolvimento Sustentável, Programa de Pós-Graduação em Agriculturas Amazônicas, Universidade Federal do Pará. <mayamafds@gmail.com>.

² Professora adjunta, Instituto Amazônico de Agriculturas Familiares/ Programa de Pós-Graduação em Agriculturas Amazônicas, Universidade Federal do Pará. <angelamay@ufpa.br>.

Palavras-chave: manejo dos recursos naturais; meios de vida; conflitos territoriais; Marajó, Amazônia.

ABSTRACT

This study seeks to document how quilombolas from the Bairro Alto community, Salvaterra, Pará state, Brazil occupy and use the space of their territory. It specifically documents management practices and their recent shifts, emphasizing the management of bacuri (*Platonia insignis*) within the context of a history of territorial struggles and increased market demand for bacuri. Research used an anthropological approach based in ethnography, employing semi-structured and structured interviews and oral histories. Secondary sources gathered through a literature review were also incorporated into the study. Research results demonstrate that *quilombolas* use diverse environments of their territory and engage in agricultural production, small animal husbandry, fishing, hunting and forest collection activities. Manioc fields and home gardens are important productive spaces that contribute to household consumption; the collection of açaí (*Euterpe oleracea* L.) and *bacuri* are the most common forest collection activities. The collection of *bacuri* fruits has intensified in recent years due to increased demand for the product marked in regional, national and international markets, sparking changes in collecting practices. To guarantee social reproduction in the quilombo, residents are focused on obtaining legal recognition of their traditionally occupied territory and constructing management plans for the sustainable use of their territory.

Keywords: natural resource management; livelihoods; territorial conflicts; Marajó; Amazonia.

1. INTRODUÇÃO

Estudos sobre as comunidades quilombolas no Brasil têm aumentado a partir do 1988, em parte, devido à promulgação da Constituição que concede aos descendentes das comunidades quilombolas direitos de propriedade sobre terras historicamente ocupadas (ARRUTI 1997; MELLO 2012). Temas comumente examinados incluem identidade étnica, territorialidade, memória social e o surgimento de movimentos políticos

relacionados a reivindicação aos direitos às terras tradicionalmente ocupadas (TEIXEIRA 2006; MELLO 2012).

Por outro lado, pesquisadores apontam para uma relativa ausência de trabalhos acadêmicos sobre interações sociedade-ambiente entre os grupos afro-descendentes na América Latina e chamam a atenção para a necessidade para estudos relacionados às práticas de manejo dos recursos naturais e saberes associados

(CARNEY e VOEKS, 2003). Tais estudos são cruciais para viabilizar os sistemas de conhecimentos destes grupos que foram cruciais à sua sobrevivência, diante situações de opressão e para o sucesso dos projetos coloniais (CARNEY, 2001; VOEKS e RASHORD, 2013).

Nesse sentido, com a atenção voltada ao contexto amazônico, dentre as questões importantes a serem investigadas nos quilombos destacam-se: como os grupos usam os ambientes dos seus territórios? Quais os sistemas de práticas de manejo que compõem economias familiares dos grupos e os saberes associados? E como os grupos organizam o trabalho com agroextrativismo nas comunidades?

Com o intuito de responder algumas dessas questões, este trabalho visa traçar o processo de ocupação e uso do território da comunidade quilombola Bairro Alto, município Salvaterra, Marajó, Pará. Como foco, o estudo procura trazer à luz as características centrais das economias familiares e descrever as práticas de manejo realizadas pelo grupo nos diversos ambientes do território, com destaque para o manejo do bacuri. A discussão é realizada no contexto das transformações recentes, incluindo conflitos territoriais e a

integração da comunidade nos mercados regionais e nacionais de produtos extrativistas, com destaque para o bacuri (*Platonia insignis*).

No estado do Pará há cerca de 523 remanescentes de quilombo e apenas 55 foram titulados pelo INCRA (COSTA; ALMEIDA; HAGE, 2017), mostrando a situação de vulnerabilidade que as comunidades vivenciam em relação às questões fundiárias. O quilombo do Bairro Alto, é uma das 15 comunidades quilombolas no município de Salvaterra e compõe 35% da população (RIVERA, 2017). Os quilombolas do Bairro Alto, atualmente lutam pela titulação definitiva das terras herdadas dos seus antepassados. Eles foram trazidos para trabalhar como mão de obra escrava em fazendas de gado no século XVII e reconhecem que na região, antes da colonização, havia várias etnias indígenas. As relações sociais entre os diversos grupos ao longo do tempo contribuíram para a diversidade cultural atual da região, influenciando nos sistemas de práticas de manejo nas áreas de florestais, de campo, de mangue, de rios e outros ecossistemas. Ao longo das gerações, a relação com a natureza

direcionou a organização e as economias familiares.

Os quilombolas combinam o trabalho na roça e extrativismo nas matas dos diversos produtos, incluindo açai (*Euterpe oleracea*), tucumã (*Astrocaryum aculeatum*) e andiroba (*Carapa guianensis*). O manejo do bacuri (*Platonia insignis*) é uma das atividades mais importantes à geração de renda das famílias. Portanto, de forma vinculada ao objetivo principal deste artigo, procuramos entender como as vendas da polpa e do fruto ajudam a compor a renda familiar, bem como revelar qual a relação com os outros trabalhos designados no decorrer do ano. Assim, o trabalho buscou, também, aumentar a visibilidade das práticas de manejo e os saberes associados para valorizar os sistemas de práticas deste grupo quilombola amazônica.

O estudo justifica-se pelo contexto do interesse comercial da polpa do fruto que intensificou a partir de meados da década de 1980, e disparou na região nos últimos 10 anos. Hoje, o bacuri está inserido em mercados regionais, nacionais e internacionais (HOMMA et al., 2010; EMBRAPA, 2016). Desta forma, é relevante registrar como o quilombo vem

desempenhando o trabalho nesse novo ciclo. Tendo em vista que a demanda pelo bacuri nos últimos anos tem aumentado, visou-se registrar como os quilombolas vão adaptando suas formas de trabalhar, práticas e técnicas para acomodar as demandas do mercado e contribui ainda para a manutenção das famílias.

Deste modo, o estudo contribui para a literatura que registra como os agricultores familiares e diversos povos e comunidades tradicionais respondem às exigências do mercado, adaptando suas formas de organização e suas práticas de manejo (GODOY et al., 2005; STEWARD 2013; VASCO et al., 2017). Contribui também para estudos sobre as lutas territoriais de comunidades quilombolas ameaçados por agentes do Estado e processos de expropriação de terra por latifundiários (LEITE, 2001; ARRUTI, 2013; MASSOLA, 2015; STEWARD e LIMA, 2017). Nestes casos, fazendeiros que expandiram o seu alcance na região nos últimos 40 anos. O estudo demonstra as práticas como formas de resistência, possibilitando a permanência do grupo no território, apesar das dificuldades enfrentadas.

Seguindo esta introdução, o artigo está organizado em três seções principais: metodologia, o desenvolvimento e as considerações finais. A metodologia, pauta-se pelo viés antropológico. O desenvolvimento, por sua vez, está separado em três tópicos principais: história de ocupação, conflitos territoriais e resistência; e formas de ganhar a vida no

quilombo Bairro Alto, que discorre sobre as práticas de manejo e suas transformações, com destaque para o bacuri. As considerações finais apontam para a necessidade de avançar no processo de titulação das terras quilombolas, visando o planejamento sustentável do território pelos critérios dos moradores.

2. O PERCURSO METODOLÓGICO

O quilombo Bairro Alto localiza-se no município de Salvaterra no maior arquipélago fluviomarinho do mundo (Figura 1). O Marajó³ é pertencente à microrregião do Arari do Pará— que é formada pela confluência de duas grandes bacias: a do rio Amazonas (nasce nos Andes) e a do Tocantins-Araguaia, terminando por desaguar no oceano Atlântico (BRASIL, 2007). Essas junções de águas formam as várias regiões de ilhas. Os ecossistemas marajoaras se destacam pelos cenários naturais únicos. Encontram-se diversos ecossistemas — campos inundáveis, igapó, savana e florestas de

várzea, que sustentam uma biodiversidade imensa (LISBOA, 2012).

A ida à sede do município de Salvaterra⁴, distante cerca de 80 km da capital do estado, geralmente se dá por via fluvial, por meio de portos da Região Metropolitana de Belém. O tempo de viagem depende do tipo de embarcação e do período das marés, e, geralmente, dura entre 2 horas e meia e 4 horas de percurso. O território, de 704 km², é considerado o maior município em extensão do Marajó (LISBOA, 2012). Para se chegar ao Bairro Alto, pode-se usar a via terrestre, por meio da PA 154 e da Vicinal Bacabal-Bairro

³ Marajó veio da língua Tupi, Mbarayó significa “anteparo do mar” (LISBOA, 2012, p. 19).

⁴ O nome Salvaterra foi herdado dos colonizadores europeus nome de vários lugares da região da Península Ibérica (LISBOA, 2012, p. 292).

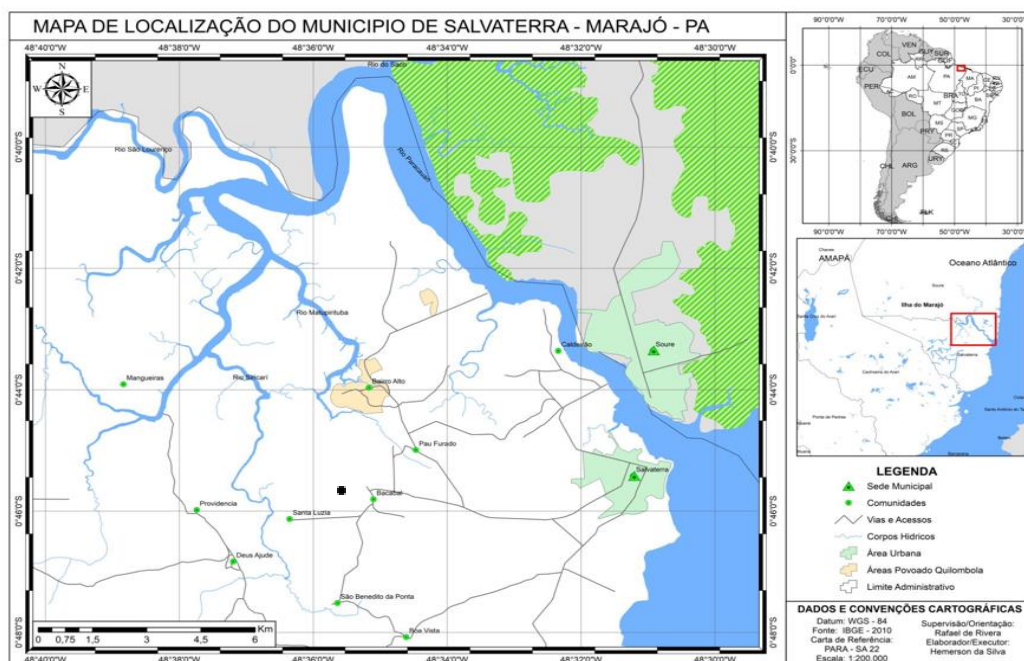
Alto, distante cerca de 12 km da cidade. Outro meio é pelo Rio Paracauari, situado no lado direito de Salvaterra, mas esse meio é usado majoritariamente pelos moradores da região.

A comunidade de Bairro Alto é composta por sete grandes sítios, nos ambientes onde ficam distribuídas as moradias. Outro nome atribuído aos espaços são as “passagens”, onde também estão distribuídas as casas. Os “lugarejos” atualmente são identificados pelos seguintes nomes: São Luiz, Santa Maria, Vila Galvão, Valentim, Marinquara, Bairro

Alto e Ilha Cocal. Atualmente, há 130 famílias e cerca de 350 pessoas morando na comunidade (MELO, 2017).

No caso de Bairro Alto, desde 2010, a comunidade possui o reconhecimento pela Fundação Cultural Palmares (MELO, 2017). Entretanto, a demora na efetivação dos processos reivindicados pela comunidade dificulta a efetivação do Relatório Técnico de Identificação e Delimitação - RTID, a primeira etapa no processo de titulação do território quilombola.

Figura 1 – Mapa de Localização de Bairro Alto, Salvaterra, Marajó, Pará, Brasil.



Fonte: Adaptado pelas autoras a partir de Rivera (2017).

Localização do município de Salvaterra, com destaque, em ponto preto, para a comunidade de Bairro Alto

A pesquisa que dá origem a esse texto foi iniciada em janeiro de 2017, com a realização de um campo exploratório de 10 dias na comunidade em questão. Durante a visita, ocorreram as primeiras observações diretas e entrevistas abertas, o que nos permitiu o desenho do estudo. Para alcançar os objetivos deste trabalho, mobilizou-se uma abordagem etnográfica, incluindo os seguintes procedimentos: observação participante, entrevistas semiestruturadas e reuniões gravadas com auxílio de caderno de campo (BECKER, 1994), totalizando 60 dias nos meses de: janeiro, fevereiro, março e julho de 2018 e janeiro e fevereiro de 2019.

As relações cotidianas da comunidade foram identificadas por meio de base etnográfica, incluindo a observação participante. Cabe destacar que as características etnográficas são conduzidas pelas análises dialógicas, nas quais as conclusões e as interpretações podem/devem ser discutidas pelos interlocutores à medida que são informados. Também adota o caráter holístico, que se configura em retratar de maneira mais completa a localidade estudada. Além disso, há a característica indutiva que investiga as descrições

densas para construir modelos gerais ou teorias explicativas. Angrosino (2009, p. 43) analisa a etnografia da forma descrita acima, mas também a compreende da seguinte forma:

A etnografia pode ser realizada onde quer que haja pessoas interagindo em cenários “naturalmente” coletivos. [...] a verdadeira etnografia depende da capacidade de um pesquisador observar e interagir com as pessoas enquanto elas essencialmente executam suas rotinas do dia a dia.

No que se refere às entrevistas, foram aplicadas 23 semiestruturadas. Esta técnica tinha como objetivo utilizar roteiros previamente elaborados e coletar dados gerais sobre as famílias e a economia das unidades familiares (MANZINI, 2004). Com ela, também visamos compreender o processo de organização das unidades familiares.

Questionários fechados (ANDRADE, 1995) direcionados a 17 chefes de famílias que trabalham com a venda das polpas de bacuri complementaram os instrumentais metodológicos. Por meio desses questionários registramos o processo de “ajuntar” o bacuri, a fim de saber a quantidade de polpas vendidas pelos quilombolas, assim como a identificação dos principais locais de coleta do produto, quantas pessoas vão para a mata

coletar, a quantidade diária de coleta do fruto, qual a média de faturamento durante a safra de 2018 das famílias entrevistadas, entre outras caracterizações.

Finalmente foram aplicadas 7 entrevistas de história oral junto aos interlocutores mais velhos. Tal instrumento teve como objetivo registrar a memória como fator dinâmico na interação entre passado e presente, contrariando a concepção estática do

documento escrito que permanece o mesmo através do tempo. Por isso, é mais fácil descrever do que a definir (HAGUETTE, 1992). No caso da história oral, a técnica pressupõe reconstituição histórica sobre algum tema específico. Registrou-se a partir das narrativas o processo de mudanças nas relações com a natureza e como a coleta mudou em relação às novas demandas do mercado.

3. HISTÓRIA DE OCUPAÇÃO, CONFLITOS TERRITORIAIS E RESISTÊNCIA

A formação dos quilombos em Salvaterra está relacionada à história regional. No Marajó, a chegada dos navios negreiros ocorreu por volta de 1682, depois da criação da Companhia de Comércio do Maranhão, órgão que, no período, organizava o mercado escravista. Os povos africanos vieram principalmente de Angola, mas, segundo registros de cartórios de Soure, também vieram do Congo, da Guiné, de Moçambique, entre outros lugares, para serem escravizados em fazendas de gado vacum e cavalar. Eles foram trazidos para as cidades de Salvaterra, Soure e Cachoeira do Arari e os descendentes

desses povos ocupam atualmente os quilombos, vilas e fazendas marajoaras (LISBOA, 2012).

Nos debates sobre auto-identificação étnica no caso do Marajó, faz-se necessário reconstituir a vida da região antes da chegada dos colonizadores. No passado, havia vários grupos indígenas que povoavam o Marajó, uma das heranças que ficou no presente foram os artefatos e as cerâmicas, as gravuras ainda estão em vários locais da cidade de Salvaterra e as práticas de manejo dos ecossistemas naturais, que estão conectadas com a cosmologia reproduzida, têm herança

desses povos ameríndios (MELO, 2017). Em seguida, a chegada dos africanos compôs a raiz étnica da região, constituindo-se essencialmente pela “mistura” entre os índios, os brancos europeus e os negros, processo que tornou o local único em todo mundo (LISBOA, 2012). Desse modo, o estudo étnico sobre as populações do Marajó vem sendo realizado por Pacheco (2012). Este autor destaca a composição identitária vinda do casamento entre, principalmente, índios e os negros, resultando em trocas transculturais importantes para a Amazônia – tal “mistura” entre os povos constrói o tecido histórico-social da região.

O autor em tela (PACHECO, 2012) chama atenção ainda para o patrimônio material e imaterial construído ao longo das gerações a partir da história afroindígena. Ele também questiona os discursos historicamente feitos sobre arquipélago, assinalam que por terem sido geograficamente isolados, “cercados por águas”, esses tipos de caracterização acabam invisibilizando as diversas comunidades tradicionais que ali se fixaram. A interação entre os povos gerou a pluralidade intercultural,

resultando em várias manifestações culturais valiosas para a Amazônia e conhecimentos tradicionais sobre os recursos naturais. O cientista salienta ainda a investigação e a valorização das especificidades da região, como pode-se verificar no trecho de sua obra a seguir:

Todos nós, de modo indistinto, estamos com um pé na aldeia e outro na senzala ou no quilombo. Ou melhor, se os quilombos e mocambos foram quase sempre afroindígenas, como é possível concluir a partir do denso levantamento documental realizado por Gomes, nossos corpos e mentes estão nesses espaços de liberdade, mesmo que vivamos em constante vigilância. [...] E ao mesmo tempo, chamar a atenção que muitos habitantes da região têm sua árvore genealógica erigida pelas matrizes africanas e indígenas, podendo assumir, entre suas muitas identidades (PACHECO, 2012, p. 4).

O processo de auto-identificação étnica do Bairro Alto vem sendo construído desde a década de 2000. Um marco importante para a comunidade foi o estudo de Acevedo Marin (2005). A pesquisadora levantou dados históricos e antropológicos de várias comunidades negras rurais do Pará, e um desses locais foi o quilombo aqui investigado. O laudo feito motivou, em meados de 2004, os moradores a procurarem por seus direitos constitucionais.

A importância do estudo reverbera até os dias de hoje, pois a pesquisadora descreve como ocorreu a trajetória de ocupação do quilombo. Por isso, o documento é utilizado para compreender os processos construídos a partir de relações de parentesco, histórias coletivas e individuais que dão o sentido de pertencimento aos grupos familiares e étnicos de Bairro Alto. Acevedo Marin (2005) ressalta a identidade religiosa do povoado sendo uma peculiaridade comum entre os sítios do local. Essa característica leva a antropóloga a identificar a territorialidade como “Terras de Santo”⁵. Para a autora, o tipo de nomeação é adotado como uma estratégia de ocupação e sucessão protagonizada pelos moradores.

No que diz respeito ao processo de territorialização e espacialização, o laudo sobre Bairro Alto define que o quilombo surge por intermédio da herança das terras deixadas pelos antigos “pretos velhos”⁶. Ao longo das gerações, os espaços foram ocupados configurando

cenários de múltiplos entrelaçamentos e dinâmicas sociais, como Acevedo Marin (2005) argumenta a seguir:

[...] o território formado por experiências coletivas de ocupação que se concretizaram em cada sítio e suas estradas e atalhos que facilitaram a comunicação interna e os caminhos para chegar as roças, as matas e aos igarapés mais distantes. Esse território representa uma construção coletiva, associando a uma terra herdada, as ocupações e aos modos de vida (ACEVEDO MARIN, 2005, p. 14).

Outro aspecto importante ressaltado pela pesquisa feita por Acevedo Marin (2005) foi a resistência dos afroindígenas em permanecer no quilombo, tendo em vista que, durante vários anos, perduraram conflitos entre os quilombolas e fazendeiros que se estabeleceram ao redor das comunidades. Ademais, desde 1980, a Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento – Embrapa – ocupa mais de 2 mil ha que cercam o quilombo (ACEVEDO MARIN, 2005) (Figura 2). Cumpre assinalar que antes de 1980 a gestão das áreas era administrada pelo

⁵ Segundo as narrativas investigadas por Almeida (2006), são terras doadas para santos vindos da igreja católica e as comunidades negras

receberam dos santos por serem devotas das entidades.

⁶ Termo local usado pelos quilombolas para referir aos antepassados.

Ministério da Agricultura. Segundo os mais velhos, esses territórios no passado foram ocupados pelos seus ascendentes. Eles explicam que antes da abertura das instituições do Estado, a necessidade de as crianças do quilombo estudarem levou

os pais a mudar para a parte central do povoado. Estas áreas passaram a ser utilizadas apenas para as atividades de roça e extrativismo. Hoje, os quilombolas reivindicam que a entidade devolva vários hectares de propriedades.

Figura 2 – Cercas da Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento que contornam o quilombo Bairro Alto, PA.



Fonte: Registros realizados pelas autoras durante o trabalho de campo (2018).

Segundo as narrativas dos quilombolas, nos 6 sítios que compõem a comunidade, cada um tinha uma figura-chave, um fundador, que ali se instalou com sua família e com o passar dos anos construíram as unidades familiares. O que tem de comum nos depoimentos registrados é o reconhecimento do parentesco com as pessoas que foram escravizadas no passado, principalmente aqueles que foram libertas após a abolição em 1888, como descreve Acevedo Marin (2005, p. 29): “Esses discursos sobre escravidão e a emergência de instituições de um núcleo camponês, centrado sobre a família e que teve controle da terra nos sítios Bom Jardim, Marinquara e próprio Bairro Alto foram destacados por constituir o eixo da narrativa sobre a etnogênese”.

Ao longo dos anos, moradores do Bairro Alto foram se estabelecendo nos sítios, principalmente a partir do trabalho com a natureza e seus recursos. Nos últimos 40 anos, os povoados se desenvolveram encurralados por fazendas de gado e pelas instalações da Embrapa (RIVERA, 2017). Mesmo com as dificuldades de manter o uso dos seus

territórios ao longo do tempo, construíram escolas, praças, campos de futebol, caixas d’água, centro comunitários (ACEVEDO MARIN, 2005), sendo tais construções provas concretas da ocupação dos quilombolas na localidade.

À medida que iam se organizando politicamente e questionando a expulsão de suas terras de herança, um argumento importante sobre os deslocamentos ocorridos ao longo das gerações foi a necessidade de muitas famílias saírem para outros povoados, pois havia pouquíssimas escolas no passado. Quando precisavam retornar às suas terras, já havia “novos donos”, por isso, a relação com os latifundiários e a instituição pública foi se acirrando (CARDOSO et al., 2010). As documentações exigidas para comprovar seus direitos sobre o território não são compatíveis com a burocracia exigida e, de acordo com Acevedo Marin (2005), os cartórios são peças centrais para distanciar as comunidades tradicionais a acessarem seus direitos. De fato, nas narrativas, há sempre a menção de que houve fraudes nos papéis

que legitimam algumas propriedades da região atualmente.

No caso da Embrapa, há vinte anos, havia projetos que beneficiavam e dialogavam com as necessidades das comunidades quilombolas (RIVERA, 2017). Um dos problemas apontados pela comunidade durante o trabalho de campo, é o fato de que eles não podem usar certas áreas para produzir suas roças e os búfalos e os bois, criados próximo ao quilombo, pois estes, muitas vezes, comem as plantações, principalmente de milho – situações que afetam o autoconsumo do povoado. Tais relações divergentes sobre controle do domínio territorial da região parecem estar dificultando a produção e a reprodução das unidades domésticas.

A proibição de entrar nas terras da Embrapa não é totalmente seguida pelos quilombolas que vão trabalhar nas áreas da instituição. Atualmente, podem entrar nas florestas por muito pressionarem a entidade. Por exemplo, no sítio do Valentim, localidade mais próxima das matas do Paraíso,

pertencente à área da instituição, os quilombolas, algumas vezes, precisam pedir autorização dos vigias para entrar em suas casas. As pessoas dessa localidade constituem um dos agrupamentos que mais sofrem com a intervenção das fazendas e da empresa de pesquisa, por terem perdidos seus quintais próximos às casas ao longo dos anos. Segundo Dona Maria⁷ – que nasceu no sítio Marinquara e depois se casou com “seu” Dica e foi morar no Valentim –, na década de 1970 só havia duas casas: a de seus sogros e a de sua família. Nos dias atuais, contudo, o agrupamento cresceu em número de moradores consideravelmente e há 14 residências construídas na localidade. Os quilombolas mencionam também que não há nenhuma possibilidade de saírem de lá, mas temem que a Embrapa os retire de suas propriedades.

As legislações territoriais que asseguram os direitos dos territórios étnicos do sítio Valentim e todos outros que compõem o quilombo Bairro Alto, dependem diretamente da Normativa nº

⁷ Os nomes dos interlocutores foram modificados para proteger suas identidades.

57 de 2009 (INCRA, 2009), a jurisdição responsável por identificar e delimitar as terras dos remanescentes de quilombo. A ação da lei garante que o processo de titulação definitiva e que os conflitos territoriais travados durante anos sejam finalmente solucionados. O INCRA, órgão responsável pela execução da lei, foi acionado várias vezes pela comunidade, mas ainda não tomou uma posição a respeito da caracterização espacial do quilombo marajoara. Assim, as lideranças reclamam da morosidade da instituição e temem que no futuro não tenham áreas com os recursos naturais para trabalhar.

Durante os anos, a concentração das terras ocasionou a desterritorialização de Bairro Alto, sendo as áreas de entorno do povoado

ocupadas atualmente por fazendeiros e pela Embrapa. Nesse sentido, o RTID compreende um importante documento de análise acerca da história de uso e de ocupação do território pelas comunidades quilombolas. Outros territórios quilombolas no Estado do Pará passam por várias dificuldades fundiárias, situação que está refletida no número reduzido de comunidades tituladas pelo INCRA, como já mencionado anteriormente. Por assim ser, as políticas públicas voltadas às comunidades negras rurais precisam ser efetivadas com qualidade, dado que a maioria trava processos judiciais desiguais de anos com grandes proprietários de terra, devido à facilitação de partidos e de políticos influentes em prol do latifúndio.

4. AS UNIDADES FAMILIARES E OS ESPAÇOS DE MANEJO

A organização do trabalho no quilombo Bairro Alto é fundamentada nas relações de parentesco. Homens e mulheres trabalham com o extrativismo, mas há práticas que geralmente são realizadas mais por um gênero do que o outro: a caça e a pesca, por exemplo, são trabalhos mais realizados pelos homens;

atividades de coleta do caroço de andiroba ou do tucumã, para extração de óleos medicinais, geralmente, são realizadas pelas mulheres. Mas cada família tem sua maneira de organização. É importante destacar que estes padrões não necessariamente ocorrem igualmente em todas as unidades

domésticas.

As residências são os locais onde ocorre o “ciclo da vida doméstica” das famílias. Tal estrutura de organização foi sendo construída ao longo das gerações. Por exemplo, o espaço domiciliar é um ponto de armazenamento das polpas de bacuri e é onde os processos ligados aos laços de parentesco e de casamento são decididos comumente (Figura 3). Esse modo de vida definiu a forma de manejar os recursos naturais, pois as unidades familiares se unem para trabalhar com a roça, a pesca, o manejo e a coleta de frutos e sementes, bem como em outras atividades (MCCALLUM; BUSTAMANTE, 2012).

Essas uniões entre as unidades familiares se renovam quando novas famílias vão se formando, ao se conectarem com as existentes

(MCCALLUM; BUSTAMANTE, 2012). As construções de suas casas são geralmente nos quintais dos pais ou de outro parente, geralmente se localizam atrás ou ao lado das casas mais antigas. Essas uniões geram a necessidade de novos terrenos, a construção de residências, a aberturas de novas roças e novas e maiores demandas de trabalho com o extrativismo, para garantir a manutenção das famílias.

Todo trabalho com a roça e extrativismo parte das residências: nelas que os materiais necessários para as atividades são guardados, assim como são os locais onde ficam armazenados os produtos manejados – por exemplo, os frutos do bacuri antes de serem vendidos ficam armazenados em sacas e as polpas nos freezers das geladeiras das unidades familiares.

Figura 3 – Fotografia mostrando o compartilhamento dos quintais e terreiros entre as famílias na comunidade Bairro Alto, PA.



Fonte: Acervo das autoras; imagens capturadas durante o trabalho de campo (2018).

Outro local importante para o “ciclo da vida doméstica” são os quintais que ficam ao redor ou atrás das casas. Os quintais ou “terreiros” são espaços produtivos importantes para a economia doméstica das famílias. Neles, são cultivadas plantas frutíferas, madeiras, plantas medicinais e ornamentais de uso familiar, além de ser o lugar de criação de animais. No Bairro Alto, a maioria das famílias cria

galinhas, patos, búfalos, cavalos, porcos e outros animais soltos.

Durante as entrevistas semiestruturadas, os interlocutores mencionaram 42 cultivos. Os principais cultivos em termos de maior número de ocorrência nas quintas estão registrados no Quadro 1. Dessa forma, os dados da pesquisa corroboram com estudos que argumentam que quintais nas áreas tropicais contribuem para a segurança alimentar e a manutenção de

agrobiodiversidade (CARNEIRO et al., 2013; KUMAR e NAIR, 2006).

Algumas famílias também possuem casas de farinha, locais onde é realizada a produção da farinha d'água – carboidrato fundamental para a manutenção das populações amazônicas

(Castro, 2006, p. 177). As famílias também mantêm barracas de palha onde são guardados ferramentas e utensílios de trabalho. Portanto, os quintais e os terreiros contribuem para a manutenção das famílias, provendo frutas, temperos, folhas, além de outros produtos.

Quadro 1: Principais cultivos mantidos nos quintais, Quilombo Bairro Alto, PA.

Nome local	Nome científico	Principal uso(s)	Número de ocorrências nos quintais no Bairro Alto, Pará (n = 23)
Pimenta	<i>Caspium sp.</i>	Comestível - tempero	15
Limão	<i>Citrus sp.</i>	Comestível - fruta	14
Banana	<i>Musa sp.</i>	Comestível - fruta	12
Goiaba	<i>Psidium guajava</i>	Comestível - fruta	11
Graviola	<i>Annona muricata</i>	Comestível - fruta	10
Manga	<i>Mangifera indica</i>	Comestível - fruta	10
Acerola	<i>Malpighia emarginata</i>	Comestível - fruta	9
Cupuaçu	<i>Theobroma grandiflorum</i>	Comestível - fruta	9
Açaí	<i>Euterpe oleracea</i>	Comestível - fruta	7
Coco	<i>Cocos nucifera</i>	Comestível - fruta/bebida	7
Ingá	<i>Inga sp.</i>	Comestível - fruta	7
Caju	<i>Anacardium occidentale</i>	Comestível - fruta	5
Bacaba	<i>Oenocarpus bacaba</i>	Comestível - fruta	4

Fonte: Elaborado pelas autoras a partir de dados do trabalho de campo (2018).

5. FORMAS DE GANHAR A VIDA NO QUILOMBO BAIRRO ALTO: UM OLHAR PARA AS PRÁTICAS DE MANEJO

Os quilombolas de Bairro Alto praticam mais de 10 atividades produtivas utilizando os espaços das

florestas, capoeiras, campos (savanas), lagos e rios. As atividades realizadas são influenciadas pela sazonalidade

(intensidade das chuvas) e por esse motivo, durante o ano, são diversas as atividades feitas por eles voltadas ao manejo e produção de alimentos, seja para o autoconsumo, seja para a venda do excedente.

O calendário produtivo na (Quadro 2) demonstra a diversidade de

práticas realizadas simultaneamente pelos quilombolas durante ao longo do ano, sendo ele construído a partir de informações prestadas por interlocutores-chave dos 7 sítios, quais sejam: São Luiz; Santa Maria; Vila Galvão; Valentim; Marinquara; Bairro Alto e; Ilha Cocal.

Quadro 2 – Calendário das atividades produtivas realizadas na comunidade quilombola, Bairro Alto, PA.

Atividades	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez
Colheita do bacuri												
Colheita de abacaxi												
Colheita de mandioca												
Pesca												
Fabricação do óleo do bicho												
Fabricação do óleo de coco												
Produção de carvão												
Caça												
Extração do açaí												

Fonte: Elaborado pelas autoras a partir de dados do trabalho de campo (2018).

As diversas atividades produtivas são estratégias fundamentais para a manutenção das famílias no local de estudo. Castro (2006, p. 181) explica “[...] a importância de cada atividade no

repertório econômico varia amplamente, criando um padrão heterogêneo dentro e entre comunidades [...]”. Diante disso, a maior parte dos grupos possui a sua economia voltada para o sustento das

unidades familiares, ou seja, o que as famílias produzem se divide em: uma parte direcionada para as vendas e outra para o autoconsumo. Desse modo, há várias frentes de subsistência, essa parte comercializada, por exemplo, traz dinheiro para o abastecimento da casa, garantindo a compra de outros alimentos, de vestimentas, de medicação e de algum conforto para as unidades domésticas. Vale destacar que a caça e pesca são voltados apenas para autoconsumo, podendo ser doados para outros, mas não são comercializados.

Os quilombolas tradicionalmente mantêm roças em terrenos adquiridos pela herança e, como já mencionado, ajuda na manutenção das famílias, além de permitir trocas de produtos entre familiares e vizinhos. Em campo, foi observado que algumas famílias vendem quantidades pequenas de farinha esporadicamente. As famílias não conseguem comercializar mais do que isso por falta de área para o cultivo. A falta de áreas para roça é explicada pela situação territorial descrita acima, uma vez que parte da área original do grupo é atualmente ocupada por fazendeiros ou está sob controle da Embrapa

(RIVEIRA, 2017). Alguns moradores, que não têm terras para produzir, trabalham em áreas de “empréstimo”, cedidas por donos dos sítios e das fazendas e precisam dar parte da produção de farinha para eles. Nas entrevistas semiestruturadas, duas famílias declararam que não estão trabalhando com roça por não possuírem área.

A mandioca e a macaxeira, ambas da espécie *Manihot esculenta*, são os cultivos principais no Bairro Alto, porém em algumas unidades familiares estão sendo cultivados também o maxixe (*Cucumis anguria*), o milho (*Zea mays*), o gergelim (*Sesamum indicum*), o jerimum (*Cucurbita*) e outras culturas.

Os trabalhos com o bacuri e o açai foram identificados em todos os sítios. A queima de madeira para ser transformada em carvão também é uma importante fonte de renda para a venda externa, sendo apenas no sítio da Vila Galvão que as famílias não trabalham com carvão (Figura 4). Em 12 famílias entrevistadas, os homens saíam para caçar, sendo uma atividade que ocorre durante o ano todo. No entanto, no período da chuva, os homens levam

cachorros para auxiliarem na mata quando saiam para caçar. Os caçadores buscam geralmente por pacas, tatus,

veados, cotias, capivaras, jacarés, porcos do mato, além de outros animais.

Figura 4 – Forno usado na fabricação de carvão pelas famílias quilombolas, Bairro Alto, PA.



Fonte: Registros realizados pela autora durante o trabalho de campo (2018).

Os interlocutores também narraram que a “carne do bicho” é muito apreciada, sendo uma importante fonte de alimentação para complementar os momentos em que as famílias não possuem dinheiro para comprar outras proteínas. No mais, a própria cultura do povoado valoriza o consumo desse tipo de extrativismo.

Como anteriormente apontado, o manejo do bacuri é uma das principais atividades extrativistas na comunidade. A coleta do bacuri inicia antes do período da safra, ocorre quando os

quilombolas limpam os caminhos das matas e retiram algumas espécies, de acordo com a necessidade do local. Nessas trilhas dentro da mata, são encontradas também as áreas de roças e a prática de trabalhos com o extrativismo, configurando-se como lugares que durante o ano os quilombolas estão constantemente manejando.

Identificamos 15 locais onde ocorrem a coleta do bacuri. Os moradores dos sítios Santa Maria, Vila Galvão, Bairro Alto, São Luiz, Valentim

e Marinquara geralmente vão para a Matinha, a Mata Grande, o Baixão, a Mata do André, o Bacurizeiro da Desgraça, a Capoeira, o Centro da mata, o Campo de Viação, o Fundo do saco, o Livramento. Na Ilha Cocal, por ser a parte de várzea do quilombo, eles não podem se deslocar diariamente, por esse motivo os residentes coletam o bacuri nas seguintes matas: Urubuzinho; Saúbinha; Malato e; Caimbé.

O trabalho com bacuri exige intenso desempenho físico, pois os quilombolas saem geralmente em grupos por volta das 6 horas da manhã. Os quilombolas vão mesmo com as

tempestades típicas do período chuvoso e as dificuldades que elas implicam. Em 2018, acompanhamos o trabalho nos bacurizais com a família de Dona Raimunda durante o período em que as chuvas eram fortes e a mata alagava até próximo aos joelhos. Havia muitos mosquitos e a chuva constante causava desconforto com a roupa molhada. Em 2019, as famílias continuavam com os métodos de práticas imersas em acampamentos dentro das matas. Figura 5 a seguir mostra a barraca da família acompanhada. A prática de montar barracas de apoio nas matas durante a coleta é comum entre os quilombolas.

Figura 5 – Barraca de uma família PA montada nas florestas durante a colheita do bacuri, quilombo Bairro Alto, PA.



Fonte: Registro realizado pelas autoras durante o trabalho de campo (2019).

Segundo os dados analisados das entrevistas, a safra começa em janeiro e termina em março. Apenas na Ilha Cocal, que é a localidade mais afastada, foi mantida a mesma forma de trabalho como no passado, não mudou o período da safra com o passar dos anos. Essa mudança no trabalho com a fruta se deu a partir de meados da década de 1980, devido ao aumento da procura pelos mercados regionais, nacionais e internacionais, como mencionado antes. Nos últimos dez anos, a busca pela polpa disparou na região e a iguaria é considerada uma das polpas de fruta mais caras das feiras e dos supermercados do estado (EMBRAPA, 2016).

Ao analisarmos as 17 entrevistas feitas sobre a produção do bacuri, constatamos que, em um bom dia de coleta, eles conseguem “ajuntar” (termo para a coleta do bacuri) de 50 a 100 frutos, o que equivale a mais de 1 kg de polpa. Vale mencionar que essa quantidade sofre variações dependendo do tamanho do fruto. No começo da safra, os quilombolas vendem a iguaria por R\$ 20,00/kg e, no pico da produção, de fevereiro a março, o valor fica em R\$

15,00/kg. A coleta do bacuri é citada pelas famílias como uma importante renda para a economia doméstica no início do ano.

Uma família, por safra, maneja em média 157 kg de polpa. As 17 famílias entrevistadas, juntas, produziram cerca de 2670 toneladas em 2018. Ao se calcular o quanto uma família fatura com as vendas, o resultado apontou aproximadamente R\$ 3.140,00, por safra. Esse valor equivaleria um pouco mais de um salário mínimo por mês durante a safra.

As formas de coleta do bacuri vem mudando durante os últimos 20 anos. O aumento da procura comercial pela polpa junto com as disputas territoriais – que restringem as possibilidades de comercializar os produtos da roça e os poucos investimentos estatais nas potencialidades produtivas da comunidade – têm motivado a realização de práticas consideradas por alguns quilombolas como “degradantes”. Alguns interlocutores explicam que, para se “ajuntar” o maior número de frutos em pouco tempo, não estão esperando o fruto cair naturalmente,

contrariando o próprio significado da palavra bacuri, que possui origem na língua tupi e que significa “ba” – **cair** e “curi” – o que cai **logo que amadurece** (MENEZES, 2010). Dessa maneira, segundo relatos dos mais velhos do quilombo Bairro Alto, há 60 anos “[...] caía tanto frutos que se estragavam debaixo das árvores”. Nesse período havia pouco interesse comercial pela fruta, assim, no passado, a bacuri era mais usada para o autoconsumo, se for comparado aos dias atuais, e, por esse motivo, as frutas mais abundantes.

Na década de 1960, nos arredores da comunidade, ficava localizado o Ministério da Agricultura⁸. As pessoas que trabalhavam no Ministério lembram com saudosismo o tempo que muitas pessoas do povoado trabalhavam de carteira assinada, podiam ter roças, “ajuntar “o bacuri sem restrição. Embora houvesse algumas regras no uso da terra, eles podiam levar os frutos para as suas casas para consumirem. Quem vendia o bacuri era a instituição, a qual realizava o escoamento para as feiras e os

supermercados. Segundo relatos ouvidos durante as entrevistas de histórias orais, nesse período, a coleta iniciava no final de dezembro, podendo ter produção até início de maio. Os interlocutores também narraram que, antes da ascensão das vendas, as matas dos bacurizais eram mais fechadas.

As famílias investiram em estratégias para facilitar a caminhada por entre as árvores. Desse modo, hodiernamente, as coletas são realizadas a partir de práticas diversificadas e possuem importante potencial de inovação, devido ao saber tradicional “[...] ser capaz de *perceber* e *antecipar* descobertas da ciência moderna [...]” (CUNHA, 2009, p. 79).

Com o passar do tempo, as técnicas e as estratégias para “ajuntar” a fruta foram sendo modificadas para que a coleta fosse executada cada vez mais rápido. Devido a isso, algumas pessoas começaram, há cerca de 20 anos, a prática chamada de “trevoada” – que consiste em subir até a copa das árvores, que alcançam geralmente cerca de 35

⁸ Atualmente no espaço funciona a Embrapa.

metros de altura e 2 de diâmetro (MENEZES, 2010), e balançarem para fazer os frutos caírem antes do tempo correto.

Ao longo das últimas décadas, o trabalho foi se adaptando na coleta dos bacurizais e na criação de técnicas corporais para a coleta e para o armazenamento dos frutos no meio da mata. A maneira de subir nas árvores para ocorrer a “trevoada” passou a integrar os repertórios de conhecimento (TOLEDO; BARRERA-BASSOLS, 2010) das famílias quilombolas em relação ao uso dos recursos naturais. Portanto, são novos saberes e novas formas de adaptação, criadas pelos sujeitos para coletar mais frutos ao longo do dia. Para efeito de exemplificação, evidenciamos que no período da safra a chuva é intensa na região e, mesmo com

as enxurradas, os quilombolas criaram formas de ir à mata trabalhar.

Nos bacurizais, a prática da “trevoada” é bem comum entre alguns quilombolas, a maioria homens adultos e adolescentes (mas, registro que vimos uma moça de 14 anos apta para a atividade no Bairro Alto). Os praticantes sobem nas árvores com “peconhas” nas mãos ou nos pés e, quando chegam ao topo das árvores, sacodem os galhos, dos quais caem os frutos (Figura 6). Entretanto, segundo relatos dos moradores, essa forma de coleta prejudica a produção – apenas uma pessoa disse que não tem problema ambiental com a prática dos entrevistados. Alguns interlocutores narraram que a árvore do bacuri fica “triste” ou “magoada,” justificando o motivo pelo qual ela na próxima safra diminui a produção ou fica infértil.

Figura 6 – Quilombola subindo na árvore de bacuri no quilombo Bairro Alto, PA.



Fonte: Registro realizado pelas autoras durante o trabalho de campo (2018).

Outra explicação para a “trevoada” foi analisada na tese de Menezes (2010), na qual identificou-se a prática em outros lugares que ocorre a coleta do bacuri. A diferença é que as outras localidades não nomeavam a forma de coleta da mesma forma que os quilombolas de Bairro Alto, mas a executam da mesma maneira. O pesquisador analisou que os bacuris que nasceriam a partir das flores polinizadas são prejudicados pelo movimento aplicado nos galhos, havendo a queda

precoce das pétalas das flores. Com efeito, na safra seguinte, não poderão frutificar. Ademais, as frutas verdes que caem no chão não possuem utilidade nenhuma, porque a polpa fica grudada na casca e não serve para as vendas ou para autoconsumo, ocorrendo o desperdício desses frutos.

Outro fator importante para se destacar em relação ao sustento das famílias são os benefícios fornecidos pelo governo. Segundo os dados coletados, das 23 famílias entrevistadas,

somente uma não recebe benefícios. Identificou-se que 18 unidades domésticas recebiam bolsa família e 8 moradores recebem seguro defeso⁹, sendo que 5 delas eram beneficiárias dos dois auxílios e 1 recebia bolsa família e aposentadoria (previdência social rural). A importância da bolsa família para as famílias ribeirinhas amazônicas é analisada por Peralta e Lima (2013, p. 12) na citação abaixo:

O Programa Bolsa Família é uma “intervenção de emergência por um período determinado para apoiar a sobrevivência das famílias pobres e extremamente pobres até que elas pudessem garantir seu próprio sustento” (IPEA 2010). Para receber bolsa família as famílias devem cumprir com algumas condicionalidades relacionadas à frequência escolar e aos cuidados com a saúde de seus membros.

Os benefícios concedidos por intermédio das bolsas do Estado são fundamentais para a economia das casas, visto que contribuem diretamente no orçamento doméstico. No entanto, como mencionado, as práticas de trabalho realizadas pelas unidades domésticas

seguem ciclos produtivos e a diversificação é fundamental para garantir o autoconsumo das famílias, as quais possuem autonomia de não dependerem apenas do dinheiro. Por isso, os marcadores sobre pobreza precisam ser reavaliados no contexto de comunidades tradicionais e quilombolas.

Os principais gastos das famílias que necessitam de dinheiro são: energia elétrica; combustível; rancho (que são alimentos comprados por exemplo, café, açúcar, óleo de cozinha, produtos de higiene); remédios; lazer; entre outros. Além disso, estão investindo em bens duráveis como: freezer, motores para embarcações, fogão a gás, apetrechos de pesca, entre outros. Dessa forma, as vendas do excedente ajudam a pagar as dívidas decorrentes dessas aquisições, principalmente se a família tiver muitos membros. Logo, o apoio das bolsas do Estado contribui para a manutenção das unidades domésticas e para a melhoria da qualidade de vida.

⁹ Seguro defeso é um pagamento feito ao pescador artesanal, que fica proibido de pescar

durante o período de defeso de alguma espécie. O pescador cadastrado recebe um salário mínimo de até 05 meses (BRASIL, 2020).

6. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este artigo visou descrever as práticas de manejo relacionados ao trabalho das roças e o extrativismo com extrativismo com destaque para o manejo do bacuri e as transformações relacionadas às práticas. Os dados mostram que os quilombolas combinam as atividades para garantir o sustento das suas famílias. A discussão foi feita a partir de uma contextualização da história de ocupação do território e perante a luta contínua do grupo para garantir a titulação do seu território ancestral.

Como se aponta no artigo, a economia familiar de Bairro Alto envolve trocas amparadas em relações de parentesco e de vizinhança. Nesse cenário, o extrativismo do bacuri não é diferente, visto que as unidades domésticas se juntam para trabalharem com a venda dos produtos e, dessa forma, a comunidade e as famílias vão se adaptando às demandas dos mercados.

A relação com o mercado não mudou as características tradicionais do grupo, o qual por várias gerações se dedicou em trabalhar com a diversificação de práticas produtivas

(roça, manejo dos quintais, pesca, criação de animais, produção de carvão, extrativismo de produtos florestais, etc.). Todas as atividades praticadas diariamente envolvem saberes locais, que influenciam nas práticas de manejo das atividades extrativistas. Essas atividades conformam a economia da comunidade, que é baseada na relação autoconsumo-venda do excedente. É importante destacar a contribuição das bolsas de assistência social, tendo em vista que ajudam na manutenção das casas e na aquisição de bens e serviços, como observado por outros pesquisadores no contexto amazônico (LIMA e PERALTA, 2016).

A coleta do bacuri é um excelente exemplo de trabalho usado para o autoconsumo e para venda, pois todas as famílias do Bairro Alto se beneficiam do produto durante a safra, seja para comer *in natura*, seja para transformá-la em sucos, doces, etc. Aqueles que se dedicam ao trabalho conseguem com a venda das polpas complementar a renda das unidades domésticas, o produto tem grande apelo comercial no período da

safra, que compreende os meses iniciais do ano.

Os conflitos territoriais – sobreposição das instalações da Embrapa e a expansão das fazendas de gado resultaram em uma escassez de terras disponíveis para estabelecer roças, e conseqüentemente a produção de um excedente de farinha para vender. Isso por sua vez, tem impulsionado os quilombolas a se envolverem com outras atividades, incluindo a coleta de bacuri. A intensificação da coleta ilustrada pela prática da “trevoada”, junto com a extração de madeira para sua comercialização, realizada pontualmente na comunidade, são vistos pelos moradores como ameaças à continuidade

do manejo do bacuri. Por este motivo, os quilombolas ressaltam a importância de um planejamento coletivo do território, para que as atuais e as próximas gerações possam continuar se beneficiando do consumo e da comercialização do fruto.

Atualmente, os quilombolas continuam reivindicando seus direitos à titulação do seu território. A comunidade também está se organizando para discutir o plano de extrativismo sustentável e a mitigação do impacto antrópico provocado nos ecossistemas ao longo dos anos. O intuito do plano é assegurar que as próximas gerações possam usufruir dos recursos naturais e, no presente, possam continuar trabalhando com os produtos locais.

7. REFERÊNCIAS

ACEVEDO MARIN, R. E. **Terras de herança de barro alto**: entre a fazenda da EMBRAPA e a fazenda do americano - Salvaterra/PA. Belém: SEJU/UNAMAZ/NAEA, 2005.

ALMEIDA, A. W. B. **Os quilombolas e a base de lançamento de foguetes de Alcântara**: laudo antropológico. Brasília: IBAMA, 2006.

ANDRADE, M. M. **Introdução à metodologia do trabalho científico**. São Paulo: Atlas, 1995.

ANGROSINO, M. **Etnografia e observação participante**. Porto Alegre: Artmed, 2009.

ARRUTI, José Maurício Andion. A emergência dos “remanescentes”: notas para o diálogo entre indígenas e quilombolas. **Mana**, v. 3, n. 2, p. 7–38, 1997.

ARRUTI, José Maurício. Dossiê: Políticas de reconhecimento e sobreposições territoriais. **RURIS - Revista do Centro de Estudos Rurais** - Unicamp, v. 7, n. 2, 2013.

BECKER, H. S. Observação social e estudos de caso sociais. *In: BECKER, H. S. Métodos de pesquisa em ciências sociais*. São Paulo: Hucitec, 1994. p. 117-134.

BRASIL. **Plano de Desenvolvimento Territorial Sustentável do Arquipélago do Marajó**. Soure: [S. a.], 2007.

BRASIL, 2019, Seguro defeso - Pescador artesanal. Disponível em: <https://www.gov.br/pt-br/servicos/solicitar-seguro-desemprego-do-pescador-artesanal>. Acesso em: 22 nov. 2020.

CARDOSO, Luís Fernando; SCHMITZ, Heribert; DA MOTA, Dalva Maria. Direitos entrelaçados: Práticas jurídicas e território quilombola na Ilha do Marajó-PA. **Campos-Revista de Antropologia**, v. 11, n. 1, 2010.

CARNEIRO, M. G. R. et al. Quintais produtivos: contribuição à segurança alimentar e ao desenvolvimento sustentável local na perspectiva da agricultura familiar (o caso do assentamento Alegre, município de Quixeramobim/CE). **Revista Brasileira de Agroecologia**. Pelotas, v. 8, n. 2, p. 135-147, 2013.

CARNEY, J. A.; VOEKS, R. A. Landscape legacies of the African diaspora in Brazil. **Progress in Human Geography**. v. 2, n. 2. p. 139-152, 2003.

CASTRO, F. Economia familiar cabocla na várzea do médio-baixo Amazonas. *In: ADAMS, C.; MURRIETA, R. S. S.; NEVES, W. A. (org.). Sociedades caboclas amazônicas: modernidade e*

invisibilidade. São Paulo: Annablume Editora, 2006, p. 173-194.

COSTA, I. S.; ALMEIDA, K. M. S.; HAGE, A. M. Território quilombola e os desafios acerca do processo de titulação. *In: FORUM INTERNACIONAL DE PEDAGOGIA*, 9. 2017, Abaetetuba. **Anais [...]** Belém: Geperuaz, 2017.

CUNHA, M. C. “Relações e dissensões entre saberes tradicionais e saber científico”. *In: CUNHA, M. C. Cultura com aspas e outros ensaios*. São Paulo: Cosac Naify, 2009, p. 301-310.

EMBRAPA. Amazônia é berço de frutas nativas de alto potencial comercial. **Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária**, Brasília, 2016. Disponível em: <https://www.embrapa.br/xxi-ciencia-para-a-vida/busca-de-noticias/-/noticia/14818376/amazonia-e-berco-de-frutas-nativas-de-alto-potencial-comercial>. Acesso em: 09 de janeiro de 2018.

GODOY, Ricardo; REYES-GARCÍA, Victoria; BYRON, Elizabeth; *et al.* The effect of market economies on the well-being of indigenous peoples and on their use of renewable natural resources. **Annu. Rev. Anthropol.**, v. 34, p. 121–138, 2005.

HOMMA, A.; CARVALHO, J. E. U.; MENEZES, A. J. E. A. Bacuri: a fruta amazônica em ascensão. **Ciência Hoje**, Rio de Janeiro, v. 46, n. 271, p. 40-45, 2010.

HAGUETTE, T. M. F. **Metodologias qualitativas na sociologia**. Petrópolis: Vozes, 1992.

INSTITUTO NACIONAL DE COLONIZAÇÃO E REFORMA AGRÁRIA. **Instrução Normativa n. 57 de 20 de outubro de 2009.** Estabelecer procedimentos do processo administrativo para identificação, reconhecimento, delimitação, demarcação, desintrusão, titulação, e registro de terras ocupadas pelos remanescentes de comunidades dos quilombos. Brasília: INCRA, 2009.

KUMAR, B. M.; NAIR, P. K. R. Introduction. In: KUMAR, B. M.; NAIR, P. K. R. (Orgs.). **Tropical Homegardens.** [s.l.]: Springer Netherlands, 2006, p. 1–10. (Advances in Agroforestry, 3). Disponível em: <http://link.springer.com/chapter/10.1007/978-1-4020-4948-4_1>.

LIMA, D. M.; PERALTA, N. Programas de transferência de renda em duas unidades de conservação na Amazônia brasileira. **Novos Cadernos NAEA**, v. 19, n. 2, p. 43-67, 2016.

LEITE, I. B. Os quilombos no Brasil: questões conceituais e normativas. **Etnográfica**, Lisboa, v. 4, n. 2, p. 333-354, 2001.

LISBOA, P. L. B. **A terra dos Aruã:** uma história ecológica do arquipélago. Belém: Museu Paraense Emílio Goeldi, 2012.

MANZINI, E. J. Entrevista semi-estruturada: análise de objetivos e de roteiros. In: SEMINÁRIO INTERNACIONAL SOBRE PESQUISA E ESTUDOS QUALITATIVOS, 2. 2004, Bauru. **Anais [...]** Bauru, 2004.

MASSOLA, Gustavo Martineli; SVARTMAN, Bernardo Parodi; SANTOS, Alessandro de Oliveira dos; SILVA, Luis Guilherme Galeão da. Quilombos e conflitos territoriais no Brasil: o caso do Vale do Ribeira, SP. In: **A Psicologia Social e os atuais desafios ético-políticos no Brasil** [Recurso eletrônico on-line][S.l.: s.n.], 2015.

MCCALLUM, C.; BUSTAMANTE, V. Parentesco, gênero e individuação no cotidiano da casa de um bairro popular de Salvador da Bahia. **Etnográfica**, Lisboa, v. 16, n. 2, p. 221-246, 2012.

MELLO, M. M. **Reminiscências dos quilombos:** território da memória em uma comunidade negra rural. São Paulo: Terceiro Nome, 2012.

MELO, M. F. T. **As apreensões do universo da caça:** uma etnografia entre os quilombolas do Bairro Alto, Ilha do Marajó/PA. Dissertação (Mestrado em Antropologia) – Programa de Pós-Graduação em Antropologia, Universidade Federal do Pará, Belém, 2017.

MENEZES, A. J. E. A. **Do extrativismo à domesticação:** o caso dos bacurizeiros (*Platonia insignis* Mart.) do Nordeste paraense e da Ilha do Marajó. Tese (Doutorado em Agricultura Familiar) – Faculdade de Agronomia Eliseu Maciel, Universidade Federal de Pelotas, Pelotas, 2010.

PACHECO, A. S. Cosmologias afroíndigenas na Amazônia marajoara. **Projeto Histórias**, São Paulo, v. 44, p. 197-226, 2012.

PERALTA, N. et al. Renda doméstica e sazonalidade em comunidades da RDS Mamirauá, 1995-2005. **UAKARI**, Tefé, v. 5, n. 1, p. 7-19, 2008.

RIVEIRA, R. **Trajetórias das práticas alimentares na comunidade quilombola de Bairro Alto, Ilha de Marajó, Salvaterra – Pará**. Dissertação (Mestrado em Agriculturas Amazônicas) – Núcleo de Ciências Agrárias e Desenvolvimento Rural, Universidade Federal do Pará, Belém, 2017.

STEWART, A.M.; LIMA, D. “We also preserve”: Quilombola Defense of Traditional Plant Management Practices Against Preservationist Bias in Mumbuca, Minas Gerais, Brazil. **Journal of Ethnobiology**, v. 37, n. 1, p. 141–166, 2017.

TEIXEIRA, R. D. Todo lugar tem uma mãe: sobre os filhos do Erepecuru. **Revista Antropológicas**, Recife, v. 17, n. 2, p. 117-146, 2006.

TOLEDO, V. M.; BARREIRA-BASSOLS, N. A etnoecologia: uma ciência pós-normal que estuda as sabedorias tradicionais. In: SILVA, V. A. et al. (org.). **Etnobiologia e etnoecologia: pessoas e natureza na América Latina**. Recife: NUPEEA, v. 1, 2010.

VASCO, Cristian; TAMAYO, Grace; GRIESS, Verena. The drivers of market integration among indigenous peoples: Evidence from the Ecuadorian Amazon. **Society & Natural Resources**, v. 30, n. 10, p. 1212–1228, 2017.

VOEKS, R. A. Traditions in transitions: African diaspora ethnobotany in Lowland South America. In: **Mobility and migration in indigenous Amazonia: contemporary ethnoecological perspective**. New York: Berghahn Books, s. 1, p. 275-294, 2009.

VOEKS, R.A.; RASHFORD, J. **African Ethnobotany in the Americas**. New York: Springer Science & Business Media, 2012.



QUINTAIS AGROFLORESTAIS AMAZÔNICOS: O PROTAGONISMO DAS MULHERES QUILOMBOLAS NO BAIXO TOCANTINS, PA

Quilombola women and agroforestry yards: the role of women in Baixo Tocantins, PA

Odenira Corrêa Dias¹
Marcelo Rodrigues Lopes²
Amália Aguiar³
Monique Medeiros⁴
Andréia Tecchio⁵

RESUMO

Esse artigo apresenta uma caracterização de quintais agroflorestais da comunidade quilombola de Porto Alegre, no Território do Baixo Tocantins, Pará, na qual destaca-se a relevância do trabalho feminino na condução desses espaços. A construção dos dados que embasam as análises se pautou em pesquisa bibliográfica, observação participante e entrevistas semiestruturadas. O uso do diário de campo e o registro fotográfico complementaram esses instrumentais. Foram envolvidas nessa pesquisa, realizada entre os anos de 2019 e 2020, 20 mulheres quilombolas. Os principais resultados apontam que esses quintais diversos, compreendidos como um tipo específico de Sistema Agroflorestal, abarcam distintas espécies vegetais e, por vezes, também animais, contribuindo significativamente com a nutrição saudável das mulheres da comunidade de Porto Alegre, de seus familiares e, quando chegam aos mercados da cidade de Cametá, até mesmo dos consumidores do contexto urbano. Ademais,

¹ Graduanda em Agronomia na Universidade Federal do Pará/Cametá. < nira182017@gmail.com>.

² Graduando em Agronomia na Universidade Federal do Pará/Cametá. < marceloagro016@gmail.com>.

³ Doutoranda no Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Rural da Universidade Federal do Rio Grande do Sul. <agr.aguiar@gmail.com>.

⁴ Professora adjunta no Instituto Amazônico de Agriculturas Familiares/ Programa de Pós-Graduação em Agriculturas Amazônicas, Universidade Federal do Pará. <mmedeiros@ufpa.br>.

⁵ Pós-Doutoranda no Programa de Pós-Graduação em Agroecossistemas da Universidade Federal de Santa Catarina. <deiatecchio@yahoo.com.br>.

esses espaços apresentam-se como instrumentos importantes à consolidação de autonomia e empoderamento feminino.

Palavras-chave: Quintais produtivos; Sistemas Agroflorestais; Comunidade Quilombola de Porto Alegre; Amazônia.

ABSTRACT

This article presents a characterization of agroforestry home gardens in the Quilombola community of Porto Alegre, in the Territory of Baixo Tocantins, Pará, which highlights the relevance of women's work in the management of these spaces. Data for these analyses were based on bibliographic research, participant observation and semi-structured interviews. The use of field diaries and the photographic registers complemented these methods. Twenty quilombola women were involved in research carried out between 2019 and 2020. Main results indicate that diverse home gardens, conceived as a specific type of agroforestry system, are spaces where different plant species and, sometimes, also animal are cultivated and produced, contributing to the nutrition of women and their families in the Porto Alegre community and even to urban consumers when they reach the Cametá market. Additionally, these spaces are presented as important tools for consolidating autonomy and female empowerment.

Keywords: Diversity; invisibility; agroecology; Quilombola community of Porto Alegre, Cametá.

1. INTRODUÇÃO

No Brasil, em meados da década de 1980, em decorrência das produções de pesquisadoras feministas acerca do trabalho feminino, sobretudo em áreas rurais, os discursos de trabalhadoras rurais organizadas em movimentos e grupos sociais passaram a ser mais bem evidenciados em pesquisas etnográficas (CORDEIRO e SCOTT, 2007). Segundo esses autores, este fator impulsionou a discussão sobre a importância do

reconhecimento das mulheres rurais e de seu papel no desenvolvimento do campo.

As mulheres rurais passaram então a ganhar espaço nas problemáticas de pesquisa relacionadas a distintas temáticas, como produção de alimentos, segurança e soberania alimentar, organização social, construção social de mercados, entre outras. Entretanto, ainda que seja enfatizado por diferentes investigações que as estratégias de reprodução social, a produção destinada ao autoconsumo, a manutenção dos

agroecossistemas e o cuidado com a família acabam sendo desempenhados com dedicação intensa por parte dessas mulheres, esses trabalhos ainda são invisibilizados por grande parte da sociedade (ZANETTI e MENASCHE, 2007).

Para Bourdieu (2012), há uma dominação do gênero masculino que se fundamenta na divisão social do trabalho, restringindo as atividades e o espaço em que se encontram os dois sexos (masculino e feminino). Essa dominação, construída socialmente a partir da justificativa da diferença de corpos biológicos imersos em uma “máquina simbólica” de ordem social, influencia no comportamento das relações intrafamiliares nas comunidades rurais, imprimindo marcas profundas nos corpos femininos e reduzindo a visibilidade social e produtiva das mulheres.

Essa invisibilidade, segundo Hirata e Kergoat (2007), é resultante de uma divisão sexual do trabalho fundamentada em dois princípios: de separação, na qual existem trabalhos de homens e trabalhos de mulheres; e o hierárquico a partir do qual o trabalho masculino tem maior valor do que o trabalho feminino. Isso constrói um

processo específico de legitimação e ideologia naturalista no qual o sexo biológico reduz as práticas sociais por papéis sociais.

O percentual de famílias rurais brasileiras que apresentam como chefia uma mulher aumentou de 14,6 %, em 2006, para 17,7%, em 2010 (IBGE, 2006; IBGE, 2010). Segundo Nobre et al. (2017), as mulheres rurais, em 2010, representavam 20% da força de trabalho agrícola na América Latina. No que se refere à taxa de atividade assalariada delas, o percentual relativo aumentou de 32,4%, em 1990, para 48,7%, em 2010. É preciso ressaltar que a vida dessas mulheres é marcada por uma sobrecarga de trabalho em consequência da divisão sexual do trabalho, que projeta às mulheres somente o cuidado das crianças, idosos e doentes e acaba por menosprezar seus esforços no trabalho reprodutivo, produtivo e de autoconsumo. Em especial, na agricultura, o trabalho feminino ocupa uma posição de subordinação e desqualificação simbólica à medida que é visto como uma simples “ajuda” (BRUMER, 2004), enquanto nos espaços rurais há predominância do trabalho

feminino em distintos contextos, como nos quintais agroflorestais ou produtivos.

Esses quintais apresentam-se como sistemas agroflorestais típicos das regiões tropicais, que buscam manter a provisão de serviços ecológicos concomitante à busca por um complemento de renda familiar. Estes espaços situam-se próximos às residências, tornando-se áreas de produção com presença de múltiplas espécies florestais, agrícolas, medicinais e criação de animais domésticos e para o abate (DUBOIS, 1996 citado por MIRANDA, 2011). Os quintais são sistemas tradicionais de uso da terra que apresentam alta diversidade de plantas e que podem fornecer as famílias tanto alimentos e venda pelos excedentes como também futuros bancos de germoplasma, promovendo a sustentabilidade do sistema a longo prazo (TORQUEBIAU, 1992 citado BRITO e COELHO, 2000).

No contexto amazônico do Território do Baixo Tocantins, Pará, recorte geográfico do estudo apresentado neste artigo, é comum encontrar esses quintais agroflorestais como prolongamentos dos espaços domésticos, nos quais - e por meio dos quais - as mulheres executam

comumente suas tomadas de decisões, experimentações e cuidado com a família. De acordo com Winklerprins (2005), os quintais, além de assumirem valores múltiplos diante dos benefícios que podem gerar para a família e para a agrobiodiversidade, são meios de propagação de conhecimento e base para o autoconsumo alimentar e farmacológico, devido às diversas espécies cultivadas pelas mulheres. Além disso, podem servir como espaço de lazer familiar.

Os quintais produtivos são espaços de resistência feminina à medida que se tornam lugares de protagonismo e provedores de renda familiar. Para Kumar e Nair (2004), a preferência pela combinação das espécies reflete uma particularidade advinda das condições socioculturais repassadas por vizinhos, parentes e pela própria família. Em conformidade, Miranda (2011) afirma que os quintais podem apresentar diferentes modelos de implantação em decorrência dos objetivos, necessidades e estratégias das famílias voltadas para a subsistência, comercialização e preservação ambiental.

A manutenção dos quintais agroflorestais se faz pelo corpo familiar,

porém a implantação e o manejo são feitos predominantemente pelas mulheres que conduzem as atividades desde a tomada de decisões até a execução das práticas (ROSA et al., 2007). São elas que promovem a segurança alimentar da família e da comunidade em decorrência do contínuo manejo e de um vínculo profundo e complexo com os quintais. Segundo Amaral (2014), o trabalho das mulheres nos quintais garante não somente uma renda complementar ou segurança alimentar, mas também fortalece os vínculos familiares e mantém a unidade e reprodução familiar. Há, portanto, uma forma de cuidado que gera uma união entre os membros da família e do entorno. O quintal torna-se local de aprendizado para as gerações presentes e futuras, bem como para a valorização dos recursos naturais. E segundo a autora, esses espaços produtivos representam também espaços de vivência, de construção e de saber.

Segundo Butto et al (2014), as mulheres rurais da região nordeste concentram suas atividades nos quintais

produtivos, pois a terra é um espaço acessível que possibilita a conciliar o trabalho doméstico e o cuidado produtivo. Dessa maneira, as mulheres demonstram suas capacidades de resiliência frente a uma realidade limitada pela sociedade patriarcal. Vale destacar que, para os povos e comunidades tradicionais do Território do Baixo Tocantins, especialmente as comunidades quilombolas⁶, como a de Porto Alegre, que ganha destaque nesse artigo, os quintais, edificadas majoritariamente pelas mãos femininas, garantem a conservação da biodiversidade, a segurança e soberania alimentar, bem como a construção da autonomia econômica e a participação nas políticas territoriais, corroborando as reflexões em torno dessa temática de Hora e Butto (2014).

Dessa forma, refutando a invisibilização do trabalho feminino no contexto rural, esse artigo apresenta uma caracterização de quintais agrofloretais da comunidade quilombola de Porto Alegre, no Território do Baixo Tocantins,

⁶ A partir da Constituição de 1988, no artigo 68 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias – ADCT foi reconhecido aos remanescentes das

comunidades de quilombos o direito de títulos de propriedade definitiva ao seu território etno-sócio-cultural (ITERPA, 2009).

destacando a relevância do trabalho feminino na condução desses espaços. Para tanto, esse texto está estruturado em três partes, para além dessa introdução. Na primeira, aborda-se as principais escolhas metodológicas que guiaram essa investigação. Na segunda, apresenta-se a

comunidade quilombola em estudo com ênfase na visibilização do trabalho feminino e sua importância no contexto rural. Na terceira e última parte, as considerações finais evidenciam que os quintais agroflorestais possuem expressiva relevância social, cultural e histórica.

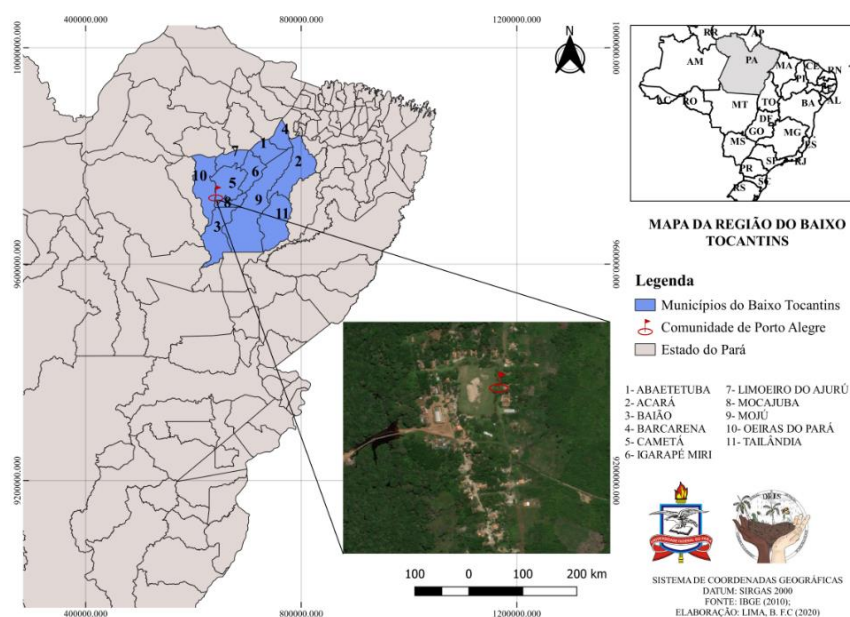
2. A CONSTRUÇÃO DO PERCURSO METODOLÓGICO

O Território do Baixo Tocantins, localizado na Amazônia Oriental, abrange uma área de 36.024,20 km² e abarca 11 municípios: Abaetetuba; Acará; Baião; Barcarena; Cametá; Igarapé-Miri; Limoeiro do Ajuru; Mocajuba; Moju; Oeiras do Pará e Tailândia. Segundo Silva, Tavares e Copetti (2018), o Território é baseado no extrativismo do açaí e da pesca e no desmatamento para a retirada da madeira e implantação de roças de mandioca, arroz, milho e feijão. No Baixo Tocantins coexistem distintos projetos de desenvolvimento, por vezes abarcando o

território das comunidades quilombolas, como as transformações ambientais decorrentes das mudanças na vazão do rio Tocantins, ação de indústrias madeireiras que provocam o desmatamento, bem como a presença de um polo de biocombustível e de um complexo industrial mineral (MAGALHÃES, et al., 2012).

O lócus desta pesquisa é a Comunidade Quilombola de Porto Alegre, município de Cametá, situada próximo ao quilômetro 40 da BR 422, às margens do rio Anuerá, no distrito de Juaba (Figura 1).

Figura 1 - Localização do Território do Baixo Tocantins, com destaque para a Comunidade Quilombola de Porto Alegre.



Fonte: IBGE (2010). Elaborado por Lima (2020).

A comunidade possui título de reconhecimento de domínio coletivo emitido pelo Instituto de Terras do Pará (ITERPA), em 2007, compreendendo o reconhecimento do território de remanescentes de quilombo. A principal fonte de renda dos moradores da comunidade é oriunda da agricultura familiar. A produção de mandioca ganha destaque como fonte de segurança alimentar e renda para distintas famílias dessa comunidade (DURÃO, 2019). Porto Alegre compreende uma área de 2.858,7

hectares (ITERPA, 2010), com uma população estimada em 400 habitantes, sendo 90 famílias distribuídas em 80 residências. Trata-se de uma dentre as 189 comunidades quilombolas do Território do Baixo Tocantins (GOMES, 2015), e sua escolha como recorte de pesquisa se deu pelas relações estabelecidas, sobretudo por meio de projetos de pesquisa e extensão, envolvendo a comunidade, a Faculdade de Agronomia, da Universidade Federal do Pará (UFPA), do *Campus* de Cametá, o Instituto Amazônico de Agriculturas

Familiares, também da UFPA, e o Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Rural, da Universidade Federal do Rio Grande do Sul.

A constituição histórica do território quilombola de Porto Alegre é um elemento importante para a compreensão das dinâmicas do cotidiano da vida das pessoas que residem ali, assim como sobre a interrelação que estas possuem com a natureza. Segundo as considerações de Pinto (2010), a comunidade de Porto Alegre surgiu no final do século XVIII, com a vinda de pessoas de comunidades vizinhas, em sua maioria negros fugidos do sistema de escravidão, que viam na mata e na distância a proteção que buscavam e necessitavam. Produziam em pequenas roças mandioca, milho e arroz, além de praticarem a caça, pesca e extrativismo, o que assegurava boa alimentação para este povo.

Ainda sobre a construção dos territórios quilombolas do Baixo Tocantins, Pinto (2013) reforça a importância das festividades religiosas para a constituição destes povoados negros rurais. Corroborando as reflexões da autora, na comunidade analisada observa-se que as

festas católicas permeiam o cotidiano do território, sendo a mais expressiva entre os quilombolas a festa de Nossa Senhora da Conceição, padroeira de Porto Alegre, a qual ocorre anualmente, no mês de dezembro.

Um evento importante na história da construção do território de Porto Alegre é a formação da Associação dos Remanescentes de Quilombos de Porto Alegre (ARQUIPA), em 2006. Neste caso, reitera-se o papel da MALUNGU, uma organização sem fins lucrativos e econômicos, que representa as comunidades quilombolas do Pará, desempenhou um importante papel ao apoiar a comunidade com recursos financeiros, cursos e auxílio com a documentação necessária ao processo de formalização. Este apoio da MALUNGU foi essencial para que, a partir da ARQUIPA, a comunidade de Porto Alegre obtivesse o Título de Reconhecimento de Domínio Coletivo junto ao ITERPA, em novembro de 2007.

Na comunidade de Porto Alegre, conforme mencionado na introdução, observa-se que a concepção de quintais agroflorestais é incorporada de forma a se

coadunar como uma extensão da própria casa. Na maior parte das vezes, esses quintais são caracterizados pelas próprias agricultoras como “cartão de visita”, que abrigam atividades de socialização e lazer das famílias, entre si e com as suas visitas. É onde normalmente as mulheres são encontradas realizando atividades domésticas e agrícolas, ou seja, preparando alimentos, lavando roupas, cuidando de animais, retirando frutas, ervas e temperos que são utilizados diretamente pela família e ralando mandioca para produzir a farinha, principal produto de renda na agricultura familiar quilombola do Baixo Tocantins. Este espaço também é o local de seu descanso.

Com intuito de alcançar o objetivo proposto neste artigo, as escolhas metodológicas que guiam a construção de dados relacionados a ele se deram entre fevereiro de 2019 e março de 2020 e se pautaram, inicialmente, em pesquisas bibliográficas, mobilizando-se fontes impressas (livros) e especialmente fontes eletrônicas (periódicos, artigos acadêmicos), as quais foram buscadas, principalmente, na plataforma Google Acadêmico. De forma complementar,

foram realizadas anotações de informações no diário de campo e registro fotográfico para a captação de imagens das práticas desenvolvidas nos quintais, disposição das espécies, costumes e atividades nos locais.

Também compõe o aparato metodológico desta pesquisa a observação participante, que teve por objetivo intensificar a relação e o envolvimento entre pesquisadores e a comunidade, a partir da convivência com as famílias (ANGROSINO, 2009). Nesta, foram realizadas vivências junto a agricultores familiares da comunidade para que houvesse além da construção de dados, a participação em atividades agrícolas e conversas diárias, numa imersão na realidade vivenciada pelas mesmas.

Além das metodologias apresentadas anteriormente, foram realizadas vinte entrevistas semiestruturadas com mulheres quilombolas, sendo estas com idade entre 29 anos e 100 anos. Para a definição do número de entrevistadas, optou-se pela técnica de Amostragem *Snowball* ou Bola de Neve. Como abordado na literatura, este método é utilizado tipicamente em pesquisas sociais e consiste em definir uma

amostra não probabilística. Além disso, se opta por este método quando se trata de populações pouco estudadas, neste caso, identificar previamente, encontrar ou contatar se torna mais difícil, tendo em vista que não há nenhuma lista disponível na qual constam membros desta população (VINUTO, 2014). Embora essa técnica apresente possíveis limitações, como informações repetidas ou semelhantes, ela

pode ampliar as redes pessoais de informação para outras redes de suma importância, dando pluralidade às falas e práticas.

Os dados coletados em campo foram agrupados e analisados a partir do uso de plataforma eletrônica Microsoft Excel, para que pudéssemos obter a quantificação por meio de gráficos e porcentagem das respostas das mulheres.

3. RELEVÂNCIA DO TRABALHO FEMININO E DOS QUINTAIS

A abrangente faixa etária contemplada pela pesquisa (entre 29 e 100 anos) possibilitou uma complementariedade das visões tanto de mulheres mais novas, quanto das mais experientes. A partir dos dados coletados em campo, observou-se que 80% das mulheres quilombolas envolvidas na pesquisa são casadas ou estão em união estável, 15% solteiras e 5% viúvas. Em comunidades rurais da região do Baixo Tocantins, é mais comum observar uma tendência a ter uma parcela maior de mulheres casadas ou convivendo em união estável, não sendo muito comum a realização de divórcios. Cerca de 80%

dessas mulheres residem na comunidade há mais de 10 anos, e são aquelas que nasceram e foram criadas na comunidade. As que residem há menos de 10 anos, geralmente vieram de outras comunidades ou vilas devido ao matrimônio. Em estudo com mulheres quilombolas de Moju Miri, no Pará, Pontes e Steward (2019), a partir dos dados coletados junto a 25 entrevistas, observaram que 52% eram casadas, 32% solteiras, 8% viúvas e 8% separadas. Das mulheres participantes do estudo citado, as que possuem filhos e são solteiras se sobressaíram e, segundo a pesquisa, a opção se deu em virtude de não quererem ser submissas aos seus esposos.

Quanto ao nível de escolaridade das mulheres entrevistadas, nove possuem pouco ou nenhum ano de estudo escolar, oito completaram o ensino fundamental ou o médio, duas possuem ensino superior completo e uma pós-graduação. Por meio das entrevistas e da observação participante, identificou-se que a pouca escolaridade se deve, principalmente, às grandes distâncias entre as casas dessas mulheres e as escolas, à necessidade de trabalhar cedo nas atividades domésticas e na roça e à falta de motivação. Dados semelhantes foram obtidos nos estudos desenvolvidos por Pontes e Steward (2019) na comunidade quilombola de Moju Miri, Pará e por Tecchio (2017) na pesquisa com populações tradicionais no Oeste de Santa Catarina.

Quanto à renda mensal das famílias, um percentual expressivo (45%) das entrevistadas possui renda familiar menor que um salário mínimo ⁷. Todas essas mulheres são beneficiárias do Programa Bolsa Família (PBF). E ainda, dentre essas,

18% recebem, além do BF, o Seguro-Desemprego do Pescador Artesanal, ou seguro defeso⁸. Soares (2012) aponta que a Política do Seguro-Desemprego do Pescador Artesanal está relacionada à legislação ambiental do País. Este seguro é um benefício no valor de um salário mínimo, pago mensalmente ao/a pescador/a artesanal no período que este/a fica proibido de exercer a atividade pesqueira, para a preservação da espécie.

Dentre as interlocutoras, 20% possuem renda familiar equivalente a um salário mínimo, que é proveniente da previdência social rural, ou do Bolsa Família, e, em um dos casos, do trabalho assalariado como professora efetiva no município. E, para 35% das entrevistadas, a renda familiar superior a um salário mínimo era proveniente de sua aposentadoria rural, somada à aposentadoria rural de seu esposo, e, em certos casos, ao auxílio doença, ou salário trabalho assalariado de outra pessoa da família, que atua como professora também no município.

⁷ O valor do Salário Mínimo Nacional, no ano de 2019, quando essa etapa de construção de dados da pesquisa foi realizada, era de R\$998,00.

⁸ As famílias beneficiárias do Programa Bolsa Família que recebem o Seguro Defeso permanecem no Programa. Todavia, os benefícios do PBF são temporariamente suspensos durante o período de recebimento do Seguro Defeso.

Na comunidade de Porto Alegre, as políticas públicas de transferência de renda e de seguridade social são de grande importância para as famílias beneficiadas. Como visto, a principal política pública acessada pelas mulheres entrevistadas da comunidade é o Programa Bolsa Família, que se torna uma complementação de renda às atividades produtivas. Corroborando os dados apresentados acima, Araújo et al. (2017), em estudo com moradores da comunidade quilombola de Abacatal, identificaram que, dentre as 39 famílias entrevistadas, 94,9% eram assistidas pelo PBF. Nessa perspectiva, Conceição et al. (2014), em pesquisa na comunidade quilombola de São José do Icatu, sob domínio territorial do município de Mocajuba-PA, região do Baixo Tocantins, verificaram que, dentre 50 famílias residentes na comunidade, 44% eram beneficiadas pelo PBF. Estes estudos indicam a relevância que o Programa Bolsa Família apresenta para as mulheres quilombolas, especialmente as que residem no Estado do Pará. Um estudo de Lima e Peralta (2016) em duas Reservas de Uso Sustentável do Amazonas, Mamirauá e Amanã, onde examinam o impacto de

benefícios na economia doméstica de 920 domicílios dessas reservas, o alcance dos programas de transferência de renda na economia doméstica em ambas as reservas é expressivo. Cerca de 87% das famílias recebem algum tipo de benefício, sendo que os benefícios condicionados, como o Bolsa família, mostram um efeito positivo sobre a vidas das famílias mais carentes, que majoritariamente são as mais jovens e com filhos pequenos.

A aposentadoria rural, um benefício da Previdência Social, que garante ao/à trabalhador (a) assegurado (a) uma renda quando este (a) não puder mais trabalhar, também ganha destaque significativo na composição da renda dos núcleos familiares dessa comunidade. Entretanto, salienta-se que, simultaneamente aos benefícios sociais recebidos por essas mulheres e suas famílias, as atividades realizadas nos quintais, com o cultivo de diversas espécies vegetais e a criação de animais domésticos, contribuem substancialmente com a alimentação familiar, garantindo e aumentando a soberania e segurança alimentar de toda família (Figura 2). Em seu trabalho na região Oeste de Santa Catarina, Tecchio et al. (2019) também identificou a

contribuição para a segurança alimentar e nutricional da produção de alimentos nos

quintais, mesmo sendo em quantidades pequenas para famílias assistidas pelo PBF.

Figura 2: Agricultora quilombola trabalhando e relatando experiências desenvolvidas em seu quintal na comunidade de Porto Alegre, Cametá, PA



Fonte: Acervo de campo, 2019, Porto Alegre, Cametá, Pará.

Vale mencionar que o envolvimento dessas mulheres nos quintais articula-se diretamente com outra importante forma de trabalho na comunidade: a constituição das roças. Nesses espaços de trabalho, diversas atividades são desenvolvidas pelas agricultoras, como o plantio de mandioca (*Manihot esculenta* Crantz.), destinado à fabricação da farinha, e de outros cultivos como a pimenta do reino (*Piper nigrum*), o

açaí (*Euterpe oleracea* Mart.), laranja (*Citrus x aurantium* L.), melancia (*Citrullus lanatus*), abacaxi (*Ananas comosus* (L.) Merrill.) etc. Estes produtos geralmente são comercializados via atravessadores, em pontos de ônibus na cidade de Cametá.

A grande maioria dos quintais agroflorestais visitados (67%) é manejado unicamente pelas mulheres (Figura 3), 15% por elas e o marido, e 17% por todos da

casa. Em estudos como de Laranjeira et al. (2015), sobre os quintais agroflorestais do assentamento Jiboia, situado na zona rural do município de Senhor do Bonfim na Bahia, foram obtidos resultados semelhantes. Segundo esses autores, na maioria dos quintais (90%) trabalhavam somente as mulheres, sendo que o único quintal manejado por um homem pertencia a um agricultor solteiro. Tal fato demonstra a complexa inexistência de equilíbrio de

gênero e também indica uma divisão de trabalho existente no núcleo familiar. No levantamento etnobotânico realizado por Santos (2019) sobre o uso e os conhecimentos tradicionais de plantas medicinais em quintais na comunidade Mamangal, em Igarapé-Miri-PA, entre as 20 pessoas entrevistadas, somente um indivíduo do gênero masculino era responsável pelo quintal.

Figura 3: Agricultora quilombola apreciando seu quintal, na comunidade de Porto Alegre, Cametá, Pará.



Fonte: Acervo de campo, 2019, Porto Alegre, Cametá, Pará.

Por sua vez, Soares et al. (2016), estudando a manutenção de quintais florestais na comunidade Bela Vista, no estado do Mato Grosso, verificaram que as mulheres são responsáveis em 83,82% das unidades pelos cuidados desses espaços, o que deixa explícito a importância e a relação de pertencimento das mulheres com os quintais. Para Silva (2010), com base em sua pesquisa de caracterização florística e etnobotânica de quintais agroflorestais do Distrito do Carvão, em Mazagão, no Amapá, os cuidados nos quintais como plantio de espécies e tratos culturais como capina, limpeza de áreas e rega são predominantemente realizados pelas mulheres (55,32%), com (17,02%) os homens na responsabilidade e (14,89%) mulheres e homens atuando de forma equilibrada. Além disso, este autor afirma que o conhecimento entre os diferentes gêneros se difere de acordo com o tipo das espécies, sendo que as mulheres apresentam um conhecimento aprofundado e específico para ervas e arbustos enquanto os homens

para espécies arbóreas, arbustivas e rúpestras (encontradas pelos caminhos de roça).

No que se refere à implantação do conjunto das espécies vegetais, para 63% das entrevistadas, as mudas ou sementes foram obtidas principalmente por meio do contato com vizinhos e amigos da própria comunidade, e em 18% dos casos, algumas mudas e sementes foram compradas em Cametá. Ainda, segundo 19% das entrevistadas, foram adquiridas de outras formas, como, por exemplo, em curso ou minicurso dos quais as mulheres participaram realizados na comunidade, ou em outras vilas etc. Esses resultados estão em concordância com os dados obtidos no estudo de Florentino *et al.* (2007), realizado no município de Caruaru, Nordeste brasileiro. Ressalta-se que na pesquisa realizada em Porto Alegre foram considerados quintais produtivos diversos aqueles que apresentaram mais de 20 espécies vegetais, dentre essas: frutíferas, medicinais, alimentícias e ornamentais (Figura 4).

Figura 4: Quintal produtivo de uma agricultora da comunidade quilombola de Porto Alegre, Cametá-PA



Fonte: Acervo de campo, 2019, Porto Alegre, Cametá, Pará.

Foram encontradas diversas espécies de plantas nos quintais agroflorestais, totalizando 341 espécies, com 96 espécies vegetais diferentes, que abarcam plantas alimentícias, ornamentais

e, principalmente, frutíferas e medicinais. As espécies que mais apareceram em todos os arranjos de quintais produtivos visitados podem ser visualizadas no Quadro 1, a seguir.

Quadro 1: Espécies de frutíferas (Fr), medicinais (Me), alimentares (Al) e ornamentais (Or) mais cultivadas nos vinte quintais agroflorestais visitados

Nome popular	Nome científico	
Açaí	<i>Euterpe oleracea</i> Mart.	Fr
Laranja	<i>Citrus x aurantium</i> L.	Fr
Cupuaçu	<i>Theobroma grandiflorum</i> (Willd.ex Spreng.) K.Schum.	Fr
Coco	<i>Cocos nucifera</i> L.	Fr
Mandioca	<i>Manihot esculenta</i> Crantz.	Fr
Cacau	<i>Theobroma cacao</i> L.	Fr
Pupunha	<i>Bactris gasipaes</i> Kunth.	Fr
Limão	<i>Citrus limonum</i> Risso	Fr
Abacate	<i>Persea americana</i> Mill.	Fr
Melancia	<i>Citrullus lanatus</i>	Fr
Pimenta do reino	<i>Piper nigrum</i> L.	Fr
Café	<i>Coffea arabica</i> L.	Fr
Pepino	<i>Cucumis sativus</i> L.	Fr
Abacaxi	<i>Ananas comosus</i> (L.) Merril.	Fr
Mangueira	<i>Mangifera indica</i> L.	Fr
Urtiga	<i>Plectranthus amboinicus</i> (Lour.) Spreng.	Me
Hortelã	<i>Mentha X villosa</i> Huds.	Me
Pirarucu branco	<i>Kalanchoe pinnata</i> (Lam.) Pers	Me
Alfavacão	<i>Ocimum gratissimum</i> L.	Me
Confrei	<i>Symphytum officinale</i> L.	Me
Boldo	<i>Plectranthus barbatus</i> Andrews	Me
Babosa	<i>Aloe vera</i> (L.) Burm f.	Me
Amocrecido	<i>Portulaca pilosa</i> L.	Me
Mastruz	<i>Chenopodium ambrosioides</i> L.	Me
Erva cidreira	<i>Lippia alba</i> (Mill.) N. E. Br.	Me
Terramicina	<i>Alternanthera brasiliensis</i> (L.) Kuntze.	Me
Vergamota	<i>Mentha aquatica</i> L.	Me
Japaná	<i>Ayapana triplinervis</i> (M.Vahl) R.M.King & H.Rob.	Me
Gengibre	<i>Zingiber officinale</i> Roscoe.	Me
Pariri	<i>Fridericia chica</i> (Humb. & Bonpl.) L.G. Lohman.	Me
João Gomes	<i>Talinum triangulare</i> (Jacq.) Willd.	Al
Manjerição	<i>Ocimum minimum</i> L.	Al
Cebolhinha	<i>Allium fistulosum</i> L.	Al
Chicória	<i>Eryngium foetidum</i> L.	Al
Favaca	<i>Ocimum campechianum</i> Mill.	Al
Jasmim	<i>Ixora coccinea</i>	Or
Pampolha	-	Or
Cama de menino	Não identificado	Or
Roseira	-	Or

Fonte: Pesquisa de campo (2019).

Dentre as principais espécies vegetais encontradas nos quintais, o açaí se destaca em todos os arranjos, comprovando ser uma espécie que faz parte da dieta alimentar de grande parcela da população paraense, em especial dos povos

ribeirinhos, que ainda o exploram na forma de coleta extrativista (SILVA et al, 2006) e manejam os açaizais nativos visando o aumento da produtividade, principalmente ao redor das residências (ARAÚJO; ALVES, 2016). Na Comunidade de Porto Alegre, a utilização do açaí se dá principalmente para seu consumo em forma de suco (batido), geralmente acompanhado pela farinha de mandioca, fabricada pelos próprios agricultores e agricultoras, e complementando as refeições. Também ocorre a comercialização *in natura* do fruto e em forma de suco, contribuindo assim, com a renda dessas famílias.

Além do açaí, espécies como a laranja, cupuaçu, coco e mandioca, são muito frequentes nos quintais da comunidade. São comercializados por algumas mulheres, *in natura* (laranja, cupuaçu e coco), e também estão presentes na realização de diversas iguarias como geleias e doces em geral. No que se refere especificamente à mandioca, esta é extraída do solo, descascada, cozida e consumida,

principalmente acompanhada de café ou ainda servindo de massa para salgados, como coxinha, e de doces, como bolo. Além dessas espécies, as plantas medicinais destacam-se nos arranjos dos quintais produtivos, sendo que as mais encontradas são: babosa, boldo, o pirarucu branco, o mastruz. Essas plantas medicinais são usadas para o tratamento de uma série de enfermidades como: diarreia, problemas no estômago, resfriados, dores de cabeça e garganta, que, por vezes, acometem as agricultoras e seus familiares.

Quanto às principais finalidades desses quintais, 59% das entrevistadas informaram que estes são voltados majoritariamente ao autoconsumo da família, 29% usam para tratamentos medicinais e 12% das agricultoras complementam a renda familiar com a comercialização de alimentos. Esses dados possibilitam a afirmação de que a produção nos quintais possui papel importante na garantia de segurança alimentar e nutricional⁹ para estas famílias, com

⁹ De acordo com a Lei n. 11.346, de 15 de setembro de 2006 no Art 3º a segurança alimentar e nutricional consiste na realização do direito de todos ao acesso regular e permanente a alimentos de qualidade, em quantidade suficiente, sem comprometer o acesso a outras necessidades essenciais, tendo como base

práticas alimentares promotoras de saúde que respeitem a diversidade cultural e que sejam ambiental, cultural, econômica e socialmente sustentáveis. Enquanto a soberania alimentar consiste no direito de cada país definir suas próprias políticas e estratégias sustentáveis de produção.

produção de alimentos diversificados durante o ano todo e livres de agrotóxicos, contribuindo significativamente com a nutrição saudável das mulheres da comunidade de Porto Alegre e de seus familiares.

Dados semelhantes a estes foram encontrados por Rosa et. al. (2007), na região do Nordeste Paraense. Nessa pesquisa, na qual a segurança alimentar é uma característica marcante de potencialidade dos quintais analisados, foi constatado que 68,4% das espécies eram utilizadas na alimentação, sendo destas 51,3% frutíferas, 14,5% medicinais e 13,2%, madeiras. De forma análoga, Soares et al. (2016), ao realizarem estudos na comunidade Bela Vista, no estado do Mato Grosso, com agricultores familiares, constataram a presença relevante de espécies vegetais, em quintais produtivos, voltadas à alimentação e ao uso medicinal. Miranda et al. (2013), em sua investigação sobre a caracterização de quintais agroflorestais com agricultores familiares do Baixo Irituia, Pará, identificaram em 18 quintais estudados 125 espécies de plantas e 5 espécies animais, sendo 70 plantas alimentícias (dentre essas uma diversidade

de frutíferas, hortaliças, além de mandioca, arroz e milho); 31 espécies madeiras e 7 plantas ornamentais. Já Veiga e Scudeller (2011) identificaram em uma comunidade ribeirinha São João do Tupé no Baixo Rio Negro, Amazonas, 144 etnoespécies categorizadas em (62,3%) medicinais, (37,7%) frutíferas e (11,4%) hortaliças. Sendo que destas, 13 espécies são citadas em duas categorias ao mesmo tempo, como a alfava (*Ocimum gratissimum* L.), consistindo em medicinal e hortaliça, e a manga (*Mangifera indica* L.), como medicinal e frutífera.

Para Santos et al (2019), o cultivo de plantas medicinais em ambientes produtivos como os quintais faz parte da cultura, dos costumes e da forma como cada família se estabelece em uma determinada localidade. Para Guedes (2018), as plantas medicinais integram práticas de cura para os povos e comunidade tradicionais advindo de práticas e saberes diferenciados fundamentados a partir da luta pela sobrevivência em seu cotidiano. Essas práticas de cura direcionam para enfermidades físicas quanto para doenças ligadas ao transcendental.

Na comunidade de Porto Alegre, o cultivo das plantas medicinais é sagrado, ou seja, faz parte da tradição cultural dessas famílias cultivar essas plantas e utilizá-las no tratamento de enfermidades. Em todos os quintais visitados, foi encontrada uma rica diversidade de espécies para essa finalidade. Para alocar essas plantas, geralmente, é construída uma espécie de jirau suspenso nos quintais (Figura 5), próximo à cozinha. Também são reutilizados baldes, latas, bacias, que seriam descartados, para esse fim.

Para Oakley (2004) essa tradição cultural de cultivo de espécies nos quintais faz parte de um legado cultural e de um compromisso em conservar as variedades locais evidenciando, sobretudo das mulheres, uma responsabilidade econômica, agroecológica e cultural. Para

Peixoto e Silveira (2016) esse espaço de cultivo e interação com os quintais se caracteriza como um microcosmo de infinitas simbologias, um espaço sensível e místico, no qual as mulheres desenvolvem suas práticas em conexão com a natureza. Dialogando com os autores citados acima, para as mulheres da comunidade de Porto Alegre, a prática de cultivo nos quintais é repassada pelas gerações de cada família, com a qual se tem o primeiro contato ainda criança, quando desenvolvem brincadeiras nestes espaços ou colaboram com suas mães nas tarefas diárias com os quintais. Se torna tradição para a maioria das mulheres da comunidade cultivar plantas que contribuem com a alimentação diária da família e que também são fonte de renda quando comercializadas.

Figura 5: Jirau suspenso com plantas medicinais presente no quintal agroflorestal da comunidade de Porto Alegre, Cametá, PA



Fonte: Acervo de campo, 2019, Porto Alegre, Cametá, Pará.

Além das plantas, nos quintais também foram observadas a criação principalmente de animais de pequeno porte, que é um hábito muito frequente em comunidades rurais como as quilombolas. Nesses espaços, a criação de galinhas, seguida da criação de pato e bovino apresentam importância. No que concerne às galinhas, geralmente, essas são criadas ao ar livre ou em galinheiros (Figura 6) e, além de serem destinadas ao consumo da

própria família, em alguns casos, elas são comercializadas para obtenção de renda.

Pautando-se nos resultados encontrados nessa pesquisa, é possível inferir que é de suma relevância o papel e a atuação feminina, não somente nas atividades domésticas, mas, para além, nos quintais agroflorestais ou produtivos da Comunidade Quilombola de Porto Alegre. Mesmo ainda invisibilizado, o trabalho das mulheres, nesse contexto, se mostra

preponderante para que as dinâmicas diárias do cotidiano rural e a propagação das práticas e saberes agroecológicos ocorram.

Figura 6: Local de criação de galinhas pelas agricultoras da comunidade de Porto Alegre, Cametá-PA



Fonte: Acervo de campo, 2019, Porto Alegre, Cametá, Pará.

Vale destacar que, nesses quintais, o sistema de produção constitui-se em bases ecológicas que se diferenciam de um modelo de agricultura convencional, o qual faz uso de agroquímicos e depende de recursos naturais não renováveis, portanto, insustentável e incapaz de perdurar através do tempo (MEDEIROS, 2017). As práticas vinculadas àquele sistema parecem

fortalecer nessas agricultoras o equilíbrio entre diversos fatores, que abrangem desde o respeito com suas criações animais e preocupação em não gerar desperdícios, reaproveitando ao máximo o material que sobra de suas atividades, buscando uma melhor qualidade de vida para os dias atuais e futuros (MEDEIROS, 2017).

Nesse sentido, o trabalho desenvolvido pelas mulheres nos quintais se mostra relevante para toda a comunidade, nos diversos aspectos, econômico, cultural, ambiental e social, tendo em vista a capacidade de geração de renda com a comercialização dos produtos, mantendo os costumes voltados para o contato das mulheres com esses espaços; a preservação

das plantas presentes, com a tradição de se plantar uma variedade de espécies, em sua maioria sem a utilização de produtos químicos. Além de que, os quintais têm maior proximidade com a casa, e que por isso também se torna um ambiente de convívio social, de encontro entre famílias, e de conversas e trocas de experiências entre as agricultoras quilombolas.

4. CONCLUSÕES

Na comunidade de Porto Alegre, os quintais agroflorestais possuem extrema relevância, sobretudo por estarem atrelados à cultura e história, relacionando diretamente as mulheres à natureza. Com base nos dados coletados, pode-se verificar que os hábitos alimentares das famílias quilombolas também são determinantes na composição desses quintais. As frutas, tubérculos, aves, peixes, ou seja, alimentos oriundos, majoritariamente, desses quintais, se mostram significativamente relevantes nas refeições quilombolas. Para essa comunidade, os quintais se tornam, não somente meios de obtenção de alimentos para o consumo diário das famílias, como também de plantas medicinais, usadas para tratamento de inúmeras enfermidades,

como espaço de lazer, onde as famílias se encontram para conversar, organizar pequenas festas, entre outros. Ademais, em Porto Alegre, também é dos quintais produtivos que algumas mulheres conseguem obter uma renda extra com a venda de produtos dali retirados, já que são elas as principais responsáveis pela manutenção e produção nesses espaços.

Atreladas à garantia de segurança alimentar e nutricional e de renda proveniente desses quintais estão algumas políticas públicas governamentais, que, acessadas pelas mulheres entrevistadas, possuem papel importante na complementação de estratégias de desenvolvimento dessas famílias. Para as mulheres quilombolas de Porto Alegre,

dentre tais políticas destacam-se o Programa Bolsa Família, por abranger um maior número de mulheres, seguido de aposentadoria rural e do seguro defeso.

A partir da diversidade de espécies vegetais encontradas nos quintais, incluindo frutíferas, medicinais e alimentícias, afirma-se que os quintais são espaços diversos, dinâmicos e importantes para as famílias quilombolas. Inclusive no concernente à complementação da renda familiar, por meio da comercialização dos ‘frutos’ desses espaços, e, consecutivamente, à resistência e construção de autonomia feminina. Os dados possibilitam a afirmação de que nos quintais são produzidos alimentos

diversificados durante o ano todo, além de serem livres de defensivos químicos, contribuindo significativamente com a nutrição saudável das mulheres da comunidade de Porto Alegre, de seus familiares e, quando chegam aos mercados da cidade de Cametá, até mesmo aos consumidores do contexto urbano.

O presente estudo apresenta janelas de oportunidade para o desenvolvimento de futuras pesquisas, tendo em vista o aprofundamento sobre o meio rural em questão, com destaque para os quintais produtivos, seus componentes, importância e relação com as mulheres quilombolas principalmente às da região do Baixo Tocantins.

Agradecimentos

Os autores agradecem ao CNPq pelo apoio financeiro concedido à realização de pesquisa de campo, por meio do projeto “Tecnologia e Inovação Social na Amazônia Oriental: articulando produção e sustentabilidade na consolidação da agricultura familiar quilombola”, aprovado na chamada CNPq/MCTIC/MDS no 36/2018 - Tecnologia Social. À Pró-Reitoria de Extensão da UFPA, a qual financiou uma bolsa de extensão vinculada ao projeto aprovado na chamada CNPq e à Pró-Reitoria de Pesquisa, a qual financiou uma bolsa de iniciação científica também vinculada ao projeto CNPq.

5. REFERÊNCIAS

- AMARAL, C. N. **Multifuncionalidade e etnoecologia dos quintais de agricultores tradicionais da baixada cuiabana:** agrobiodiversidade e segurança alimentar. 270 f. 2014. (Tese de doutorado). Programa de Pós-graduação em Desenvolvimento Rural. 2014.
- ANGROSINO, M. **Etnografia e observação participante.** Tradução de José Fonseca. Porto Alegre: Artmed, 2009.
- ARAÚJO, C. T. D. NAVEGANTES-ALVES, Livia de Freitas. Do extrativismo ao cultivo intensivo do açaí (Euterpe oleraceae Mart.) no estuário amazônico: perda de diversidade florística e riscos do monocultivo. **REVISTA BRASILEIRA DE AGROECOLOGIA**, v. 10, n. 1, 2015.
- ARAÚJO, A. S.; ANJOS, D. R.; SILVA, R. S.; SANTOS, M. A. S.; MARTINS, C. M.; ALMEIDA, R. H. C. Análise socioeconômica de agricultores da comunidade quilombola do Abacatal, Ananindeua, estado do Pará, Brasil. **Biota Amazônia (Biote Amazonie, Biota Amazonia, Amazonian Biota)**, v. 7, n. 1, p. 30-37, 2017.
- BRASIL. Lei n. 11.346, de 15 de setembro de 2006. Cria o Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional – SISAN com vistas em assegurar o direito humano à alimentação adequada e dá outras providências. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 18 set. 2006.
- BRITO, M. A.; COELHO, M. F. B. Os quintais agroflorestais em regiões tropicais unidades autosustentáveis: **Revisão Agricultura Tropical**, v.4, n.1. 2000.
- BRUMER, A. Gênero e agricultura: a situação da mulher na agricultura do Rio Grande do Sul. Estudos Feministas, Florianópolis, v 12, n. 1, p. 205-227, janeiro-abril/2004.
- BOURDIEU, P. **A dominação masculina.** Tradução: Maria Helena Kühner. 11ª ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2012.
- CONCEIÇÃO, S. S.; SOUZA, D. B.; SANTOS, A. Y.; CONCEIÇÃO, S. S.; RODRIGUES, A. C. T. O quilombo de São José de Icatu: práticas agrícolas e estratégias de reprodução e manutenção familiar no campo. **Enciclopédia Biosfera**, Goiânia, v. 10, n. 19; p. 1367, 2014.
- CORDEIRO, R. de L. M.; SCOTT, R. P. Mulheres em áreas rurais nas regiões Norte e Nordeste do Brasil. **Rev. Estud. Fem.** vol.15 no.2 Florianópolis May/Aug. 2007
- GOMES, F. S. **Mocambos e quilombos: uma história do campesinato negro no Brasil.** Editora Companhia das Letras, 2015.
- DURÃO, G. L. H. Etnobotânica de plantas medicinais na comunidade quilombola de Porto Alegre (Cametá, PA). Cametá-PA, 2019. **Trabalho de Conclusão de Curso** (Graduação em Agronomia) – Campus Universitário do Tocantins / Cametá, Universidade Federal do Pará.

FLORENTINO, A. T. N.; ARAÚJO, E. L.; ALBUQUERQUE, U. P. Contribuição de quintais agroflorestais na conservação de plantas da Caatinga, Município de Caruaru, PE, Brasil. **Acta botanica brasílica**, v. 21, n. 1, p. 37-47, 2007.

GUEDES, A. **Mulheres quilombolas e uso de plantas medicinais: práticas de cura em Santa Rita de Barreira/PA**. 199 f. 2018 (Dissertação de mestrado). Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Sustentável do Trópico Úmido. Universidade Federal do Pará.

HIRATA, H.; KERGOAT, D. Novas configurações da divisão sexual do trabalho. **Cadernos de Pesquisa**, v. 37, n. 132, set./dez. 2007.

BUTTO et al. **Mulheres rurais e Autonomia Formação e articulação para efetivar políticas públicas nos Territórios da Cidadania**. Brasília: Ministério do Desenvolvimento Agrário, 2014. 132 p.

IBGE. INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. *Censo Agropecuário – 2006*: Brasil, grandes regiões e unidades da federação. Rio de Janeiro. 2006.

IBGE. INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. *Censo Agropecuário – 2010*.

ITERPA. Quilombolas. 2020. Disponível em:

<http://www.iterpa.pa.gov.br/content/quilombolas-0>. Acesso em: 26 maio 2020.

LARANJEIRA, D. B. S.; MAGALHÃES, T. S. S.; SOUZA, D. A.; SIMAS, K. S.; LARANJEIRA, L. S. Quintais agroflorestais: Uma iniciativa de convivência com o semiárido. **Enciclopédia Biosfera, Centro**

Científico Conhecer, Goiânia, v. 11, n. 20, p. 134, 2015.

LIMA, D. M.; PERALTA, N. Programas de transferência de renda em duas Unidades de Conservação na Amazônia brasileira e Sustentabilidade. **Novos Cadernos NAEA**, v. 19, n. 2, 2016.

MAGALHÃES, Sônia Barbosa et al. Transformações sociais e territoriais no ambiente rural da Amazônia Oriental. **ENCONTRO NACIONAL DA ANPPAS**, v. 6, 2012.

MEDEIROS, M. **Sendas da sustentabilidade no desenvolvimento rural: os passos e os percalços da construção de um novo código sociotécnico**. Tese de Doutorado do Programa de Pós-Graduação em Agroecossistemas, Universidade Federal de Santa Catarina, 2017.

MIRANDA, S. B. **Contribuição de Quintais Agroflorestais para a Segurança Alimentar de Agricultores Familiares no Baixo Irituia, Nordeste Paraense**. 104f. 2011. (Dissertação de mestrado). Programa de Pós-graduação em Agricultras Amazônicas e Desenvolvimento Sustentável, 2011.

MIRANDA, S; KATO, O; SABLAYROLLES, M. G. Caracterização e importância dos quintais agroflorestais aos agricultores familiares do Baixo Irituia, Pará. **Cadernos de Agroecologia**, v. 8, n. 2, 2013.

NOBRE, M.; HORA, K. **Atlas de las mujeres rurales de américa latina y el caribe: "Al tiempo de la vida y los hechos"**. Organización de las Naciones Unidas para la Alimentación y la Agricultura, Santiago de Chile, 2017.

KUMAR, B. M.; NAIR, P. R. The enigma of tropical homegardens: New visitas in Agroforestry. **Agroforestry Systems** v. 61, p. 135–152, 2004.

PEIXOTO, L. B. L.; SILVEIRA, F. L. A.; Dentre plantas e mulheres: a porta de entrada do universo místico e poético que envolve mulheres em Salvaterra. **Nova Revista Amazônica**, v. 4, n. 1, p. 2016.

OAKLEY, E. Quintais domésticos: uma responsabilidade cultural. **Agriculturas**, v.1, n.1, 2004.

PINTO, B. C. M. **Filhas das matas: práticas e saberes de mulheres quilombolas na Amazônia Tocantina**. Belém: Açaí 2010.

PINTO, B. C. M. Samba de Cacete: ecos de tambores africanos na Amazônia Tocantina. In: Sonora Brasil (Org), **Tambores e Batuques: Circuito 2013-2014**, Rio de Janeiro: Sesc, departamento Nacional, 2013, p. 28-37.

PONTES, M. C. C. L.; STEWARD, A. M. Invisibilidade da pluriatividade da mulher quilombola: o caso de Moju-Miri. **Agricultura Familiar: Pesquisa, Formação e Desenvolvimento**, v. 13, n. 2, p. 186-207, 2020.

ROSA, L. S.; SILVEIRA, E. L.; SANTOS, M. M.; MODESTO, R. S.; PEROTE, J. R. S.; VIERA, T. A. Os quintais agroflorestais em áreas de agricultores familiares no município de Bragança-PA: composição florística, uso de espécies e divisão de trabalho familiar. **Revista Brasileira de Agroecologia**, v. 2, n. 2, p. 337-341, 2007.

SANTOS, E. Q. **Etnoconhecimento de plantas medicinais cultivadas em quintais na comunidade Mamangal Grande, Rio Meruú, Igarapé-Miri, Pará**.

31f. 2019. (Trabalho de Conclusão de Curso). Curso de Licenciatura em Educação do Campo, Campus Universitário de Abaetetuba, Universidade Federal do Pará, 2019.

SANTOS, S. M., CORREA, S. E., SHINAIGGER, T. Diagnostico socioambiental e econômico dos quintais produtivos para agricultura familiar na Amazônia: estudo de caso em Fordlândia, Aveiro (PA) **Nature and Conservation**, v.12, n.1, p.46-54, 2019.

SOARES, S. M. Descaindo a rede do reconhecimento: as pescadoras e o seguro-defeso na comunidade Cristo Rei no Careiro da Várzea. 2012.

SOARES, R. K.; FERREIRA, S. E. E.; JUNIOR, S. S.; NEVES, S. A.; NATÁLIA, M. S.; PROCÓPIO, C. N. C. Atuação das mulheres no manejo de quintais agroflorestais no município de Vale de São Domingos-MT. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE SISTEMAS AGROFLORESTAIS, 10, 2016, Cuiabá. **Anais...** Cuiabá: [s.e.], 2016.

SILVA, R. B. L. **Diversidade, uso e manejo de quintais agroflorestais no Distrito do Carvão, Mazagão-AP, Brasil**. 297 f. 2010. (Tese de doutorado). Programa de Pós-graduação em Desenvolvimento Sustentável do Trópico Úmido, Universidade Federal do Pará. 2010.

SILVA, C. W.; TAVARES, F. B.; COPETTI, L. D. Feiras de economia solidária e mercados locais da agricultura familiar no Baixo Tocantins (PARÁ). **RTPS-Revista trabalho, política e sociedade**, v. 3, n. 4, p. 235-264, 2018.

SILVA, I. M.; SANTANA, A. C.; REIS, M. S.; Análise de retornos sociais oriundos de adoção tecnológica na cultura do açaí do

estado do Pará. **Amazônia: Ci. & Desenv.**, Belém, v. 2, n. 3, jul/dez.2006.

TECCHIO, A. **Pobreza e territorialização da ação pública no Território Meio Oeste Contestado (SC)**. 2017. 289 p. Tese (Doutorado em Ciências Sociais) - Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Seropédica, RJ, 2017.

TECCHIO, A.; CAZELLA, A. A.; SABOURIN, E; CORTES, G. Estratégias alimentares de famílias pobres no Oeste de Santa Catarina. **Redes: Revista de Desenvolvimento Regional**, v. 24, n. 3, p. 217-240. 2019.

VEIGA, J. B.; SCUDELLER, V. V.; Quintais agroflorestais da comunidade ribeirinha São João do Tupé no baixo rio Negro, Amazonas. In: (Orgs) SANTOS-SILVA, Edinaldo Nelson; CAVALCANTI, Mauro José; SCUDELLER, Veridiana Vizoni. **BioTupé: Meio Físico, Diversidade**

Biológica e Sociocultural do Baixo Rio Negro, Amazônia Central, Manaus, 2011, p. 523-543.

VINUTO, J. A amostragem em bola de neve na pesquisa qualitativa: um debate em aberto. **Temáticas**, v. 22, n. 44, p. 203-220, 2014.

WINKLERPRINS, A. M. G. A.; SOUZA, P. S. de. Surviving the City: Urban Home Gardens and the Economy of Affection in the Brazilian Amazon. **Journal of Latin American Geography**, v. 4, n. 1, p. 107-126, 2005.

ZANNETI, C.; MENASHE, R. Segurança alimentar, substantivo feminino: mulheres agricultoras e autoconsumo. In: MENASHE, R. **A agricultura familiar à mesa: saberes e práticas da alimentação no Vale Taquari**. Porto Alegre: Ed. UFRGS, 2007.



**“MÃE DA POBREZA, A BOCAINA É DOS QUILOMBOLAS”:
NOTAS ETNOGRÁFICAS SOBRE TERRITÓRIO, CULTURA E SISTEMA
AGROALIMENTAR EM CONTEXTO DE EXPROPRIAÇÃO NO QUILOMBO DA
BOCAINA, MATO GROSSO**

Mother of poverty, Bocaina is of the quilombolas: Ethnographic notes on territory, culture and the food system in the context of land expropriation in the Bocaina Quilombo, Mato Grosso

**Renata Kelly Costa de Vilhena¹
Flávio Bezerra Barros²**

RESUMO

A partir de estudo de cunho etnográfico das memórias relacionadas aos aspectos históricos, do processo de expropriação territorial, bem como a chegada dos quilombolas nas duas localidades atuais para a formação das comunidades representativas do Quilombo da Bocaina, no município de Porto Estrela, Mato Grosso, foram registradas transformações ocorridas e refletidas após o processo de perda do território na década de 1970. Realizamos observação participante com a execução de entrevistas, registros fotográficos, conversas informais, e história oral. O histórico do quilombo retrata o processo de expropriação, além das diferentes formas de produção, preparo e consumo dos alimentos, evidenciando as atividades produtivas de agricultura, extrativismo, caça, pesca dentre outras, que vêm resistindo, afim de reviver o passado quando os atores sociais da pesquisa viviam na Bocaina. É perceptível que houve reduções nas atividades produtivas importantes para o autoconsumo e segurança alimentar das famílias, uma vez que os locais que essas famílias vivem atualmente não representam a dimensão que o território original possui. As famílias têm esperança da retomada de suas terras por meio de um processo judicial que garanta o direito de retorno.

¹Mestre em Agriculturas Familiares e Desenvolvimento Sustentável pela Universidade Federal do Pará/ Instituto Amazônico de Agriculturas Familiares (UFPA/INEAF). Endereço eletrônico: renatavilhena3@hotmail.com.

²Professor Associado dos Programas de Pós-Graduação em Agriculturas Amazônicas da UFPA/INEAF e Antropologia da UFPA/IFCH. Professor permanente no PPGCA/Unemat. Bolsista de Produtividade em Pesquisa do CNPq. Projeto financiado pelo CNPq/MCTI (Processo N° 443223/2016-5). Endereço eletrônico: flaviobb@ufpa.br.

Palavras-chave: cultura alimentar; memória; comunidades quilombolas; Mato Grosso

ABSTRACT

Based on an ethnographic study of memories related to the history of territorial expropriation and the arrival of quilombolas in their currently occupied areas, which make up the representative communities of the Bocaina Quilombo, in the municipality of Porto Estrela, Mato Grosso, our research recorded the transformations, which resulted in territorial losses in the 1970s. Research methods included: participant observation, which involved informal conversations, open interviews and oral histories; photographs were also taken to complement recorded data. The history of the quilombo portrays the process of expropriation, in addition to the different forms of production, preparation and food consumption. The latter demonstrate the persistence of productive activities that also relate to the past when community members still lived in Bocaina. Research reveals reductions in productive activities important for families' subsistence and to food security, as the current spaces inhabited by these families do not represent the original dimension of the original territory. Families hope to regain and reoccupy their lands through a judicial process that will guarantee their right to return to their original territory.

Key words: food culture; memory; Quilombola communities; Mato Grosso State.

1. INTRODUÇÃO

Esta pesquisa foi realizada com os quilombolas da Bocaina, localizada na região serrana de Mato Grosso, no município de Porto Estrela. Os atores sociais desta comunidade passaram por um processo de expropriação territorial que iniciou na década de 1970 e que tem se desenrolado até os dias atuais com conflitos de terra. Os conflitos iniciaram quando os grandes latifundiários passaram a expulsar os nativos da terra alegando serem donos destas, com grilagens estratégicas cada vez mais frequentes nessa disputa.

A comunidade quilombola da Bocaina tinha como principais atividades

produtivas a roça, a caça, a pesca e o extrativismo vegetal, que mantinham asseguradas não apenas sua alimentação, mas suas formas de socialização e reprodução cultural. Com isso, Diegues et al. (2000) afirmam que as comunidades se relacionam com o meio ambiente e marcam seus modos de vida de acordo com os recursos disponíveis, de modo que ampliem cada vez mais a manutenção dos seus saberes. Assim, o quilombo da Bocaina virou palco de conflitos e apropriação criminosa de terras praticada pelos fazendeiros e comprometendo o acesso ao território, aos recursos, afetando, portanto,

o modo de viver das famílias, sobretudo os sistemas agroalimentares.

Os atores sociais da Bocaina e que hoje vivem espalhados entre as comunidades Sete Barreiros e Pé de Galinha relatam que o processo de expropriação foi doloroso e sofrido, pois o caos, a fome e a violência pairavam no local. As narrativas apontam que casas foram destruídas, pessoas foram ameaçadas e mortas devido aos problemas territoriais graves. Assim, logo no início da expropriação territorial as famílias foram obrigadas a procurarem novas terras e reiniciar um processo de sobrevivência, marcado pela fome e pela busca incessante de autonomia e identidade.

É importante considerar que a forma de ocupação das terras em todo o Brasil se deu por meio da lógica da expulsão dos indígenas e dos negros, da exploração da mão-de-obra compulsória dos africanos e seus descendentes. Pela legislação fundiária em Mato Grosso, estruturada com base na Lei Imperial de Terras de 1850 e de seu regulamento de 1854, foi reconhecido o pleno direito de propriedade sobre as terras devolutas situadas no Estado e decretou-se sua aquisição mediante título oneroso. Porém, a Lei foi adaptada aos interesses dos médios e grandes proprietários, uma vez que, foi dado o reconhecimento das

sesmarias havidas sem o preenchimento de formalidades legais e das posses “mansas e pacíficas”, desde que as terras estivessem ocupadas e cultivadas (MORENO, 1999). As formas de ocupação acima citadas corroboram com que foi enfrentado pelas famílias da Bocaina e que deixa marcas até hoje aos atualmente moradores de Sete Barreiros e Pé de Galinha.

Pode-se dizer, então, que, a primeira Lei de Terras do estado é a Lei nº 20/1892 e seu regulamento, Decreto nº 38/1893, deram garantias à regularização das ocupações “consolidadas”, através de sesmarias e posses até 15/11/1889 alterando, assim, a data limite de 1854 estabelecida pela Lei de 1850. Asseguraram também o direito de preferência para a compra das terras devolutas que estavam sob o domínio particular, cujo título não preenchia os requisitos exigidos para legitimação ou revalidação (MORENO, 1999).

A respeito, Silva e Sato (2012) confirmam que as leis mais uma vez garantiam posses de grandes áreas aos latifundiários do estado, inclusive àqueles que não se ajustaram à lei de terras de 1850, por possuírem áreas maiores que a permitida (3.600 hectares). E, após a aprovação da Lei de Terras de Mato Grosso, conseguiram regularizá-las.

Vale ressaltar que a regularização de excessos de área implicava no recebimento de uma renda maior, já que eram cobrados de acordo com os preços estimados pelo Governo. Dessa forma, perpetuava a ideia de que o Estado detinha grande reserva de terras devolutas ‘sem valor’, assim, era necessário estimular a venda para que houvesse povoamento. Porém, essa abundância de terras devolutas, não necessariamente significou que o acesso à terra fosse de maneira democrática (MORENO, 1999).

Por sua vez, o primeiro movimento oficial promovido pelo Governo Federal, objetivando a ocupação e a colonização das terras mato-grossenses, ficou conhecido como Marcha para o Oeste, com forte ideal progressista de industrialização do Brasil. Este movimento implementado pelo governo de Getúlio Vargas, impulsionou o projeto de reordenamento social com fins políticos e econômicos (SIQUEIRA, 2002). De acordo com Silva e Sato (2012), essa política acirrou gradativamente os conflitos pela terra.

A partir da década de 1970, a colonização reforçou que as terras que lá se situavam eram consideradas "espaços vazios", sendo necessário abrir a fronteira, principalmente no bioma amazônico. Vale salientar que esses espaços jamais foram

vazios. Eram assim denominados por não se levar em consideração as populações locais, e tampouco seus ecossistemas (SILVA; SATO, 2012). Os autores vão além. A partir do discurso nacionalista da época de ‘progresso’ e o ‘Avança Brasil’, oportunizaram a criação de novos polos de desenvolvimento de grandes projetos madeireiros, mineradores, hidrelétricos e agropecuários, fator que ocorreu de forma totalmente desordenada e sem o devido cuidado socioambiental (SILVA; SATO, 2012).

De acordo com Brito et al (2011), o processo de desenvolvimento trouxe como consequência os conflitos socioambientais, constituintes, a partir das diversas lógicas para a gestão dos bens coletivos de uso comum (exploração da natureza) e surgem em função de superposição de usos e de percepções diferentes, inclusive antagônicas, de um determinado espaço geográfico ou recurso natural. A partir disso, ocorrem disputas que envolvem atores sociais com perspectivas distintas em relação à natureza, aparecendo as zonas de tensão que dão origem aos conflitos socioambientais. Por esse motivo, pode-se explicar como as tensões na Bocaina impactaram negativamente na vida das famílias a partir de conflitos socioambientais.

Esses conflitos socioambientais “implicam em uma situação em que um ator social se encontra em oposição consciente a outro ator, a partir da ocasião em que se definem objetivos incompatíveis que conduzem ao embate de opiniões e de interesses” (BRITO et al., 2011, p.54).

Nesse sentido, na trajetória dos estudos sobre conflitos socioambientais relacionados às diferentes formas de uso e acesso aos recursos naturais realizados no Brasil nas últimas décadas, uma dinâmica de acesso e apropriação territorial enveredada por uma disputa pela terra e pelos recursos naturais, por sua vez, determinadas pelas relações sociais. Este processo de modernização do campo oportunizou diferentes formas de apropriação territorial que também configuram causas determinantes das desigualdades socioculturais para as populações rurais.

Estes movimentos antagônicos de consolidação dos territórios não ocorreram e/ou ocorrem pacificamente, existindo muitos conflitos nestes espaços, protagonizados por fazendeiros e empresas ligadas ao agronegócio com extremos diferenciais de poder. Dentre esses, as comunidades negras rurais se organizam e se articulam para resistir ao poder da homogeneização (SILVA; SATO, 2012).

No estado de Mato Grosso encontram-se vários povos e comunidades tradicionais que dependem do território e dos recursos naturais, ainda possuem saberes e práticas que se diferenciam do modelo privilegiado no estado. Conforme afirma Leff (2002), essas práticas encontram-se comprometidas em função do desenvolvimento agrícola, por provocarem inúmeras pressões socioambientais que interferem negativamente nessas práticas.

Como consequência traz a perda do território, pois há a diminuição do acesso e uso dos recursos naturais, o que acaba comprometendo a segurança alimentar e nutricional (SAN), contribuindo para mudanças nas práticas alimentares das comunidades quilombolas, pois retiram-lhes o direito fundamental de acesso ao alimento, fato essencial para sua sobrevivência. Consequentemente, perdem as oportunidades de definir suas próprias formas de reprodução social e sua autonomia, conferida pela soberania alimentar.

No âmbito deste estudo as comunidades Pé de Galinha e Sete Barreiros, remanescentes do quilombo da Bocaina, localizadas em Porto Estrela, Mato Grosso, sofreram um processo de expropriação territorial na década de 1970, quando fazendeiros iniciaram a expulsão

das famílias locais sob a justificativa de que eram donos da terra.

Nos seus estudos, Santos e Barros (2016) relatam que as expulsões ocorreram de diversas formas para as diferentes famílias, devido a grande extensão territorial da comunidade Bocaina, pela forte presença de jagunços, pistoleiros e fazendeiros, houve expulsão por coações, usurpações e até assassinatos. Aquelas famílias que não se dispersaram pelas comunidades da região e por outros municípios, foram “jogadas” próximo à Rodovia MT 343, onde sem nenhum tipo de estrutura ou condição, se viram obrigadas a recomeçar a vida.

Com isso, a reprodução sociocultural e principalmente suas práticas alimentares, foram fortemente atingidas por este processo de expropriação territorial, a cultura alimentar que antes dependia das diversas formas de uso e acesso aos recursos naturais oriundos do território onde viviam, agora passa por constantes transformações relacionadas a limitações desses recursos ou mesmo a escassez destes.

Buscamos, com este artigo, descrever os aspectos históricos, o processo de expropriação territorial do quilombo da Bocaina, bem como a chegada das famílias nas duas localidades em que vivem hoje a partir de suas narrativas e memórias.

2. TERRITÓRIO E TERRITORIALIDADE: UM BREVE HISTÓRICO DA QUESTÃO QUILOMBOLA

Historicamente, os povos e comunidades tradicionais, entre os quais incluem-se as comunidades quilombolas, organizam-se como grupo social que utilizam o território e os recursos naturais para garantir sua reprodução social. No entanto, o acesso e o uso dessas comunidades ao território, assim como, dos recursos, têm sido motivação para conflitos e expropriações com diversos grupos sociais (fazendeiros, grileiros, etc.) que se apropriam desses territórios expulsando ou

impedindo a utilização da terra pelos quilombolas.

Diante desses conflitos as comunidades quilombolas lutam primeiramente para serem reconhecidas, em seguida, pela regulamentação de suas terras. Assim, parte-se do princípio de que estas comunidades ocupam tradicionalmente o território e utilizam os recursos nele existentes para sua sobrevivência. Conforme afirmam Acevedo e Castro (1998, p. 09), “[...] o quilombo enquanto

categoria histórica detém um significado relevante, localizado no tempo e na atualidade, sendo objeto de uma reinterpretação jurídica quando empregado para legitimar reivindicações pelos territórios dos ancestrais por parte dos denominados remanescentes de quilombo”.

Ainda, são comunidades dotadas de valores ancestrais, de saberes, de conhecimentos e de práticas culturais do cotidiano. A partir destes, constroem suas identidades³, que vão das crenças aos tabus, dos modos de construir a casa, a alimentação, das formas de entender e absorver a flora e a fauna, de expressar e repassar essas tradições ancestrais aos/entre membros da comunidade (DE ARAÚJO; LIMA FILHO, 2012).

Desta maneira, as comunidades quilombolas se caracterizam pela prática do sistema de terras de uso comum⁴, conhecido por ser um espaço coletivo e indivisível. O território é ocupado e explorado por meio de regras consensuais entre os diversos grupos familiares que compõem as comunidades, cujas relações são orientadas

pela solidariedade e ajuda mútua (DUTRA, 2011). Ainda de acordo com a autora, o território étnico constitui um dos pilares de sua existência enquanto grupo social. Portanto, “assegurar aos quilombolas o direito à propriedade de seus territórios é garantir não somente a sua sobrevivência física, mas também a sua cultura e modo de vida próprio” (DUTRA, 2011, p. 17).

No debate sobre comunidades remanescentes quilombolas, em que perpassasse, tanto o seu reconhecimento, bem como, o direito a titulação de suas terras, envolve dizer a respeito, o que seria território e territorialidade. Portanto, faz-se necessário conceituar esses dois termos.

O território em si é construído a partir de uma noção de espaço. Sendo o espaço concebido por uma condição de matéria-prima natural e o território como uma construção a partir da apropriação desse espaço pelos atores sociais, seja de forma concreta ou abstrata (RAFFESTIN, 1993). Em relação a territorialidade, Raffestin define como "um conjunto de relações que se originam num sistema

³ A construção da identidade é um fenômeno que se produz em referência aos outros, em referência aos critérios de aceitabilidade, de admissibilidade, de credibilidade, e que se faz por meio da negociação direta com os outros (POLLAK, 1992, p. 5).

⁴ Segundo Almeida (2002, p. 45): As terras de uso comum compreendem, pois, uma constelação de situações de apropriação de recursos naturais (solos,

hídricos e florestais), utilizados segundo uma diversidade de formas e com inúmeras combinações diferenciadas entre uso e propriedade e entre o caráter privado e comum, perpassadas por fatores étnicos, de parentesco e sucessão, por fatores históricos, por elementos identitários peculiares e por critérios político-organizativos e econômicos, consoante práticas e representações próprias.

tridimensional sociedade-espaço-tempo em vias de atingir a maior autonomia possível, compatível com os recursos do sistema" (RAFFESTIN, 1993, p. 160).

Nesse sentido, Little conceitua territorialidade como “O esforço coletivo de um grupo social para ocupar, usar, controlar e se identificar com uma parcela específica de seu ambiente biofísico, convertendo-a em seu território” (LITTLE, 2002, p. 3). Dessa forma, a territorialidade perpassa pela relação e interação de grupos sociais com o meio ambiente, a fim de transformar o meio em que ocupam no seu território. Ainda conforme Little (2002), para analisar o território é necessária uma abordagem histórica das múltiplas expressões nele contidas e das particularidades socioculturais.

Nesse entendimento, Carvalho e Da Costa Lima (2013) retratam que a multiplicidade de relações territoriais, no Brasil, pode ser visualizada de forma expressiva nos territórios sociais das variadas populações residentes, que historicamente construíram relações de uso comum dos recursos naturais, em que se destacam as comunidades remanescentes de quilombos, as sociedades indígenas, os caiçaras, babaqueiros, pescadores artesanais, seringueiros e castanheiros,

sertanejos, entre tantas outras formas de organização sociocultural.

Nesse caso, a história da territorialidade no Brasil encontra-se intimamente relacionada à expansão de fronteiras, que ocorre desde a época do Brasil colonial, quando a conduta territorial de alguns grupos (bandeirantes; proprietários das *plantations* açucareiras e algodozeiras; fazendeiros e mineradores) entram em choque com os grupos que aqui já habitavam (LITTLE, 2004). O autor revela ser necessário compreender de que maneira cada frente de expansão produziu um conjunto próprio de choques territoriais e como isto provocou novas ondas de territorialização por parte dos povos indígenas e dos negros africanos escravizados.

De tal modo, cada frente de expansão precisa ser contextualizada com respeito ao momento histórico no qual acontece, à região geográfica que serve como seu palco principal, aos atores sociais presentes no processo (LITTLE, 2004). Sendo esta, por uma lógica do espaço e do tempo. Além do mais, o “território de um grupo social determinado, incluindo as condutas territoriais que o sustentam, pode mudar ao longo do tempo dependendo das

forças históricas que exercem pressão sobre ele” (LITTLE, 2004, p. 256).

Por sua vez, Carvalho e Da Costa Lima (2013), apresentam que, a conduta territorial do Estado-Nação sempre foi acompanhada de conflitos e resistência de grupos sociais portadores de distintas lógicas territoriais, exigindo a visibilidade, por parte do Estado brasileiro, da existência de diversas formas de expressão territorial. Mesmo no contexto atual, tais grupos vêm demandando reconhecimento através de lutas sociais, principalmente na resistência ativa pelo direito às suas terras e na ressignificação (e não perda) de seus valores culturais e simbólicos.

Portanto, hoje, é reconhecida a particular territorialidade quilombola, vinculada ao uso comum dos recursos e perpassada, especialmente, pelas relações familiares. Contudo, durante muitas décadas, as comunidades negras tiveram que lidar com arbitrárias designações que lhes foram impostas pelas instâncias de poder e pela invisibilidade jurídica no reconhecimento de sua territorialidade (CARVALHO; DA COSTA LIMA, 2013).

Foi a partir da Constituição Federal de 1988, que o Estado brasileiro reconheceu

a existência desse grupo social como remanescente de quilombo (DUTRA, 2011). O Artigo 68 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias (ADCT), determina que, aos remanescentes das comunidades dos quilombos que estejam ocupando suas terras é reconhecida a propriedade definitiva devendo o estado emitir-lhes os respectivos títulos (BRASIL, 1988). Porém, a morosidade burocrática para legitimar essas titulações é uma constância, a primeira titulação ocorreu somente sete anos após a publicação desta Constituição.

O Pará foi o primeiro estado em que uma comunidade tradicional é reconhecida como remanescente de quilombo e ter sua terra titulada. Atualmente no Brasil existem aproximadamente 1.675 terras com processo aberto no INCRA, sendo destas, 73 no Mato Grosso (Figura 1) (CPISP, 2017). Paralelo, há 179 terras tituladas, das quais 138 foram concedidas pelo governo estadual, 38 pelo governo federal e 3 em conjunto governo estadual e federal (COMISSÃO PRÓ-ÍNDIO DE SÃO PAULO, 2019).

Figura 1. Número de terras quilombolas em processo de titulação e tituladas no Brasil



Fonte: CPISP, 2017.

A demarcação de territórios quilombolas é importante, primeiro, por reconhecer a existência e a historicidade do povo quilombola e, segundo, por estabelecer uma proteção ao patrimônio

cultural negro, visto que no campo jurídico o reconhecimento da existência de quilombos pelo Estado brasileiro é relativamente recente.

2. METODOLOGIA E ÁREA DE ESTUDO

Para a realização desta pesquisa realizamos entrevistas semiestruturadas (BERNARD, 1988), com 12 famílias, sendo 7 famílias da comunidade Pé de

Galinha e 5 famílias da comunidade Sete Barreiros. Realizada durante o mês de setembro de 2018, com maior tempo de permanência entre maio e junho de 2019.

Este estudo faz parte de iniciativa de pesquisa mais ampla desenvolvida pelo Instituto Amazônico de Agriculturas Familiares da UFPA, sendo um Núcleo de Soberania e Segurança Alimentar e Nutricional (SSAN), cujo título do projeto é “Comida de quilombo no Brasil: saberes, práticas alimentares e experiências em contextos do Sul, Centro-Oeste e Norte”. O objetivo principal desse projeto é “aprofundar o estudo sobre as estratégias alimentares de povos quilombolas em perspectiva comparada em diferentes contextos socioculturais, ambientais e de luta pelo território, uma vez que estes agentes sociais dependem da existência do território e sua territorialidade para acessarem os recursos naturais fundamentais à soberania e segurança alimentar e nutricional para a construção do bem viver”.

Tais áreas nestes diferentes Estados (PA, MT e RS) foram escolhidas para os estudos de caso, por serem aquelas regiões consideradas representativas da problemática de ameaças por grandes projetos de desenvolvimento, pela ausência de titulação da terra, conflitos sociais e ambientais envolvendo comunidades quilombolas e atores sociais indesejados, como fazendeiros, plantadores de arroz, e outros.

A abordagem escolhida para este estudo foi a qualitativa, entendida, segundo Chizzotti (2018), como uma relação dinâmica entre o mundo real e o sujeito, uma interdependência viva entre o sujeito e o objeto, um vínculo indissociável entre o mundo objetivo e a subjetividade do sujeito. O autor acrescenta que o conhecimento não se reduz a um rol de dados isolados, mas são conectados por uma teoria explicativa. Por isso, o sujeito-observador é parte integrante do processo de conhecimento e interpreta os fenômenos, atribuindo-lhes um significado, mediante sua interação disciplinada com os outros sujeitos em campo. Nesse sentido, o objeto não é um dado inerte e neutro; está possuído de significados e relações que sujeitos concretos criam em suas ações (CHIZZOTTI, 2018, p. 79).

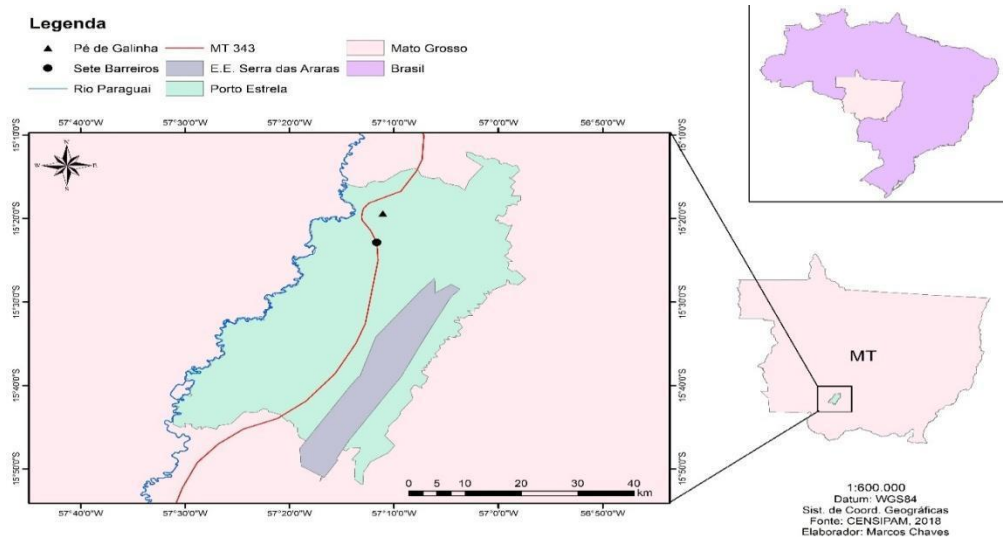
A pesquisa foi realizada nas comunidades Pé de Galinha e Sete Barreiros, ambas localizadas no município de Porto Estrela, Mato Grosso, distante a 198 km da capital, Cuiabá (Figura 2). Faz parte da Mesorregião do Sudeste Mato-Grossense e Microrregião de Tangará da Serra.

De acordo com o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE, 2010), o município se estende por 2.062,8 km² e conta com aproximadamente 3.639 habitantes. Porto Estrela tem as seguintes

coordenadas geográficas: Latitude: 15° 19' 29" Sul, Longitude: 57° 13' 9". A base econômica do município é composta principalmente pela agricultura, destacando-se as culturas de

algodão, milho, feijão e arroz. A pecuária extensiva de gado constitui um fator importante, com fases de cria, recria e corte (IBGE, 2010).

Figura 2. Mapa de localização das comunidades Pé de Galinha e Sete Barreiros.



Fonte: Elaborado por Chaves a partir de Santos e Barros, 2016.

Em um primeiro momento, o estudo foi direcionado pelo levantamento bibliográfico Brumer (2008), com o desígnio de situar as principais fontes relacionadas com o referencial teórico, de maneira que foram levantados dados em livros e periódicos científicos, em diferentes plataformas disponíveis em meios físicos e eletrônicos.

As técnicas empregadas para a coleta de dados primários são oriundas de um

conjunto de ferramentas e processos que possibilitam captar dados necessários para realização desse estudo. Com isso, o cunho etnográfico de pesquisa qualitativa, tendo como marca peculiar a observação participante, possibilitou ir *in loco* para aprofundarmos nas dimensões do contexto sociocultural das famílias, vivenciando o dia a dia dos moradores. Então, a partir desse movimento, foi possível realizar um recorte para o contexto pesquisado, este

relacionado ao histórico do quilombo, presente na memória e evidenciado pelas vozes expressadas pelos interlocutores mais antigos, assim como, de seus filhos e netos.

Assim, a observação participante foi utilizada durante todo o trabalho de campo, com princípio direcionador para um maior envolvimento entre os pesquisadores e a comunidade em questão, através da convivência com algumas famílias (PEIRANO, 1995). A partir desta ferramenta, buscamos acompanhar de perto situações do dia-a-dia da localidade, o modo de vida do grupo social, em especial para o recorte deste trabalho, o contexto histórico, o cenário da expropriação, bem como, o surgimento das duas comunidades: Pé de Galinha e Sete Barreiros. Acompanhados pelas narrativas dos moradores mais velhos, buscamos perceber como historicamente o quilombo foi se reestruturando ao longo desses anos após o processo de expropriação.

Nesse sentido, nos dedicamos a observar e registrar as memórias e os relatos dos interlocutores que vislumbram a história do território quilombola e suas ressignificações atuais, segundo Beaud e Weber (2007).

Com a possibilidade de resgatar a memória do território quilombola, sua história e o processo expropriativo pelo

qual foram submetidos, empregamos a história oral a partir de Alberti (1996), que a considera como um relato de ações passadas, um resíduo da ação (memória). Dessa forma, a história oral é uma ação interativa entre o entrevistador e o interlocutor, que busca interpretar o passado e suas concepções. Assim como, seguindo orientações metodológicas de Portelli (1997, p. 15), quando menciona que, a história oral refere-se “a padrões culturais, estruturas sociais e processos históricos, visa aprofundá-los, em essência, por meio de conversas com pessoas sobre a experiência e a memória individuais e ainda por meio do impacto que estas tiveram na vida de cada um”. Dessa maneira, a história oral permite que sejam registradas as experiências e lembranças das famílias, com isso revalorizar tais experiências e memórias. Com esta meta, optou-se por executar a entrevista semiestruturada por esta ser a mais adequada para o tipo de estudo em questão.

Os registros videográficos e fotográficos também foram importantes instrumentos para captação de imagens das práticas, dos costumes, das atividades e como registro cronológico do trabalho de campo (ECKERT; ROCHA, 2016). Essas técnicas da Antropologia Visual se

mostraram relevantes para um bom testemunho dos dados no campo.

A análise dos dados foi construída aos poucos com a perspectiva de campo, buscando entender o contexto e o conteúdo, aprimorando uma melhor ordenação da temática dos dados referentes a história do

quilombo, ao processo de expropriação e a chegada nas duas localidades. A busca pela organização dos dados se deu através da análise das entrevistas transcritas, das conversas informais e do material fotográfico.

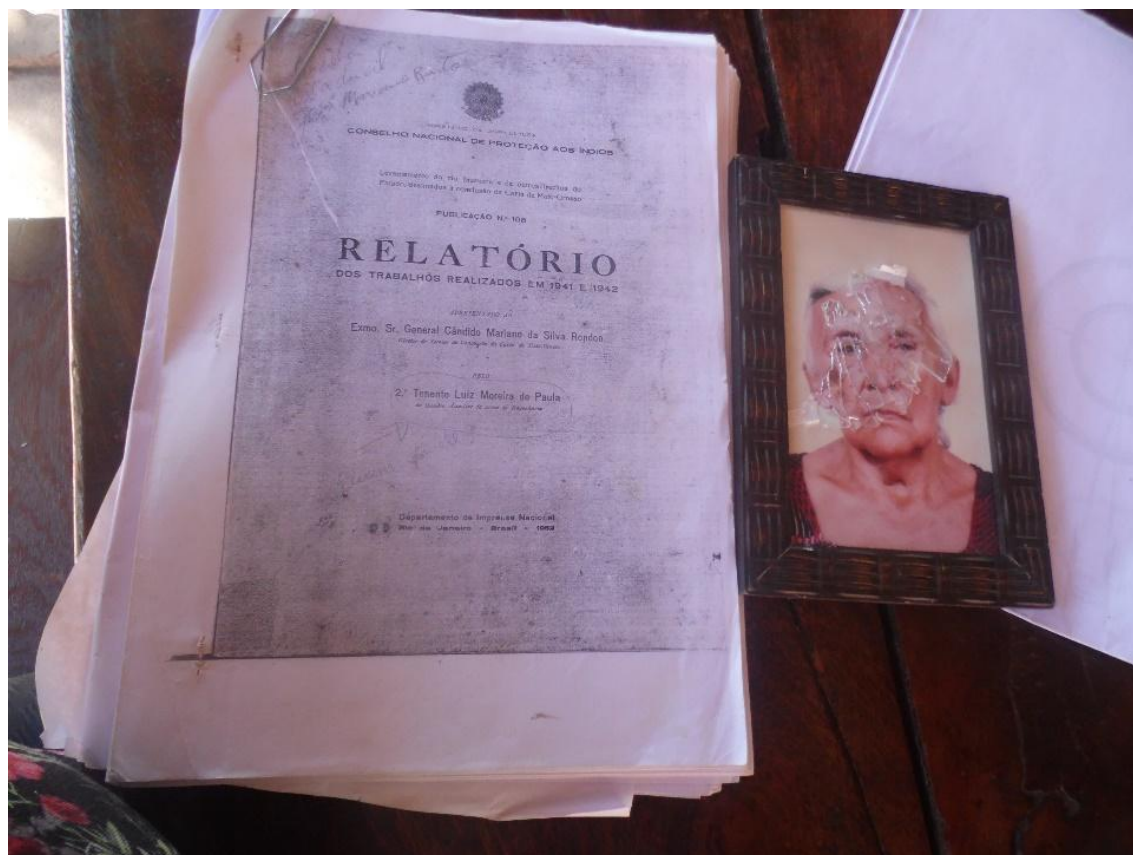
4. RESULTADOS E DISCUSSÃO

4.1 Aspectos históricos do Quilombo da Bocaina

A história da comunidade da Bocaina é de difícil demarcação temporal. Os interlocutores desconhecem com exatidão o período em que fora criada. Entre as conversas iniciais e tímidas, por se tratar de um assunto pouco comentado e que lhes causam apreensão, devido ao processo de expropriação que estes sofreram, foi difícil demarcar o início da formação do quilombo. Em campo tivemos a oportunidade de ler um dos relatórios (Figura 3) produzidos entre 1941 e 1942,

escrito pelo Tenente Luiz Moreira de Paula, que tinha por objetivo a colaboração complementar para os serviços cartográficos e topográficos que findaram a conclusão do mapa do Estado de Mato Grosso. O relatório apresenta-se como um registro do território conhecido pelos quilombolas, o território da Bocaina. Durante o trabalho de campo, registramos a foto da mãe (senhora Ausina Benedita Ferreira) de Dona Lenir ao lado do referido documento para demarcar sua história de luta.

Figura 3. Relatório da área produzido entre 1941 e 1942.



Fonte: Renata Vilhena, 2019.

No relatório são descritos os hábitos, as relações de trabalho (como era realizado o trabalho nas roças, nas florestas, nos rios e córregos), alimentação das famílias, habitação, as festas de santos, dentre outros. O documento expressa também clara indignação por parte do Tenente Luiz Moreira de Paula no que se refere ao “atraso” daquele povo, bem como, retrata expressões de cunho racistas relacionadas às tradições do povo quilombola. Este último pode ser conferido na fala retirada do

relatório ao referir-se a forma como os quilombolas cantavam aos santos de devoção: “é tão extraordinário que certamente o santo a quem a prece é dirigida precisará de um intérprete especializado em criminologia glotológica para poder entendê-la” (Relatório dos trabalhos realizados em 1941 e 1942).

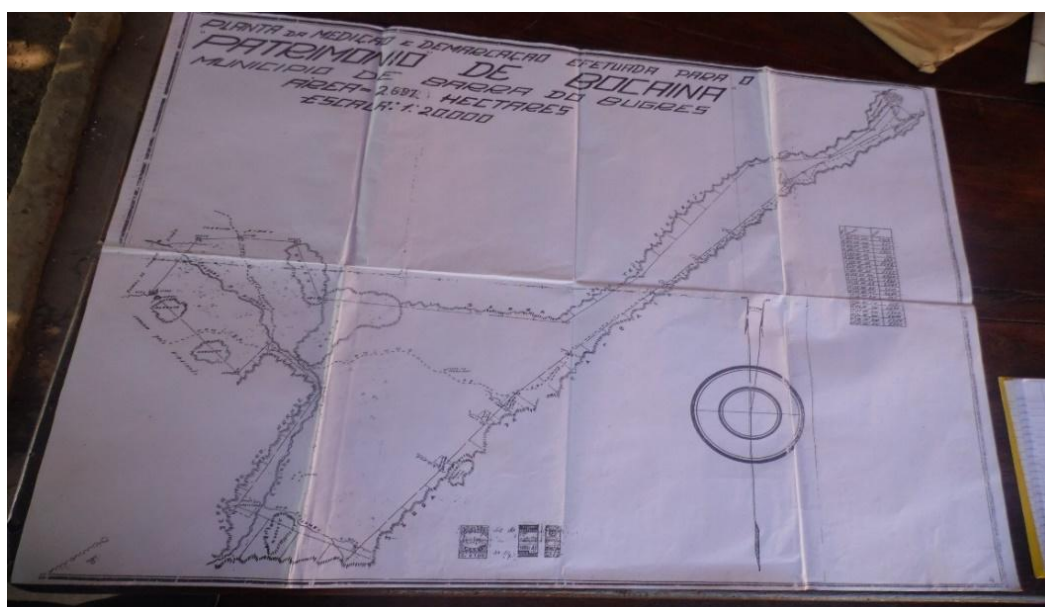
Assim, o relatório seria o primeiro instrumento de comprovação da existência do povo quilombola nas terras da Bocaina. Além do acesso ao documento, tivemos a

oportunidade de registrar o mapa (Figura 4) que mostra a localização das famílias que ali moravam. O acesso a estes documentos foi disponibilizado por um senhor do IBAMA à Dona Lenir, com a justificativa de que sua filha faria um trabalho de escola. Segundo D. Lenir, o relatório foi um

importante instrumento que demarca sua história. A respeito, diz:

“e eu fiquei com essa relíquia que veio pra mim, ai eu fui lendo, cada vez que eu fui lendo, olha minha história aqui, sem querer veio. Ai eu arrumei pra Izaurina (Presidente da Associação Rural Quilombo Bocaina-ARQB), pra ela tirar as partes que nos interessa e tirar xerox, Ai ela fez” (Lenir, 63 anos, comunidade Sete Barreiros).

Figura 4. Planta de medição e demarcação efetuada para o Patrimônio de Bocaina, onde sinaliza a ocupação das famílias quilombolas, Porto Estrela, MT, produzido pelo INCRA.



Fonte: Renata Vilhena, 2019.

Dentro desse contexto, para entender a história que perpassa as dinâmicas desse povo tradicional, buscamos aprofundar cada detalhe importante a partir das narrativas que me foram cedidas pelos interlocutores. Dona Lenir por exemplo, explica que o nome Bocaina seria porque “*na língua nossa lá (povo da Bocaina) quer dizer boca grande,*

Bocaina uma bocona” (Lenir, 63 anos, comunidade Sete Barreiros).

Na comunidade quilombola da Bocaina, as mulheres mais velhas eram supervalorizadas e todos conheciam como: as matriarcas, uma conselheira familiar, na qual cada família tinha a sua. Os principais sobrenomes das famílias que ali residiam e que foram recordados são: Ferreira,

Marciano, Ferraz, Campos e Diniz, sendo mencionado que a origem das famílias em geral é de descendência negra, indígena e italiana. Isto confirma o que Siqueira (2017) menciona sobre a constituição dos quilombos no Mato Grosso no quesito descendência. Afirmam que essa formação não ocorreu somente entre negros africanos escravizados, mas também com homens livres e pobres, dentre os quais podemos evidenciar os soldados desertores – indivíduos que foram pegos à força e destacados para o serviço militar - e ainda por índios e criminosos. O autor confirma esse pressuposto por meio das diligências que foram realizadas na época pelo chefe de polícia da Província de Mato Grosso, Bandeira de Melo. As Mulheres ainda possuem papéis fundamentais tanto na comunidade Pé de Galinha como na Sete Barreiros, pois não apenas orientam e aconselham os membros da própria casa, como do quilombo em geral.

Outra fala que valida essa constituição do quilombo é trazida por dona Rosa, ao contar a história de sua família:

O meu pai foi nascido lá [Bocaina] mesmo, ele é índio, era índio Boró e hoje eles são juntados com esses daqui (índios) Motinas. Eles eram Borós. Ai meu pai foi e roubou minha mãe, (como assim?). Deixa eu contar pra você, a mãe do meu pai é índia Boró nascida na

Bocaina. E depois o meu pai veio, minha vó morreu e meu pai foi e roubou minha mãe lá no Bacurizal, que lá também era outra aldeia e Bacurizal fica do lado da Jangada (município de Cuiabá). (Dona Rosa, Barra do Bugres, quilombola da Bocaina).

Ainda, dona Rosa complementa sobre como aconteceu a formação da Bocaina:

Vou dizer, no começo parece que tinha umas oito famílias, só que era longe um do outro, tipo assim, eu estou aqui, outro está lá na rodoviária, outro está lá naquela placa que vai para Porto Estrela, outro está lá naquelas casinhas onde a gente foi hoje, tudo longe assim, entendeu?

Segundo ela, se escutava as “zoadas”⁵ de que moravam mais famílias no local. Outro relato sobre como fora a chegada na Bocaina, é do seu Domingos, morador da comunidade Pé de Galinha. No primeiro encontro que tive com ele, uma das pessoas mais velhas da comunidade, e que foi atingido diretamente pela expropriação sofrida na década de 1970, disse-me com muita convicção que seu avô foi o primeiro homem a adentrar nas terras da Bocaina. Como disse seu Domingos, na primeira entrevista concedida, em junho de 2019:

Meu pai contava que foi o pai dele né. Ele morava no Três Riberão, certo dia ele pegou e disse que ia andar pelo mato e ia espiar como era essas terras pra lá. E pegou espingarda e cachorro e foi para o mato, andou por lá tu do e de lá ele veio, e falou pra

⁵ Ruído forte.

mulher dele ‘olha tem um lugar muito bom da gente fazer roça e água boa, sabe que eu vou fazer eu vou abrir lá e fazer roça, se mexerem comigo lá e aparecer dono, eu saio, e se não aparecer eu vou chamar mais companheiro pra gente começar a abrir roça’, falou assim né. E ele entrou lá e começou a fazer roça e com isso ele foi chamando os amigos dele, os conhecidos, foram entrando, foram entrando e foram abrindo (Seu Domingos, 72 anos, Pé de Galinha).

Neste trecho transcrito da entrevista, seu Domingos ressalta que a Bocaina naquele tempo “*era terra boa*”, não haviam moradores nas terras e com a ida de sua família e conhecidos para lá, é que começou a ser povoada, atraídos por ser “*um lugar muito bom de fazer roça*”. Observa ainda que na época seu pai trabalhava na Fazenda Coqueiro, cujo proprietário era conhecido por Darwin Corrêa da Costa. Então, pediu ao seu pai que viesse viver na Bocaina, pois aquelas terras eram boas para fazer roçado. Seu Domingos relata ainda sobre como era a roça e rememora um momento de fartura:

Na nossa roça toda vida, nós tinha e lá tinha como fazer né, e era terra pra você plantar e colher o que quisesse, pra não colher só se não plantasse, mas lá todo mundo que morava dentro da Bocaina tinha fartura, era bananal, mandiocal, canavial, o que plantasse dava, porque a terra era boa, nós tinha de tudo, milho, feijão, arroz, rama, muda de banana, era tudo, abóbora, melancia, todo mundo tinha, meu pai tinha boi, era até bom, criava porco, pouco mais criava, porque não podia faltar, por causa da roça criava mais preso, mas toda vida meu pai tinha, criava galinha

também, peru (Seu Domingos, 72 anos, Pé de Galinha).

Podemos nos deparar com relatos parecidos na pesquisa de Nascimento e Guerra (2016). Os autores desenvolveram um estudo na comunidade do Baixo Acaraqui, em Abaetetuba/PA, apontando que, de acordo com os atores sociais, nos tempos antigos era bem mais fácil a obtenção de alimento, caracterizando uma maior fartura, não apenas na produção da roça, mas também na obtenção do pescado e das caças, algo que possui semelhança com as narrativas dos tempos pretéritos na Bocaina em relação a fartura dos alimentos, assim, com o passar do tempo a comunidade foi se formando e crescendo, todos atraídos pela abundância dos recursos naturais e terras férteis. Como pode ser observado nas narrativas que depois da entrada dos primeiros moradores, a Bocaina foi sendo povoada. Seu Filhote relata que na Bocaina moravam aproximadamente 63 famílias: “*quando já se viu já estava virando uma cidade*” (Seu Domingos, 72 anos, Pé de Galinha).

Com o anseio de um lugar para o trabalho, moradia e sobrevivência, as terras da Bocaina abrigaram muitas famílias. Um dos relatos marcantes durante a pesquisa que contribuíram para escrever esta história foi de seu João, um morador de Porto

Estrela que conhece a luta das famílias da Bocaina:

Então aquele que na época pode requerer, o governo mandou o agrimensor. Quem requereu teve que pagar a escritura e a medição que não era por conta do governo mas o requerimento tinha que pagar. Ai os outros não interessou, ficava a vontade. Ninguém implicava com ninguém lá [Bocaina]. Ai ficou como Patrimônio da Bocaina, aquele povo já morava lá, chegava qualquer um, ninguém impedia, podia chegar lá, trabalhar, plantar de tudo, ninguém falava nada. Lá era mãe da pobreza, qualquer um entrava, plantava, colhia, morava né. E hoje até pra entrar lá só os funcionários da fazenda e a porteira no cadeado. Ai ficou assim lá. A Bocaina é dos quilombolas (Seu João, Pé de Galinha).

Na narrativa do seu João, mesmo ele não sendo um quilombola da Bocaina, consegue mostrar o quanto a luta das

famílias por essa terra é significativa, pois o território para os quilombolas, sempre foi símbolo de sobrevivência e alimentação. Assim, ele explica como se era solicitada na época as terras na Bocaina, comunidade considerada como “mãe dos pobres”, então ele afirma o forte pertencimento dessas famílias com a terra e os recursos nela disponíveis. Seu João possui a titulação de suas terras, as quais foram compradas por seu avô. Durante a pesquisa ele compartilhou a documentação, conforme a Figura 5. Ainda segundo Seu João, ele frequentava a Bocaina quando jovem, principalmente nos momentos em que ocorriam as festas de santo.

interesse maior dos latifundiários seria de utilizar as parcelas de terra para a pecuária.

Os quilombolas relatam que foi questão de tempo para essa tomada de território e depois disso ninguém plantou mais nada, levando ao estado crítico de expulsão e esse processo tornava-se cada dia mais difícil, uma vez que foram impedidos de produzir seu próprio alimento e de suas famílias.

4.2. Cenário da expropriação

O território mato-grossense foi acompanhado por transformações socioespaciais que foram decorrentes, em parte, pelas políticas de desenvolvimento econômico no país. O movimento de expansão da fronteira agropecuária, direcionado ao Oeste do Brasil, especificamente no Mato Grosso, envolveu políticas públicas federais, acabando por gerar conflitos socioambientais de grande complexidade. A partir de políticas e projetos de governo, essa região foi se consolidando como fronteira desses conflitos, de diferentes agentes históricos: povos indígenas, posseiros, grileiros, trabalhadores rurais, empresários e colonizadores (JUNIOR e DA SILVA, 2016).

A conduta do governo militar perante o processo de ocupação econômica da Amazônia pode ser entendida como um patrocínio do poder público aos grandes grupos econômicos. O acesso às terras amazônicas por parte dos capitalistas foi emoldurado por grilagens, falsificações, compras, e nos projetos aprovados pela Superintendência para o Desenvolvimento da Amazônia (SUDAM) destinados ao Pará e ao Mato Grosso (JUNIOR e DA SILVA, 2016).

Dentro desse contexto, a abertura de estradas também foi um quesito que facilitou o acesso de pessoas vindas de outros lugares para ocupar esses espaços, deflagrando toda uma ação de luta pelas terras que estavam tradicionalmente ocupadas pelos então quilombolas da Bocaina. As posses de terra passaram por muitos percalços provocados pelos fazendeiros que tentavam a todo custo tomar o território, através da grilagem de terra. Dessa forma, os quilombolas que viviam na Bocaina foram sendo espalhados para outros lugares, como por exemplo, um dos primeiros lugares tudo que ousaram construir na Bocaina, que para eles sempre foi lugar de abrigo, sustento e manifestação cultural. Hoje não passa de um lugar de passagem e visitas às escondidas para suprir a necessidade de reviver memórias tão

especiais. Conforme preconizam as falas de dona Rosa, em relação a construção de estradas e a entrada do INCRA,

No Porto Estrela que tinha um homem que se chamava Assobia que morava lá e desse homem ai é que tinha a picada que passava, que ia para a Bocaina e daí nasceu uma picada (estrada curta ou pequena) pra Cuiabá que era um outro povoado, e depois esse povo do Cuiabá mudou pra Três Robeirão, na beira do Três Robeirão tudo na estrada, tudo na picadinha que passava para ir para a Bocaina lá no fundão e de lá do Coqueiro pra cá tinha a estradinha que vinha atravessado por cima da serra que tinha a Camarinha que também era outro povoado. Ai a gente passava, tanto que era primeiro pra lá a saída e depois começou a fazer estradinha pra cá (Barra do Bugres) ai o povo começou a navegar pra cá. [...] Ai descobriram nós lá, ai nós começamos a vender, uns tocavam a roça grande, outros mais pequenas, mas todos tinham algumas coisinhas pra vender pra comer né, pra sobreviver. [...] Depois que foi abrindo estrada, fazendeiro foi descobrindo a gente” (Dona Rosa, quilombola). Inclusão nossa em negrito.

[...]Porque era assim, a terra lá era muito boa, por exemplo, a gente tocava a roça aqui durante um ano, ano que vem isso aqui já era reflorestado e já roçava em outro lugar, ai derrubava ali e plantava, era grande onde a gente plantava, só que daí sabe o que aconteceu, eles foram descobrindo a gente lá e começou a entrar uns homens pegando nossos documentos e depois veio o INCRA. O INCRA foi lá, mediu para as pessoas as áreas demarcadas que era área de quilombo (mas vocês já se reconheciam como quilombo nessa época?). Nós nem sabíamos que tínhamos direito sobre aquela terra, nós não sabíamos disso. O INCRA foi lá e mediu e deu um papel pra gente, tipo um mapa, aí uns enrolou, guardou, com o tempo veio esse

homem pegando os papéis para por no arquivo. Olha nós queremos o papel, é o papel que o Agrimensor deu, nós queremos eles para colocar no arquivo. Muitos que não sabiam ler entregaram e os que sabiam ler que não quiseram entregar, eles ficaram marcando, porque daí eles vieram e arrumaram um meio de matar aquelas pessoas para poder pegar o papel e acabou pegando mesmo, e as pessoas não tinham noção, que as pessoas eram boas naquele tempo” (Dona Rosa, quilombola).

O relato de Dona Rosa demonstra que teve época de grande produção de alimentos e outras fabricações artesanais de farinha e doces, por exemplo. Uma das narrativas, lembra, que levavam para vender no Mercado local vários produtos, como: polvilho de araruta, cana-de-açúcar, rapadura, o melado e o açúcar mascavo. Confeccionavam da mandioca, além da farinha também o beiju e o polvilho. Plantavam, colhiam e confeccionavam o fumo com rolos de aproximadamente 50m e vendiam para subsidiar o que não produziam. As décadas de 1960/70 marcaram diversas comunidades que passaram por um processo conflitante e dramático, pois ocorreu de certa forma um processo de expulsão, que envolveu também o quilombo da Bocaina nesse mesmo período. Esse processo, de expropriação territorial, que conduziu à situação em que se encontram as famílias quilombolas da Bocaina hoje é

compreendido por estas como “esparramados”⁶. Uma vez que houve a perda total de seu território, consequentemente, a restrição de suas práticas produtivas que dependiam da terra para sua reprodução sociocultural. Neste sentido, não apenas as práticas produtivas foram afetadas com este processo de expropriação, mas a vida da comunidade como um todo, uma vez que o território era local onde se enterrava os mortos, onde se faziam as festas, enfim, toda a dinâmica de reprodução material e social se dava na Bocaina.

Nesse sentido, o contexto é marcado por fortes coações, usurpações e assassinatos e pelos grandes conflitos socioambientais entre fazendeiros e quilombolas, tal como é demonstrado nos relatos abaixo:

Pistoleiros a mando de fazendeiros entravam nas casas e atiravam por cima, que nem as mulheres que eram viúvas que nem minha sogra, não tinham um homem, nada para reagirem, só seus filhos e ficavam com medo de sair de lá, soltou gado na roça em tudo. Esse povo dividiu em muitos grupos de pessoas, porque aqui tem duas comunidades. Tem aqui no Pé de Galinha e tem no Sete Barreiros e pra lá foi outro povo, que falam que é da Bocaina do outro lado na Bauxina, em Cuiabá, mora por outro lado pra lá, parente do meu marido”. (Dona Silas, 48 anos, Sete Barreiros).

Ai eles arrumaram nós num ranchinho, desceu os trens tudo e disse ‘bom dai vocês vão andando até arrumar quem dá lugar pra vocês ficarem, porque aquele lá vocês não vão mais voltar, se vocês voltarem, vocês morrem. Vou colocar guarda pra matar todo mundo (jagunço)’. Ai nós ficamos na beira da estrada. Dai foi esparramando”. (Dona Rosa, Barra do Bugres, quilombola da Bocaina).

De quando tomaram a Bocaina eu faço a base que tinha 70 e poucas famílias dentro da Bocaina, aproximadamente quando saímos minha filha que tem 50 anos estava andando e a outra mais nova estava sentando, que quando tomaram a Bocaina eu já era pai de duas filhas, essa mais velha que mora na Barra e a outra que mora lá na fazenda pra dentro da Barra [do Bugres], e essa estava no braço” (Seu Domingos, 72 anos).

Com efeito, os fazendeiros fizeram com que a todo custo, as áreas de uso comum nos cerrados fossem ocupadas pelos seus jagunços/pistoleiros que usavam da força para coagir os povos que estavam ali tradicionalmente ocupados. As áreas de cerrado foram consideradas devolutas pelo Estado, como mostram a memória contada das famílias que residiam na Bocaina. Dessa forma, com o tempo os quilombolas foram sendo surpreendidos com o aparecimento de órgãos governamentais, como por exemplo, representantes do

⁶ O termo esparramado é utilizado localmente com o significado de espalhado, distribuído por vários lugares. As pessoas empregam

para explicar o momento em que as pessoas foram expulsas e acabaram se estabelecendo em diferentes lugares (SANTOS e BARROS, 2016, p. 3).

INCRA, que realizavam medições das terras e em seguida lhes entregam mapas do território. Em seguida, vieram outras pessoas solicitando o tal mapa cedido pelo INCRA, afirmando que precisavam dele para inserir em um arquivo de documentação das terras, no entanto, estes só enganaram as pessoas, pois muitas delas, ingênuas e sem saberem ler ou escrever, caíram nesse golpe. Outras duvidaram e tiveram receio de entregar, mas esses ficaram marcados sobre ameaças e muitos que resistiram a entregar, perderam a vida. Alguns desses fatos são revelados na fala de Dona Rosa,

Meu pai morreu matado lá. (Ele lutou pra não sair?). Ele lutou, o primeiro pessoal que eles tiraram entraram e pegaram esses papéis que era para por no arquivo, aí não sei com quantos dias eles pegaram e voltaram e disseram eu vou comprar esse pé de poncã seu, ‘você não vende esse pé de poncã?’. E as pessoas sempre inocente né, ‘vendo’. Mas não tinha noção que ele estava comprando que ele queria a terra toda. Aí ele pegava, dava uma quantia pequena que na época era cruzeiro dava pra um, pra outro. E ficava com pé de poncã, de dona Cirila mesmo ele ficou que queria comprar mesmo, nós, ele não falou assim, mandou sair. Acabou que eu não sei se ela vendeu, só sei que ele tirou eles também. Tirou todo mundo, não ficou ninguém. (Dona Rosa, Barra do Bugres, quilombola da Bocaina).

Nesse jogo de interesse, o oportunismo e a ganância, estiveram presentes. Até mesmo vidas foram ceifadas para que assim os fazendeiros pudessem ter

acesso às terras que por direito eram dos quilombolas. Direito esse, conquistado, lembrado e registrado em documentos perdidos; mas não esquecidos por aqueles que a história insiste lembrar. A história desse povo precisa ser lembrada. As narrativas cedidas durante a pesquisa mostram claramente as diversas situações sofridas. Para além dessa questão de perdas de terras e diversos conflitos com atores indesejados, ainda se tem os conflitos internos entre os quilombolas, gerados pelas formas de organização e luta pela terra. Algumas lideranças ainda tomam a frente em busca de reaver o território de uso comum, outros afirmam que se muitas terras foram vendidas aos fazendeiros estas agora pertencem a eles, outros ficam em uma situação complicada por prestarem serviços aos fazendeiros e temem se comprometer caso entrem nessa luta, o que implica em novas formas de organização social bem como de subsistência, fazendo com que estes se adaptem a nova realidade.

Devido às dificuldades enfrentadas e os problemas do passado relatados, é comum dentro das comunidades, uma certa cautela, onde muitos têm uma desconfiança em relação a ceder qualquer tipo de informação que coloque em risco mais uma vez seus lugares de morada e por isso evitam expor de forma exagerada ou a

pessoas que não confiem sobre a história e organização do quilombo a qual fazem parte. E assim, continuam conflitando em relação a quem tem direitos ou não sobre as terras, embora algumas famílias afirmem ter dúvidas sobre os direitos que ainda possuem sobre o território. Com isso, o pensamento estabelecido em grupo reverbera sobre o que é proposto por Pollak (1992, p. 204), no qual o autor afirma o seguinte enunciado: se é aceitável a condição entre memória individual e coletiva isso mostra que tanto a memória como a identidade são questões disputadas entre conflitos que perpassam o interesse social mas que também permitem ser intergrupais e assim refletem em grupos com conflitos políticos diversos.

A compreensão da formação do quilombo, bem como das motivações que ocasionou a perda do território da Bocaina, se deram a partir de análises das narrativas que eram referentes à memória que se tinha da vida do passado e no presente, assim como dos saberes repassados através da oralidade como forma de preservar a cultura e a identidade que marcaram história em um território de lutas e resistência. Com isso, nota-se que as narrativas cedidas pelos atores sociais das comunidades Pé de Galinha e Sete Barreiros, refletem na memória e no sentimento de pertencimento

que se tem do território, onde estão completamente imbricadas características de uso comum, identidade e cultura.

É importante destacar que ainda que as famílias tenham sido “esparramadas” pelos diversos motivos já mencionados, a resistência, a luta e, sobretudo, o pertencimento a este território permanecem, haja visto que os quilombolas das duas comunidades em estudo, alimentam com carinho e nostalgia suas memórias e possuem um apego afetivo com suas moradas passadas e que não estão ligadas apenas com a disponibilidade de recursos que aquele território ofertava, mas também com as alegrias vividas, a sociabilidade e a comensalidade que são questões importantes observadas neste trabalho. Importante fala evidenciada no relato de dona Lenir:

Por isso inventava história de rei e rainha, coisas pra criança acalantar e dormir tranquilo pra sonhar com aquelas melhorias que podia chegar, só que pra mim não chegou, pra mim foi as piores. Eu não vi o final da história. (A senhora vendo sua vida assim, a senhora não se lembra ter?) Não, não tem nada boa, minha vida, minha infância feliz foi lá (Bocaina) banhando no riozinho, com meus irmãos, meus amiguinhos. Quando eu ia nas festas com a mamãe, ela era cozinheira das festas, colocava a janta pra nós, armava as redes lá nas casas da festa, as coisas bonitas que ficaram foi só nesse tempo. (Dona Lenir, 63 anos, Sete Barreiros).

O vínculo com o território da Bocaina permanece vivo não somente na memória, mas no cotidiano, pois os rituais, sejam eles religiosos ou não, ainda fazem parte do dia a dia dessas famílias, seja na forma de se preparar uma comida ou de simplesmente armazená-la. O fato é que as relações sociais que perpassam todo esse conflito é que os tornam mais fortes, por acreditarem no “tempo bom” que vivenciaram na Bocaina, “mãe dos pobres”, terra de fartura e que ao mesmo tempo, os levam a questionar-se sobre seu passado e suas lutas da vida na formação histórica negra. Dona Anália fora uma das questionadoras de suas lembranças

“Como se nós nascemos lá e nós criamos, meus avós, bisavós, de geração para geração e no fim chega esse dono, que não sabemos quem é, como?”

Diz ainda, sobre as ameaças que enfrentaram, o medo de morrer fizeram com que saíssem da terra, com uma trouxa na cabeça e andar a procura de um outro lugar.

As boas lembranças dos “*tempos bons*” da Bocaina a todo tempo foram rememoradas pelos seus antigos possuidores, que até hoje guardam vivo o desejo de voltar para suas terras. Desejo que convive com desesperança. As famílias quilombolas ficaram marcadas pelas drásticas transformações que sofreram até

se estabelecerem nas duas novas comunidades que surgiram após estes deixarem a Bocaina. Podemos reviver um pouco do modo de vida dos quilombolas relatado por Dona Maria, que apresenta a diversidade que se encontrava no quilombo e a dificuldade que foi “*perder tudo*”,

Eu tenho um sentimento tão grande, eu lembro que quando a gente morava na Bocaina a gente tinha de tudo, tinha roça, tinha milharal, tinha mandiocal, bananal, tinha feijão, tuia de feijão, tuia de arroz, paiol de milho, nós tinha de tudo, era cará, batata, cana, banana era no jirau de quatro a cinco cachos madurando. Pra quando a gente sair de lá e não ter nada (Dona Maria, comunidade Pé de Galinha).

É interessante entender que a atual ocupação do território é resultado de um fluxo migratório intenso nessa região do Cerrado, sobretudo, pelos donos de grandes fazendas desde a década de 1970. Dentro desse contexto, a Bocaina se caracteriza como território de disputa, primeiramente descoberta, conquistada e ocupada, pela necessidade de se ter uma terra boa para produzir e viver, com isso era comum que houvesse uma maior mobilidade, afim de se adaptar ou localizar cursos de rios e bons locais para se construir as casas.

E assim foi se formando o quilombo, que de forma gradual começou a ter uma dinâmica identitária e cultural interessante, pois o grupo foi se construindo e se moldando a partir de um trânsito

constante pelas terras, ocasionado pela alta relação produtiva com o território, principalmente no que diz respeito a agricultura que possui causas de temporalidade, ou seja, a partir da observação, os primeiros povos tradicionais do local tiveram certeza da qualidade da produção que se retirariam daquele local, aos poucos foram passando para gerações futuras todos os saberes sobre a regeneração dos ciclos produtivos.

Faz-se necessário entender que existe uma relação entre o território da Bocaina e a memória dos quilombolas que hoje vivem em Pé de Galinha e Sete Barreiros. Os relatos dessa presente pesquisa compõem as mais diversas dimensões, sejam elas materiais ou simbólicas. O fato da memória permanecer cada dia mais viva dos “tempos bons” da Bocaina e sendo repassadas ao mais jovens através da oralidade, faz com que muitas questões simbólicas, religiosas e afetivas também sejam vividas nas novas comunidades de morada, pois são revividas através das lógicas produtivas, da comensalidade, das sociabilidades, das linguagens, da diversidade etnicorracial, das festas e das muitas cantigas que contam a vida e luta do povo. Uma das cantigas lembrada por dona Maria, em uma conversa

no fundo do quintal, ela canta os versos com entusiasmo:

Mineiro pau, mineiro pau
Na janela do meu quarto veio
um carneiro porrudo,

Trouxe uma carta no bico, foi
meu amor que mandou

Espera, espera iaiá espera o
sol meu amor serei o cravo, botão de
flor

Essa noite esteve escura,
com vontade de chover, como estará
meu bem com vontade de me ver

Espera, espera iaiá espera o
sol meu amor serei o cravo, botão de
flor

Olha só cachorrinho não
arranha meu fogão, vou dar parte pra
seu dono te trancar no condão

Espera, espera iaiá espera o
sol meu amor serei o cravo, botão de
flor”

“7 + 7 são 14 Mineiro pau,
mineiro pau com mais 7 = 21 Mineiro
pau, mineiro pau

Tenho 7 amores no mundo
Mineiro pau, mineiro pau faço caso só
de um Mineiro pau, mineiro pau.

Com essa mistura de sentimentos por rememorar experiências é natural que haja muitas memórias do local, mas também alguns esquecimentos de parte dessa rica construção histórica que é o quilombo da Bocaina. Este caso pode ser corroborado com os pressupostos colocados por Le Goff (1992), no qual diz que a memória é uma espécie de jogo de poder em que muitas ferramentas são utilizadas para formar os arranjos.

No caso da Bocaina, principalmente no contexto da formação histórica negra, é importante para entender a nova dinâmica territorial que se estabeleceu na região. Por

isso, o autor ainda destaca que é essencial democratizar a memória para que assim as pessoas tornem-se senhores de memória e esquecimento, na qual estes dominem a história coletiva.

Nesta pesquisa é predominante o diálogo entre território, memória, saberes e as práticas alimentares que são passados de geração em geração, em busca do não silenciamento das comunidades quilombolas e das questões etnicorraciais tão importantes para esses povos, o que traz cada vez mais luta e resistência para a identidade quilombola dos moradores de Pé de Galinha e Sete Barreiros, além também de todos aqueles que são da comunidade, mas que por algum motivo tiveram que ir para a zona urbana em busca de novos meios de vida. Dessa forma, Anjos (2006) preconiza que a formação dos quilombos se dá a partir de um nível de compreensão da luta destes, seja pelas informações que os quilombolas trazem consigo ou por vestígios encontrados na comunidade. Com isso a oralidade funciona como propagador da cultura desses povos difundidos geralmente pelos mais velhos da comunidade.

O quilombo da Bocaina foi criado para se conseguir ter acesso a uma maior disponibilidade de recursos para alimentação. Após esse processo que

aconteceu de forma lenta e gradual, a comunidade passou por uma disputa de território, de um lado os primeiros ocupantes e, de outro, atores indesejados. Nesse sentido, com a difícil disputa de terras e um complexo processo de resistência, os quilombolas foram expropriados de lá. Após o processo de expropriação, a maioria dos moradores foi despejada na beira da estrada, lugar onde hoje é a comunidade Sete Barreiros, onde se concentra parte do grupo atualmente. Dali em diante as famílias tiveram que procurar do que sobreviver, por isso foram a procura de trabalho em fazendas, viver de arrendamentos, entre outros. Em relação a isso, os próximos relatos sinalizam:

Quando nós saímos de lá, que tomaram lá, aí foi um extravio danado, cada um foi pra um canto, outro foi pra outro, um sofrimento danado, eu mesmo quando sai vim certo com meu sogro aqui (Pé de Galinha), que ele morava ali e então ele falou, não, tu vem pra cá, faz um ranchinho lá e planta um pedacinho de roça lá, ainda tinha como fazer lá, aí eu plantava lá, plantava rodinha de mandioca, moita de cana, só que a terrinha era pequena né e era bastante filho que ele tinha, e os outros não, meus irmãos sumiram tudo pro mundo, eu tenho duas irmãs, uma eu sei que é viva e outra eu tenho certeza que não é, quando nós extraviou eu nunca mais vi essa mulher, uma eu vi uma vez que é mais caçula do que eu”. [...] muitos foram para outros lugares, estão na vila de Porto Estrela, na Barra do Bugres, Cuiabá, Tangará [...]. (Seu Domingos, Pé de Galinha).

Aí me casei cheio de dificuldade, já aqui jogado né, saímos

de nossas terras, meu marido teve que trabalhar pras fazendas pra criar os filhos junto comigo, e eu cozinheira dos fazendeiros, da patroas. Ele cuidava do gado, dos quintais de tudo por lá. E eu fingia alegria para os patrões, pras patroas, pras dondocas e por dentro estava chorando, e depois que a gente voltou pra cá, porque isso aqui é tipo herança dos pais. Ai foi casando e foi saindo pra trabalhar pra criar os filhos. E depois que a gente criou os filhos, os filhos cresceram, estudaram um pouquinho, trabalham pra fora né, já mora na cidade, tem emprego. E eu depois que criei os filhos com o marido viemos pra cá pra esse lugarzinho aqui”. (Dona Elencir, Sete Barreiros).

Muitos moradores relembram desse momento de “fartura” conforme mencionado anteriormente no texto, com certa nostalgia, enquanto se afligem ao se confrontar com a realidade que vivem atualmente. Situação esta em que muitos moradores são obrigados a se manterem em pequenos pedaços de terra, outras vezes, a pedir pequenos pedaços de terra aos fazendeiros ou sitiantes conhecidos para poderem plantar um roçado, e com a metade do que foi plantado, ou mesmo, com o plantio de capim posteriormente, pagavam seu arrendamento. Seu Domingos descreve muito bem a situação de como conseguiam manter-se depois da expropriação,

As formas que conseguia se manter foi o arrendamento, seja no meio a meio da produção final ou em troca do plantio do capim, e tudo era plantado nessa época com muda, pra muitos pagava na renda, por exemplo na meia, se eu planto a roça pra senhora e eu colho 40 sacos de

mantimentos 20 é meu e 20 é da senhora, assim que era, ou então, se a senhora falar você planta roça, e você planta o capim pra mim, ai eu não tinha como dar o mantimento pra senhora, só que ai eu plantava o mantimento e plantava o capim pra ele, hora que eu tirava o mantimento o capim ficava pra ele, assim que era (Seu Domingos, Pé de Galinha).

Esse relato se repete nos discursos dos interlocutores das duas comunidades. A ausência de terra hoje para o roçado, uma vez causada pelo processo expropriativo, é adicionada à falta de áreas para o arrendamento, pois já quase não se faz, devido as áreas estarem ocupadas pela criação de gado na sua grande maioria, outra, é difícil hoje os fazendeiros cederem espaços para que as famílias possam trabalhar. Essa lógica de “dar” um pedaço de terra para essas famílias, para que possam plantar seus roçados, acontecia com mais regularidade enquanto as áreas de pastos ainda não haviam sido criadas. Mas ainda hoje, apesar de pequena, esta prática existe, os fazendeiros “amigos” e alguns sitiantes “parentes” cobram, portanto, no final da colheita, a meia da produção ou plantio de capim, como é o caso dos fazendeiros.

Os quilombolas da Bocaina passaram por uma forte crise, que não apenas abalaria seus modos de sobrevivência como refletiria nas questões

culturais que permeiam o modo como se expressam, se relacionam e lutam por suas terras que eram de direito. Assim, a separação das pessoas para que cada família daquela tivesse que sair da Bocaina e procurar lugar de morada, foi muito difícil e conflituoso, pois muitas mudanças ocorreram, o que fez com que os quilombolas perdessem de fato o acesso a lugares importantes.

Muitos começaram a voltar a frequentar suas antigas terras as escondidas dos fazendeiros, pois caso estes o encontrassem por lá poderia custar a própria vida. Alguns conseguiam de alguma forma a autorização para visitar o espaço, mas em sua grande maioria as visitas eram às escondidas e também, caso algum quilombola desejasse trabalhar por essas terras para os fazendeiros deveria esconder veementemente suas origens.

Após serem expulsos de suas terras, os quilombolas tiveram que buscar outras alternativas, já que o novo território onde se fixaram eram escassas de terras agricultáveis, diferentes da anterior, um processo que vinha dificultando sua sobrevivência não apenas alimentar, mas também cultural. Por isso, muitos iniciaram os famosos arrendamentos de terra, estes permaneciam trabalhando nas fazendas, plantando e colhendo, assim também como

exerciam outras atividades, para assim conseguirem complementar a renda das quais precisavam para garantir seu sustento. E com isso, contavam com as possíveis instabilidades da agricultura e do pequeno mercado local. Antes mesmo dessa nova realidade de arrendamentos, as famílias que foram expropriadas passaram por grandes dificuldades, exemplificado nos relatos de dona Rosa e de dona Santina,

Tiraram minha mãe e jogaram na beira de uma estrada num ranchinho que não chegava no céu, eu comi casca de pau e estou aqui para contar a verdade. (Dona Rosa, Barra do Bugres).

Nós sofremos, nós comemos até aquela mandioca que brotava assim, tinha a rama assim, minha mãe ia lá e fuçava na capoeira dos outro pra vê se tinha pra gente comer com sal, nós sofremos viu menina, eu cheguei até a comer casca de pau de fome. 'É o que eu falo judiação foi aquilo (Dona Rosa, Barra do Bugres).

Quando a gente chegou lá no Sete (Barreiros) o que salvou a gente foi um caminhão de arroz que caiu próximo do córrego Ribeirão, o dono ficou comovido com a nossa situação e deu todo arroz pra gente.

Após a expropriação, o processo de ocupação das terras existentes na comunidade Sete Barreiros se deu a priori a partir do confronto inicial existente entre os fazendeiros e os quilombolas desde os tempos antigos. Já o processo e ocupação da comunidade Pé de Galinha se deu pela saída

“conturbada” de umas das famílias quilombolas da Bocaina. A esse fato Santos e Barros (2016) relatam que

"a saída dessa família se deu por causa de uma contenda seguida de morte de um familiar com um jagunço à época. Assim, com medo, a família decidiu mudar-se, onde se estabeleceu no local que hoje é a comunidade Pé de Galinha”.

Com isso torna-se válido destacar que os confrontos diretos e indiretos causados por esse processo refletem-se nas formas de uso e apropriação da terra, na maneira como os quilombolas realizam suas atividades produtivas, bem como, no próprio processo de territorialização das duas comunidades.

As práticas culturais nas comunidades incorporam diversos aspectos, dentre elas têm-se a religiosidade, a economia, a política, a reciprocidade, a sociabilidade das comunidades, encontros familiares, festas de santos, banhos no rio e córregos e torneios de futebol e estilingue. São as principais referências da cultura local, ao lado dos ritos tradicionais, os quais, por sua vez, envolvem saberes locais associados aos recursos naturais existentes desde a época da Bocaina e que ainda permanecem na memória local. As formas de lazer dos quilombolas da Bocaina acontecem em espaço e em momentos diversos, embora haja, em algumas

situações, hora e lugar marcados, como é o caso dos campeonatos.

Enquanto viviam na Bocaina, as formas de lazer eram representadas pelo costume dos antigos em realizar festas, principalmente em homenagem a determinados santos, mas elas não aconteciam apenas em dias santos, elas ocorriam também, por exemplo, quando eram realizados os Muxiruns, sempre acompanhado por uma dança bem conhecida, o siriri. Um momento para sociabilizar e festejar junto às famílias do quilombo.

Durante o período da Semana Santa os atores sociais dessas comunidades deixam de desenvolver algumas atividades, ou seja, as fazem com algumas restrições, para que se preserve o respeito pela importante data religiosa. Sendo assim, fica proibido a caça, a pesca ou mesmo as atividades nas roças. No entanto, também existem práticas que só são realizadas neste período. Na comunidade os mais velhos rememoram a tão conhecida “*sexta-feira maior*”, a sexta-feira da Semana Santa que possuía práticas seguidas rigorosamente desde “aquele tempo” da Bocaina. Ao entrar na sexta-feira maior, nos primeiros dias da semana, na segunda-feira e na terça-feira, se realizavam a lida com a roça, com a colheita de lenha e dos alimentos

provenientes da roça, levados para processamentos e manipulação nas casas. Na quarta e quinta-feira, os dias eram dedicados a pesca. A pesca acontecia em um local próximo à Bocaina, os principais pescados da época eram: lambari, bagre e bagre-preto, os quais eram servidos para o preparo do peixe frito e ou escaldado de peixe⁷.

Existiam dois cemitérios localizados no Território da Bocaina. O cemitério das crianças, local onde eram enterradas crianças de até 10 anos de idade, porque são consideradas inocentes. E o outro cemitério, dos adultos, no qual existia uma divisão na forma como eram enterrados os mortos, separando os que morriam naturalmente dos que morriam assassinados.

Hoje o cemitério é localizado próximo ao Núcleo de Porto Estrela, que é utilizado tanto pelas famílias quilombolas como pelos moradores do município. O rito de antigamente fora alterado, não existe mais o rito de rezar em cada estágio do velório ao sepultamento. Agora é feita apenas em uma única vez a oração. Para os que são crentes, é realizado o culto, e para os católicos, é realizada a missa. Houve uma mudança também em relação ao sétimo

dia após a morte. Para os católicos, adotou-se a prática de realizar uma missa no sétimo dia de falecimento.

4.3. A constituição da Associação Quilombola da Bocaina

A expropriação sofrida pelas famílias quilombolas da Bocaina não significou um final. Apesar das grandes dificuldades, elas seguem sobrevivendo dentro de uma nova realidade. Houve e há uma “recriação e regeneração de ideias e modos de vida” (MARTINS, 1996, p. 12). Nesse processo tem-se a memória como uma aliada, que se constitui como forma de resistência, seja pela perpetuação das práticas culturais dos quilombolas, ou mesmo, na persistência da luta pela retomada do território, situação evidenciada por D. Rosa em sua luta para conseguir criar a associação quilombola com intuito de reaver seu território.

Devido a grande preocupação em se ter um lugar para caçar, pescar e cultivar alimentos, que se deu a incessante luta pelo território. Destaca-se nesse processo, D. Rosa. Ela foi quem guardou o primeiro documento que demarcava as terras de seu pai, em meio ao despejo sofrido, sua mãe

⁷ Prato típico da Bocaina, consiste no cozido de peixe.

conseguiu resguardá-lo. Quando ela entendeu que precisava lutar por aquelas terras, foi para um cartório e conseguiu guardar a documentação por anos, para usar no melhor momento. Ela passou por diversas ameaças e coações, conseguiu participar em reuniões importantes com agentes públicos e fazendeiros da região. Após participar de algumas audiências e de inúmeras tentativas, formou uma associação de moradores que conjugou as lutas por seu território com a defesa de suas práticas tradicionais. Os quilombolas da Bocaina constituíram, assim, a Associação Rural Quilombo da Bocaina (ARQB), com a coordenação de D. Izaurina, cujo intuito fora facilitar a titulação territorial para o povo quilombola da Bocaina.

Após a criação da ARQB, o quilombo da Bocaina foi reconhecido pela Fundação Cultural Palmares, pela portaria Nº195, de 29 de novembro de 2011, publicado no Diário Oficial da União nº230, em 01 de dezembro de 2011, como comunidade Remanescente de Quilombo Bocaina. Apesar do reconhecimento constitucional, com direito previsto no Artigo 68 da ACDT, até o momento não foi concedido o título da terra.

Segundo relato da presidente da ARQB, há um processo referente a regularização do território da Bocaina no

Ministério Público Federal (MPF). Houve um acordo com o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA), órgão responsável pela realização de regularização fundiária, com prazo de dois anos para a elaboração do laudo antropológico. Este acordo, entretanto, com as mudanças ocorridas no Governo Federal e, sobretudo, na estrutura do INCRA, todo processo encontra-se parado.

Enquanto aguardam por seu território, algumas famílias das duas comunidades quilombolas comercializam, em sua maioria, produtos oriundos das roças e cultivos, como alface (*Lactuca sativa* L.), banana (*Musa paradisiaca* L.), mandioca (*Manihot esculenta* Cerantz), cebolinha (*Allium fistulosum* L.), mamão (*Carica papaya* L.), pocã (*Citrus* sp.) e batata doce (*Ipomoea batatas* (L.) Lam). Também ocorre a comercialização através do Programa de Aquisição de Alimentos da Agricultura Familiar PAA/CONAB. Esses produtos são entregues à Secretaria de Assistência Social e CRAS, que fazem doações para as famílias mais carentes do município. Recentemente a comunidade Pé de Galinha conseguiu fazer entregas dos produtos para as escolas do município.

As comunidades quilombolas Sete Barreiros e Pé de Galinha têm suas atividades produtivas fundamentadas na

pesca, no extrativismo animal e vegetal. Deste modo, as famílias contam com auxílio de programas do governo federal para fomentar suas rendas, como bolsa família e aposentadorias. Contudo, as lógicas produtivas têm ficado cada vez mais comprometidas, pois as comunidades quilombolas têm sido afetadas em suas reproduções socioculturais, uma vez que já estão sendo restringidos de desempenharem atividades que estejam ligadas aos rios, córregos e matas.

O quilombo da Bocaina possui uma identificação com relação aos laços de parentesco que ocupam num mesmo espaço, que segundo Smith et al (2002), constituem uma identidade característica daquele território. Assim, os indivíduos são

localizados conforme o pertencimento de seu grupo familiar, como ocorre no quilombo da Bocaina, onde as famílias estão situadas no mesmo terreiro que é seu de pertencimento por herança. É forte a ligação familiar pelo parentesco nas duas comunidades, onde, especialmente no Pé de Galinha, encontram-se a maior parte dos terreiros decorrentes de herança familiar. Isso ocorre desde o período que moravam nas terras da Bocaina. Ainda que, cada membro familiar ao constituir sua família queira ter sua moradia, para que, assim, este possa exercer sua independência, agregando dentro de um mesmo terreiro, diferentes membros como: pais, filhos, netos, sobrinhos... caracterizando um novo ordenamento no território.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A análise dos dados nos mostra o estreitamento cada vez maior entre os atores sociais e a natureza. Mesmo longe do território original e sagrado, nas condições adversas dos espaços em que vivem hoje, encontraram meios de se reproduzir, ainda que de forma muito precária, os modos de vida. Contudo, fica claro que nenhum pedaço de chão representará em plenitude o território da Bocaina. Percebemos ressignificações da cultura, dos modos de viver e organizar as festas e as comidas do

cotidiano, mas, a retomada da Bocaina se constitui no maior objetivo da vida dos sujeitos.

A lógica de produção das famílias no antigo território era fundamental aos quilombolas, que tiveram que fortalecer e renovar sua reprodução sociocultural de modo que desse um novo sentido aos aspectos relacionados à segurança e soberania alimentar dessas famílias, bem como a preservação de suas identidades mesmo com toda problemática criada a

partir do ponto que seus direitos quanto ao território foram violados e que os conflitos sociais foram ficando ainda mais evidentes.

As dificuldades que esse povo tem encontrado são inúmeras, seu direito de fazer uso dos recursos de suas terras, bem como o direito de frequentar esses espaços em quaisquer oportunidades que seja tem sido cada vez mais difícil. Os atores indesejados nessa questão não têm a mesma preocupação e consciência social que os quilombolas detêm depois de tanta luta e resistência, para manter viva a cultura do seu povo bem como a conservação da natureza em um contexto mais geral.

A vida dessa comunidade foi marcada por tragédias, angústia e incertezas, pois foi retirada de seu lugar de morada e adentraram uma outra perspectiva fora da realidade até então vivida. A história que pudemos ouvir é assinalada por lógicas de produção rememorada pelo que foi passado ao longo das gerações, pela observação dos fenômenos da natureza, seja vendo o melhor dia para caçar ou pescar a partir dos saberes acerca das fases da lua, ou mesmo pela intensidade das chuvas e

correntezas das águas, a memória estava ali vivida e adaptável ao presente. Mas a luta continua com força para acreditar que suas terras um dia lhes sejam devolvida para plantar, colher e ter seus direitos reconhecidos a fim de que possam praticar seus modos de viver.

Compreendo que não apenas a segurança alimentar das famílias está comprometida com o processo de desterritorialização, mas a própria vida e a perspectiva de futuro. Com efeito, é necessário e urgente que o Estado Brasileiro repare a tragédia cometida contra os quilombolas da Bocaina e acelere o processo de reconhecimento e titulação da terra para que as famílias possam se reproduzir plenamente no território de onde jamais deveriam ter sido expulsos. A Bocaina é o lugar da terra fértil, da fartura, das memórias e histórias, dos antepassados e da autonomia alimentar. Esperamos que este estudo possa servir como luz para auxiliar no processo que tramita no MPF e INCRA e que os direitos contidos na Carta Magna possam ser, enfim, materializados.

6. REFERÊNCIAS

ACEVEDO MARIN, R. E; CASTRO, Edna. Negros do Trombetas: guardiões de matas e rios. **Belém: Cejup/UFPA-NAEA**, 1998.

ALBERTI, V. **O que documenta a fonte oral?** Possibilidades para além da construção do passado. 1996.

ALMEIDA, A. W. B. **Os quilombos e as novas etnias**. Quilombos: identidade étnica e territorialidade. Rio de Janeiro: Editora FGV, p. 43-81, 2002.

BERNARD, H. R. **Research methods in cultural anthropology**. Newbury Park, CA: Sage, p. 149-179. 1988.

BEUD, S.; WEBER, F. Escolher um tema e um campo. In: BEUD, S.; WEBER, F. **Guia para a pesquisa de campo**: produzir e analisar dados etnográficos. Tradução de Sérgio J. de Almeida. Petrópolis: Vozes, 2007. P. 21-43.

BRITO, D. M. C. *et al.* Conflitos socioambientais no século XXI. PRACS: **Revista Eletrônica de Humanidades do Curso de Ciências Sociais da UNIFAP**, v. 4, n. 4, p. 51-58, 2012.

BRASIL. [Constituição (1988)]. Constituição da República Federativa do Brasil de 1988. Brasília, DF: Presidência da República, [2016]. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituição/Constituição.htm. Acesso em: 10 set. 2019.

BRUMER, A. *et al.* A elaboração de projeto de pesquisa em Ciências Sociais. Ciências Humanas: pesquisa e método. Porto Alegre: **Editora da UFRGS**, p. 125-146, 2008.

CARVALHO, R. M. A. DA COSTA LIMA, G. F. Comunidades quilombolas, territorialidade e legislação no Brasil: uma análise histórica. **Revista de Ciências Sociais – Política & Trabalho**, v. 2, n. 39, 2013.

CHIZZOTTI, A. **Pesquisa em ciências humanas e sociais**. Cortez editora, 2018.

COMISSÃO PRÓÍNDIO DE SÃO PAULO (CPISP), **Terras Quilombolas**. 2019. Disponível em: <http://www.cpis.org.br/comunidades>

[/html/i_brasil_rj.html](http://i_brasil_rj.html)>. Acesso em: 17 de fevereiro de 2019.

DE ARAÚJO, M. do S. G; LIMA FILHO, D. L. Cultura, trabalho e alimentação em comunidades negras e quilombolas do Paraná. **Ateliê Geográfico**, v. 6, n. 3, p. 113-131, 2012.

DIEGUES, A. C. S.; ARRUDA, R. S. V.; DA SILVA, V. C. F.; FIGOLS, F. A. B; ANDRADE, D. **Os saberes tradicionais e a biodiversidade no Brasil**. São Paulo: NUPAUB-USP/PROBIOMMA/CNPq, 2000.

Direitos Quilombolas/ Confira o balanço de julho: três relatórios de identificação publicados. **COMISSÃO PRÓÍNDIO DE SÃO PAULO (CPISP)**, 2017. Disponível em: <http://comissaoproindio.blogspot.com/2017/08/direitos-quilombolas-confira-o-balanco.html?view=classic>>. Acesso em 17 fevereiro de 2019.

DUTRA, M. V. F. (Org.). **Direitos quilombolas**: um estudo dos impactos da cooperação ecumênica. KOINONIA Presença Ecumênica e Serviço, Rio de Janeiro, 2011.

ECKERT, C.; ROCHA, A. L. C. da. 2016. Antropologia da imagem no Brasil: experiências fundacionais para a construção de uma comunidade interpretativa. **Illuminuras**, 17(41): 277-297.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE), Censo 2010: Cidades panorama, 2010. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/mt/panorama>. Acesso em 25 de janeiro de 2019.

JUNIOR, A. W. T; DA SILVA, F. C. Expropriação de terras e exclusão social na Amazônia Mato-Grossense. **PRACS: Revista Eletrônica de Humanidades do**

Curso de Ciências Sociais da UNIFAP, v. 8, n. 2, p. 87-117, 2016.

LE GOFF, Jacques. **History and memory**. Columbia University Press, 1992.

LEFF, E. Agroecologia e saber ambiental. **Agroecologia e Desenvolvimento Rural Sustentável**, v. 3, n. 1, p. 36-51, 2002.

LITTLE, P. E. Territórios sociais e povos tradicionais no Brasil. **Anuário Antropológico**, v. 28, n. 1, p. 251-290, 2002.

LITTLE, P. E. Territórios Sociais e Povos Tradicionais no Brasil: por uma antropologia da territorialidade. **Anuário Antropológico/2002-2003** Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 2004: 251-290

MARTINS, J. de S. O tempo da fronteira. Retorno à controvérsia sobre o tempo histórico da frente de expansão e da frente pioneira. **Tempo Social; Rev. Sociol.** USP, S. Paulo, 8(1): 25-70, maio de 1996.

MORENO, G. O processo histórico de acesso à terra em Mato Grosso. **Geosul**, v. 14, n. 27, p. 67-90, 1999.

NASCIMENTO, E. C. do; GUERRA, G. A. D. Do avortado ao comprado: práticas alimentares e a segurança alimentar da comunidade quilombola do baixo Acaraqui, Abaetetuba, Pará. **Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi. Ciências Humanas**, v. 11, n. 1, p. 225-241, 2016.

PEIRANO, M. **A favor da etnografia**. Rio de Janeiro: Relumê-Dumará, 1995. 180 p.

POLLAK, M. Memória e identidade social. **Revista Estudos Históricos**, v. 5, n. 10, p. 200-215, 1992.

PORTELLI, A. Tentando aprender um pouquinho: algumas reflexões sobre a ética na história oral. **Projeto História: Revista do Programa de Estudos Pós-Graduados de História**, v. 15, 1997.

RAFFESTIN, C. O que é território. In: RAFFESTIN, Claude. **Por uma geografia do poder**. São Paulo: Ática, p. 143-158, 1993.

SANTOS, T. A. C.; BARROS, F. B. “O povo está esparramado...”: o processo de desterritorialização vivenciado pelos quilombolas da Bocaina, Mato Grosso. **Estudos Sociedade e Agricultura**, 2016.

SILVA, M. J. da; SATO, M. T. Territórios em tensão: o mapeamento dos conflitos socioambientais do Estado do Mato Grosso – **Brasil. Ambient. Soc.** Vol. 15, nº1, São Paulo, 2012.

SIQUEIRA, E. M. **História de Mato Grosso - da ancestralidade aos dias atuais**. Cuiabá: Entrelinhas, 2002.

SIQUEIRA, E. M. **História de Mato Grosso: da ancestralidade aos dias**, 2. ed. atual. e ampl. – Cuiabá, MT: Entrelinhas Editora, 2017.

SCHMITT, A.; TURATTI, M. C. M.; CARVALHO, M. C. P. A. Atualização do conceito de quilombo: identidade e território nas definições teóricas. **Ambiente & Sociedade**, Campinas, ano V, n. 10, 1º Semestre de 2002. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1414753X2002000100008&lng=en&nrm=iso>.



DESAFIOS DAS ORGANIZAÇÕES SOCIAIS FRENTE ÀS TRANSFORMAÇÕES DA PESCA ARTESANAL NO BAIXO TOCANTINS-PA

Challenges of social organizations in the face transformations of artisanal fisheries in the Baixo Tocantins region, Pará

Silvane de Freitas Marques¹

Francinei Bentes Tavares²

Lúcia Daiane Copetti³

RESUMO

O objetivo da pesquisa é discutir como, a partir dos impactos socioambientais decorrentes da diminuição da pesca na região do Baixo Tocantins-PA, os atores sociais relacionados aos movimentos sociais organizados buscaram fortalecer as iniciativas voltadas para a população pescadora. Foram adotadas metodologias qualitativas e quantitativas, sendo realizadas cinco entrevistas com os representantes das Colônias de Pescadores dos municípios do Baixo Tocantins. A pesca tem bastante importância econômica e social nesse território, mas a construção da Usina Hidroelétrica (UHE) de Tucuruí é tida como um dos grandes problemas para a atividade pesqueira, dentre outros fatores, como o aumento populacional da região. Os resultados indicam que os movimentos representativos dos pescadores buscaram se organizar por meio da demanda por políticas públicas e por iniciativas como os acordos de pesca nas comunidades ribeirinhas.

Palavras-chave: Colônias de Pescadores, acordos de pesca, políticas públicas, territórios pesqueiros.

¹ Bacharel em Agronomia pelo Campus Universitário do Tocantins / Cametá – Universidade Federal do Pará (CUNTINS / UFPA). E-mail: silvanemarques01@gmail.com – Endereço para correspondência: Rua Vinte e Três de Novembro, nº 2241. Bairro: Brasília. CEP: 68.400-000. Cametá-PA.

² Docente da Faculdade de Formação e Desenvolvimento do Campo (FADECAM), do Campus Universitário do Baixo Tocantins / Abaetetuba – Universidade Federal do Pará (CUBT / UFPA). E-mail: francinei@ufpa.br

³ Professora Colaboradora da Universidade Federal do Pará (UFPA). E-mail: luciacopetti@yahoo.com.br

ABSTRACT

This research discusses how social actors related to social movements sought to strengthen initiatives aimed towards fishers after becoming aware of the socio-environmental impacts of fishing reduction in the Baixo Tocantins region, Pará state, Brazil. Qualitative and quantitative methodologies were adopted, with five interviews with the representatives of the fishers unions in municipalities of the Baixo Tocantins region. Fishing is both economically and socially important in this territory; however, the construction of the Tucuruí Hydroelectric Plant (UHE) has caused great problems for fishers, among other cited factors, such as regional population growth. Research results indicate that the fishers movements sought to self organize by demanding public and through initiatives such as fishing agreements in the riverine communities.

Keywords: fishers' unions, fishing agreements, public policies, fishing territories.

1. INTRODUÇÃO

A prática pesqueira na microrregião do Baixo Tocantins (Figura 1) é predominantemente artesanal⁴, considerada uma das atividades mais tradicionais que existe, possuindo uma importante função socioeconômica, pois fornece uma das fontes essenciais de alimento (proteína), mão de obra e renda, tanto na zona urbana quanto na zona rural, tendo a produção destinada basicamente à alimentação familiar e, quando bem-sucedida, também é comercializada. Por ser artesanal e praticada por muitas pessoas, a produção é difícil de ser quantificada (SANTOS;

SANTOS, 2005). Sob esta ótica, a pesca artesanal destaca-se tanto por seu volume de produção, quanto pela quantidade de pessoal envolvido (PTDRS, 2010), além da diversidade das espécies capturadas.

Nas comunidades ribeirinhas da Amazônia, a pesca, além de ser praticada para a subsistência das famílias, também assume caráter profissional e é culturalmente expressiva, pois envolve homens e mulheres de diferentes idades que normalmente empregam a força e o empenho do corpo humano em seu exercício, utilizando apetrechos⁵

⁴ A pesca artesanal é uma atividade produtiva caracterizada pelo trabalho pouco mecanizado. Emprega, como meio de realização, motores de pouca potência em pequenas embarcações (SILVA; LEITÃO, 2012). A Lei nº 11. 959, de 29 de junho de 2009, no seu Art. 8º, Inciso II, define que a atividade de pesca é artesanal quando praticada diretamente

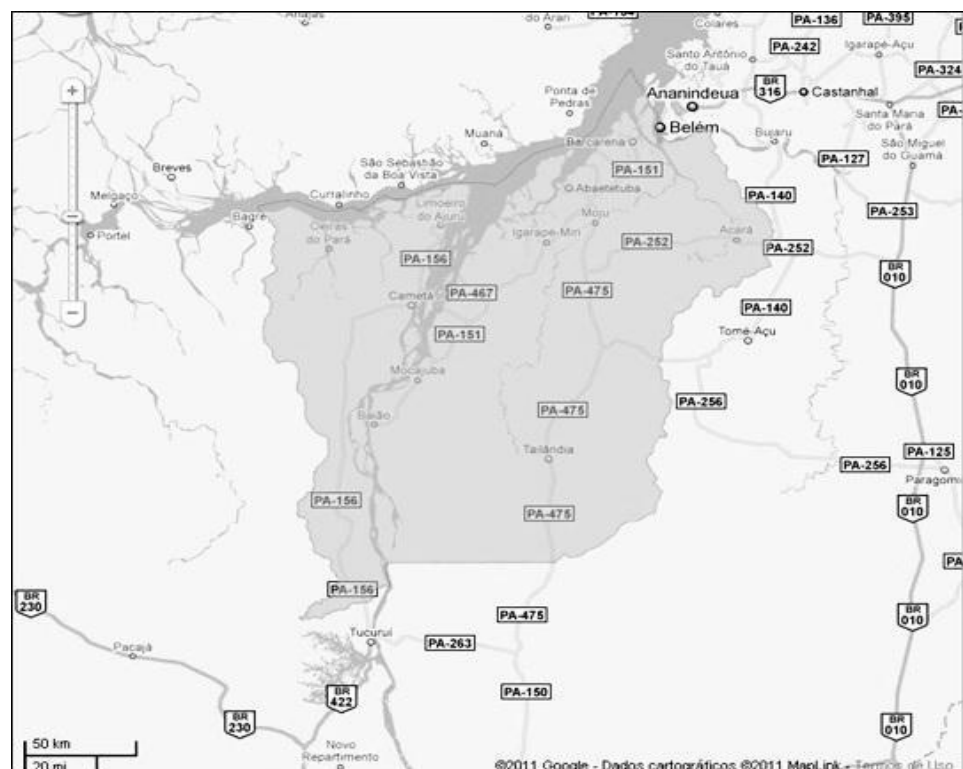
por pescador profissional, de forma autônoma ou em regime de economia familiar, com meios de produção próprios ou mediante contrato de parceria, desembarcado, podendo utilizar embarcações de pequeno porte (BRASIL, 2009).

⁵ Os apetrechos são os utensílios utilizados pelos pescadores artesanais para desenvolver suas

comprados no mercado local e/ou confeccionados pelos próprios pescadores. Na maioria das vezes, é utilizado um barco a motor ou a remo, porém quando se trata

da pesca nos igarapés próximos a residência, o pescador muitas vezes não utiliza embarcações, apenas os apetrechos e segue caminho andando

Figura 1: Localização geográfica da microrregião do Baixo Tocantins – Pará



Fonte: SIT / MDA (2011). OBS: A microrregião do Baixo Tocantins encontra-se localizada na região Nordeste do Estado do Pará (Brasil), abrangendo uma área de 36.024,20 km² e sendo composta por 11 municípios: Abaetetuba, Acará, Barcarena, Baião, Cametá, Igarapé-Miri, Limoeiro do Ajuru, Mocajuba, Moju, Oeiras do Pará e Tailândia.

Os pescadores, em sua maioria, são representados pelas Colônias de Pescadores existentes na região, que hoje são entidades sociais equiparadas a Sindicatos Rurais,

legítimas representantes da classe, que dão suporte para a profissionalização juridicamente desses trabalhadores. Igualmente a outros sindicatos de outras

atividades. Os apetrechos de pesca utilizados na região do Baixo Tocantins em geral são a malhadeira, matapi, linha de anzol, tiradeira, arpão, zagaia, espinhel, pari, paredão, que por séculos vêm

sendo utilizados por esses povos das águas, representam essa dinâmica cultural (BARRA *et al.*, 2006).

categorias profissionais, as Colônias de Pescadores fazem cobrança mensal da contribuição sindical da classe.

Essas e outras conquistas se deram após muitos anos de luta e espera, pois, apesar da profissão pescador/pescadora ser antiga, o reconhecimento dessas entidades como representativas, equiparando-se aos Sindicatos Rurais, foi dado somente a partir de 2008, quando o Governo Federal sancionou a Lei nº 11.699, que regulamentou o que estava disposto na Constituição Federal de 1988 (MPP, 2012), fortalecendo-as de forma legal e dando-lhes maior legitimidade (AMORIM, 2014).

Dessa forma, o objetivo da pesquisa é discutir como, a partir dos impactos socioambientais decorrentes da diminuição da pesca na região a jusante da UHE de Tucuruí, devido a diversos fatores, os movimentos sociais organizados representativos dos pescadores e as próprias comunidades ribeirinhas buscaram fortalecer as iniciativas voltadas para a população pescadora, tendo como elementos centrais dois aspectos: primeiramente, compreender como esses movimentos reagiriam frente a esse cenário de baixa dos estoques pesqueiros no Baixo Tocantins; e em segundo lugar é importante destacar que houve muitas transformações

na atividade de pesca na região nas últimas décadas, e entender os desafios postos para os movimentos dos pescadores é fundamental para ir além de políticas públicas pontuais e intermitentes para este setor.

A realização desta pesquisa justifica-se no fato dessa região ficar a jusante da Usina Hidrelétrica (UHE) de Tucuruí e desde sua implantação, na década de 1980, sofrer significativas transformações ecológicas, sociais e territoriais. Estudos apontam os grandes impactos nos sistemas produtivos de grupos locais, principalmente nas atividades da pesca, visto que o barramento do Rio Tocantins causou uma série de “crises ecológicas”, percebidas localmente por agentes sociais como mudanças na qualidade da água, perda do “controle” da maré devido à alteração do regime do rio, estrangulamento das atividades de pesca e do extrativismo (SILVA, 2003), como será detalhado melhor adiante.

Para Cardoso (2009), o resultado dessas dinâmicas territoriais, sociais, econômicas e ambientais são situações de conflitos, alianças, lutas e mecanismos de disputas políticas envolvendo os trabalhadores da pesca. Diante dessas circunstâncias, as respostas dos pescadores

aparecem em várias frentes, envolvendo os espaços de trabalho e morada e as instituições voltadas à representação de seus interesses profissionais – tais como colônias ou sindicatos, ou outras instituições ligadas aos seus espaços de vida.

No entanto, o Baixo Tocantins é considerado um território da pesca, um dispositivo de ação pública implementado pelo Governo Federal desde o ano de 2008. A Política de Desenvolvimento Territorial da Pesca e Aquicultura é uma das diretrizes do Plano de Desenvolvimento Sustentável – Mais Pesca e Aquicultura. Ela incorporou a abordagem territorial aos programas e ações do extinto Ministério da Pesca e Aquicultura (MPA), que atualmente faz parte do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA), e buscou entender as necessidades dos pescadores e aquicultores no seu contexto, trazendo o setor para dialogar com os demais atores territoriais e favorecendo processos participativos (MPA, 2013a). Nesse sentido, utiliza o mesmo conceito do Programa Territórios da Cidadania do também extinto Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA),

atualmente denominada Secretaria Especial de Agricultura Familiar e do Desenvolvimento Rural (SEAD), e vinculada à Casa Civil da Presidência da República⁶.

A abordagem territorial trouxe para as ações do ex-MPA duas novidades: a ampliação da participação social e a descentralização dos processos de decisão. Para o Ministério, a adoção da abordagem territorial implica em fortalecer, nos territórios, a capacidade dos pescadores e aquicultores a se integrar no esforço, juntamente com os demais atores sociais e governos locais, da gestão social do desenvolvimento (MPA, 2013b). Porém, esses elementos são pouco desenvolvidos quando se considera o contexto da pesca no âmbito da região do Baixo Tocantins, ou seja, até hoje, não houve a implantação da política Territorial da Pesca e Aquicultura na região como o previsto (MARQUES; PIRAUX; TAVARES, 2014).

Dessa forma, é importante discutir sobre os principais meios utilizados pelas colônias de pescadores para minorar os impactos vivenciados pelos pescadores nessa região a partir da diminuição dos

⁶ O MPA foi extinto e incorporado ao MAPA na reforma ministerial de outubro de 2015, ainda durante o Governo Dilma Rousseff. Já a

extinção do MDA foi uma das medidas tomadas para atender o ajuste fiscal feito pelo Governo de Michel Temer, já em 2016, atendendo principalmente aos desejos dos setores ligados ao agronegócio.

recursos pesqueiros, para fortalecer as dinâmicas organizativas locais e para construir continuamente a legitimidade representativa das populações de

pescadores. Esses elementos serão trabalhados de maneira mais detalhada a seguir.

2. METODOLOGIA

O Território do Baixo Tocantins pertence ao estuário do Rio Amazonas e se forma por extensas áreas de várzeas (com um arquipélago de ilhas interligadas pelas águas do Rio Tocantins) e de terra firme, se caracterizando por altas precipitações, e pela influência da maré nas áreas de várzea, nas quais boa parte da população vive diretamente na beira dos rios e igarapés, os denominados ribeirinhos. Nas áreas de ilhas, as atividades econômicas predominantes são o extrativismo do açaí e a pesca; na terra-firme, a principal produção é de pimenta-do-reino e de culturas anuais, com destaque para o cultivo da mandioca para a produção de farinha (DURR; COSTA, 2008). Dessa forma, a combinação de açaí, farinha e pescado formam o mais famoso cardápio regional.

Este Território abrange uma área de 36.024,20 Km² e possui 11 municípios: Abaetetuba, Acará, Baião, Barcarena, Cametá, Igarapé-Miri, Limoeiro do Ajuru, Mocajuba, Moju, Oeiras do Pará e Tailândia. Destes, apenas Moju e Oeiras do Pará não são banhados pelo rio Tocantins, e

sim pelos rios Moju e Pará (COSTA, 2006 citado por NOGUEIRA *et al.*, 2011). Por ter sido diretamente influenciada por dois grandes projetos pensados e desenvolvidos na Amazônia a partir do ano de 1980, o complexo Albrás / Alunorte e a Usina Hidrelétrica de Tucuruí (localizada a montante dos municípios), o Território do Baixo Tocantins sofreu uma estagnação econômica ao invés do tão vislumbrado desenvolvimento em cadeia, durante as últimas décadas (PADINHA; OLIVEIRA, 2008).

Devido à temática abordada neste trabalho, a pesquisa de campo limitou-se aos municípios de Cametá, Mocajuba, Baião, Limoeiro do Ajuru e Igarapé Miri, pertencentes à área de influência a jusante da Usina Hidrelétrica (UHE) de Tucuruí, considerados diretamente impactados pelo empreendimento (PPDS-JUS, 2003), e, por isso mesmo, os principais municípios em que os relatos dos pescadores indicam uma fragilização da atividade pesqueira.

Os procedimentos adotados para a coleta de dados consistiram nas abordagens qualitativa (entrevistas com informantes-chave, conversas informais, etc.) e quantitativa (análise dos dados coletados, entre outras atividades). A elaboração do trabalho de pesquisa se deu de acordo com os seguintes passos: i) Elaboração do plano de trabalho da bolsa de extensão em março de 2013, norteando as ideias iniciais acerca do estudo; ii) Levantamento bibliográfico da pesquisa tendo como fontes principais: *sites* da internet, Trabalhos de Conclusão de Curso (TCC's), dissertações e teses, artigos científicos e livros sobre o tema e; iii) realização da pesquisa exploratória nas instituições representantes dos pescadores.

Nesse sentido, foram realizadas cinco entrevistas semiestruturadas com os representantes das seguintes Colônias de Pescadores: Colônia Z – 15 de Igarapé Miri, Colônia Z – 16 de Cametá, Colônia Z – 38 de Mocajuba, Colônia Z – 34 de Baião e Colônia Z – 46 de Limoeiro do Ajuru, além do levantamento de dados disponíveis no âmbito das instituições sobre as políticas de pesca, e as pesquisas bibliográficas acerca do tema escolhido para estudo. Além disso, foi realizada uma entrevista com o Assessor Técnico do extinto MPA no Estado do Pará, para obter maiores detalhes sobre a execução das políticas públicas envolvendo

as áreas de atuação do ex-MPA no Baixo Tocantins, em novembro de 2013.

A realização da pesquisa deu-se em dois períodos. O primeiro deles se situou entre março de 2013 a fevereiro de 2014, durante a atuação da primeira autora deste trabalho como bolsista do Programa de Extensão intitulado “Ação coletiva e uso de recursos naturais na agricultura familiar: os acordos de pesca na região do Baixo Tocantins (PA)”, vinculado ao Grupo de Estudos sobre a Diversidade da Agricultura Familiar – GEDAF, da Universidade Federal do Pará (UFPA), e financiado pelo Edital PROEXT / MEC 2013 (Programa de Apoio à Extensão Universitária / Ministério da Educação). Esse programa possuía como pressupostos:

O diálogo constante com as comunidades ribeirinhas e suas lideranças, com os técnicos e seus coordenadores e com outras instituições relacionadas ao desenvolvimento regional, especialmente aquelas representadas em fóruns e espaços coletivos interinstitucionais de discussão e avaliação de políticas e iniciativas de desenvolvimento rural (TAVARES *et al.*, 2013, p. 25).

O plano de trabalho desenvolvido no período da bolsa foi intitulado “O território da pesca do Baixo Tocantins: implementação e resultados”. O segundo período da realização da pesquisa se deu entre agosto de 2016 a fevereiro de 2017, para a confirmação e atualização de dados

coletados nas instituições e para novas pesquisas bibliográficas.

Os levantamentos de dados da região do Baixo Tocantins e articulação dos procedimentos que foram adotados ao longo da construção do trabalho foram os seguintes: a) descrição sucinta das grandes características da pesca no território do Baixo Tocantins; b) realização de entrevistas semiestruturadas sobre os impactos vivenciados pelos pescadores na atividade e sobre a dimensão organizativa de suas instituições representativas; e c) análise dos resultados encontrados e construção do trabalho de pesquisa.

Por fim, é importante destacar que esta pesquisa apresentou grande importância para o entendimento sobre a atividade pesca na região, haja vista que a primeira autora deste texto origina-se de uma comunidade ribeirinha denominada Jenipapo, pertencente ao distrito de Janua Coele, no município de Cametá-PA. Ademais, é filha de pescadores artesanais que sentiram de perto os impactos causados pela construção da UHE de Tucuruí, sendo que muitas famílias locais, para ter acesso ao pescado, precisam comprar de outras áreas ou fazer uso da piscicultura, como é o caso da família da autora. Isso demonstra que os recursos pesqueiros não são tão

abundantes como antes, como confirmam os relatos atuais dos pescadores mais velhos.

Entretanto, algumas comunidades próximas da cidade de Cametá, como a de Jaracuera Grande (Figuras 2 e 3) e a de Jacaré Xingu, organizaram os assim chamados acordos de pesca, uma iniciativa apoiada pela Colônia de Pescadores Z-16 de Cametá, e que tem dado bons resultados, refletindo-se não somente nas comunidades-sede, mas também nas comunidades vizinhas. Esses fatos demonstram que os elementos organizativos das próprias populações ribeirinhas são importantes para essa discussão, além das políticas públicas direcionadas para as atividades de pesca.

Esses acordos de pesca visaram aumentar a conservação dos recursos pesqueiros existentes. Um exemplo é o problema causado pela diminuição dos estoques do mapará (*Hypophthalmus edentatus*), espécie anteriormente bastante numerosa e frequente e, principalmente, muito apreciada pelos moradores da região, e que é pescada coletivamente com apetrechos como redes de pesca em uma prática conhecida localmente por “borqueio” (Figuras 4 e 5).

Figura 2: Pescadores participantes do acordo de pesca na comunidade de Jaracuera Grande (Cametá-PA)



Fonte: Pesquisa de campo (2017)

Figura 3: Pesca coletiva com uso de rede



Fonte: Pesquisa de campo (2017)

Figura 4: Prática do “borqueio” do mapará em Jaracuera Grande (Cametá-PA)



Fonte: Pesquisa de campo (2017)

Figura 5: Peixes da espécie mapará, resultantes do “borqueio”, que serão divididos entre os participantes do acordo de pesca, para o consumo local e a comercialização



Fonte: Pesquisa de campo (2017)

3. A GESTÃO DOS RECURSOS PESQUEIROS COMO INSTRUMENTOS DE AÇÃO COLETIVA E DE POLÍTICAS PÚBLICAS

Entre 1975 e 1985, a dinâmica socioeconômica da região do Baixo Tocantins se alterou, dentre outros motivos, a partir da construção da Usina Hidroelétrica (UHE) de Tucuruí, em virtude das implicações ambientais, territoriais e demográficas ocasionadas pelas barragens do reservatório hidráulico (ABRAHIM *et al.*, 2008 citado por RESQUE *et al.*, 2010). Já segundo Sousa *et al.* (2010), a UHE, concluída em 1984, represou o rio Tocantins, impedindo com isso a adubação natural das várzeas. Em consequência, alterou abruptamente os ciclos das marés, assoreou o rio, influenciando na diminuição e até desaparecimento de várias espécies de peixes, além de modificar o mercado de terras na área e favorecer a introdução de novos agentes na economia local (voltados para a extração intensiva de madeira e formação de pastagens para a pecuária), modificando completamente a relação com a floresta e o rio.

De acordo com Barbosa *et al.* (2010), esse fato se deu devido ao fenômeno de eutrofização manifestado pela proliferação de algas filamentosas associados à atividade pesqueira intensa na região. A qualidade da água do rio também foi drasticamente alterada, pois antes da

construção da barragem a água era usada para ingestão e uso das famílias ribeirinhas, e atualmente não é possível consumi-la, entre outros fatores. Essa alteração na qualidade da água do Rio Tocantins foi estudada por Ribeiro (1996 citado por BARBOSA *et al.*, 2010), que concluiu que parte dessa modificação ocorreu em virtude da construção da barragem da UHE Tucuruí e da inundação de uma considerável biomassa florestal, que, com o passar dos anos, entrou em decomposição e causou interferências nas características naturais do curso do rio, resultando na referida alteração.

Assim, ainda de acordo com Barbosa *et al.* (2010), a construção da barragem da UHE Tucuruí trouxe um impacto negativo à vida dos ribeirinhos. Houve uma diminuição no quantitativo de peixes na região a jusante da barragem, tanto no quantitativo dentro de cada espécie como no número de espécies existentes nessa região.

Nas últimas duas décadas, vem se constatando uma mudança sistemática no modo de vida dos ribeirinhos que passam a utilizar o corte dos açaiçais para a comercialização do palmito. Segundo Sousa *et al.* (2010, p. 48), os efeitos da

barragem construída em Tucuruí “[...] sobre o Baixo Tocantins foram resultados de uma ação proposital por parte do governo nacional dizimando sua base econômica e gerando, dentre outros, um colapso da pesca em Cametá” e em outros municípios da região.

Ainda segundo um Diagnóstico Rural Participativo (DRP) envolvendo moradores da Ilha de Jacaré Xingu (município de Cametá), elaborado por Silva Jr. *et al.* (2010), o principal efeito negativo causado pela construção da barragem foi a significativa diminuição de espécies e quantidade de peixes. A baixa dos estoques pesqueiros e as alterações na dinâmica de reprodução das espécies causadas pela sobre-exploração dos estoques em queda motivaram os moradores a firmar entre os anos de 1995 e 1998 o primeiro Acordo de Pesca entre os habitantes da ilha. Segundo o MMA (2006), os acordos se constituem como o elemento central de novas estratégias de manejo dos recursos pesqueiros, adaptados às condições ambientais surgidas após a construção da barragem de Tucuruí.

Ainda para Silva Jr. *et al.* (2010), entre as 25 famílias da amostra escolhida para a construção do DRP, 13 citaram a construção da barragem da Usina Hidrelétrica de Tucuruí como fator que

ameaça a pesca realizada na região, causando ainda muitos transtornos e redução substancial dos recursos naturais comprometendo, dessa forma, a qualidade de vida dos moradores. No entender dos moradores, este fator estaria dificultando a própria reprodução social das famílias, principalmente durante a entressafra do açai, quando não se tem o peixe em quantidade para garantir o consumo das famílias em níveis adequados. O impacto gerado pela barragem foi tão grande que, segundo Silva Jr. (2010, p. 40):

[...] é reconhecido por todos os camponeses que a “construção da barragem” inaugura um outro período em suas vidas. [...] e que atualmente os camponeses / ribeirinhos contam as suas histórias dividindo-as em dois períodos: “antigamente”, ou seja, antes da construção e “hoje”, depois da construção da barragem.

Obviamente, a diminuição dos recursos pesqueiros pode ser associada a mudanças nos hábitos alimentares da população ribeirinha e também da parte urbana, que depende da pesca no rio Tocantins e seus afluentes para garantir o consumo proteico na dieta, o que pode afetar diretamente a questão da segurança alimentar entre os ribeirinhos e de forma geral entre a população regional, pelo aumento da demanda e consequente subida dos preços em torno do pescado.

Certamente, não se pode menosprezar políticas públicas redistributivas do Governo Federal, como o Seguro-Defeso (um tipo de seguro-desemprego pago para os pescadores) e o Programa Bolsa Família. O que pode estar acontecendo, segundo Resque *et al.* (2010), que elaboraram um DRP sobre a Ilha Cação (em Cametá), é o fato de que durante o período do defeso⁷ (quatro meses nos quais os pescadores devem respeitar o período de reprodução das espécies), e que em geral se estende de novembro a março, as famílias recebem o valor de um salário mínimo mensal. Como esse período coincide com o final da safra do açaí, que também é essencial na alimentação das populações ribeirinhas, pode-se perceber que os recursos advindos do seguro-defeso podem estar sendo utilizados para adquirir produtos externos às comunidades (alimentos industrializados, por exemplo), reduzindo a autonomia das famílias frente aos mercados locais e podendo afetar a segurança alimentar das localidades, tendo em vista a perda proteica advinda da diminuição do consumo do pescado.

Como a renda das famílias já é relativamente baixa, ainda de acordo com

Resque *et al.* (2010), a renda do seguro defeso chega a constituir entre 23% e 39% da renda total das famílias, entre os meses de novembro e fevereiro. Quando utilizada para adquirir alimentação em áreas urbanas, tais aspectos podem contribuir para enfraquecer as condições socioeconômicas de reprodução familiar, já que há uma maior dependência dos mercados e de suas variações de preço. E isso ocorre justamente no período em que as famílias se encontram mais fragilizadas em termos de disponibilidade alimentar, devido ao defeso e à entressafra do açaí.

Essa problemática motivou ações de intervenção técnica nos sistemas produtivos locais. Na Ilha Cação, por exemplo, estes autores citam que, através da intervenção da Associação Paraense de Apoio às Comunidades Carentes (APACC), alguns moradores da localidade foram capacitados para a produção de peixes em tanques-rede, sendo uma estratégia pensada visando garantir o fornecimento de pescado de forma racional e equilibrada no decorrer do ano, inclusive na época do defeso. Foram instalados quatro tanques na ilha, em mutirão pela comunidade, destinados à criação de tambaqui (*Colossoma*

⁷ Na Lei nº 11.959, de 29 de junho de 2009, Art. 2º, Inciso XIX, define-se o defeso como a paralisação temporária da pesca para a preservação das espécies,

tendo como motivação a reprodução e/ou recrutamento, bem como paralisações causadas por fenômenos naturais ou acidentes

macropomum). No entanto, Resque *et al.* (2010) afirmam que tal atividade não obteve êxito e os tanques instalados na comunidade estão desativados, tendo em vista o mal dimensionamento destes tanques e o surgimento de algumas dificuldades técnicas, como na escavação dos tanques, na instalação dos equipamentos e na implantação dessa ação de intervenção. Todavia, esse elemento pode justificar o investimento em ações que sejam ajustadas e adaptadas à realidade regional, e que visem capacitar as famílias locais em ações em torno da piscicultura, tendo em vista a importância capital dessa atividade para a alimentação das famílias e para a geração de renda entre os agricultores familiares.

Porém, Sousa *et al.* (2010) relatam que, após anos de reivindicações, os movimentos sociais atuantes na região conseguiram, em 1992, que a ELETRONORTE (Centrais Elétricas do Norte do Brasil S/A) reconhecesse os impactos causados regionalmente (normalmente tais impactos são reconhecidos apenas em relação às áreas inundadas pela construção do lago, localizadas a montante) e formulasse um Plano Popular de Desenvolvimento Sustentável da Região a Jusante da UHE Tucuruí (PPDS-JUS). O plano regional

consolidou-se após um longo processo de planejamento participativo que envolveu prefeitos, vereadores, pescadores, trabalhadores rurais, extrativistas, pesquisadores, instituições públicas e não-governamentais (PPDS-JUS, 2003, p. 07).

Foi fundado ainda o Conselho Gestor do PPDS-JUS, que é composto por número paritário de representantes de Governo e da sociedade civil organizada (participam os Governos Municipais, o Governo Estadual, os movimentos sociais, as entidades de classes e a ELETRONORTE). A construção e implementação do PPDS-JUS representa um marco no estabelecimento de uma nova institucionalidade política na relação da ELETRONORTE, responsável pela construção e gerenciamento da UHE de Tucuruí, com a região. Até então, a relação da empresa com a região localizada a jusante da barragem era definida predominantemente através de “negociações de balcão” com as chamadas elites dominantes locais, representadas principalmente pelos prefeitos da região e políticos tradicionais.

Além da construção dos acordos de pesca em várias localidades da região, a formulação do PPDS-JUS mostrou que as comunidades e as organizações representativas da população local

possuíam capacidade de mobilização, juntamente com algumas instituições governamentais e não-governamentais de apoio e assessoria, para tentar reverter, ou ao menos minorar, os impactos da diminuição dos recursos pesqueiros e da ameaça à segurança alimentar das famílias ribeirinhas. Certamente, esse tipo de mobilização pôde ser apoiado por meio de ações que visaram contribuir para auxiliar na construção coletiva de acordos de gestão dos recursos naturais, e ainda buscaram ampliar a possibilidade de garantir ações de intervenção técnica que possibilitassem alcançar um maior equilíbrio nos sistemas produtivos locais, notadamente no que se refere ao consumo das famílias e à geração de renda por meio da produção pesqueira.

Assim, como se pode observar na contextualização apresentada, o Baixo Tocantins é um território rural que vêm sofrendo profundas transformações desde os anos 1990, principalmente no que se refere ao papel desempenhado pela agricultura familiar e suas organizações. No tocante às políticas públicas, também houve o investimento governamental em projetos e programas de desenvolvimento rural com base nessa categoria social, tais como as de criação de projetos de assentamentos agroextrativistas na região das ilhas, concessão de crédito produtivo, Assistência

Técnica e Extensão Rural (ATER), educação do campo e ações desenvolvimento territorial, isso para citar somente algumas políticas implementadas pelo extinto MDA e pelo também extinto MPA. Apesar de algumas oscilações em períodos distintos, os recursos públicos destinados a essas políticas têm sido bastante significativos nos últimos anos (TAVARES *et al.*, 2013).

Este investimento, ainda de acordo com os autores, acompanhado por novos princípios da ação pública, não só levou ao surgimento de novas configurações de atores e produziu novas formas de mediação entre o Estado e as populações ditas tradicionais (aí incluídos os pescadores e ribeirinhos), mas também instigou interrogações sobre os limites da imbricação entre ação pública e ação coletiva e reorientou as formas de inserção territorial da atividade agropecuária. Dentre essas interrogações, aqui destacam-se: tais transformações se traduzem por mudanças qualitativas na trama institucional local e nos modos de governança, fabricação e/ou reinvenção desse território? Qual o lugar das populações tradicionais nesse território? A quem pertence o controle social do desenvolvimento do território?

Depara-se, no Baixo Tocantins, com a desestruturação de modalidades de

controle local da atividade agrícola e extrativista (na escala cotidiana da ação e de participação dos habitantes). Frequentemente, os diversos atores, em particular os agricultores familiares que fazem parte do campesinato regional, estão potencialmente frente a situações cujo controle é muito limitado, a exemplo do que ocorre com os problemas ambientais ou com as dificuldades derivadas da diminuição dos recursos pesqueiros (TAVARES *et al.*, 2013). Nesse cenário, em alguns casos, estas populações buscaram se organizar para arquitetar construções coletivas de gestão local dos recursos naturais, como é o caso dos assim denominados Acordos de Pesca. Estes se constituem em instrumentos legais coletivos, construídos nas comunidades ribeirinhas, envolvendo a normatização das atividades de pesca. Tanto as organizações representativas dessas populações (como o Sindicato dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais – STTR’s e a Colônia de Pescadores dos municípios), quanto instituições governamentais envolvidas com a problemática ambiental (a exemplo do Instituto Brasileiro de Meio Ambiente e Recursos Naturais Renováveis – IBAMA – e do ex-Ministério da Pesca), dão as bases legais para que os acordos sejam construídos, fiscalizados e cumpridos. Para

isso, até mesmo a Polícia Militar e organizações não-governamentais prestam assistência para garantir o cumprimento das normas acordadas, visando a adequação da atividade à legislação ambiental que versa sobre os recursos pesqueiros (SANTOS, 2014).

Segundo a entrevista realizada com o Presidente da Colônia Z-16 (Entrevistado 01), existem atualmente cerca de 22 acordos de pesca apenas no município de Cametá, e 05 “poços de preservação” dos recursos pesqueiros do Rio Tocantins (por exemplo, o das comunidades ribeirinhas de Paruru e o de Janua Coele). Assim, poderia haver a possibilidade de montar grupos de interesse em torno dos acordos de pesca (em várias comunidades rurais de Cametá há muitas famílias envolvidas: em Jaracuera Grande há 70 famílias, em Jacaré Xingu são 120 famílias, em Juruaté são 20 famílias, em Cuxipari são 130 famílias, e em Paruru de Janua Coele são cerca de 300 famílias).

Um dos principais elementos que motivou a mobilização das comunidades em torno da constituição dos acordos de pesca no Baixo Tocantins foi a diminuição dos estoques pesqueiros a partir da expansão dos projetos de geração de energia por meio de hidrelétricas, visando beneficiar principalmente os grandes projetos de mineração que foram instalados

no Estado, como o Projeto Grande Carajás (PGC), no Sul do Pará, e as indústrias da cadeia de beneficiamento do alumínio instaladas próximas a Belém, e que são grandes consumidoras de energia (o complexo produtivo da Albrás e da Alunorte, em Barcarena), conforme descrito por Padinha e Oliveira (2008).

Por exemplo, em um acordo de pesca firmado na Comunidade de Jaracuera Grande (em Cametá-PA), em 16/02/2001 (citado por BARRA, 2013), consta em seu Artigo 2º:

Neste Acordo de Pesca, fica proibido: piaba, zagaia, tarrafa, flecha do fundo, puçá, malhadeira de número 05 (25 mm) para baixo, pari, malhadeira no poço, rede de lancear camarão, caça com cachorro nas ilhas, e captura dos animais silvestres nas 04 ilhas que serão conservadas.

Os apetrechos de pesca citados, de acordo com o MMA (2006), possuem os seguintes significados: *zagaia* – Instrumento feito de madeira e/ou metal que captura o peixe “na ova”, ou seja, no período de reprodução; *tarrafa* – utensílio feito de multifilamentos grossos de nylon com tamanho de malha de aproximadamente 05 centímetros, uma rede de forma cônica, que se abre quando lançada (formato de círculo) e se fecha quando é recolhida; *puçá* – Grande rede de malha fina, podendo chegar a 1.300 metros de comprimento. Serve para fazer grandes

bloqueios e arrasta o fundo do rio. É conhecido como “pega-tudo”, por isso haveria necessidade de extinguir esse material, segundo os acordos de pesca. A existência desse material em Cametá e região é fruto das relações patronais e políticas que se estabeleciam – muitos eram pequenos empresários com esse tipo de material, que precisa de uma “turma” de pelo menos 80 pessoas para ser manuseado; *malhadeira* – Rede de pesca fabricada de fibra, tendo malhas de 4 a 6 mm entre nós e geralmente tem até 100 metros de comprimento. O termo é devido ao material de fabricação e o tamanho. A rede é de náilon; *pari* – Parede de talas que fazem cerco em locais de pouso dos peixes; entre outros apetrechos utilizados pelos pescadores e proibidos pelos acordos de pesca.

Assim, os agricultores e ribeirinhos podem defender a continuidade das ações preconizadas nos acordos de pesca a partir do histórico da atividade na região (que muitas vezes veio sendo praticada de forma considerada “predatória”), com o longo tempo de atividades de pesca que a firmou e ampliou, chegando mesmo a constituir uma “tradição” que pode ser apoiada a partir de demandas domésticas, apoiando argumentos como “o sustento das famílias depende da conservação dos estoques de

peixes”. Sua ação, desencadeada no tempo presente, recorre ao mesmo tempo a elementos interiorizados e exteriorizados, e que orientam a forma de atuação a partir de uma lógica de ação dada, que é basicamente a do estabelecimento de normas de uso e de sanções, que constituem em si formas locais

de construção de modalidades de governança (TAVARES *et al.*, 2013). A partir desses elementos da dinâmica social e organizacional local, se trabalhará a seguir com a análise dos principais resultados alcançados pela pesquisa.

4. RESULTADOS E DISCUSSÃO

O Baixo Tocantins é uma região na qual atividade da pesca tem bastante importância econômica e social, e na qual grande parte dos pescadores/pescadoras é associada às Colônias de Pescadores artesanais localizadas na sede de cada município, distribuídas em Zonas que representam as áreas de atuação e geralmente são limitadas pelos municípios. Assim, cada município é uma zona com estruturas organizadas de diversas formas: capatazias, secretarias, núcleos ou coordenações (BARRA *et al.*, 2006).

As primeiras Colônias de Pescadores do Brasil foram criadas a partir de 1919. Nesse período, a Marinha percorreu a costa brasileira, dividindo o litoral e os rios em Zonas de pesca, combinando a distância e o número de pescadores. Por isso, que as Colônias são identificadas pela sigla “Z” – Colônia Z-1, Z-2 e assim por diante e, em cada Estado se

inicia a numeração, por meio de um novo Z-1. Cada Colônia formada pelos agrupamentos dos pescadores no litoral, ilhas, rios e lagos seria um ponto de apoio, e para poder exercer a atividade os pescadores eram obrigados a se matricular nas colônias. Durante muitos anos as Colônias se viram atreladas ao Estado, sem ter efetiva participação popular, e foi somente após a promulgação da nova Constituição em 1988 que as Colônias foram equiparadas a seus direitos sociais aos Sindicatos de Trabalhadores Rurais, passando a ter autonomia sem a intervenção do Estado (RAMALHO, 2014). Isso justifica o recorte temporal desta pesquisa, já que o interesse do trabalho parte da mobilização social em torno das Colônias, visando lidar com as transformações socioeconômicas e ambientais vivenciadas pela atividade de pesca na região do Baixo Tocantins.

Atualmente, essas organizações sociais são geridas por uma diretoria eleita pelos votos dos pescadores, podendo existir apenas uma em cada município, porém com diversas coordenações ou núcleos de base instalados nas comunidades tradicionais ribeirinhas, coordenadas por um pescador-coordenador, que são os representantes considerados legítimos da diretoria. Por estarem mais próximos das pessoas que exercem a pesca, são eles que elaboram as declarações de exercício da profissão, além de organizar os pescadores para os desafios, lutas e participação (BARRA *et al.*, 2006), ou seja, são os mediadores entre a Colônia e os pescadores. Essa relação é melhor explicada pelo Presidente da Colônia Z-38:

[...] nós temos as coordenações, cada coordenação tem um coordenador, nós trabalhamos assim, os coordenadores que fazem o monitoramento lá e uma ou duas, três vezes no ano faço uma reunião com cada setor desse, pra gente estar informando a todos as coisas básicas, projetos, levar ao conhecimento deles as coisas que estão acontecendo aqui na entidade. Os coordenadores levam, mas nem tudo eles sabem definir e eu vou na medida que necessitar, por exemplo se necessitar três vezes no ano ou quatro eu vou, depende da necessidade. Se o coordenador levou, informou tudo direitinho aí não vou, se tiver dúvida eu vou lá, explico, coloco tudo direitinho e volto, assim que funciona nosso trabalho de coordenação com os pescadores daquele setor, todos os setores por igual (Entrevistado 02, presidente da Colônia Z-38 de Mocajuba).

O processo de organização social no Baixo Tocantins está relacionado aos

enfrentamentos de desafios, sendo que esses podem ser entendidos sob diversas formas (PTDRS, 2010) e é nesse contexto, que a luta dos movimentos sociais em prol dos pescadores, sob a orientação da Igreja Católica (nesse momento, organizando as Comunidades Eclesiais de Base – CEB's), tem seu auge em meados de 1980, quando as condições de dificuldades socioeconômicas e ambientais impostas à atividade pesqueira devido à construção da UHE de Tucuruí, da qual a região fica a jusante, despertaram nos pescadores o desejo de irem à luta em busca de melhores condições de vida e de trabalho (SANTANA *et al.*, 2014).

A criação do Movimento dos Pescadores do Pará – MOPEPA, a partir da década de 1980, e do Plano Popular de Desenvolvimento Sustentável da região a Jusante da UHE Tucuruí – PPDJUS, podem ser entendidos como o fortalecimento da organização e reivindicação desses pescadores, na época em que o empreendimento estava em execução e nos períodos posteriores, construindo uma atuação direta e indireta na formação e articulação de lideranças da população pesqueira na região e no Pará. Acrescenta-se ainda o surgimento e fortalecimento de várias associações e sindicatos representativos de pescadores, e nos

últimos tempos, um aumento do número de mulheres envolvidas com as atividades de pesca (GONÇALVES, 2012).

Para Barra (2013), enquanto o grande capital pregava o desenvolvimento regional, com mudanças na qualidade de vida, os pescadores, diante do exame da realidade propugnada por esse capital e o cotidiano por eles vivido, construíam formas opostas de entender a realidade e de nela intervir, gerando conflitos entre maneiras diferenciadas de lidar com o contexto surgido a partir das intervenções externas na região.

A UHE de Tucuruí é tida, pelos pescadores e movimentos sociais locais, como um dos grandes problemas para a atividade pesqueira no Território. De acordo com as entrevistas, a partir do barramento do Rio Tocantins, houve uma significativa redução do pescado devido ao assoreamento dos rios, alteração da maré e da qualidade da água, conforme relatado na entrevista a seguir:

[...] foi reduzindo o pescado, inclusive nós tivemos problema de maré, onde a maré mudou de cor, onde aparecia tipo uns “piolhos” na água, que muita gente pra encher água tinha que esperar a maré ficar bem parada na hora da reponta da maré pra buscar água lá fora pra beber, pra utilizar... e tudo isso foram consequências da barragem, os rios que foram secando, estão secando... (Entrevistado 03, ex-presidente da Colônia Z-15 de Igarapé-Miri).

Isso é confirmado por Mérona *et al.* (2010), que afirma que, antes da instalação do empreendimento, a água do baixo rio Tocantins possuía cor esverdeada com transparência entre 200 cm e menos de 20 cm, temperatura com poucas variações, oxigenação boa da superfície até o fundo, pH constante e ligeiramente básico com valores entre 6,5 e 8,1 e a condutividade elétrica baixa, demonstrando uma boa qualidade da água, que sofreu alterações após o barramento do rio. Dessa forma, tanto o estudo quanto as entrevistas demonstram que essa área foi diretamente influenciada pelo fechamento da barragem, o que pode ter dificultado o desenvolvimento da ictiofauna (a diversidade de espécies de peixes), e diminuindo sua abundância, como sugere o depoimento a seguir.

Antes da barragem aqui, você jogava 20 metros de malhadeira no rio, pegava quantidade de peixe, hoje tu leva 100 peças de rede pro rio é arriscado não pegar nem comida pro teu filho, entendeu, pra tu vê a diferença que tá hoje [...] há vinte anos tinha muito, era abundância aqui, era peixe pra todo lado, hoje nós já perdemos a quantidade, nós já perdemos mais tipo de peixe do que tem hoje, peixe desapareceu [...] na época do defeso aqui, aí a ELETRONORTE controla aqui o nível da água, o que é que acontece nesse período época de reprodução aqui, a água sobe um metro e meio tá, ela cresce, aí o peixe entra e desova, quando é na segunda feira eles fecham, aí a água baixa né... e o peixe que tá lá pra dentro fica preso, tá

morto a ova, quantidade de ova dos alevinos que já tão ali já tão morrendo, entendeu. Olha tem local aqui que tu vai atolando o pé na ova de peixe (Entrevistado 04, Presidente da Colônia Z-34 de Baião).

Nesse contexto, alguns autores mencionam uma diferença extrema da produção pesqueira na área de influência da barragem, onde o reservatório produz um volume de pescado que representa mais de 60% do total registrado nos diferentes mercados da região, com uma média anual em torno de 4.000 toneladas, em comparação com a produção dos mercados da área a jusante, que não ultrapassa 300 toneladas ao ano, e afirmam que os dados são o inverso do que foi observado antes do represamento, com uma diminuição considerável da produção da área a jusante e o surgimento de uma produção elevada na zona inundada pela represa (MERONA *et al.*, 2010).

Entretanto, não se deve considerar que o represamento do Rio Tocantins tenha sido o único elemento causador da escassez do pescado na área a jusante da barragem,

pois é necessário levar em conta o aumento populacional da região⁸, a retirada da mata ciliar, a concorrência de pescadores de municípios vizinhos (as chamadas “invasões”, segundo os entrevistados), que além de causarem esgotamento dos recursos pesqueiros, também ocasionam conflitos, mas sobretudo o elevado índice de pesca predatória, seja ela na época de reprodução das espécies ou não, por uso de apetrechos inadequados e proibidos por lei⁹, através de envenenamento com substâncias vegetais tóxicas¹⁰ nos rios, lagos e igarapés provocados pela ação humana, fato este confirmado em todas as entrevistas, como mostra o depoimento abaixo.

Primeiro, o maior problema é a predação de área ribeirinha, de ilha, lago, de rio, eles jogam veneno e aquela água fica toda infectada de veneno e o uso da Flecha que é dia e noite [...]. A pesca predatória aqui é um absurdo. Olha aqui... o peixe está acabando, nós estamos perdendo 50% ou até mais do pescado que a gente tem cada ano né, se ano passado a gente pegava dez toneladas, este ano pega cinco, ano que vem pega duas ou três, todo ano que passa a gente tá perdendo... (Entrevistado 04, Presidente da Colônia Z-34 de Baião).

⁸ Segundo Bentes *et al.* (2014, p. 174), “o crescimento das capturas (1% ao ano) não satisfaz quantitativamente as necessidades alimentares da população residente nos três municípios pesquisados [Baião, Mocajuba e Cametá], cujo crescimento foi de 3% ao ano, no período de 2000 a 2010”, podendo acarretar na sobrepesca e no aumento do esforço de captura.

⁹ Entre os apetrechos inadequados e proibidos por lei, podem ser citados o puçá e a flecha (também conhecida como “mergulho de visor” ou “espingardinha”) (DIAS, 2015, p. 114).

¹⁰ Nesse caso, podem ser citados o assacu (*Hura crepitans* L.), e o timbó (*Ateleia glazioviana*), veneno proveniente da rotenona, que os pescadores podem lançar nos rios para matar os peixes (DIAS, 2015, p. 114).

Confirmando essas impressões, estudos como de Santos (2005, citado por FILGUEIRAS; SANTOS, 2006), apontam que os problemas relacionados à carência pesqueira no Baixo Tocantins passam a ser registrados a partir dos anos 1980. O diagnóstico realizado pelo PPDS-JUS chama atenção para esta questão quando afirma que:

Embora desde 1978 já houvesse uma tendência de queda progressiva da captura, de acordo com dados da SUDEPE (hoje IBAMA), o declínio registrado pode ser um reflexo da ação conjunta dos impactos da UHE Tucuruí sobre o sistema a jusante e sobre o ciclo hidrológico, da sobrepesca dos principais estoques e do acelerado desmatamento das margens do rio Tocantins, além da captura não seletiva e de práticas predatórias como o uso de redes finas e do timbó (PPDJUS, 2003, p. 07).

Ainda reforçando essas afirmações, podem ser citados dados comparativos, a partir das décadas de 1980 e 1990, segundo os quais houve uma queda de 65% na quantidade comercializada de peixes no Baixo Tocantins no período depois do barramento do rio, sendo que a região a jusante da barragem participava com 45% das capturas antes da construção da barragem, e depois passou a 25% devido aos efeitos ambientais do barramento, como “a alteração na qualidade da água e redução do espaço necessário para o deslocamento e reprodução das diversas espécies de peixes”

(BENTES *et al.*, 2014, p. 174), entre outros fatores.

Outros estudos mostram que, nas áreas a jusante da barragem, houve uma diminuição do desembarque de algumas espécies típicas da bacia hidrográfica do rio Tocantins, como o mapará. Um dos indicadores estudados por Hallwass (2011, p. 28) mostra que houve uma diminuição de 12,6 para 9,7 na média de abundância da espécie (baseada na quantidade de biomassa total, em kg, desembarcados nos mercados pesqueiros da região), antes do barramento e 22 anos depois, respectivamente. Ainda segundo o autor supracitado, a diminuição da quantidade da abundância de mapará nesses desembarques se deve também ao fato de que “esse peixe, por ser planctívoro, foi negativamente afetado nos anos seguintes à conclusão da barragem, devido à água pobre em nutrientes que é liberada pelo reservatório” (HALLWASS, 2011, p. 42). Portanto, algumas mudanças ambientais em função da barragem podem ter contribuído efetivamente para a diminuição desses desembarques pesqueiros.

Outros dados mostram que, embora espécies de peixe como a pescada tenham aumentado sua captura (por ser carnívora e não migratória, não é tão afetada por barragens), “a diminuição da produção pesqueira, incluindo espécies de valor

comercial, diminuiu também a rentabilidade financeira da pesca entre 55 a 58% no Baixo Tocantins” (HALLWASS, 2011, p. 43), cerca de duas décadas depois da barragem, e isso certamente influenciou na percepção dos pescadores sobre essa questão, inclusive resultando no esforço para a constituição dos acordos de pesca no território, conforme destacado nas entrevistas realizadas.

Nessa situação, na qual a produção do pescado entra em declínio devido à exploração negativa dos estoques pesqueiros, podem ser afetados os atores sociais dependentes dessa atividade e consequentemente a economia regional, pois a carência do produto não consegue atender à demanda, ocasionando a elevação dos preços e a importação de pescado de outras regiões (FILGUEIRAS; SANTOS, 2006). Assim, as colônias de pescadores buscam apoio de instituições como o IBAMA e a Secretaria Municipal do Meio Ambiente – SEMA, para advertir, prender apetrechos inadequados ou até mesmo punir pescadores em atuação irregular.

Porém, segundo as entrevistas, a presença desses órgãos se restringe basicamente à época do defeso, o que

dificulta o controle da sobrepesca em outras épocas do ano. Entretanto, ao tomar conhecimento de tais acontecimentos, os representantes das colônias de pescadores afirmam que procuram atuar em busca da conscientização dos seus associados e da comunidade onde está acontecendo a sobrepesca, embora sem muito sucesso. Mesmo assim, a atuação é restrita, pois estas instituições se fundamentam atualmente em “organizar os pescadores na busca de seus benefícios sociais como: auxílio doença, auxílio maternidade, pensão por morte, auxílio reclusão, seguro desemprego, entre outros” (Entrevistado 01, presidente da Colônia Z-16 de Cametá), se ocupando em menor escala de questões mais relativas à execução das políticas pesqueiras.

Diante do cenário que no Baixo Tocantins vem se configurando ao longo dos anos, em relação aos estoques pesqueiros, sente-se a necessidade de reverter tal situação, seja por meio de políticas públicas direcionadas para esse setor específico, seja por meio do fortalecimento das formas de organização social presentes localmente.

Dessa forma, as principais políticas públicas voltadas para pesca artesanal são o Seguro-Defeso, e os créditos produtivos

concedidos às famílias associadas às Colônias (Entrevistado 06, Assessor Técnico do extinto MPA no Estado do Pará). Já os acordos de pesca são pactos feitos entre as comunidades para definir as regras da pesca, uma alternativa de pescar conservando o meio ambiente e os recursos pesqueiros. Esses manejos comunitários são reconhecidos legalmente nos âmbitos federal (através do IBAMA), municipal

(pelas Prefeituras) e local (pelas Colônias de pescadores) (BENTES *et al.*, 2014).

As 05 (cinco) instituições pesquisadas possuem aproximadamente 36.300 (trinta e seis mil e trezentos) pescadores associados, distribuídos de acordo com o que mostra a Tabela 1, um número importante frente à população regional.

Tabela 1: Dados sobre as Colônias de Pescadores do Território do Baixo Tocantins

Colônia	Município	Número de pescadores associados	%	Número de acordos de pesca
Z -15	Igarapé Miri	4.500	12,4	08
Z -16	Cametá	14.000	38,6	22
Z-34	Baião	7.000	19,3	02
Z-38	Mocajuba	3.800	10,5	05
Z-46	Limoeiro do Ajuru	7.000	19,3	23
Total	-	36.300	100	60

FONTE: Dados de Campo (2016).

Os dados coletados ainda mostram um número importante de acordos de pesca no Território do Baixo Tocantins, destacando-se os municípios de Limoeiro do Ajuru, com 23 acordos atualmente em vigência, e Cametá, com 22 acordos, o que demonstra um grau importante de organização das comunidades locais em torno da conservação dos recursos pesqueiros, apesar das dificuldades de manutenção das regras dos acordos e dos conflitos surgidos frequentemente

(MARQUES; PIRAUX; TAVARES, 2014).

O número de associados tende a crescer ao longo dos anos, apesar dos frequentes mapeamentos e recadastramentos, que retiram muitas pessoas tidas como irregulares na atividade pesqueira, como mostram as entrevistas a seguir:

Os pescadores têm todo direito aqui, eu peguei essa colônia tava no fundo do poço, eu peguei com 12 mil associado, hoje eu tenho 6153 associados, eu não tirei ninguém ainda, então a gente trabalha tudo

dentro da legalidade, qualquer coisa que a gente sabe aqui, vai lá ver o que é [...] (Entrevistado 04, Presidente da Colônia Z-34 de Baião).

Vamos ter que trabalhar na legalidade pra poder divulgar melhor nosso trabalho... e é desse jeito, mas preocupado [...], nós vamos afastando todos os pescadores do nosso município, mais de mil vai sair... tá um recuo enorme... mais de mil tá saindo... e quem mora nos outros municípios vem pegar transferência, mas só dentro de Belém vai da quase 400, que vive em Belém recebendo seguro, aí tá suspensa a carteira, vai ser cancelada a carteira de tudo eles, por que acho que não tem condição, isso desmoraliza... não efetiva a dignidade lá atrás que tava tendo, entrando nesse jogo de especulação (Entrevistado 05, Presidente da Colônia Z-34 de Baião).

Esses elementos demonstram que, apesar das dificuldades, as Colônias de

Pescadores do Território, apoiadas por outras entidades, mantém um número importante de associados, e por meio de políticas compensatórias, como o Seguro-Defeso, ou pela constituição de acordos de pesca (cuja iniciativa partiu primeiramente dos movimentos de pescadores, incluindo posteriormente outras instituições, como as estatais, sendo posteriormente regulamentada, como demonstram SANTOS, 2014 e DIAS, 2015), se busca garantir dinâmicas próprias visando permitir a continuidade da atividade da pesca, mesmo com a diminuição das capturas que vem sendo registrada nas últimas décadas.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Como visto, os problemas relacionados à carência pesqueira no Baixo Tocantins passam a ser registrados a partir dos anos 1980, sendo oriundos basicamente de dois fatores: o processo predatório de captura, bem como a concorrência de pescadores de outras áreas, desde os anos antecessores à implantação da barragem de Tucuruí, e também a partir da instalação desse empreendimento.

Esses fatores mobilizaram os movimentos sociais a requererem práticas sociais inovadoras e internas ao âmbito desta região, a fim de modificar esta tendência à escassez, através de meios que

visem a manutenção e a exploração sustentável dos recursos naturais, como o acesso às políticas públicas que atendam a pleitos regionais, e também a criação e o fortalecimento dos acordos de pesca na região, por exemplo.

Tais aspectos foram sendo construídos aos poucos, a partir das ações organizativas dos movimentos representativos dos pescadores do Território, baseados principalmente nas Colônias de Pescadores, como maneiras de reação legítima frente a problemas sociais, econômicos e ambientais que trouxeram dificuldades para o modo de vida das

populações ribeirinhas da região. Outras alternativas técnico-produtivas também estão sendo discutidas (como por exemplo, o estímulo à atividade de piscicultura em áreas de várzea, que, no entanto, não foi

objeto de estudo do presente trabalho). Sendo assim, a pesquisa gera elementos para futuros estudos sobre tais temáticas no âmbito do território do Baixo Tocantins.

6. REFERÊNCIAS

- AMORIM, C. História das Colônias de Pescadores no Brasil. **Jornal Martim-Pescador**, maio 2014. Disponível em: <<http://www.pesca.sp.gov.br>>. Acesso em: 22 out. 2016.
- BARBOSA, M. *et al.* **Diagnóstico Rápido Participativo da Comunidade Caripi, Cametá – PA**. Belém: UFPA / NEAF, 2010. 68 p. (mimeo.).
- BARRA, J. D. F. **A relação trabalho e educação no contexto dos acordos de pesca em Cametá-PA: uma alternativa econômica ou uma prática de resistência?** (Mestrado em Educação) – Belém: Universidade Federal do Pará, 2013. 116 p.
- BENTES, E. dos S.; SANTANA, A. C. de; ALMEIDA, O. T. de; SANATANA, A. L. de; A pesca artesanal a jusante da Usina Hidrelétrica (UHE) de Tucuruí, estado do Pará. **Novos Cadernos – NAEA**, Belém, dez. 2014.
- BRASIL. **Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável da Aquicultura e da Pesca**. Lei nº 11.959/2009. Disponível em: <www.planalto.gov.br/ccivil_03/ato2007-2010/2009/Lei/L11959.htm>. Acesso em: 24 abr. 2016.
- BRASIL, Ministério do Desenvolvimento Agrário – MDA. **Plano Territorial de Desenvolvimento Rural Sustentável – PTDRS: Território da Cidadania do Baixo Tocantins**. Cametá-PA: APACC/SOMECA, 2010.
- BRASIL, Ministério da Pesca e Aquicultura – MPA. **Cartilha da Secretaria Especial de Aquicultura e Pesca: Plano de Desenvolvimento Sustentável, Mais Pesca e Aquicultura**. Brasília: MDA, 2013a.
- _____. **A abordagem territorial no Plano Mais Pesca e Aquicultura: consolidando uma política de Estado**. Apresentação em MS Power Point 2013. Brasília: MDA, 2013b.
- DIAS, S. C. **Desenvolvimento Territorial em Unidades de Conservação: o caso da RESEX Marinha de São João da Ponta-PA (Graduação em Pedagogia)** – Cametá-PA: Universidade Federal do Pará, 2015. 115 p.
- DURR, J.; COSTA, F. A. Cadeias produtivas de base agrária e desenvolvimento regional: o caso da região do baixo Tocantins. **Amazônia**, v. 3, p. 55-92, 2008.
- FILGUEIRAS, G. C. F. C.; SANTOS, J. N. A. dos. Inovação e Práticas Endógenas na Atividade Pesqueira do Baixo Tocantins: uma alternativa face à dificuldade de oferta. **Congresso da Sociedade Brasileira de Economia e Sociologia Rural**. Fortaleza: SOBER, jul. 2006.

GONÇALVES, A. C. O. **Desenvolvimento Territorial em Unidades de Conservação**: o caso da RESEX Marinha de São João da Ponta-PA (Mestrado em Geografia) – Belém: Universidade Federal do Pará, 2012. 120 p.

HALWASS, G. **Ecologia Humana da Pesca e Mudanças Ambientais no Baixo Rio Tocantins, Amazônia Brasileira** (Mestrado em Ecologia) – Porto Alegre: Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2011. 97 p.

MARQUES, S. de F.; PIRAUX, M.; TAVARES, F. B. Políticas Públicas sobre a atividade da pesca no Baixo Tocantins: algumas considerações. **X Congresso da Sociedade Brasileira de Sistemas de Produção-SBSP** (GT 2 – Iniciativas para o Fortalecimento da Agricultura Familiar). Foz do Iguaçu-PR: SBSP, 2014. p. 913.

MÉRONA, B. de.; JURAS, A. A.; SANTOS, G. M. dos.; CINTRA, I. H. A. **Os peixes e a pesca no baixo Tocantins**: Vinte anos depois da UHE de Tucuruí. Belém: ELETRONORTE, 2010. 208 p.

MMA. Ministério do Meio Ambiente. **Cametá**: Acordos de Pesca — uma alternativa econômica e organizacional. Brasília: MMA, 2006. (Série Sistematização, Revista II. Subprograma Projeto Demonstrativos A - PDA).

MPP. Movimento dos Pescadores e Pescadoras Artesanais – Brasil. **Cartilha Projeto de Lei de iniciativa popular sobre Território Pesqueiro**. Fortaleza: MPP, 2012. 30 p.

NOGUEIRA, A. C. N. *et al.* Diagnóstico da Comunidade de Agricultores Familiares de Ajó, Cametá-Pará. **Revista Brasileira de Agropecuária Sustentável (RBAS)**, v.1, n. 1, p.30-38, jul. 2011.

PADINHA, M. R.; OLIVEIRA, J. M. G. C. de. Repensando a rede urbana na Amazônia: Novas Dinâmicas Sócio-Espaciais Para Antigas Cidades. **Seminário Internacional - Amazônia e Fronteiras do Conhecimento/ NAEA - Núcleo de Altos Estudos Amazônicos**. Belém: UFPA 2008.

PPDS-JUS. **Plano Popular de Desenvolvimento Sustentável da Região a Jusante da UHE Tucuruí**. Minuta preliminar. Belém: Conselho Gestor do PPDJUS / ELETRONORTE, 2003 (mimeo).

RAMALHO, C. W. N. Estado, Pescadores e Desenvolvimento Nacional: da Reserva Naval à aquícola. **RURIS**, v. 8, n. 1, mar. 2014.

RESQUE, A. G. L. *et al.* **Diagnóstico da Ilha Cação**: aspectos para compreensão de um campesinato amazônico. Belém: UFPA / NEAF, 2010. 48 p. (mimeo.).

SANTANA, A. C de; BENTES, E. dos S; HOMMA, A. K. O.; OLIVEIRA, F. de A.; OLIVEIRA, C. M. de. Influência da Barragem de Tucuruí no Desempenho da Pesca Artesanal, Estado do Pará. **RESR**, Piracicaba-SP, v. 52, n. 02, p. 249-266, abr. / jun. 2014.

SANTOS, G. M. dos e SANTOS, A. C. M. dos. Sustentabilidade da pesca na Amazônia. **Estudos Avançados**, n. 19, v. 54, 2005.

SANTOS, V. B. Acordos de Pesca e “capital social ribeirinho” na Amazônia Oriental: a dimensão cultural em concepções contemporâneas de desenvolvimento e sustentabilidade. **38º Encontro Anual da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Ciências Sociais**. Caxambu-MG: ANPOCS, 2014.

SILVA, M. das G. da. **O Reordenamento Sócio-Territorial na área da UHE Tucuruí: o caso da pesca no Baixo Tocantins, Pará – Brasil.** Campinas: SBS, 2003. 21 p.

SILVA, V. L. da; LEITÃO, M. do R. de F. A. **A regulação jurídica da Pesca Artesanal no Brasil e o problema do reconhecimento do Trabalho Profissional das Pescadoras.** João Pessoa: UFPB, 2012. 28 p.

SILVA JR., A. *et al.* **Diagnóstico da Ilha Jacaré Xingu, Município de Cametá-PA.** Belém: UFPA / NEAF, 2010. 64 p. (mimeo.).

SILVA JR., B. R. *et al.* **Relatório do Diagnóstico Rápido Participativo (DRP)**

da Comunidade Ponta Grande, Cametá, PA. Belém: UFPA / NEAF, 2010. 85 p. (mimeo.).

SIT / MDA. Sistema de Informações Territoriais / Ministério do Desenvolvimento Agrário -. 2011. Disponível em: <<http://sit.mda.gov.br>>. Acesso em: 05 abr. 2018.

SOUSA, B. M. S. C. *et al.* **Projeto Pedagógico do curso de Letras da Faculdade de Linguagem.** Cametá-PA: UFPA / CUNTINS, 2010. 136 p. (mimeo.).

TAVARES, F. B. *et al.* **Ação coletiva e uso de recursos naturais na agricultura familiar: os acordos de pesca na região do Baixo Tocantins (PA).** Belém: PROEXT / MEC, 2013. 54 p.



A INFLUÊNCIA DA DENDEICULTURA NA VILA COMISSÁRIO, EM CONCÓRDIA DO PARÁ-PA

The influence of Dendeiculture in the Commissário village, Concordia do Pará, Pará state

Lucas de Jesus Costa¹
Afonso Welliton de Sousa Nascimento²
Raquel de Jesus Costa³
Leonira Barradas Silva⁴

RESUMO

O objetivo desta pesquisa é analisar a influência da dendeicultura na Vila Comissário em Concórdia do Pará e apresentar as mudanças ocasionadas por esta atividade. O estudo foi realizado na Vila Comissário, localizada na zona rural do município de Concórdia do Pará. Possui caráter qualitativo e quantitativo, com entrevistas abertas e orientadas por um questionário, envolvendo 28 moradores entre eles agricultores, autônomos, aposentados e assalariados no dendê e no serviço público. Apesar de muitos moradores ainda trabalharem na agricultura familiar, não representam a maioria da vila. Algumas famílias optaram por uma renda mensal fixa fora do lote, tornando-se assalariados em uma empresa produtora de dendê. Desta forma, por meio deste trabalho observou-se a realidade das famílias que persistem em morar na vila, mesmo sem ter sua renda unicamente proveniente da agricultura familiar e sofrendo as influências da chegada da dendeicultura na região, das mudanças ocasionadas por meio da integração da agricultura familiar ao agronegócio do dendê e do assalariamento. Percebe-se com esse novo cenário, a predominância de assalariados e famílias pluriativas, combinando a atividade agrícola com o assalariamento.

Palavras-Chave: Diversidade de renda; integração; assalariamento; dendeicultura.

¹ Licenciado em Educação do Campo com ênfase em Ciências Naturais, pela Universidade Federal do Pará (UFPA), Campus Universitário do Baixo Tocantins / Abaetetuba (CUBT), polo de Acará. E-mail: lucas.costaufpaedcampo@gmail.com

² Professor do Curso de Licenciatura em Educação do Campo, da Faculdade de Formação e Desenvolvimento do Campo (FADECAM /CUBT/ UFPA).

³ Mestranda em Agriculturas Familiares e Desenvolvimento Sustentável no Programa de Pós-Graduação em Agriculturas Amazônicas (PPGAA) da UFPA.

⁴ Bacharel em Agronomia pela UFPA, Campus Universitário do Tocantins/Cametá (CUNTINS).

ABSTRACT

Research for this article was conducted in Vila Comissário, located in a rural zone of the Concórdia municipality, Pará state, Brazil. Research was based on qualitative and quantitative methods, involving open and questionnaire-oriented interviews with 28 residents, among them farmers, self-employed residents, retirees, salaried oil palm workers and public service employees. The study seeks to analyze the influence of oil palm production in Vila Comissário, Concórdia do Pará and identifies changes brought on by this activity. While many residents still work in family farming, most in the village do not. Some families opted for a fixed monthly income outside their rural properties, becoming salaried employees of the palm oil company. Research results show that some families remain in the village without earning their living from family farming. It also showed the impacts of oil palm and its arrival in the region and the changes caused by the integration of the family farmers into oil palm agribusinesses. In new scenario, the predominance of salaried employees and families who combine agricultural activities with wage work, is observed in the study site.

Keywords: Income diversity; integration; wage earning; oil palm.

1. INTRODUÇÃO

A necessidade por mudança na matriz energética tem sido pautada em dias atuais devido aos impactos que os combustíveis fósseis causam sobre o meio ambiente. Aliada a essa questão, está a discussão do uso dos agrocombustíveis, considerada uma das alternativas para diminuir a emissão de poluentes e gerar renda no campo (ANDRADE; MICCOLIS, 2010; COSTA, 2014). Diante deste contexto, o governo brasileiro estimulou, nos últimos anos, ações de política pública no sentido de impulsionar a produção de

óleo de palma à produção de agrocombustíveis em áreas degradadas e da agricultura familiar. Com o discurso da sustentabilidade ambiental, geração de emprego e renda, o Estado justifica investimentos para o aumento da área plantada, a produção de óleo, o número de empresas do setor na região, o incentivo aos projetos de agricultura familiar e o acréscimo da participação de municípios na cadeia produtiva do dendê (CHAGAS; COSTA, 2018).

Figura 1: Área de produção de dendê da empresa Biopalma da Amazônia S/A



Fonte: Pesquisa de campo (2018).

O território do Baixo Tocantins encontra-se localizado na região Nordeste do Estado do Pará (Amazônia Oriental, Brasil), abrangendo uma área de 36.024,20 km² e sendo composta por 11 municípios: Abaetetuba, Acará, Barcarena, Baião, Cametá, Igarapé-Miri, Limoeiro do Ajuru, Mocajuba, Moju, Oeiras do Pará e Tailândia. Nesta região existe o forte impacto da produção em monocultivo do dendê (*Elaeis guineensis* Jacq.). Há 30 anos, existem no território projetos de produção de dendê, que eram destinados à produção alimentícia e de cosméticos. Contudo, nos últimos cinco anos os investimentos no dendê aumentaram para a produção do biocombustível,

principalmente após a instalação das indústrias BioVale, Biopetro e Agropalma, afetando principalmente os municípios de Moju, Tailândia, Acará e Concórdia do Pará (Figura 1).

Os maiores atingidos pelo avanço do cultivo de dendê na região em questão são os agricultores familiares, em suas diversas categorias, que são definidos de acordo com a Lei nº 11.326/2006, que estabelece as diretrizes para a formulação da Política Nacional da Agricultura Familiar. Assim:

Para os efeitos desta Lei, considera-se agricultor familiar e empreendedor familiar rural aquele que pratica atividades no meio rural, atendendo, simultaneamente, aos seguintes requisitos:

I - não detenha, a qualquer título, área maior do que 4 (quatro) módulos fiscais;

II - utilize predominantemente mão-de-obra da própria família nas atividades econômicas do seu estabelecimento ou empreendimento;

III - tenha percentual mínimo da renda familiar originada de atividades econômicas do seu estabelecimento ou empreendimento, na forma definida pelo Poder Executivo;

IV - dirija seu estabelecimento ou empreendimento com sua família. (BRASIL, 2006, p. 01).

Existe uma grande pressão para que outras populações consideradas como tradicionais, como comunidades ribeirinhas e quilombolas⁵, entre outras, se integrem à produção de dendê, o que ocasiona a divisão da unidade do grupo, algo relatado por quilombolas na região.

O plantio de dendê exige o uso de grande quantidade de agrotóxicos, o que gera uma série de problemas. Os agrotóxicos param nos braços de rios e lençóis freáticos, e chegam às comunidades a água contaminada. Muitos moradores já sofrem com problemas de pele. Especificamente, quilombolas e agricultores familiares na região do Baixo Tocantins fazem várias queixas em relação

à água, que chega depois de passar por propriedades da BioVale.

As pragas relacionadas aos agrotóxicos causam outras dificuldades. Com o uso de venenos nas propriedades das empresas, as pragas acabam indo para as propriedades das famílias. Isso afeta a agricultura familiar e inclusive a criação de pequenos animais, inviabilizando a reprodução socioeconômica dessas pessoas, que acabam vendendo suas propriedades.

As grandes empresas promovem a concentração fundiária nessas regiões, inclusive com capital estrangeiro (CARVALHO, 2013). No dendê, a mecanização não é tão intensa como na produção da cana. Por outro lado, há uma tentativa muito forte das grandes empresas como a Biopetro, BioVale e Agropalma de envolver agricultores familiares na produção da palma, mas o uso da terra familiar para esse cultivo gera vários problemas para essas pessoas, incluindo: o risco da insegurança alimentar e nutricional (ao não cultivarem alimentos para consumo), a perda da autonomia sobre suas terras, a dependência dos preços no mercado do monocultivo de dendê, e a

⁵ Os ribeirinhos são considerados como populações que moram às margens dos rios, sendo extrativistas que exercem essa atividade artesanalmente no meio rural, e pescadores que exercem a atividade pesqueira artesanalmente. Já os quilombolas são

integrantes de comunidades remanescentes de quilombos rurais, considerados como comunidades tradicionais, sendo que algumas dessas áreas são ocupadas desde a escravidão no período colonial (BRASIL, 2006, p. 02).

desestruturação do modo de vida dessas comunidades. São contratos que colocam grandes responsabilidades para os agricultores e grandes vantagens para as empresas.

O cultivo do dendê para produção de agrocombustível avançou no Nordeste Paraense nos últimos anos, principalmente, depois do lançamento de programas do Governo Federal, que visava incentivar o plantio em áreas da agricultura familiar (GLASS, 2013). Diante deste contexto, tem-se observado um aumento das áreas de cultivo destinado para a cultura da palma, realocando fatores de produção como terra e trabalho, o que de fato pode ser observado quando analisado os trabalhos de Macedo, Carneiro e Sousa (2014). Dessa forma, estudar a relevância que a economia do óleo da palma ocupou nos últimos anos, no contexto da agricultura familiar na região do Baixo Tocantins, pode possibilitar uma melhor compreensão dos efeitos relacionados sobre a capacidade de produção de alimentos pelos agricultores familiares e de reprodução socioeconômica das famílias, quando analisado o princípio da economia do autoconsumo, tendo em vista que o dendê ocupa áreas que antes eram destinados ao cultivo de subsistência e de venda de excedentes, como o da

mandioca (*Manihot esculenta* Crantz) para a produção de farinha.

Nesse sentido, a expansão das áreas destinadas ao cultivo de dendê ocorreu, principalmente, a partir do ano de 2004, no Governo Lula, com o lançamento da política de apoio à produção de óleo de palma, o Programa Nacional de Produção e Uso do Biodiesel (PNPB).

No ano de 2010 foi lançado o Zoneamento Agroclimático do Dendê, e posteriormente o Programa de Produção Sustentável de Palma de Óleo. A partir daí os dendezaís atingiram grandes extensões de terras, as quais foram tomadas por monoculturas, como é o caso do dendê, no Nordeste Paraense, passando a integrar agricultores familiares na cadeia produtiva (GLASS, 2013). Como forma de ampliar as áreas de plantio da cultura em estabelecimentos familiares, o governo federal criou o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF), na modalidade EcoDendê em 2009, disponibilizando financiamento para o cultivo da palma para agricultores familiares. Na ocasião, muitos agricultores familiares firmaram contratos de integração com diversas empresas agrícolas (CHAGAS; COSTA, 2018).

Segundo os dados do BASA (2012), até esse ano no Pará, 772 projetos de

integração foram financiados por agricultores familiares, com uma área de 6.981 hectares. Em 2014, segundo a Associação Brasileira de Produtores de Óleo de Palma (ABRAPALMA, 2014), o número de agricultores integrados somava 1.124, com uma área de 30.461 hectares. No final de 2016, só a Biopalma contava com 667 famílias. Até dezembro de 2016, a

empresa manteve os cerca de 56.487 mil hectares de palmares plantados em terras próprias e 6.500 mil hectares em parceria com agricultura familiar (BIOPALMA, 2016). Atualmente, há 1169 agricultores integrados ao projeto de dendê familiar (SANTOS, 2018). A Figura 2 mostra um desses plantios em áreas de agricultores familiares.

Figura 2: Plantio do dendê em área de um agricultor familiar em Concórdia do Pará-PA



Fonte: Pesquisa de campo (2018)

O PSOP (Produção Sustentável de Óleo de Palma) foi o programa que criou uma linha de crédito chamada de Pronaf EcoDendê para energia renovável e sustentabilidade ambiental. Posteriormente este valor de financiamento da cultura do dendê para a agricultura familiar foi alterado para R\$ 80.000,00, o

financiamento é de 10 hectares para cada agricultor integrado, com empréstimos de até R\$ 65 mil, com juros de até 2% ao ano e prazo de até 20 anos para quitação (BARROS, 2016).

A expansão dos cultivos de dendê, na Amazônia, pode ser considerada como um potencializador de conflitos

socioambientais, pois os interesses e a percepção de cada ator envolvido, empresa, Estado e agricultor familiar, são diferentes (SANTOS, 2018).

A partir da expansão do dendê, inicia-se uma disputa pelo território alicerçado em padrões de uso da terra totalmente opostos. De um lado, o agronegócio da palma de óleo que tem concentrado a terra, recrutando mão de obra camponesa e engendrando, nas propriedades familiares de camponeses, a produção da palma com a perspectiva de aumentar a renda familiar. Do outro, encontramos famílias camponesas que tem grafado na terra suas estratégias para a manutenção da unidade doméstica, ressignificando suas territorialidades a partir da apropriação das sutilezas que a agricultura capitalista do dendê tende a oferecer, ou mesmo mantendo a autonomia produtiva familiar camponesa. (SOUSA; MACEDO, 2019, p. 542).

Aliados a expansão do dendê surgem inúmeros problemas de cunho social e ambiental, há uma enorme consequência social, como as vendas de terras, provocando o êxodo rural, pressão sobre comunidades e quilombolas (MACEDO, 2012), crise de identidade dos camponeses que aderiram ao dendê familiar e mudança nas organizações de trabalho nos sistemas produtivos (GLASS, 2013). Também é relatada a diminuição de culturas alimentares nos sistemas produtivos de agricultores familiares (SILVA; NAVEGANTES-ALVES, 2017) e inserção no assalariamento (SAAVEDRA, 2017).

Com resultados recentes, Mota, Ribeiro e Schmitz (2019, p. 532), afirmam que:

Em todos os nossos contatos com lideranças, agricultores e moradores de mais de 300 vilas, foi evidenciada preocupação quanto à insegurança alimentar, ao monocultivo, à subordinação a uma processadora e às transformações na vida local. Houve também quem demonstrasse expectativas referentes à dinamização da economia local, por meio da geração de renda e, principalmente, de empregos regulares para os jovens.

A produção de dendê trouxe contribuições positivas com o avanço de alguns indicadores sociais, como o nível de escolaridade e a melhoria nas condições de infraestrutura em Tomé Açu (SIMAS; PEREIRA, 2019). Por outro lado, as condições de saúde tiveram avaliação negativa por parte de alguns agricultores e moradores. Silva (2016) pondera alterações ocasionadas nos sistemas de produção familiar. Ele afirma que as mudanças são objetivas e subjetivas na condução dos estabelecimentos e que a integração à cultura possibilitou aos agricultores a melhoria na renda e condições de vida. Porém o autor ressalta que esta melhoria não é regra geral, pois há risco de ficar depende da cultura do dendê.

A pesquisa foi realizada na Vila Comissário, localizada na rodovia PA-140, km 10, no município de Concórdia do Pará-PA. Recorreu-se à abordagem qualitativa e

quantitativa. Para tal, utilizou-se levantamento de dados secundários e pesquisa de campo. De acordo com Brumer *et al.* (2008), o estudo qualitativo possibilita uma análise tanto em extensão quanto em profundidade.

Realizou-se coleta de dados secundários para subsidiar a análise proposta e compreender as principais temáticas abordadas como referencial teórico. As entrevistas abertas (MICHELAT, 1987) e as entrevistas orientadas por questionário foram realizadas com 28 moradores da Vila Comissário, em total, incluindo 11 agricultores familiares, 5 autônomos, 3 aposentados, 7 assalariados no dendê e 2 funcionários do serviço público. A sistematização se deu por meio de organização de dados em planilhas eletrônicas do Microsoft Office 2016 Excel e Word, a fim de elaborar os gráficos, tabelas e quadros e aplicação de estatística descritiva.

Objetiva-se neste trabalho, analisar a influência da dendeicultura na Vila Comissário em Concórdia do Pará e evidenciar como se apresentam as principais mudanças ocasionadas por esta atividade, do ponto de vista socioeconômico e ambiental. A narrativa do

texto está construída em seis partes, além desta introdução: i) uma caracterização breve da vila Comissário e o perfil dos residentes; ii) uma apresentação dos sistemas de produção familiar, elencando a composição dos sistemas de cultivo e de criação; iii) uma discussão sobre o assalariamento nos campos de dendê, expondo as principais informações concernentes a este processo e os debates em torno da temática; iv) uma demonstração da pluriatividade no local apresentando de que forma se dá, dialogando com outros autores; v) uma exposição de outras observações de mudanças identificadas atribuídas à influência da dendeicultura, e vi) apresenta-se as considerações finais.

Espera-se com este trabalho, contribuir para reflexão das mudanças influenciadas por grandes empreendimentos, a exemplo da dendeicultura, nas comunidades rurais da Amazônia Oriental e mesmo do Brasil e de outros países tropicais onde a dendeicultura é presente. Assim, também é importante incentivar outros estudos concernente a temática, a fim de compreender os processos de mudanças no espaço rural e nos sujeitos que habitam nele.

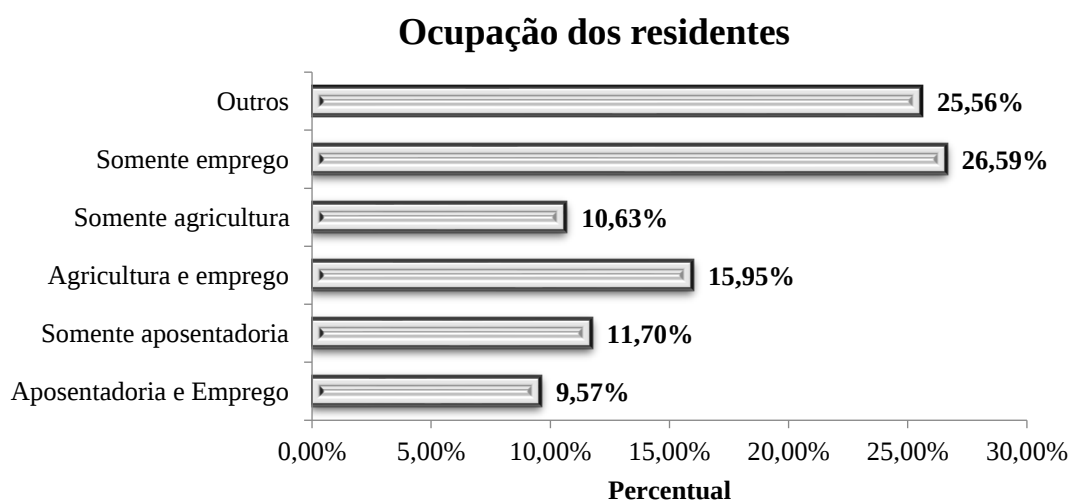
2. CARACTERIZAÇÃO DA VILA COMISSÁRIO E O PERFIL DOS RESIDENTES

A Vila Comissário foi fundada a partir de 1960 com a abertura da rodovia PA-140, que liga o município de Santa Izabel do Pará, passando por Bujaru até o município de Tomé Açu. Inicialmente, a vila foi formada apenas por agricultores familiares. Com o desenvolvimento na região, principalmente, após o ano de 2008 com a implantação de uma empresa de dendê nas proximidades, foram surgindo novos moradores. Anteriormente a agricultura de subsistência era predominante, com a principal atividade sendo o cultivo da mandioca para a fabricação de farinha. Porém após a chegada da empresa muitos agricultores abandonaram suas terras ou venderam para a referida empresa de dendê e estão

trabalhando na mesma como funcionários. Outros ainda acabaram por se integrarem à empresa, por meio do Pronaf EcoDendê com financiamento para plantio de dendê, produzindo e vendendo sua produção para a corporação.

Atualmente a vila é composta por 103 famílias contendo 363 pessoas, e destas apenas 10,63% trabalham somente com agricultura, como no plantio de mandioca e de outros cultivos, 15,95% com a agricultura de subsistência e possuem outro emprego, geralmente na empresa de dendê, e 26,59% possuem apenas o emprego. Outras categorias de renda incluem as políticas de previdência social para o campo (aposentadorias rurais), como mostrado em Figura 3:

Figura 3: Percentual de ocupação dos residentes na Vila Comissário



Fonte: Pesquisa de Campo (2018).

No que se refere ao fator idade, esta é diversificada, sendo que as pessoas possuem idades variando de 22 a 63 anos. Porém, a maioria dos familiares tem idade superior a 35 anos, e a maior parte em condições plenas de trabalho. Ressalta-se que apenas uma família é composta somente pelo casal. Essas famílias entrevistadas em sua maioria já possuem suas terras há muitos anos oriundas de herança familiar, doadas para a matriarca ou patriarca da família. Dos entrevistados apenas um cita que a tomada de decisão

referente ao lote é realizada pelo homem, e na maioria há um consenso de decisões com a mulher e com os filhos.

Os entrevistados correspondem a 7,5 % (28) dos residentes. Identificamos as seguintes categorias: somente emprego, agricultura de subsistência, agricultura com outro emprego e agricultura e aposentadoria. Dentre os entrevistados, 85,7 % foram homens e 14,3 % mulheres. A maioria possui ensino fundamental incompleto.

3. SISTEMAS DE PRODUÇÃO FAMILIAR

Os lotes dos agricultores da vila apresentam o sistema de produção⁶ composto por cultivo e criação. As características foram identificadas durante a pesquisa, em sete estabelecimentos.

O sistema de produção é o mecanismo utilizado para identificar como se caracteriza o estabelecimento do agricultor e as suas peculiaridades. Identificou-se nas entrevistas que três famílias utilizam os recursos hídricos do

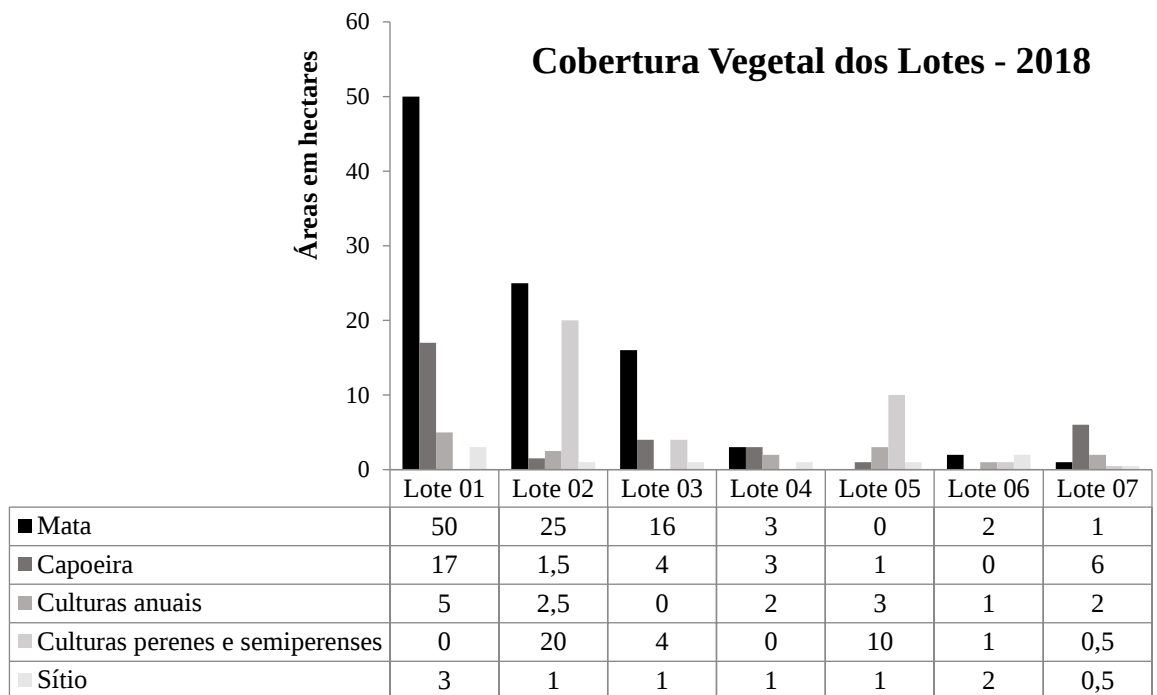
igarapé para algumas atividades familiares e possuem poço e as possuem apenas poço artesiano. Outra característica importante é a cobertura vegetal, pois apesar dos agricultores se utilizarem desta para realizarem sua produção, em alguns lotes estes ainda deixam uma quantidade significativa de mata, como observa-se na Figura 4, que analisa de forma mais detalhada a cobertura vegetal de 07 propriedades agrícolas familiares, escolhidos entre os 28 entrevistados (25%

⁶ Sistema de Produção (*farming system / système de production*): é a combinação de sistema(s) de cultivo e/ou sistema(s) de criação dentro dos limites autorizados pelos fatores de produção de que uma unidade de produção agrícola dispõe (disponibilidade de força de trabalho, conhecimento

técnico, superfície agrícola, equipamentos, capital, etc.). Integra igualmente as atividades de transformação e conservação de produtos animais, vegetais e florestais realizados dentro dos limites da unidade de produção agrícola” (DUFUMIER, 2007 *apud* MIGUEL, 2009, p. 24).

do total da amostra) para exemplificar essa discussão:

Figura 4: Cobertura vegetal nos lotes de 07 agricultores no ano de 2018



Fonte: Pesquisa de Campo (2018).

Como analisado na Figura acima, a área de mata ainda predomina em muitas propriedades, e com foco nelas realizamos nossa pesquisa como propostas de agricultura alternativa, como a recomendação da implantação de Sistemas Agroflorestais (SAF's) em áreas já degradadas. Durante as entrevistas uma entrevistada relatou que a insistência para deixar áreas de florestas conservadas é para que seus filhos desfrutarem posteriormente.

Observa-se a existência de propriedades (2, 3,5) com destaque de culturas perenes e lotes (1,4,7) com plantio de culturas anuais.

O sistema de cultivo compreende as plantas cultivadas existentes nos estabelecimentos. A Tabela 1 mostra como estão distribuídos os principais plantios em 21 estabelecimentos dentre os 28 entrevistados (representando 75% da amostra).

Tabela 1: Composição do sistema de cultivo com as principais culturas

Cultivo	Quant. Agricultores	Destino
Dendê	2	Empresa
Mandioca	7	Consumo/venda
Pimenta-do-reino	2	Venda
Milho	1	Consumo
Açaí	7	Consumo
Arroz	1	Consumo
Urucum	1	Venda

Fonte: Pesquisa de campo (2018).

Todas as propriedades apresentam plantações de mandioca e açaí (*Euterpe oleracea* Mart.). A pimenta-do-reino (*Piper nigrum* L.) está presente em duas e o milho (*Zea mays* L), o arroz (*Oryza* sp.) e o urucum (*Bixa orellana* L.) estão em três propriedades. As culturas de arroz, milho e açaí são destinadas ao consumo familiar, e a mandioca é usada para consumo e também é comercializada, geralmente na vila ou vendida para familiares.

O urucum e a pimenta-do-reino são produzidos exclusivamente para a venda e a comercialização e é feita através de atravessadores que compram no próprio lote.

Os quintais das residências em sua maioria possuem árvores frutíferas, sendo diversificado de acordo com o interesse de cada proprietário, como observa-se na Tabela 2, que detalha os quintais de 07 lotes (25% da amostra entrevistada):

Tabela 2: Composição dos quintais das famílias

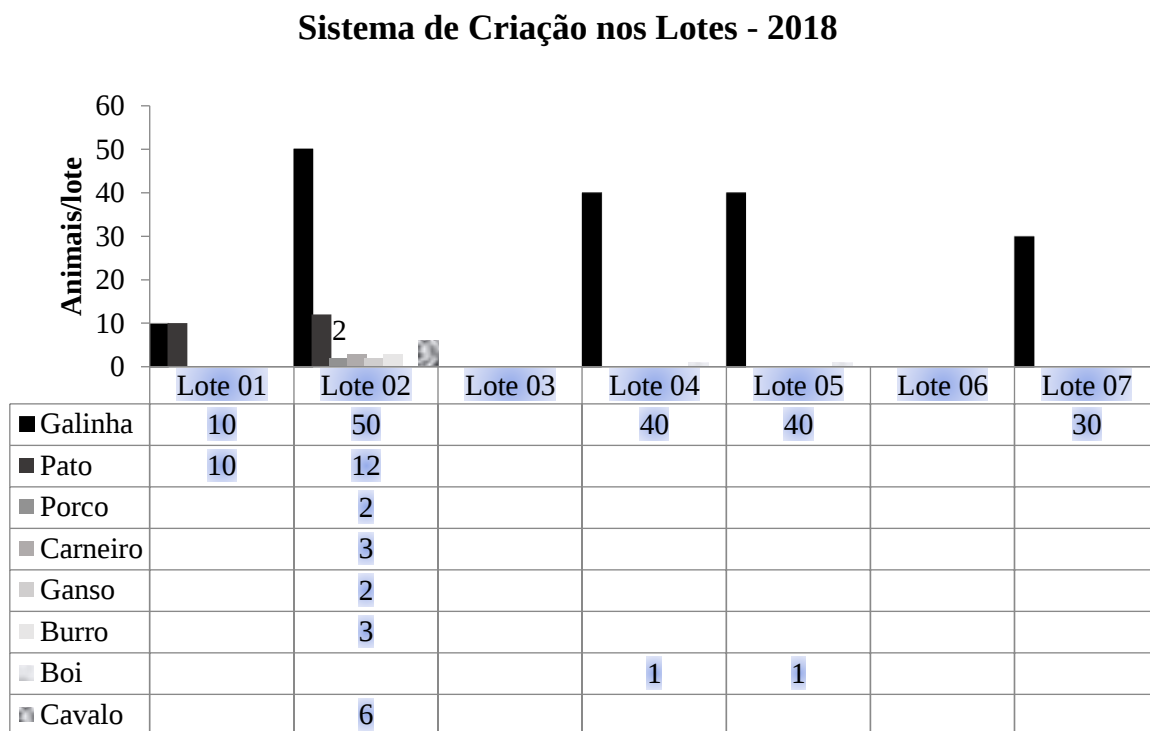
Quintal Florestal das Famílias entrevistadas							
Descrição	Lote 1	Lote 2	Lote 03	Lote 4	Lote 5	Lote 6	Lote 7
Açaí	100	50	1.500	100	200	500	50
Ameixa	-	-	-	01	-	-	-
Banana	-	20	-	-	15	-	20
Bacabi	-	-	-	10	-	-	-
Cupuaçu	70	50	-	05	60	100	30
Cacau	100	-	-	-	-	100	100
Graviola	-	-	-	-	03	-	-
Laranja	20	-	-	-	-	-	02
Manga	08	05	02	04	-	10	-
Mamão	-	10	-	-	-	-	-
Jaca	-	02	-	-	-	05	-
Jambo	-	-	01	01	-	-	-
Café	-	30	-	-	-	-	-
Coco	-	20	-	03	10	03	-
Castanheira	-	-	-	-	-	-	01
Limão	-	-	-	-	-	-	01

Fonte: Pesquisa de campo (2018).

Apesar da diversidade frutífera, o cultivo dessas plantas é exclusivamente para consumo. O caso da família do lote 03, o grupo pretende comercializar o açaí sendo cultivado próximo à residência, porém ainda não está produzindo. As demais famílias relataram que não têm a pretensão de comercializar seus produtos dos quintais. Eles relatam que a venda das frutas *in natura* resulta em retorno financeiro baixo, além de ser trabalhoso.

Definimos neste trabalho, com base em Landais, Lhoste e Milleville (1987 *apud* MIGUEL, 2009, p. 24), o sistema de criação como todos os animais que a família cria, maneja e utiliza. Neste estudo as entrevistas com 07 agricultores familiares (25% da amostra do total de entrevistados) apontam que as famílias, em sua maioria, utilizam animais unicamente para o autoconsumo (Figura 5):

Figura 5: Composição do sistema de criação



Fonte: Pesquisa de Campo (2018).

Como observado acima, os lotes 03 e 06 não possuem sistema de criação, o gado bovino que aparece nos lotes 04 e 05 são utilizados para tração animal e transporte de materiais dentro do lote. As famílias entrevistadas objetivam a curto prazo manter o que possuem atualmente e a longo prazo pretendem deixar o terreno para os filhos. Com isso, eles ainda mantêm a cultura de deixar uma herança para os filhos usufruírem futuramente (WANDERLEY, 2003). As galinhas, patos, porcos e carneiros são apenas para consumo.

Sobre a integração de agricultores ao agronegócio do dendê, no *locus* da

pesquisa há três famílias cultivando por meio do financiamento (Pronaf EcoDendê); porém apenas um está com plantio está produzindo. Isso se explica pelo ano de plantio e por problemas enfrentados durante essa fase. No lote que possui dendê produzindo, utiliza mão de obra externa duas vezes por mês. Nos outros a força de trabalho é familiar e realizam as atividades de acordo com a necessidade de cada cultura e a disponibilidade de mão-de-obra familiar, podendo ser diariamente ou não. A venda é diretamente à empresa em que o contrato foi firmado.

A quantidade de integrados na Vila Comissário, é considerado baixa em relação às demais localidades nas proximidades. Chagas e Costa (2018) identificaram, em 2018, 22 agricultores com o financiamento somente no Projeto de Assentamento Benedito Alves Bandeira. Outras duas vilas próximas possuem um maior número de

agricultores integrados também, quando se compara com o local de estudo desse trabalho. Os resultados desta pesquisa contrapõem-se, portanto, aos de Chagas e Costa (2018). Para melhor visualização, elaborou-se a Tabela 3 com as informações dos estabelecimentos dos agricultores integrados.

Tabela 3: Tipologia dos 03 agricultores integrados na Vila Comissário

Tipo	Cultivos	Destino	Animais	Destino
1 (2 agricultores)	Dendê+Pimenta do reino	Venda	Burro+Cavalo	Trabalho
	Mandioca	Venda e Consumo	Galinha + Pato+ Porco+ Carneiro+ Ganso	Consumo
	Manga+ Jaca+ Açaí+ Cupuaçu+ Mamão+ Café+ Coco+ Arroz+ Banana+Milho	Consumo		
2 (1 agricultor)	Dendê+Pimenta do reino	Venda	Gado bovino	Trabalho
	Mandioca	Venda/Consumo	Galinhas	Consumo
	Açaí+Banana+Cupuaçu +Graviola +Coco	Consumo		

Fonte: Pesquisa de campo (2018).

Como mostra a tabela, os estabelecimentos dos integrados têm diversidade de cultivo, apresentando muitos cultivos utilizados para o autoconsumo e o dendê a pimenta do reino são as únicas

culturas destinadas para venda. Vale lembrar que, o agricultor tipo 1 destaca-se como um dos mais produtivos, tanto em culturas alimentares como em criação de animais.

4. O ASSALARIAMENTO NOS CAMPOS DE DENDÊ

Além da integração, o dendê se apresenta nos municípios com grande influência na contratação de mão de obra. O assalariamento no dendê é questionado por vários autores. Macedo e Sousa (2015), desenvolveram trabalhos nos municípios de

Bujaru e Concórdia do Pará, e ressaltam que ao passo que suscita a superexploração do trabalho, propicia a recriação do campesinato de agricultores que se inserem, uma vez que utiliza o salário ganho para adquirir utensílios e produtos para a roça.

Oliveira (2007) coaduna com esta ideia, pois o sistema capitalista ao mesmo tempo que sujeita os camponeses permite uma recreação. Contrário à essas ideias, Nahum e Santos (2014) consideram como descampesinização, isto é, um campo sem camponeses.

As pessoas assalariadas nas empresas de dendê que moram na vila, somam 17. Tem entre 23 e 50 anos de idade; uma é mulher e as demais são homens. Biopalma da Amazônia e Dendê do Tauá são as empresas que têm influência na vila. Antes da chegada dessas empresas, a atividade econômica na vila era a agricultura e o serviço público na prefeitura. De acordo com a pesquisa, a maioria dos trabalhadores têm escolaridade entre ensino fundamental e médio incompletos. Um número reduzido possui maiores níveis de estudos. A maioria dos assalariados trabalha nos plantios em atividades específicas de cuidados à planta.

A maioria dos assalariados trabalham nas empresas de dendê, iniciando a partir do ano de 2011, coincidindo com a instalação da empresa Biopalma, que é a maior e mais importante empresa de dendê na região. Dessas pessoas, duas relataram que gostariam de sair da empresa para ter o próprio negócio. Outras pretendem continuar, pois afirmam que o trabalho

assalariado tem muitas vantagens, como salário fixo no final do mês, garantia de direitos e possibilidade de investir no próprio negócio e na agricultura. Quanto a isso, somente dois não são agricultores. Após o assalariamento, os agricultores em sua maioria continuaram realizando atividades nos estabelecimentos. Apenas um agricultor relatou ter deixado a agricultura, e três apontaram para dificuldades em conciliar as duas atividades. Segundo os trabalhadores, é possível a conciliação do assalariamento com a agricultura familiar porque o horário do serviço na empresa permite. A Biopalma trabalha no sistema de expediente 4x4, em que trabalham quatro dias e folgam quatro. Na outra empresa a jornada é de 06h às 14h30min, possibilitando o restante do tempo para desenvolver outras atividades.

Sobre o assalariamento temporário dos agricultores, Sousa e Macedo (2019) afirmam que esta condição tem contribuído para a garantia da sua reprodução. Sousa (2019, p. 35) confirma que, “o assalariamento nos canteiros da palma de óleo surge como estratégia ou criatividade da família em gerar renda complementar que assegure o bem-estar social dos integrantes da unidade doméstica, mediante às novas necessidades que surgem no decorrer da vida no campo”. Este autor

afirma ainda que “o assalariamento se torna uma ação da campesinização no espaço agrário, à medida que mantém a unidade familiar em funcionamento, ressignificando o território de vida a partir de outras rendas e não mais exclusivamente da roça” (p.35-36), contrariando Nahum e Santos (2014).

A questão levantada entre os agricultores da vila em relação ao assalariamento é a dificuldade de encontrar alguém para trabalhar em seus lotes. De fato, isso é comprovado, pois as pessoas que trabalhavam como diaristas nas práticas de roça, também são assalariados nas empresas de dendê e em outros tipos de

assalariamento. É válido salientar que, atualmente, há uma empresa de concretagem na vila, fundada por moradores que trabalhavam na construção civil em outras empresas. Por sua vez, garantiu assalariamento para alguns jovens, com isso houve diminuição da mão de obra disponível para agricultura. Em estudos recentes, Mota, Ribeiro e Schmitz (2019, p. 548) concluem que “em decorrência da instalação de monocultivos de dendê nos arredores, houve maior oferta de empregos e, consequentemente, menor disponibilidade de mão de obra localmente”.

5. PLURIATIVIDADE

Acredita-se que uma das maiores influências da dendeicultura na vila é a pluriatividade, por meio da integração e assalariamento. A pluriatividade, no âmbito da agricultura familiar, se apresenta como estratégia para a garantia da produção de alimentos e de serviços, no contexto da distribuição dos fatores de produção, como terra e trabalho. Nessa perspectiva, a pluriatividade refere ao fenômeno da combinação de múltiplas inserções produtivas por um indivíduo ou uma família (SCHNEIDER, 2003). No entanto, a economia do dendê no Nordeste Paraense reforça a pluriatividade com o trabalho

assalariado nas empresas, que vem tomando espaço e ocasionando em formas mais simples e menos plural dos sistemas produtivos, dando uma outra configuração para o espaço rural, com novas oportunidades, desafios e formas do sistema de trabalho empregado na economia local, como mostra Menasche, Marques e Zanetti (2008). Em um sentido mais amplo, Chaves, Brannstrom e Silva (2019) especulam que a pluriatividade pode ter maior rentabilidade ao longo tempo por possibilitar de oferecer uma resposta melhor no que diz respeito a adaptação às mudanças ambientais e econômicas.

A diversificação pode ser entendida, de modo sucinto, como a associação racional de várias culturas em uma mesma propriedade agrícola ou agropecuária. Já, a pluriatividade é entendida aqui, como a prática da atividade agrícola em tempo parcial concomitante ao lado de outras atividades. Tanto a diversificação como a pluriatividade têm o objetivo de aumento da renda pessoal ou familiar. [...] As atividades econômicas antes tipicamente urbanas hoje instaladas no meio rural, ou seja, na propriedade familiar, levaram ao surgimento do agricultor pluriativo, o qual passa a combinar as atividades agrícolas com as não agrícolas como forma estratégica de complementar a renda familiar e de fazer com que todos os membros da família tenham ocupação (SILVA; PINHEIRO, 2019, p. 17-18).

No que se refere aos efeitos da pluriatividade na segurança alimentar, a integração entre agricultura familiar e as empresas agrícolas, tem consolidado novas possibilidades de renda. Entretanto, esse ambiente de oportunidade vem acompanhado da redução da capacidade das famílias em desenvolver sistemas de produção pluriativos. Porém, evidências recentes mostram que, no caso da microrregião de Tome-açu, a inserção das novas atividades nos sistemas de produção, são decorrentes da necessidade de assegurar o abastecimento da alimentação familiar, por meio da melhoria de renda com a venda da produção do dendê. Sobre isso, Chaves, Brannstrom e Silva (2019) ressaltam a

importância que a presença de grandes empreendimentos exerce, colaborando na ascensão da pluriatividade e que ela é praticada como uma necessidade para manter o modo de vida e não como escolha dos grupos familiares.

Nessa perspectiva, de consolidar as estratégias de consumo (renda) e autoconsumo, alguns fatores são considerados importantes segundo Wanderley (2003), como a autonomia sobre a gestão dos recursos de produção e a segurança alimentar, que está diretamente relacionada com os sistemas de produção definidos pela família. É importante refletir a respeito da produção para o consumo familiar, sendo que está intimamente relacionada com a diversidade na produção na qual proporciona uma maior sustentabilidade à propriedade familiar. Os sistemas de produção familiar são caracterizados pela grande diversidade de seus componentes e variabilidade de suas estratégias para garantir sua reprodução socioeconômica, dentre elas está a produção de alimentos destinada para o autoconsumo. Segundo Grisa e Schneider (2008), o autoconsumo é uma estratégia recorrente entre os agricultores familiares e reveste-se de fundamental importância para a reprodução social destas unidades.

6. OUTRAS OBSERVAÇÕES

Além das questões suscitadas anteriormente, nos estudos sobre os impactos da chegada da dendeicultura há discussões sobre a especulação de venda de terras, porém não se obteve essa informação na vila. Diferentemente, Backhouse e Lehmann (2019, p. 08) identificaram na vila de Bucaiá, em Acará, por meio de relatos de um sindicato, que “a maioria dos camponeses venderam suas terras e se mudaram para os bairros pobres da cidade de Acará em um período de apenas dois anos”.

Outra questão é a diminuição de áreas de cultivo. Se levarmos em consideração a quantidade de pessoas integradas ao projeto, percebe-se que houve diminuição, porém não significativa. Todos eles cultivavam mandioca (principal cultura alimentar cultivada) e ainda permanecem com a prática. Concernente a isso, Sousa e Macedo (2019, p. 546) corroboram que:

A espacialização do cultivo da mandioca pelo nordeste paraense, enquanto uma produção da agricultura camponesa sinalizando que o trabalho assalariado e a integração ao cultivo da oleaginosa condiz como uma estratégia camponesa de reforçar a unidade doméstica, não necessariamente uma transição da agricultura de roça para a da palma do dendê.

É notório que a quantidade de farinha produzida, na vila, diminuiu, mas são necessários estudos mais focalizados nesta questão para afirmar se, de fato, foi a influência da dendeicultura. No entanto, supõe-se neste trabalho, que a diminuição se dá não unicamente à expansão do dendê, assalariando e integrando os agricultores e outros moradores da vila, mas também há um envelhecimento de pessoas costumeiras na produção da farinha. Aliado a isso, observa-se que a prática não tem sido perpetuada às outras gerações, pois as pessoas mais novas estão ingressando em outras formas de atividade econômica.

Outras influências são possíveis de serem observadas. Observa-se que após a chegada da dendeicultura, a vila expandiu em extensão, aumentando o número de moradores. Com isso, houve o surgimento de novos estabelecimentos comerciais como: sorveteria, restaurante e pequenos quartos (*kitnets*) para alugar. Foi possível observar os relatos de violência, por conta da vinda de outras pessoas, assim como demonstra (FERREIRA, 2016; RIBEIRO, 2017), dentre outros.

7. CONSIDERAÇÕES FINAIS

O objetivo deste trabalho foi analisar a influência da dendeicultura na Vila Comissário e de que forma se apresentam as mudanças ocasionadas por esta atividade.

Levando em consideração os aspectos de caracterização com os agricultores familiares, conclui-se que é um meio rentável e que se utiliza da preservação ambiental para a promoção de uma qualidade de vida. Em vista dos argumentos apresentados pelas famílias na pesquisa de campo, observar que estas sentem orgulho de estarem nesses lugares que lhe proporcionam um bem viver. Percebe-se que as famílias se utilizam do meio para sobrevivência e pensam nas gerações que ainda vão utilizar deste meio. Em geral, os entrevistados não pretendem derrubar as áreas de mata, e sim conservá-las. Isso implica também em como eles estão utilizando suas áreas de cultivo, pois parte dos relatos dos entrevistados já tem essa consciência de realizar o manejo da terra e de associar com outras culturas para conservá-la. E isso é presente nas famílias em que a matriarca ajuda nas tomadas de decisões.

Acredita-se que as famílias que persistem em continuar na agricultura

mesmo com a existência de influências para abandoná-la, insistem em dar seguimento a essa atividade, pois acreditam que a conservação do meio se dá, principalmente, pelos atores sociais que estão presente nos lotes, uma vez que estes são os que atuam diretamente nas propriedades e sabem as características, as potencialidades e fraquezas das áreas do lote, do ponto de vista do meio biofísico e socioeconômico.

Os sistemas de produção familiar, em sua maioria, são diversificados com culturas alimentares, anuais, perenes, área de mata e animais. Os sistemas com dendê, destacam-se por estar entre os mais produtivos e biodiversos. No entanto, é importante frisar que estes agricultores têm um histórico de muitos anos em seus lotes e cultivando-os.

Os agricultores integrados mostram-se esperançosos quanto à produção do dendê, e melhoria da renda. Observou-se que, apesar de introduzirem uma cultura demandante de muita mão de obra, eles continuaram cultivando as plantas alimentares, mesmo que em menor quantidade.

Quanto ao assalariamento, percebe-se uma grande contribuição na obtenção de bens duráveis e melhoria na estrutura física

das casas. Poucos, ao tornarem-se assalariados, deixaram a agricultura, outrossim, argumentam sobre a possibilidade de investimentos na agricultura com o salário adquirido na empresa, além do que podem conciliar os dois trabalhos devido o sistema de trabalho ser de quatro em quatro dias. Ter uma renda fixa é uma das maiores vantagens elencadas por essas pessoas.

Conclui-se que, a chegada da dendeicultura influenciou diretamente na atividade econômica da vila, uma vez que antes era apenas agricultura e serviço público (prefeitura) e, hoje, predomina o assalariamento. Os agricultores assalariados tornaram-se pluriativos,

complementando a renda familiar com o salário ou vice-versa. Por conseguinte, influenciou na existência de novos estabelecimentos e melhoria de renda. Porém, também influenciou na segurança, tornando o lugar fragilizado quanto ao surgimento de assaltantes e roubos, devido o maior movimento de pessoas e expansão da vila.

Por fim, é importante destacar que esse estudo de caso pode trazer contribuições teóricas no que se refere a futuros estudos sobre a dendeicultura no território do Baixo Tocantins e também sobre a pluriatividade como categoria analítica na agricultura familiar regional.

8. REFERÊNCIAS

ABRAPALMA – Associação Brasileira de Produtores de óleo de Palma **Planilha de mapeamento da palma de óleo no Brasil**. 2014.

ANDRADE, R. M. T. de; MICCOLIS, A. **Biodiesel in the Amazon**. Working Paper nº 113. Nairobi, Kenya: World Agroforestry Centre, 2010.

APPOLINÁRIO. F. As dimensões da pesquisa. In: APPOLINÁRIO. F. **Metodologia da Ciência: Filosofia e prática da pesquisa**. 2. ed. São Paulo: Pioneira Thomson Learning, 2006.p.59-71.

BACKHOUSE, M.; LEHMANN, R. New 'renewable 'frontiers: contested palm oil plantations and wind energy projects in Brazil and Mexico. **Journal of Land Use Science**, p. 1-16, 2019.

BARROS, M. J. B. **O uso agrícola do território e a integração da agricultura familiar no agronegócio do biodiesel de dendê-baixo Tocantins (PA)**. 2016. 305 f. Tese (Doutorado em Geografia). Universidade de Brasília. 2016.

BASA – Banco da Amazônia. A experiência do Banco da Amazônia com projetos integrados de dendê familiar.

Contexto Amazônico, Belém, n. 22, 2012.

BIOPALMA da Amazônia. **Relatório de Sustentabilidade 2016**. 2016. 50 p. Disponível em: <https://www.biopalma.com.br/pdf/relatorio-sustentabilidade-2016.pdf>. Acesso em: 04 dez. 2019.

BRASIL. **Lei nº 11.326, de 24 de Julho de 2006**. Estabelece as diretrizes para a formulação da Política Nacional da Agricultura Familiar e Empreendimentos Familiares Rurais. Brasília: Presidência da República / Casa Civil, 2006. 03 p.

BRUMER, A. *et al.* A elaboração do projeto de pesquisa em Ciências Sociais. In: GUAZZELLI, C. A.; PINTO, C. R. J. B. (Org.). **Ciências Humanas: pesquisa e método**. Porto Alegre: UFRGS, 2008. p. 125-147.

CARVALHO, G. **Monocultivo do dendê viola direitos e destrói a Amazônia**. Relatório de atividades de Campo. Projeto Dendê na Amazônia. FASE-Belém, 2013.

CHAGAS, H. S.; COSTA, R. J. **Sistemas de produção familiar no contexto da dendeicultura: o caso do Assentamento Benedito Alves Bandeira**. 2018. 60f. TCC (Trabalho de Conclusão de Curso) Curso Bacharelado em Agronomia-IFPA-Castanhal. 2018.

CHAVES, L. O.; BRANNSTROM, C.; SILVA, E. V. Pluriatividade em uma comunidade pesqueira no litoral Leste do Ceará: estimativas e desdobramentos para a gestão dos recursos ambientais. **Campo-Território: Revista de Geografia Agrária**, Uberlândia, v. 14, n. 32, p. 293-324, abr., 2019.

COSTA, A. C. S. da. **Regularização ambiental sob a pressão da dendeicultura em uma região do Baixo Tocantins**. 2014. 38 f. Monografia (Especialização). Universidade Federal do Pará, Núcleo de Ciências Agrárias e Desenvolvimento Rural, Belém, 2014.

FERREIRA, V. A. **As influências socioeconômicas e ambientais da cadeia produtiva do dendê no desenvolvimento local do Baixo Tocantins**. 2016. 138 f. Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal do Pará, Núcleo de Altos Estudos Amazônicos, Belém, 2016.

FONTOURA, A. F. da. **A produção para autoconsumo: Características e importância para os sistemas de produção de pecuária familiar da fronteira Oeste do RS**. 2012. 152 f. Dissertação (Mestrado) Programa de Pós-Graduação em Extensão Rural da Universidade Federal de Santa Maria, Santa Maria-RS, 2012.

GLASS, V. **Expansão do dendê na Amazônia brasileira: elementos para uma análise dos impactos sobre a agricultura familiar no nordeste do Pará**. Repórter Brasil. Fases: São Paulo - SP 15 p. Disponível em <http://reporterbrasil.org.br/documentos/Dende2013.pdf>. Acesso em: 22 jun. 2018.

GRISA, C.; SCHNEIDER, S. “Plantar pro gasto”: a importância do autoconsumo entre famílias de agricultores do Rio Grande do Sul. **Revista de Estudos Rurais - RER**, Piracicaba-SP, v. 46, n. 02, p. 481-515, jun. 2008.

MACEDO, C. O.; CARNEIRO, F.; SOUSA, D. **Novos projetos, velhas práticas: o impasse entre camponeses e agronegócio do dendê no Pará**. VI

Congresso Iberoamericano de Estudios Territoriales y Ambientales. Setembro de 2014.

MACEDO. C. O. **Agrocombustível e agricultura camponesa no nordeste paraense: o caso de nova esperança.** XXI Encontro Nacional de Geografia Agrária. Uberlândia-MG. Outubro de 2012.

MACEDO. C. O.; SOUSA, R. B. Novos projetos, velhas práticas: Os impasses entre agricultura camponesa e agronegócio do dendê em terras amazônicas. **Tempos históricos**, Paraná, v. 19, n. 1 p. 302-331, mar./jun. 2015.

MENASCHE, R.; MARQUES, F. C.; ZANETTI, C. Autoconsumo e segurança alimentar: a agricultura familiar a partir dos saberes e práticas da alimentação. **Revista de Nutrição**. Campinas-SP, jul./ago. 2008.

MICHELAT, G. Sobre a utilização de entrevista não diretiva em sociologia. In: THIOLENT, M. (Org.). **Crítica metodológica, investigação social e enquete operária**. 5 ed. São Paulo: Polis, 1987. p. 191-212.

MIGUEL, L. de A. (Org.). **Dinâmica e diferenciação de sistemas agrários**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2009. 152 p.

MOTA, D. M.; RIBEIRO, L.; SCHMITZ, H. A organização do trabalho familiar sob a influência da produção de dendê em Tomé-Açu, Pará. **Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi. Ciências Humanas**, v. 14, n. 2, p. 531-552, 2019.

NAHUM, J. S.; SANTOS, C. S. Dendeicultura e descampesinização na Amazônia paraense. **Campo-Território Revista de Geografia Agrária**,

Uberlândia, v. 9, n. 17, p. 469-485, abr., 2014.

OLIVEIRA, A. U. **Modo de Produção Capitalista, Agricultura e Reforma Agrária**. São Paulo: FFLCH, 2007.

RIBEIRO, L. C. **“Mesmo com essas coisas ruins que o dendê trouxe, eu não saio daqui”**: resistência à agroindústria do dendê na comunidade do Castanhalzinho em Concórdia do Pará. 2017. 123 f. Dissertação (Mestrado em Agriculturas Familiares e Desenvolvimento Sustentável) – Universidade Federal do Pará, Belém. 2017.

SAAVEDRA, M. da P. C. **O "ir" para o assalariamento na agroindústria do dendê e o "voltar" para a comunidade quilombola**: o caso de Santo Antônio em Concórdia do Pará. 2017. 140 f. Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal do Pará, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Programa de Pós-Graduação em Sociologia e Antropologia, Belém, 2017.

SANTOS, A. R. da S. **Conflitos socioambientais, Capital e Dendeicultura**: as estratégias das empresas de dendê e suas contradições na Amazônia Paraense. 2018. 109 f. Dissertação (Mestrado) Programa de Pós-graduação em Gestão de Recursos Naturais e Desenvolvimento Local na Amazônia (PPGEDAM), Núcleo do Meio Ambiente, Universidade Federal do Pará, Belém, 2018.

SCHNEIDER, S. Teoria social, agricultura Familiar e pluriatividade. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, v. 18, n. 51, 2003.

SILVA, E. M. da; NAVEGANTES-ALVES, L. de F. A ocupação do espaço pela dendeicultura e seus efeitos na

produção agrícola familiar na Amazônia Oriental. **Confins. Revue franco-brésilienne de géographie / Revista franco-brasileira de geografia**, n. 30, 2017.

SILVA, E. M. **Expansão da dendeicultura e transformações nos sistemas de produção familiares na Amazônia Oriental**. 2016. 122 f. Dissertação (Mestrado em Agriculturas Amazônicas) - Núcleo de Ciências Agrárias e Desenvolvimento Rural, Universidade Federal do Pará, Belém, 2016.

SILVA, P.; PINHEIRO, A. S. Caracterização das unidades de produção familiares-um estudo junto aos produtores rurais associados ao sindicato dos trabalhadores rurais de Campos Lindos/TO. **Revista São Luís Orione**, v. 1, n. 14, 2019.

SIMAS, J. P.; PEREIRA, C. L. C. Energia e sustentabilidade: análise da viabilidade do cultivo de dendê para o desenvolvimento regional endógeno da Amazônia. **Boletim de Geografia**, v. 37, n. 1, p. 184-198, 2019.

SOUSA, R. B.; MACEDO, C. O. Agronegócio do dendê e campesinato no Pará. **Geosul**, Florianópolis, v. 34, n. 71, p. 525-549, maio 2019. Disponível em: <<https://periodicos.ufsc.br/index.php/geosul/article/view/1982-5153.2019v34n71p525>>. Acesso em: 04 dez. 2019.

WANDERLEY, M. de N. B. Agricultura familiar e campesinato: rupturas e continuidade. **Estudos Sociedade e Agricultura**, Rio de Janeiro, v. 21, p. 42-61, out. 2003.



**PEDAGOGIA DA ALTERNÂNCIA E DE RESISTÊNCIA:
EXPERIÊNCIAS EM AGROECOLOGIA NA ESCOLA COMUNITÁRIA CASA
FAMILIAR RURAL –
HERNANI DE OLIVEIRA FRANCO (CFR-HOF) MÉDIO RIO MOJU/PA ¹**

*Pedagogy of Alternance and Resistance: Experiences in Agroecology in the Rural
Family House Community School – Hernani de Oliveira Franco (CFR-HOF) Médio Rio
Moju/PA*

**Patrícia de Brito Tavares²
Eliana Teles³**

RESUMO

O artigo aborda a educação do campo focalizando as experiências da Casa Familiar Rural Hernani de Oliveira Franco (CFR-HOF), vinculada à associação comunitária das famílias da comunidade Pedreira e de sete outras comunidades distribuídas no médio e alto curso do rio Moju, município de Moju, nordeste paraense. A CFR-HOF congrega educandos identificados como ribeirinhos-extrativistas e agricultores familiares e tem na alternância pedagógica e na agroecologia, uma prática diferenciada de educação, que resiste à atuação direta e indireta do agronegócio nesses territórios. Nesse sentido, a pesquisa teve como objetivo analisar como se dá a dinâmica socioeducacional e as experiências de formação na CFR- HOF, enquanto estratégias de resistência ao monocultivo do dendê (*Elaeis guineenses*), que afeta suas plantações, e a prática de mineração, com a extração do seixo no leito do rio, que tem afetado seu próprio curso. Para compreender essa dinâmica, fizemos uso da observação participante, com entrevistas e rodas de conversas, nos concentrando nas atividades realizadas durante as alternâncias. Concluímos que esta

¹ O artigo é um resultado do projeto de pesquisa e extensão: Riscos à sociobiodiversidade no âmbito das dinâmicas climáticas: o universo dos povos tradicionais no Baixo Tocantins, pelo grupo de Estudo e Pesquisa Interdisciplinar em Ambiente, Território e Interculturalidade (GEPIATI) e que resultou na monografia de Especialização da primeira autora, no curso Educação do Campo e Extensão Rural-FADECAM/UFPA. E-mail: patyp4643@gmail.com

² Pedagoga e especialista em Educação do Campo e Saberes Africanos. Coordenadora do Médio EJA Campo-Moju/SEDUC-PA. Educadora voluntária da CFR-Hernani de Oliveira Franco

³ Docente da Faculdade de Formação e Desenvolvimento do Campo (FADECAM) e do Programa de Pós-Graduação em Cidades, Territórios e Identidades (PPGCITI/UFPA). E-mail: elianteles@gmail.com

modalidade de ensino tem em sua essência, um diferencial que diz respeito a sensibilidade, resistência e respeito à cultura dos povos que a escola/casa recebe.

Palavras-chave: Ensino, Agroecologia, Territórios, Monocultura.

ABSTRACT

This article focuses on field education related to the experiences of the *Casa Familiar Rural Hernani de Oliveira Franco* (CFR-HOF), linked to the community association of the Pedreira community, along with seven others communities along the middle and upper Moju River, municipality of Moju, northeastern Pará. CFR-HOF brings together students who identify as riverine forest extractivists and family farmers. It uses an alternative pedagogical approach based on rotating between the classroom and students' communities and is based in agroecology, as a form of direct and indirect resistance to the establishment of agribusiness in these territories. In this way, research aimed to analyze how socio-educational dynamics and educative experiences at CFR-HOF work as alternative strategies to palm oil cultivation (*Elaeis guineenses*) and mining practices (namely pebble extraction from riverbeds) both currently underway in the region. To understand these dynamics, participant observation was used, along with interviews and conversation groups, focusing on the activities carried out during students' homestays. Research results show that this teaching modality is differential and stands out for its sensitivity and respect for the local culture of the study body it receives.

Keywords: Teaching, Agroecology, Territories, Monoculture.

1. INTRODUÇÃO

Na trajetória da educação do campo muitos são os desafios encontrados, porém também são perceptíveis algumas conquistas que tem feito diferença na vida de jovens e adultos, que vivem no meio rural. Dentre estas, está a educação ofertada nas Casas Familiares Rurais, originalmente surgido em França, nas primeiras décadas do século XX (GIMONET, 2007). Ao ser implantado no Brasil, este modelo escolar, veio atender a uma das grandes demandas do povo camponês, proporcionado o aumento do nível de escolaridade, bem como oportunizar a

muitas famílias, autonomia na alimentação e na renda, através da prática agrícola associada à técnica educacional, geralmente praticada no espaço de vivência dos educandos.

Um diferencial desse sistema é sua metodologia, pautada na pedagogia da alternância, a qual permite conciliar a atividade escolar com o trabalho na unidade familiar. Ela também veio proporcionar interação metodológica acadêmica com a produção dos educandos, em que estes absorvem a teoria e aplicam-na nas unidades familiares, cujas propriedades servem

como palco de experiências e descobertas de novas técnicas de produção e cultivo. Mas não somente isto, pois também permite a reflexão dos educandos, levando-os a uma consciência de si, enquanto sujeito histórico e crítico.

No município de Moju, nordeste paraense, a existência de uma Casa Familiar Rural é também um exemplo de lutas e resistência, ao modelo monocultor generalizado que se estende por todo o meio rural. É nesse contexto que se encontra a Escola Comunitária Casa Familiar Hernani de Oliveira Franco (CFR-HOF), cuja metodologia curricular é pautada na pedagogia de alternância, com base em um ensino diferenciado para os filhos e filhas dos agricultores na localidade onde se encontra. Esta CFR localiza-se no médio curso do rio Moju, numa área que ao longo das últimas décadas vem sendo dominada por grandes empreendimentos de monocultivo de dendê (*Eleais guinenses*).

A proposta de uma agricultura de base agroecológica, produzida a partir dos ensinamentos da CFR é contraponto ao discurso de uma “agricultura familiar” com altos rendimentos, como propuseram as grandes empresas ao se

instalarem na região. Discurso que seduziu muitos camponeses, os quais, à medida que se subordinaram ao agronegócio do dendê, acabaram perdendo autonomia sobre sua terra (SILVA, MAGALHÃES, FARIAS, 2016, p. 174).

Com efeito, a dendeicultura, que se estende por quase toda a extensão da zona rural do município, alterou a paisagem e o modo de vida camponês, sobretudo na relação com a terra e os recursos, o que também alterou a produção agrícola e conseqüentemente, a disponibilidade de alimento (NAHUM; BASTOS, 2014).

Aqueles que resistiram e permaneceram na terra, têm sofrido os efeitos da monocultura que se alastra numa paisagem, cuja característica marcante era a diversidade. Mesmo assim, eles se dedicam à agricultura de base familiar, muitos dos quais possuem membros egressos e outros ainda estudando em Casa Familiar Rural.

Um dos objetivos de uma Casa Familiar Rural é a educação voltada à realidade do campo. Com esse intuito, agricultores e ribeirinhos, se mobilizaram para garantir que seus filhos tivessem acesso à escola que reconhecesse sua identidade, o que

resultou primeiramente na criação da Associação das Famílias do Assentamento Agroextrativistas, cuja finalidade seria buscar benefícios para os povos ribeirinhos (REIS)⁴.

Assim, a inspiração para fundar a Casa Familiar Rural-Hernani de Oliveira Franco-CFR-HOF, surgiu da necessidade de dar continuidade aos estudos de jovens, filhos de agricultores, que até então chegavam apenas aos anos iniciais do ensino básico. No sentido de oportunizar aos jovens de suas comunidades, o acesso ao ensino formal, esses comunitários, organizaram-se para a criação da escola que atendesse suas necessidades, visto que dentre seus fundadores, já havia um membro com experiência em outra CFR.

O presente trabalho tem como objetivo analisar a dinâmica socioeducacional e as experiências de formação na CFR- HOF⁵, que tem na prática da pedagogia da alternância e da agroecologia, uma proposta de educação diferenciada e de resistência, ao monocultivo do dendê (*Elaeis*

guineenses), cujos efeitos se visualizam nos roçados e diversas formas de cultivos dos territórios de povos e comunidades tradicionais, distribuídos desde o médio até o alto curso do rio. Curso d'água que também sofre os efeitos da extração de agregados como areia e seixo em seu leito, como se observou durante pesquisa de campo.

Também, a mineração tem provocado efeitos deletérios, que dentre outros, retirou parte do território quilombola de Jambuaçu, para servir como “faixa de servidão” do mineroduto⁶ de caulim e linha de transmissão de grande empreendimento, afetando assim, seis comunidades (TELES, et al., 2020).

Trata-se de apresentar em que consiste essa forma de educação diferenciada e de resistência, que se verifica na relação dos sujeitos com o meio e com a escola e cujos pilares são a formação integral e desenvolvimento pessoal. Desse modo, busca dar visibilidade a questão socioambiental, ao trabalho e a formação socioeconômica e

⁴ Coordenadora da Associação de famílias da comunidade Pedreira e diretora da Casa Familiar Rural Hernani de Oliveira no período da pesquisa, entre os anos 2017 e 2018

⁵ A partir deste trecho faremos uso das siglas CFR-HOF, para identificar a Casa Familiar Rural Hernani de Oliveira Franco.

⁶ Diz respeito a linha de transmissão de energia e do mineroduto da empresa Vale S/A, atualmente sob controle da Norsk Hydro ASA, que faz o transporte de bauxita da mina de Paragominas/PA até a refinaria da Alunorte, em Barcarena/PA.

política dos educandos de acordo com suas territorialidades específicas.

O artigo está dividido nas seguintes seções: após esta breve introdução, tem-se uma breve abordagem teórica da problemática e em seguida, explicam-se os passos

metodológicos para a construção do objeto de pesquisa. O próximo item tratará dos resultados alcançados, ressaltando as estratégias de resistências e práticas agroecológicas no ensino diferenciado da CFR-HOF, finalizando com as considerações finais.

2. UMA BREVE ABORDAGEM SOBRE A PRESENÇA DE CASAS FAMILIARES NO MEIO RURAL

Corria o ano de 1935, quando surgiu a primeira Casa Familiar Rural, em território francês. Criada por um religioso e sindicalista, inaugurou um novo sistema escolar que buscava adequar-se à situação dos camponeses, com foco no desenvolvimento de seu território. Esse novo modelo se distanciava do urbano escolar, ao interligar, orgânica e pedagogicamente, espaço escolar e extraescolar (NOSELLA, 2020, p. 11).

A experiência brasileira, também a primeira na América Latina, surgiu no final da década 1960 (LIMA, 2013), no bojo de mobilizações que impulsionaram pautas e preencheram os espaços nos quais a população campesina era a parte excludente. Nesse contexto, integra-se ao escopo da educação do campo, como uma conquista mobilizadora e uma visão diferenciada. Ainda que a educação do campo, tenha entrado na pauta da agenda

política, somente a partir dos anos 1990 (2013, p.37).

Mais recentemente, ainda como fruto de mobilizações de trabalhadores e trabalhadora do campo, no âmbito de lutas por políticas públicas, aprovaram-se as Diretrizes Operacionais para a Educação Básica nas Escolas do Campo, conquistas essas concretizadas no Parecer nº 36/2001 e na Resolução nº1/2002 do Conselho Nacional de Educação (MOLINA; JESUS, 2004, p. 14). Atualmente, no Brasil, existem 155 Associações locais de Escolas Famílias Agrícolas (EFAs), 19 Escolas Comunitárias Rurais (ECORs) e 75 Associações Casas Familiares Rurais (CFRs). (BENISIO, apud NOSELLA, 2020, p. 11).

Tal fato é significativo, pois muitas vezes os sujeitos do campo vivenciam não só os conflitos agrários, como lutam por uma educação de

qualidade, por meio da qual possam se sentir reconhecidos e aceitos em suas práticas cotidianas. E nesse sentido, as Casas Familiares Rurais, oferecem uma metodologia alternativa que vem ao encontro de suas atividades agrícolas e seu modo de vida.

Em tese, essa metodologia torna viável ao sujeito do campo, estudar sem interferir em sua forma de ser e existir no meio em que vive, aliando trabalho e educação. Trata-se da Pedagogia da Alternância, que busca ser facilitadora em prol da melhoria do ensino e da produção agrícola, refletindo nos conteúdos programáticos, a realidade vivenciada pelos educandos.

No ato da criação da CFR-HOF, o diferencial foi que, dentre criadores e dirigentes da Casa, além de serem reconhecidos como agricultores, também havia membros graduados em curso universitário, membros de movimentos sociais, do STTR e até mesmo representantes da Associação das Casas Familiares Rurais do Estado do Pará (ARCAFAR-PA).

Foi nesse contexto de mobilização que a pedagogia da alternância da CFR, se aliou a outro paradigma produtivo, que surge como uma constelação de ciências, técnicas e

práticas, acionadas como fundamento para a construção de um novo saber: a agroecologia (LEFF, 2002, 37). Também, fruto de um movimento que se contrapõem ao padrão de produção agrícola visivelmente insustentável, a agroecologia trouxe novo sentido, isto é, a valorização ou reconhecimento do saber ecológico dos povos tradicionais, ao buscar uma produção ecologicamente sustentável, no campo.

A compreensão sobre os objetivos e conceitos dessa nova ciência, pode ser encontrado nos trabalhos do agrônomo Miguel Altieri, um dos expoentes dessa nova proposta. Para este autor, a agroecologia propõe uma nova abordagem, capaz de “integrar os princípios agronômicos, ecológicos e socioeconômicos à compreensão e avaliação do efeito das tecnologias sobre os sistemas agrícolas e a sociedade como um todo.” (2004, p. 23). Ao eleger o agroecossistema como unidade de estudo, a agroecologia incorpora ao seu conteúdo, os saberes dos agricultores, estabelecendo interações ecológicas e de sinergia, em que a unidade desenvolva dependência mínima de insumos externos (ALTIERI, 2004).

Sua relevância na área educacional é indiscutível e contempla

vários segmentos. Caporal e Costabeber (2004), observam que a agroecologia tem um enfoque teórico e metodológico, sob uma perspectiva multidisciplinar, por meio da qual “busca estudar a atividade agrária sob uma perspectiva ecológica” (2004, p. 11).

Ciência e técnica no trato da terra, foram um dos pilares da primeira Casa Familiar Rural-CFR (no original em francês, *Maisons Familiales Rurales-MFR*), criada em regime de alternância, como já mencionado, pelo padre Abbé Pierre-Joseph Granereau e colaboradores, em 1935 (OLIVEIRA; NETO, 2020). Dentre as características que singularizam a CFR, uma é a alternância pedagógica, que se organiza no Plano de Formação, o qual se diferencia do currículo tradicional, ao se pautar em temas baseados na realidade do aluno, ao invés de disciplina. Seus instrumentos pedagógicos são “o plano de estudo; a síntese pessoal; a colocação em comum; o caderno da realidade; a visita de estudo, a intervenção externa, a visita às famílias e o projeto profissional” (LIMA, 2013, p. 76)

Quase um século depois, essa modalidade de ensino-aprendizagem passa a constituir, nessa parte da Amazônia, uma forma de educação diferenciada e de resistência. Resistência a um modelo exógeno ao modo de vida camponês, que se territorializa através do agronegócio e da mineração, atingindo terras tradicionalmente ocupadas⁷, que configuram a unidade social no Moju e em todo o vale do rio Tocantins, designadas na expressão povos, comunidades, grupos.

E nesse sentido, vale destacar alguns aspectos que marcam tal forma de uso da terra e dos recursos, cuja característica marcante, consiste no sistema de uso comum, sistema este que se opera “nos meandros das relações sociais estabelecidas entre vários grupos familiares, que compõem uma unidade social” (ALMEIDA, 2008, p. 28).

De fato, a abertura dessas áreas, como fronteira de recursos, no Baixo Tocantins, vem se expandindo cada vez mais. Em Moju, um dos 11 municípios que compõe a referida microrregião não é diferente, pois a implantação da monocultura do dendê (*Elaeis*

⁷ O termo é encontrado no art. 231 da Constituição Federal e no art. 14 da Convenção 169 da OIT – Organização Internacional do

Trabalho. Conforme Almeida (2004), expressam uma diversidade de formas de existência coletiva de diferentes povos e grupos sociais em suas relações com os recursos da natureza.

guineenses) se acentua a cada ano, alterando drasticamente a paisagem, que já foi descrita no período colonial, como uma área de abundantes recursos.

O religioso da ordem Jesuíta, Pe. João Daniel, no século XVIII, já enfatizava em sua descrição, o projeto de transformação colonial pela produção agrícola. Em sua narrativa, descreve os rios Moju, Acará, Guamá e Capim, como os mais povoados do território do Grão-Pará. Em suas palavras: “são os mais bem povoados, e também os mais alegres, e os que provêm de víveres os mesmos moradores da cidade” (DANIEL, 1976: Tomo I, p. 286). Chama a atenção, na narrativa, a capacidade de produção dos rios, destacando-se o Moju e de como a descrição de outrora, destoa da paisagem encontrada em vários trechos do rio, atualmente.

Embora não tenha sido nosso objetivo, explicar a racionalidade e operacionalização da agricultura familiar é necessário mencionar, conforme revisão realizada por Schneider (2003), que a categoria encerra uma diversidade de situações e

múltiplas estratégias de reprodução social. Em região de fronteira de recursos, como na situação em estudo, cabe salientar a forma como a nomenclatura vem sendo adotada pelos empreendimentos de grandes empresas da dendeicultura.

Tratam-se de agroestratégias, cujo efeito maior, ao atrair agricultores, monopolizou o uso da terra. Tal ação normatizou-se “em torno de um conceito de fruto fresco de dendê, produzido de acordo com selos e normas de mercado internacionais, tais como a Roundtable on Sustainable Palm Oil, sem que para isso precise comprar ou arrendar a área” (SANTOS, NAHUM, SANTOS, 2018, p. 185).

No município de Moju existem duas Casas Familiares Rurais. Uma no território Quilombola de Jambuaçu, CFR Pe. Sérgio Tonetto, que recebe algum recurso financeiro da empresa Vale (ex-CVRD), resultado de decisão judicial, por conta do conflito entre os quilombolas e a referida empresa⁸. Distintamente da CFR-HOF, que se

⁸ Trata-se de obrigação judicial, que teve como objetivo fazer a empresa atenuar os impactos socioambientais e econômicos gerados pela instalação do mineroduto que corta o território quilombola em cerca de 15km, além de uma

linha de transmissão. (Notícias, PNCSA, 2019. Disponível em <http://novacartografiasocial.com.br/quilombolas-de-jambuacu-moju-em-situacao-de-conflito-com-a-empresa-norsk-hydro/>).

estrutura através do trabalho voluntário de seus educadores e colaboradores, os quais, muitas vezes ainda contribuem para complementar a alimentação dos educandos.

Por outro lado, sabe-se que uma educação voltada àqueles que estão e são do campo, não se restringe apenas a repassar conteúdos de base comum, mas ir além. É buscar entender onde os sujeitos estão inseridos, entender sua natureza, respeitar suas crenças e visões de mundo, buscando contextualizar o lugar onde os educandos e educandas estão inseridos, relacionando à dinâmica social dos diferentes povos do campo e suas articulações. Para este público, a escola do campo tem que estar no campo, conforme afirma Santos e Neves (2012):

A Educação do Campo propõe uma escola no e do campo, feita

pelos sujeitos que nela vivem e trabalham. Esse reconhecimento extrapola a noção de espaço geográfico e compreende as necessidades culturais, os direitos sociais e a formação integral desses sujeitos. No entanto, para garantir o direito de todos os cidadãos, a escola precisa estar onde os indivíduos estão. Por isso, a escola tem que ser construída e organizada no campo (2012, p. 23).

Nessa percepção, o mesmo sujeito teria as possibilidades de desenvolvimento local de sua produção junto a sua unidade familiar, seguindo suas práticas conforme saberes construídos em sua relação com o ambiente e os recursos. E desse modo, esses sujeitos do campo, colocam em cheque as estratégias capitalistas de mercado ao construir um estilo ecológico próprio, que resiste ao domínio técnico, criando assim um ecologismo dos pobres (ALIER, 1992).

3. CAMINHOS DA PESQUISA

O estudo das práticas educativas em CFRs da região amazônica não é tão comum na literatura acadêmica. Para o levantamento documental, por exemplo, poucos dados foram encontrados, ainda menos conhecido, o caso da CFR-HOF, nesse formato de trabalho acadêmico.

No processo investigativo, optamos por uma abordagem qualitativa, que traz outra possibilidade ao exercício da investigação e é “como uma trajetória circular em torno do que se deseja compreender, não se preocupando unicamente com princípios, leis e generalizações, mas voltando o olhar à

qualidade, aos elementos que sejam significativos para o observador-investigador” (SANTOS; SANTOS, 2010, p. 42). E para dar conta dessa abordagem utilizamos como metodologia, o estudo de caso etnográfico⁹, porque se trata de unidade organizacional específica, sendo que nessas situações, segundo Sarmiento (2011), visa “acrescentar o conhecimento de estruturas, regras, interações e processos de ação, as dimensões existenciais, simbólicas e culturais que se lhes associam” (2011, p. 3).

Essa metodologia se ampara em três técnicas: observação participante, entrevistas e textos escritos pelos sujeitos (MARTUCCI, 2001). Com base nessas ferramentas investigação foi direcionada de modo a buscar a singularidade que marca a situação da CFR-HOF, posto que tanto a Casa, quanto os educandos, estão situados em meio a sistemas de produção e educacional diferenciados de suas práticas, ou seja, a relação com os recursos no cultivo de suas roças e a

metodologia diferenciada da alternância pedagógica.

Assim, o foco da pesquisa foi direcionado aos educandos (as) do Ensino Médio, precisamente os do 2º ano do Ensino Técnico Profissionalizante em Agroecologia, os quais advêm de comunidades situadas no Médio e Alto Moju. Algumas permitindo acesso pela estrada, outras, somente pelo rio. São elas: Pedreira, Castanhal, Igarapé Açu, Jesus de Nazaré, Nossa Senhora de Fátima, São José do Crai, Sacutuba, São Pedro e Nossa Senhora do Carmo. Os entrevistados serão mencionados com a primeira letra inicial de seus nomes.

A pesquisa foi estruturada com base nos temas geradores trabalhados no currículo, em diálogo com os temas da parte agrária e da base comum, objetivando: a) analisar as estratégias utilizadas pelas famílias e pelos educandos, para desenvolverem e manterem a prática da agricultura familiar, com base nos princípios da agroecologia; b) entender o que interfere na escolha dos (das) educandos (as) pela prática pedagógica desenvolvida na

⁹ A opção por essa metodologia, tem relevo na medida em que levou o/a pesquisador/a questionar a própria ação enquanto docente, como no caso específico, docente voluntária da CFR-HOF, e também como militante de luta por direitos iguais e de acesso à educação nessa

região do rio Moju. É na consciência dessa atuação que levamos em conta a reflexividade metodológica no sentido de que trata Boaventura de Sousa Santos (1989 apud SARMENTO, 2011, p. 14-15), como sendo “um exame de consciência investigativo”.

CFR-HOF, ao invés de outras desenvolvidas em escolas mais próximas a eles; c) mapear as estratégias utilizadas para o tempo escola e tempo comunidade; e d) identificar a contribuição do PPJ para a produção da unidade familiar.

Para a pesquisa documental analisamos atas e relatórios da CFR-HOF, sendo que o contato com os educandos se deu inicialmente com uma roda de conversa no ambiente escolar (CFR-HOF), durante o tempo escola da alternância, entre os meses de novembro de 2017 e agosto de 2018. Isto se tornou necessário para fazer um levantamento das localidades e dos educandos, por comunidades.

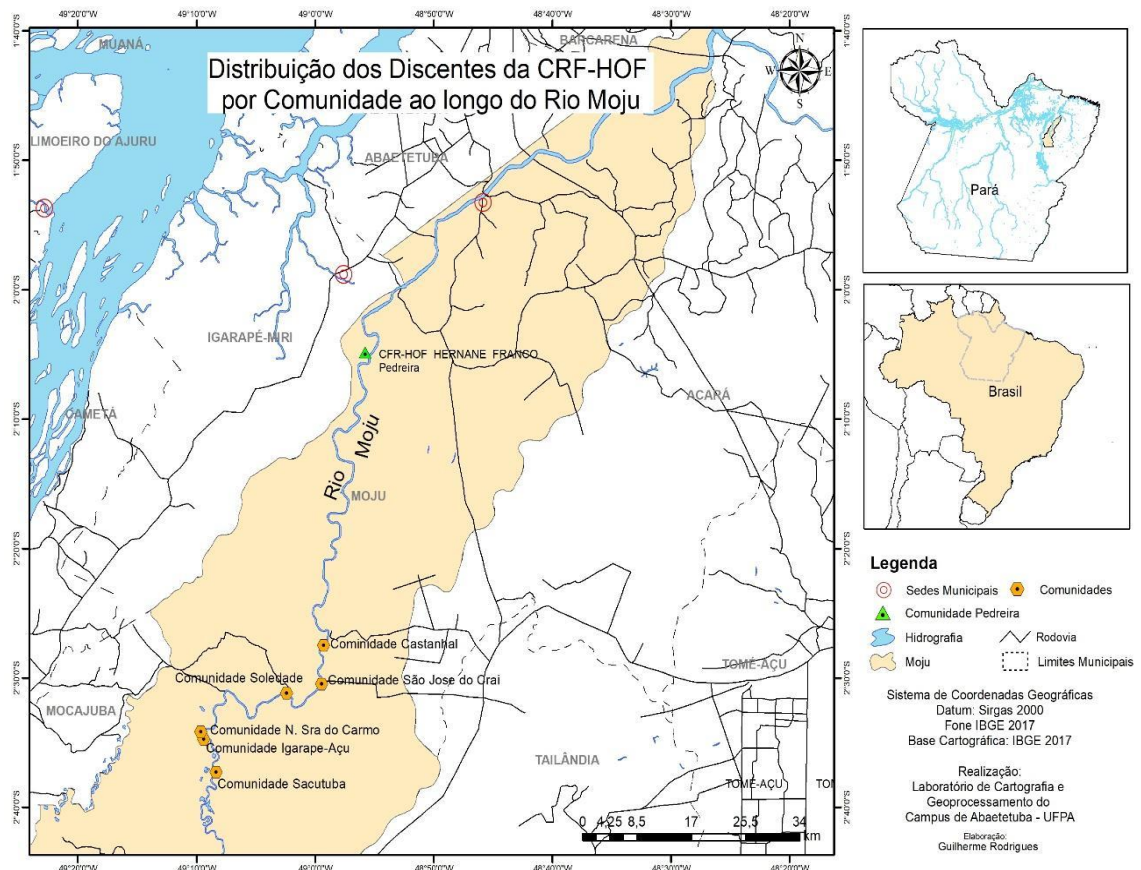
No segundo momento foi realizada a visita do tempo comunidade nas unidades familiares. Visita esta que objetivava assessorar as atividades sugeridas a cada estudante durante o tempo escola. Deste modo foi possível verificar a dinâmica dessas ações na vida dos educandos, e de igual modo, observar o respeito às atividades agroecológicas, como o trabalho na roça, os tipos de cultivos, modos de cultivar, assim como as atividades socioculturais em suas localidades.

Essa fase da pesquisa se deu em quatro unidades familiares das comunidades Castanhal, São José do Crai, Igarapé Açu e Sacutuba. No terceiro momento da pesquisa foi aplicado questionário com perguntas abertas e fechadas, propósito para o qual selecionamos nove educandos, os quais são responsáveis pela produção agrícola na unidade familiar, a fim de fazer comparação por comunidade no ato da análise dos dados.

O mapa a seguir, mostra a localização das comunidades do rio Moju, que mantém estudantes matriculados na CFR-HOF. O barco motorizado faz o transporte desses estudantes, navegando pelo rio Moju, no percurso que vai da CFR-HOF até o alto curso do rio, na comunidade Sacutuba, percurso que leva em média 9 horas, podendo ser mais, conforme o ritmo da correnteza do rio, quando a maré está a favor da embarcação. Nesse trajeto, a embarcação vai parando de porto em porto, para deixar os jovens e às vezes, famílias inteiras, que acompanham o tempo escola. No entanto, desembarcar em um porto não significa chegar em casa. Os estudantes que residem nas comunidades do alto rio Moju (Igarapé Açu e Sacutuba), ainda fazem um longo

não, ao retiro¹⁰, como é o caso dos educandos de Sacutuba.

Figura 1: Mapa de identificação das comunidades e distribuição de educandos da CFR-HOF.



Fonte: Pesquisa de campo do Grupo de Pesquisa Interdisciplinar em Ambiente, Território e Interculturalidade-GEPIATI.

4. EXPERIÊNCIAS EM AGROECOLOGIA NA CFR-HOF E SUA APLICAÇÃO NAS UNIDADES FAMILIARES

A Casa familiar Rural Hernani de Oliveira Franco (CFR-HOF) é fruto de articulação de agricultores, agricultoras e ribeirinhos do médio e alto curso do extenso rio Moju, agregando

inicialmente as comunidades Pedreira e Jesus de Nazaré. Segundo a entrevistada:

(...) A necessidade da educação de nível do fundamental maior e médio para as comunidades ribeirinhas do Médio e Alto Moju,

¹⁰ Os agricultores denominam retiro, o lugar do roçado de mandioca, onde também está

a casa de farinha (também chamada casa do forno) e as plantações.

a partir também do olhar do chão da realidade, do sofrimento do povo, da falta de oportunidade de continuar estudando e também através do incentivo da Casa Familiar Rural do Jambuaçu recém-criada (M R, entrevistada em junho de 2018).

A CFR-HOF é uma escola do campo, pautada metodologicamente na pedagogia da alternância, com funcionamento dividido em tempo escola e tempo comunidade. Tal escolha tem o intuito de atender todos os que a procuram pelo o ensino diferenciado, e assim possa atender aos anseios dos agricultores, no sentido de dar prosseguimento ao estudo de seus familiares.

Trata-se de grupos familiares, que se estabeleceram nas localidades a montante e a jusante do rio Moju, que realizam suas atividades agrícolas baseando-se na prática dos saberes ecológicos, cujo diferencial é o respeito ao tempo que a natureza leva para produzir. É na unidade familiar, que os educandos e educandas da CFR-HOF realizam as práticas do Tempo Comunidade e, portanto, lócus no qual se coadunam os saberes de base familiar, com aqueles adquiridos na escola comunitária.

Fosse pela perspectiva do ensino regular, tradicional, não seria possível

fazer a relação desses saberes com a vida de cada educando e suas práticas cotidianas, tampouco seria possível que os mesmos pudessem avançar em seus estudos, haja vista que esses jovens somente conseguem acesso ao ensino-aprendizagem, devido a metodologia adotada na CFR, a qual objetiva aplicar o ensino, ao mesmo tempo que mantem os sujeitos em seus locais de origem. Os níveis de escolarização que vão do ensino fundamental, passando pelos anos finais do fundamental, ao ensino médio, na modalidade, técnico em agroecologia. Nos anos 2017 e 2018, período em que a pesquisa se desenvolveu, havia 126 alunos frequentando a Casa.

No período em que esta pesquisa se realizou, a CFR-HOF atendia, além da comunidade Pedreira, onde está localizada, as que se encontram no médio curso do rio: São José do Crai, Castanhal, Soledade. E as mais distantes, estão no alto Moju: Sacutuba e Igarapé Açu.

4.1 As estratégias utilizadas pelas famílias e educandos com base nos princípios da agroecologia

Dentre os desafios que a CFR-HOF enfrenta para manter educandos e a Casa em funcionamento, além da

distância, que impossibilita cumprir a fase *visitação do estudo*, está o de fazer com que as famílias permaneçam na terra, produzindo agricultura de base ecológica. Pois, embora seja uma prática que os sujeitos desenvolvem em seu cotidiano, eles enfrentam o cerco do agronegócio e a dificuldade em comercializar os próprios produtos.

Os 126 alunos matriculados nos anos 2017 e 2018, encontravam-se distribuídos nas 9 comunidades mencionadas anteriormente. Da comunidade Castanhal havia 2 famílias, totalizando 8 jovens. Nessa comunidade, os agricultores utilizam a prática da derrubada e queima para fazer a roça, em que o cultivo de mandioca (*Manihot esculenta* Cranz.), foi durante muito tempo, a base do sustento familiar, somadas a outras atividades, dentre as quais, a criação de pequenos animais: galinhas, patos e porcos. No entanto, hoje suas terras têm sido dominadas pelo dendê, que já fazem sentir os efeitos desse monocultivo. Em 2017, os educandos que aplicaram as tarefas do PPJ, perderam toda a plantação, devido ao apodrecimento da mandioca, antes mesmo de amadurecerem.

Na comunidade Sacutuba, a unidade familiar participante tem criação

de animais e o cultivo das roças. Para adubação utilizam casca de mandioca e os esterco das galinhas, aproveitando todos os resíduos do retiro da farinha para contribuir nesse processo. Nessa unidade familiar, a mãe, tios e primos completaram seus estudos na CFR-HOF.

Na comunidade Igarapé Açu, os educandos são de uma única unidade familiar. Os pais e seus 4 filhos concluíram os estudos na CFR-HOF. O pai e dois filhos tem, cada um, uma roça, onde aplicam as atividades do PPJ, sendo a do pai, a mais extensa (10 hectares). A renda familiar vem do que é cultivado na roça: mandioca, milho e arroz. Também praticam criação de pequenos animais, como patos e galinhas.

Cultivam ainda plantas medicinais e baseiam suas práticas em acordo com o tempo da natureza, e com base em saber empírico, atuam na produção e criação na unidade produtiva. Segundo os relatos e as entrevistas, com os membros dessa unidade familiar, nos últimos 30 anos, durante o inverno, tem surgido o aparecimento de gafanhotos, assim como larvas, os quais prejudicam o cultivo e a produção, pois tem se intensificado nos últimos anos.

É importante destacar que em todas as unidades familiares observadas

em campo e análise do PPJ, a produção da farinha vem de três variedades de mandioca cultivadas nas roças do médio e alto Moju, embora outras variedades sejam cultivadas em menor escala. Eles as classificam entre branca e amarela: no grupo de mandioca branca há mais variedades: baruí, pretinha, tachi; no grupo da amarela, aparecem os nomes amarelona, jurará, caravela, meruum, javinca, sendo que os agricultores descrevem a variação da mandioca não só por meio da cor, mas pela massa e casca da maniva, havendo assim, diferenciação de uma para outra.

Os estudos de Emperaire (2005, p. 32) com indígenas no norte da Amazônia, indicam que “a diversidade ligada a esse cultígeno é associada a lógicas culturais de produção e de manejo”. Em uma perspectiva socioantropológica, pode-se dizer que o ato de nomear e classificar as variedades cultivadas em suas roças, remete ao sistema cognitivo ou categorias encontradas nos discursos dos povos locais, e por eles acionados, ao realizarem suas práticas de cultivo, com base num intercambio de material

biológico de microclimas (POSEY, 2001).

E dentre estas variedades destacam-se as manivas¹¹: *jurará*, *meruum*, *javensa*, *janvinca*, todas na categoria “mandioca amarela”, como se observou na comunidade Nossa Senhora do Castanhal. Tamanha diversidade, em um único espaço, ressalta a importância desse cultivar, que diz respeito “a conservação e valorização da diversidade agrícola” e que esta “não se limita ao recurso fitogenético, mas sim ao patrimônio cultural associado” (EMPERAIRE, 2005, 41).

Entender os meandros dessas práticas e aplicá-las em sua metodologia, é o mote da CFR-HOF, o que acaba favorecendo na escolha dos candidatos, que optam pelo ensino desta unidade escolar com sua prática pedagógica diferenciada. Para entrevistado C¹², o regime de alternância, contribuiu para que ela pudesse ajudar seus familiares em casa e no trabalho na roça, visto que em algumas atividades “é mais prático, quando é feito por mulheres”, que seria “coar a massa da mandioca, tirar o tucupi, fazer a goma” (C, entrevista

¹¹ Diz respeito a haste da planta da mandioca, por meio da qual e de suas folhas, conseguem distinguir variedades, às quais eles nomeiam.

¹² Educanda do 2º médio técnico em agroecologia.

realizada em junho de 2018). Para **D**¹³, agricultor e ex-aluno da CFR, a prática pedagógica da CFR-HOF veio atender a necessidade de sua família, como demonstra o relato:

Primeiro foi minha esposa, pois moramos na localidade Igarapé Açu, mas minha casa fica dentro da mata, bem longe das margens do rio Moju, aí por volta do ano de 2015, eu e meus filhos iniciamos porque através do trabalho de base que dona Maria dos Reis fazia com igreja e com a CPT, nos deu incentivos, e eu e meus filhos fomos. Tudo deu certo e hoje estou com meu Ensino Médio Técnico em agroecologia. (F, entrevista realizada maio de 2018).

Para **F**¹⁴ e sua irmã, o ingresso na CFR veio do incentivo da mãe, recém-formada na Casa. Para esta família, o trabalho na roça e a produção que dela resulta, como fazer farinha, por exemplo, depende da mão de obra familiar. Aí ocorre uma divisão do trabalho em que a filha tem a responsabilidade de preparação do alimento membros da unidade e convidados, enquanto outros membros da unidade familiar, trabalham na roça, no preparo da farinha. O calendário

agrícola nessa unidade, acompanha também o calendário da CFR, para que os dias de farinha¹⁵ e de outras atividades da roça, sejam realizadas com a colaboração de todos os membros.

4.2 As estratégias de ensino como forma de resistência e os desafios para realizar o Tempo Escola e Tempo Comunidade

Conforme o calendário estabelecido, as alternâncias deveriam ser realizadas a cada 15 dias, porém, devido à falta de recursos, que se acentua a cada ano, o Tempo Escola, ocorre uma vez a cada mês, quando os educandos passam uma semana inteira na CFR-HOF.

Em cada alternância os educadores realizam o encontro coletivo para definir as atividades do Tempo Escola e Tempo Comunidade. Por falta de recursos, e devido a rotatividade das turmas, nem todas as atividades presenciais conseguem ser realizadas. Contudo, os que são da área de agrárias buscam cumprir essa tarefa, acompanhando as atividades pelo PPJ e pelas visitas às unidades familiares, embora não seja possível fazê-lo

¹³ Educando do 2º médio técnico em agroecologia.

¹⁴ Educando do 2º médio técnico em agroecologia.

¹⁵ Diz respeito àqueles dias em a farinha é feita em grande quantidade, para a chegada do comprador, o que envolve muita mão de obra, para descascar a mandioca, coar, prensar e torrar a farinha.

regularmente, devido às grandes distâncias e falta de recursos para se deslocarem, pois, cada educador é voluntário nesse processo.

No entanto, mesmo com as dificuldades mencionadas, as atividades práticas que foram realizadas no ano 2017, obtiveram êxito, quanto a suprir a falta de alimento durante o Tempo Escola. Devido à falta de recursos, foi decidido que educandos e educadores teriam que contribuir com a alimentação, e nessa tarefa, a horta comunitária da CFR-HOF e aquelas produzidas nas unidades familiares, como exercício das práticas educativas desenvolvidas nos PPJs, deram retorno significativo.

No concernente ao ecossistema várzea, onde se encontram comunidades como Pedreira e Castanhal, o solo sofre a influência da maré, pois corresponde às várzeas flúviomarinhas do estuário paraense (LIMA; TOURINHO; COSTA, 2001). Por esse motivo, a

educadora de agronomia aplicou a técnica de *jirau* na construção das hortas, técnica que consiste em construir suportes suspensos, para a proteção dos cultivos e comumente encontrada em áreas ribeirinhas. Modo pelo qual demonstram que, “conhecer o ecossistema ao qual estão inseridos é muito importante na escolha de qual cultura plantar, pois evita prejuízos com a perda da produção” (MENEZES, 2019, p. 91).

Para essa atividade, os educandos utilizaram materiais mais abundantes do ecossistema local, como as palmeiras de açai (*Euterpe oleracea* Mart.), cujos caroços do fruto formam o substrato, que ao passarem pelo processo de decomposição, servem como adubo. Na figura abaixo demonstramos o quadro demonstrativo dos efeitos dessas práticas nas unidades domésticas e do momento de uma refeição na CFR-HOF, durante o Tempo-Escola.

Figura 4: A figura demonstra a técnica de jiraus. Da esquerda para a direita, vê-se hortaliças cultivadas em uma unidade doméstica em Pedreira, Igarapé Açu e no trapiche da CFR-HOF. E por fim, a mesa com alimentos preparados na CFR-HOF.



Fonte: Acervo pessoal das autoras. Julho de 2017.

Nesse indicador os entrevistados emitiram a mesma resposta em um momento de alternância. Destaco a resposta de um deles:

O maior ponto positivo foi esse, pelo fato do espaço que temos para nos organizar nas produções e nas atividades da escola, quando os professores vêm até nossa casa e para ver nossa realidade, já que na escola regular nem sabem nosso

nome. (D, entrevistado em maio de 2018).

É através da articulação entre os comunitários e a escola, que se mobilizam nos intervalos do tempo-escola, que se concretizam as atividades e os instrumentos da alternância. E assim, o processo educacional se torna

um projeto de família e de vida, para o qual a contribuição do Projeto Profissional do Jovem-PPJ, tem representado ganhos para produção e reprodução na unidade familiar. Esse projeto tem como finalidade a produção de alimentos, arrecadar ganhos financeiro com a produção de base familiar e além disso, conscientizar as famílias da importância da diversidade biológica e cultural, em que se priorizem os saberes locais, em contraponto a produção mecanizada e monocultura que se nota no entorno das propriedades.

Os PPJs da turma do ano 2016, analisados neste trabalho, demonstram que os educandos não optaram por desenvolvê-lo tendo como base empírica, as plantações já desenvolvidas pela família (como por exemplo, as

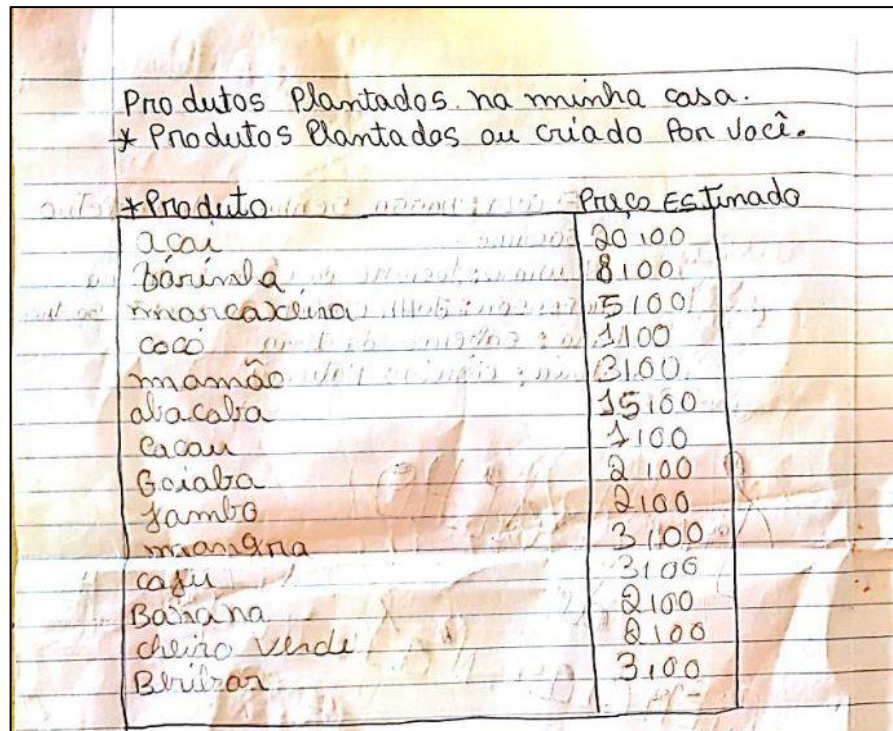
plantações de roça de mandioca e açaizais). Eles optaram por novas ideias, como o cultivo de hortas, criação de galinhas e plantas medicinais, como ficou evidente na fala da entrevistada C:

Meu PPJ foi sobre criação de galinha Caipirão, pois dentro de alguns meses já daria para nos alimentar e vender, pois, nossa roça na época de inverno fica fraca a produção. Mesmo sendo da qualidade Barui¹⁶, ela fica difícil na época do inverno (C, entrevista realizada em junho de 2018).

Os efeitos dessa atividade trouxeram aumento em hora/tempo de trabalho na unidade familiar, como se verificou in loco, por outro lado, aumentou a diversificação da produção e alternativas de alimentos. Ao observar o caderno de atividades de um educando, é possível ter ideia do que se produz na propriedade.

¹⁶ Uma variedade de mandioca cultivada na unidade familiar.

Figura 3: Notas do caderno de matemática de um educando do EJA Fundamental.



Produtos Plantados na minha casa.
* Produtos Plantados ou Criado Por Você.

*Produto	Preço Estimado
Açaí	20,00
Borinã	8,00
Moracaxina	5,00
Coco	1,00
Mamão	3,00
Abacaxi	15,00
Caju	1,00
Goiaba	2,00
Jambo	2,00
Mangia	3,00
Caju	3,00
Banana	2,00
Cherimóia Verde	8,00
Beribiz	3,00

Fonte: M. E. 2017.

Uma visão geral sobre os papéis desempenhados de acordo com o gênero, denota papéis específicos para cada membro, em que as mulheres, se ocupam da criação de aves, os homens criam porcos; na “casa do forno”, elas coam a massa da farinha, os homens se ocupam da torração da farinha. Para além desses afazeres, as mulheres fabricam artesanatos.

As comunidades do alto rio Moju têm na produção de farinha e criação de animais, a base da renda familiar e da dieta alimentar. Embora esses agricultores sofram pressão das empresas, seja para arrendar a terra, seja

para inserir o plantio de dendê na agricultura familiar, ainda há aqueles que conseguem resistir. E os entrevistados afirmam não ter mão de obra suficiente, para trabalhar no dendezal, onde prevalece o serviço braçal, enquanto nas unidades familiares há predomínio de mulheres e estas se dedicam a outros afazeres. Um outro fator que dilui o assédio empresarial, diz respeito a localização, pois essas terras estão na margem oposta do rio, o que dificulta ou mesmo inviabiliza, o transporte dos cachos das amêndoas, para os caminhões da empresa.

A modalidade do ensino, aprendizagem, a falta de estruturas nas escolas e do transporte escolar são algumas das dificuldades vivenciados pelos educandos e pelos educadores nas escolas do campo. Devido a essas e outras necessidades, nem é possível cumprir o calendário letivo, seguir as regras da modalidade de ensino, ofertar turmas, mesmo que sejam classes multisseriadas.

Na CFR-HOF, o desafio é ainda maior, pois sua existência depende do trabalho voluntário de parte do corpo docente e técnico. Contudo, a metodologia da pedagogia da alternância tem atraído pessoas do meio rural, que tem nessa modalidade, a única possibilidade de acesso ao ensino, o qual se mostra diferenciado, cujos educandos e educandas se sentem parte dessa construção. Uma entrevistada relata:

Eu já estou sem estudar há uns quatro anos porque a professora aqui da escola do lado me mandou escolher estudar ou cuidar dos meus filhos, aí eu tiver que fica em casa, cuidando de tudo e levando meus filhos para roça quando ia fazer farinha. Mas agora tia Maria veio trazer a notícia que tem esse tipo de ensino, que dá para eu levar as crianças e me organizar na produção da farinha e ajudar meus filhos nas atividades da escola.

(E¹⁷, entrevista realizada em dezembro de 2017).

Esse é um exemplo recorrente entre os educandos nesta CFR. E por ser comum encontrar nas localidades, mães que não tiveram oportunidade de estudar e que se encontram na fase de amamentação ou com crianças pequenas, a escola as tem recebido, pois elas sentem necessidade de ajudar seus filhos nas atividades escolares. Por isso, a CFR-HOF, tem em suas dependências, um espaço designado às crianças, que ali desenvolvem tarefas lúdicas com uma educadora voluntária, enquanto suas mães assistem aula. E desse modo representa mais um diferencial, onde famílias inteiras podem permanecer no período do tempo-escola.

Ainda assim, para o educando e educanda na fase juvenil e adulta, se deslocar até a CFR, necessita toda uma organização, pois os dias parados comprometeria a produção mensal da unidade familiar, fator primordial para o seu sustento. E por essa perspectiva de vida, a educação, seja ela diferenciada ou regular, chega a ser desnecessária quando se tem família. Assim afirma um

¹⁷ Educanda do Programa Federal Saberes da Terra, em 2017.

ex-educando, cujo membro da família estuda na CFR-HOF:

Sei que é bom estudar, mas eu já tenho minha família, meus filhos precisam comer. Se não plantar, não tenho, se não apanhar, não tomo meu açaí. Queria muito acompanhar minha esposa na escola, mas eu tenho que ficar. Sei que ela vai falar tudo para mim do que acontecer lá. (G²⁴, entrevista realizada, em janeiro de 2017).

Gimonet (2007) enfatizava que:

O jovem (Pré-adolescente, adolescente, ou jovem adulto) em formação, isto é, o “alternante”, não é mais um aluno na escola, mas já um ator num determinado contexto de vida e num território. Sua família é convidada a participar ativamente de sua educação, de sua formação (...) (2007, p. 19 e 20).

Com base nessa premissa é possível traçar paralelos com a situação encontrada entre os educandos da CFR-HOF, pois os jovens agricultores, que já constituíram família, se dividem para que a educação possa ajudar ou potencializar a produção na unidade familiar. E na busca por essa educação em forma de alternâncias, com prática da agroecologia, o educando torna-se um agente em seu território.

4.3 As práticas agroecológicas e o discurso de desenvolvimento

Os educadores agrários têm a incumbência de desenvolver a qualificação profissional, aproveitando o saber empírico dos educandos, para que desenvolvam a produção na unidade familiar, com base agroecológica. Para esse propósito os educandos elaboram, a partir do 2º ano do ensino médio, seu Projeto Profissional do Jovem PPJ. Nessa fase do ensino, eles passam a ter aulas teóricas e específicas de conteúdos voltados a Agroecologia e com base nesse ensinamento, são orientados a fazer diálogo com as disciplinas de base comum. Ao final do 3º ano, os educandos devem concluir seu Plano, apresentando os resultados positivos ou negativos de suas práticas na unidade familiar. Nessa fase é auxiliado pelo técnico agrário. Em um dos relatos sobre essa prática, a educadora da área de ciências agrárias relatou:

Eu percebo que essa metodologia da agroecologia nas unidades familiares pode ser algo novo, tecnicamente falando. Os educandos podem não saber os nomes técnicos das formas, do jeito de fazer ou usar. Mas independente se ele mora na terra firme ou na várzea, eles utilizam os recursos desses ambientes, segundo os princípios da agroecologia, embora dando outros nomes. Por exemplo, quando eles

²⁴ Agricultor e esposo da educanda do Programa Federal saberes da Terra.

deixam os caroços de açaí apodrecerem para uso doméstico, empiricamente eles estão realizando a compostagem (Educatória K. S. Entrevista realizada em abril de 2018).

O relato feito pela entrevistada ressalta uma situação comum no uso da terra, nessa parte da Amazônia. Trata-se de experiências agroflorestais, que no Brasil, embora sejam bem sucedidas, emergiram não apenas como alternativas, mas por necessidade (STEWART, ROGNANT, BRITO, 2016, p. 13), talvez por isso, subvalorizadas em projetos de desenvolvimento rural, conforme frisam as autoras supramencionadas.

Por outro lado, se há algum êxito produzido por essa tentativa da CFR, em conciliar práticas agrícolas com ensino formal, também há conflitos e tentativas de desqualificar essa forma de ensino. Isto porque, em localidades do médio e alto rio Moju, além de romper com o padrão escolar formal, rompe também com o padrão de agricultura estabelecido pelo Estado, posto que nesta região, o cultivo de palmeiras dendê foi implantado na forma de política pública, sob o discurso de desenvolvimento.

E nesse contexto, as práticas agrícolas implementadas na unidade familiar e a metodologia adotada pela CFR-HOF, constituem uma forma de resistência, que rompe com esse padrão estabelecido, que busca, por meio da produção agrícola de base familiar e da educação, o desenvolvimento social e equidade ambiental, ao mesmo tempo que se contrapõe aos discursos trazidos pelas empresas que estão em seu entorno.

O relato de outro entrevistado, exemplifica o argumento:

Falam em tanta tecnologia, facilidades para uma “produção de boa qualidade”, estudos avançados com os melhores professores, mas nada disso é realmente para nós que vive da terra, pois as empresas nos ensinam em suas palestras destruir tudo para plantar a agricultura familiar do dendê. E na escola aqui da comunidade nos ensinam a ir para cidade, como se aqui fosse ruim. Eu vivo aqui um bom tempo, lembro quando meu avô ia para a roça, trazia muitas frutas e até macaxeira para o nosso café, hoje não temos isso. A macaxeira estraga ou lagarta acaba rapidinho. (B²⁵, entrevista realizada em abril de 2018).

Essa é a atual realidade vivida pela maioria dos educandos da CFR-HOF, pois tendo a terra como principal meio de vida, atualmente eles vivem sob

²⁵ Educando do 2º médio Técnico em Agroecologia.

a ameaça que o agronegócio, lhes impõem através da monocultura de palma de dendê, cujos efeitos já se notam nas roças das unidades próximas a esses empreendimentos. Ludivine et al (2020) verificaram que a degradação ambiental, associada ao monocultivo de soja, prejudica a capacidade produtiva dos sistemas agrícolas tradicionais nos seus interstícios

Em visita a uma roça notou-se intensa presença de borboletas, que conforme o relato dos moradores, ao atingirem a forma de larvas, consomem toda a folha da maniva. Esse fenômeno ocorre nas áreas mais próximas a plantações de dendê no médio rio Moju.

Com efeito, naquelas áreas, onde se fazem notar mais desmatamento, as que estão situadas a montante do rio Moju, os agricultores se esforçam para conter a chegada de gafanhotos, que aparecem durante o período chuvoso, no chamado “inverno amazônico”, os quais também se alimentam da maniva cultivada nas roças dos agricultores. Embora não tenha sido possível fazer coleta da espécie, encontramos na literatura, que esse inseto costuma danificar folhas, ramos. E conforme Barreto & Wandscheer (2017), sua explosão populacional está ligada, em grande parte, ao desmatamento. Em se

tratando do monocultivo de dendê, um dos efeitos tem sido a perda do controle da terra, pelo camponês, e a reprodução de um espaço rural sem camponês (NAHUM; SANTOS, 2015).

Talvez por isso, que nas escolas de ensino regular, impõem-se a visão, de que o campo é lugar de atraso, e que a tecnologia, responderia aos anseios dos jovens que aí vivem. Tal discurso, que se nota homogeneizado, demonstra a fragilidade de professores na compreensão sobre esse espaço geográfico e, sobretudo, quando atrelado ao agronegócio, “consolida-se uma visão sobre o campo e o ambiente com viés utilitarista e predatório, enfraquecendo os processos de ensino e aprendizagem.” (MENDES; MAIA, 2020, p. 100).

E quando o educando **B** relata um momento da sua vida, explicita que o ‘desenvolvimento’ anunciado pelas empresas, não se concretiza na prática, restando àqueles que estão em seu entorno de atuação, apenas as externalidades negativas dos empreendimentos.

Corrobora-se então, o pensamento de Gadotti (2005), de que a ideia de um capitalismo ecológico é insustentável, ainda mais porque se

pauta na lógica do tão propalado desenvolvimento. E como acrescenta o referido autor, tal conceito não é neutro. “Ele tem um contexto bem preciso dentro de uma ideologia do progresso, que supõe uma concepção de história, de economia, de sociedade e do próprio ser humano” (2005, p.59). Essa concepção diz respeito a uma visão colonizadora, em que as sociedades são levadas a adotar o padrão industrializado de alguns países, pautado pelo consumo e

entendido como única fonte de bem-estar e felicidade.

Contudo, é necessário ressaltar que, mesmo em meio a intempéries e situação de vulnerabilidades socioambientais, as estratégias e o saber que esses sujeitos mantêm, apontam a sociodiversidade do lugar e a necessidade de investimentos em políticas que tenham em conta esse modo de vida.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este trabalho teve como objetivo analisar a dinâmica do ensino oferecido pela Casa Familiar Rural Hernani de Oliveira Franco (CFR-HOF), que em sua implementação, tem conseguido atender aqueles que estão à margem do sistema educacional formal oferecido pelo Estado. Na alternativa oferecida, tem-se como maior motivação, a luta pelo direito a terra e educação com base no modo de vida de seus educandos. Para tanto, necessita educadores que compreendam a realidade e limitações desses sujeitos.

Isto significa, compreender a logística do tempo-escola e tempo-comunidade, compreender os sonhos a serem semeados e regados a cada

educando. O desafio para quem é educador, consiste em se desprender de uma formação, cujo ethos, forjado no meio urbano, muitas vezes, impede que se perceba as especificidades da educação popular do e no campo. Pois o diferencial desse ensino, envolve sensibilidade e respeito à cultura do outro e entendimento de suas territorialidades específicas.

Para a CFR do médio rio Moju, há o desafio de superar as dificuldades financeiras e romper com a visão estigmatizadora sobre essa modalidade de ensino. Assim como influenciar, jovens e adultos em suas práticas, em que seus direitos sejam garantidos em permanecer na terra.

6. REFERÊNCIAS

- ALIER, J.M. El ecologismo de los pobres. **Revista WANI**, n. 125, abril 1992.
- ALMEIDA, A. **Terra de quilombo, terras indígenas, “babaçuais livre”, “castanhais do povo”, faixinais e fundos de pasto: terras tradicionalmente ocupadas**. 2.^a ed. Manaus: pgsca–ufam, 2008.
- ALTIERI, M. **Agroecologia: a dinâmica produtiva da agricultura sustentável**. 4.ed. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2004.
- _____. Terras tradicionalmente ocupadas: processos de territorialização e movimentos sociais. **Revista Brasileira Estudos Urbanos e Regionais**, v. 6, 1, p. 9-32, maio 2004.
- ANDRÉ, M. E. D. A. **Estudo de caso em pesquisa e avaliação educacional**. Brasília: Liberlivros, 2005. p. 7-70.
- ARROYO, M. **Ciclos de Desenvolvimento Humano e Formação de Educadores**. Educação & Sociedade, ano XX, nº68, Dezembro/99.
- _____. **Políticas de Formação de Educadores (as) do Campo**. 2007. Disponível em www.cedes.unicamp.br. Acesso em 19 de set. de 2017.
- BARRETO, M.; WANDSCHEER, R. Registro de Ortópteros (Orthoptera, Caelifera, Ensifera) presentes no Acervo Biológico da Amazônia Meridional, Brasil. **ENTOMOBRASILIS (VASSOURAS)**, v. 10, p. 187 - 193, 2017. Disponível em: <https://www.entomobrasilis.org/index.php/ebbras/article/view/ebrazilis.v10i3.663>. Acesso: 27 out. 2020.
- BRASIL. Congresso Nacional. **Lei Federal nº 9.394. Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional**. Brasília, 20 de dezembro de 1996.
- CAPORAL, J.; COSTABEBER, José Antônio. **Agroecologia: alguns conceitos e princípios**. Brasília: MDA/SAF/DATER-IICA, 2004, 24p.
- DANIEL, J. (1722-1776). **Tesouro Descoberto no Máximo Rio Amazonas**. Rio de Janeiro: Contraponto 2, 2004. 600p.
- DESLAURIES, J. P; KÉRISIT, M. O delineamento de pesquisa Qualitativa. In **A pesquisa qualitativa: Enfoques epistemológicos e metodológicos**. 4. Ed. – Petropolis, RJ: Vozes, 2014. (Coleção Sociologia).
- EMPERAIRE, L. A biodiversidade agrícola na Amazônia brasileira: recurso e patrimônio. **Revista do patrimônio histórico e artístico nacional**, v. 32, p. 30–43, 2005. Disponível em: http://portal.iphan.gov.br/uploads/publicacao/rev_pat_n32.pdf. Acesso em: 27 out. 2020
- GADOTTI, M. Pedagogia da terra e cultura de sustentabilidade. **Revista lusófona de educação**, v. 6, n. 6, p. 15-29, 2005,
- GIMONET, J. **Praticar e compreender a Pedagogia da Alternância dos CEFFAs**. Editora Vozes, Petrópolis. 2007.
- _____. **Alternância na formação método pedagógico ou novo sistema educativo? A experiência das casas familiares rurais**. In: DEMOL, Jean-Noel et PILON, Jean - Marc. *Alternance*,

Developpement Personnel et Local. Paris: L'Harmattan, 1998, pg. 51-66. Tradução de Thierry De Burghgrave.

LEFF, E. Agroecologia e saber ambiental. Revista **Agroecol.e Desenv.Rur.Sustent.**, Porto Alegre, v.3, n.1, jan./mar.2002. Acesso setembro 2018.

LIMA, H. **A Pedagogia da Alternância nas Casas Familiares Rurais do Paraná: uma possibilidade de integração entre ensino médio e educação profissional.** Dissertação de mestrado, UFPR, Curitiba, 2013.

LIMA, R. R.; TOURINHO, M. M.; COSTA, J. P. C. 2001. **Várzeas flúvio-marinhas da Amazônia brasileira: características e possibilidades agropecuárias.** 2. ed. Belém: FCAP. 342p.

LUDIVINE E.; SOUZA, C.; NASCIMENTO, D.; NOGUEIRA, M.o, BARRETO Fº, H.; BUSTAMANTE, P.; EMPERAIRE, L. Os sistemas agrícolas tradicionais nos interstícios da soja no Brasil: processos e limites da conservação da agrobiodiversidade. **Confins** [On line], 45. 2020. Disponível em: <https://journals.openedition.org/confins/28182>, mis en ligne le 26 mai 2020. Acesso 27 out. 2020.

MENDES, C. B., MAIA, J. S. S. A Educação Ambiental e a educação do campo diante das interferências do agronegócio: compreensões de professores de escolas públicas. **Revista Ambiente & Educação**, v. 25, n. 2, 2020. Disponível em: <https://periodicos.furg.br/ambeduc/issue/view/771>. Acesso em 28 out. 2020.

NAHUM, J.; BASTOS, C. Dendeicultura e descampesinização na Amazônia paraense. **CAMPO-TERRITÓRIO:** revista de geografia agrária, v. 9, n. 17, p. 469-485, abr., 2014.

_____. Uma interpretação geográfica da dendeicultura na Amazônia paraense. **Revista da Associação Nacional de Pósgraduação e Pesquisa em Geografia** (Anpege). p.309-331, V.11, n.15, jan-jun.2015. Acesso em 27 out. 2020.

OLIVEIRA, D. Desenvolvimento de sistema agroecológico de cultivo e organização de cadeia produtiva de *Conocarpus scoparioides* (Cham. & Schltdl.) Benth., com comunidades do entorno de Belém, Amazônia. **Dissertação de mestrado.** Botucatu, 2019. 108p.

POSEY, D. Interpretando e utilizando a “realidade” dos conceitos indígenas: o que é preciso aprender dos nativos? In: DIEGUES, A. C.; MOREIRA, A. de C. C. (Org). **Espaços e recursos naturais de uso comum.** São Paulo: NAPAUB-USP, 2001. p. 279-294.

RIBEIRO, M. Uma Escola Básica do Campo como condição estratégica para o desenvolvimento sustentável. **Caderno Temático Por Uma Educação Básica do Campo**, Porto Alegre/RS, v. 1, n.1, p. 50-58, 2002.

SARMENTO, M. “O Estudo de Caso Etnográfico em Educação” In: ZAGO, N; CARVALHO, M. P. de; VILELA, R. A. T. (Org.) **Itinerários de Pesquisa - Perspectivas Qualitativas em Sociologia da Educação** (137 - 179). Rio de Janeiro: Lamparina (2ª edição), 2011.

SANTOS, E.; NEVES, M. Educação do Campo e Desenvolvimento Territorial **EDUCAÇÃO DO CAMPO E DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL: reflexões e proposições. Revista Eletrônica de Culturas e Educação** N. 6 · V. 1 · p. 1-10 · Ano III. Set.-Dez · 2012. Caderno Temático IV.

SANTOS, M.; SANTOS, S. **Metodologia da pesquisa em educação.** São Luís: UemaNet, 2010. 67 p.

SANTOS, C; NAHUM, J; SANTOS, L.. Impactos da Dendeicultura na produção de alimentos na Amazônia Paraense: Os agricultores integrados a Belém Bioenergia Brasil (BBB). **Revista Pegada**, vol. 19 n.3. Disponível em: <https://revista.fct.unesp.br/index.php/pegada/article/view/6012>. Acesso: outubro de 2020.

SCHNEIDER, S. A pluriatividade na agricultura familiar [online]. 2nd ed. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2003. **Estudos Rurais series**, 252 p. Disponível em: <http://books.scielo.org/id/b7spy/epub/schneider-9788538603894.epub>. Acesso em outubro de 2020.

STEWART, A.; ROGNANT, C.; BRITO, S. Roça sem fogo: a visão de agricultores e técnicos sobre uma experiência de manejo na Reserva de Desenvolvimento Sustentável Amanã, Amazonas, Brasil. **Biodiversidade Brasileira**, v. 6, n. 2, p. 71–87, 2016. Disponível em: <http://www.icmbio.gov.br/revistaeletronica/index.php/BioBR/article/view/526>. Acesso em: 27 out. 2020.

TEIXEIRA, E.; BERNARTT, M.; GLADEMIR, A. **Estudos Sobre Pedagogia da Alternância No Brasil**, revisão de leitura e perspectivas para a pesquisa. **Educação e Pesquisa**, São Paulo, v.34, n.2, p. 227-242, maio/ago. 2008



A CERTIFICAÇÃO PARTICIPATIVA DE ORGÂNICOS COMO TECNOLOGIA SOCIAL: ESTUDO DE CASO DA COOPERATIVA D'IRITUÍUA

*Participatory organic certification as a social technology:
The case of the D'Irituia cooperative*

Philippe Jean Louis Sablayrolles¹
William Santos De Assis²

RESUMO

O trabalho analisa a viabilidade da certificação participativa de orgânicos para agricultores agroecológicos a luz de um estudo de caso envolvendo a cooperativa D'Irituia, localizada no nordeste paraense. Caracteriza a certificação participativa como tecnologia social através de revisão do papel das relações sociais na tecnologia e na inovação, pautando-se em uma visão crítica da legislação que regula a certificação de orgânicos, e no papel da certificação de orgânicos na construção social de mercados para produtos diferenciados da agricultura familiar. Apresenta a parceria entre pesquisadores e membros da cooperativa e as etapas de implantação da certificação participativa. Dentre os principais resultados do artigo, identifica quatro questões chaves para a viabilidade do processo: a estrutura social do grupo cooperado; sua capacidade de ajustes na esfera produtiva e organizacional; os problemas técnicos relacionados à transição para a produção orgânica, notadamente as questões de fertilização e de controle fitossanitário; a possibilidade de produção local ou aquisição de insumos orgânicos.

Palavras-chaves: agricultura familiar; cooperativa agrícola; tecnologia social; certificação participativa de orgânicos; Amazônia.

ABSTRACT

The work analyzes the feasibility of participatory organic certification for agroecological farmers in the light of a case study involving D'Irituia cooperative, located in the northeast of Pará state Brazil. It characterizes participatory certification as social technology by reviewing

¹ Instituto Amazônico de Agriculturas Familiares – Ineaf, Universidade Federal do Pará <philippe_sablayrolles@hotmail.com>

² Instituto Amazônico de Agriculturas Familiares – Ineaf/ Programa de Pós-Graduação em Agriculturas Amazônicas – PPGAA, Universidade Federal do Pará <williamassis@ufpa.br>

the role of social relationships with regard to technology and innovation, based on a critical view of the legislation that regulates organic certification. The role of organic certification in the social construction of markets for distinct goods produced by family farmers is also examined. The study presents the partnership between researchers and members of the cooperative and the stages of implementing participatory certification. Main research results include: the identification of four central issues key to the viability of the process: the social structure of the cooperative; the group's ability to adjust in the productive and organizational spheres; technical problems related to the transition to organic production, notably issues related to crop fertilization and phytosanitary control and the possibility of local production or acquisition of organic inputs.

Keywords: family farming; agricultural cooperative; social technology; participatory certification of organics; Amazonia.

1. INTRODUÇÃO

O início do novo século mostra uma convergência global entre os anseios da sociedade por mais sustentabilidade ambiental e social, e as estratégias diferenciadas de comercialização dos agricultores familiares, orientadas pela qualidade. Os impasses do sistema alimentar industrial estão cada vez mais presentes na consciência pública, à medida que os problemas de qualidade nutricional e sanitária afloram na grande mídia. O movimento agroecológico brasileiro elabora na teoria e na prática um sistema agroalimentar alternativo, visando a soberania alimentar, com novas exigências: luta contra a pobreza e segurança alimentar, qualidade dos alimentos, justiça e equidade nas relações econômicas, técnicas de produção coerentes com a sustentabilidade ambiental e a geração de serviços ecossistêmicos. Do outro lado, os

agricultores familiares, buscando uma autonomia maior em relação aos mercados característicos dos “impérios alimentares”, elaboram estratégias próprias de comercialização orientadas pela diferenciação da qualidade dos produtos (VAN DER PLOEG, 2016).

A legislação de orgânicos implantada no Brasil desde 2003 (Lei 10.831 de 23/12/2003, BRASIL, 2003) visa ordenar a oferta de produtos de qualidade nos mercados, oferecendo garantias para os consumidores, através de processos de monitoramento contínuos das práticas de produção. A modalidade de certificação participativa atribui à organização de fornecedores e seus colaboradores, podendo ser representados os consumidores, a responsabilidade do monitoramento da conformidade orgânica, sob supervisão do Ministério da Agricultura Pecuária e

Abastecimento (MAPA). É considerada mais vantajosa que a modalidade de certificação por auditoria externa pelas organizações da agricultura familiar, pelo maior domínio técnico e econômico que permite. No entanto, os organismos de certificação participativa registrados no Brasil, 13 anos após sua regulamentação (Decreto 6.323 de 27/12/2007, BRASIL, 2007)³, não passam de 27, conforme os dados oficiais em 2020, nenhum sendo registrado no Pará (MAPA, 2020). As funções que devem assumir essas organizações são desafiadoras de vários pontos de vista (SERVA; ANDION, 2004). Sua relação com os associados, ao lado das funções usuais de serviço de comercialização e financiamento, também envolve mecanismos de apoio e controle técnico à nível da produção.

A oportunidade que representa a produção orgânica certificada do ponto de vista dos agricultores familiares do Pará passa pela análise de viabilidade do processo de certificação, particularmente de certificação participativa, para

organizações de tamanho e experiência reduzidos, que caracterizam o movimento associativo e cooperativo da região (ROCHA, 2020). Este trabalho discute esta viabilidade a partir do estudo de caso da Cooperativa D'Irituia, localizada no Nordeste Paraense. É uma organização de agricultores familiares agroecológicos, criada em 2011, com sistemas de produção diversificados, objetivando abrir canais de comercialização para produtos de qualidade. A cooperativa conduz desde 2018, uma parceria com o Instituto Amazônico de Agriculturas Familiares da Universidade Federal do Pará (INEAF-UFPA)⁴, para a implantação da certificação participativa dos produtos orgânicos de seus membros.

Apresentaremos em primeiro lugar uma série de discussões teóricas relacionadas à geração da qualidade orgânica de produtos enquanto tecnologia social. A certificação participativa será caracterizada enquanto inovação tecnológica, envolvendo a gestão de redes sociais, e serão discutidas as metodologias

³ Os OPAC e SPG só foram habilitados com a Instrução Normativa nº 19, de 28 de maio de 2009 (HIRATA *et al.*, p. 13). Os primeiros SPG foram criados em 2010.

⁴ A parceria Cooperativa D'Irituia – INEAF é objeto do projeto “Implantação da Certificação

Participativa de Produtos Orgânicos da Agricultura Familiar do Nordeste Paraense – PA” financiado pelo CNPq no Edital CNPq/MCTIC/MDS nº. 36/2018 - TECNOLOGIA SOCIAL.

para conduzir parcerias neste tema entre técnicos/pesquisadores e agricultores. Traremos elementos críticos da legislação brasileira de orgânicos do ponto de vista da agroecologia, e discutiremos os mecanismos de construção de mercados diferenciados pelos agricultores familiares e as novas funções que devem assumir suas organizações neste campo.

Isso nos permitirá num segundo lugar apresentar o método utilizado para a implantação da certificação participativa na Cooperativa D'Irituia, a construção da parceria com o INEAF: a repartição dos papéis e as etapas de realização.

Analisaremos em particular a elaboração das normas técnicas e o regimento específico para a organização do monitoramento das práticas, enquanto elementos decisivos de viabilidade da certificação participativa.

O trabalho apresenta conclusões sobre a viabilidade do processo no caso da Cooperativa D'Irituia, enquanto representativa de pequenas organizações camponesas da região Norte, e sobre a metodologia para conduzir parcerias visando a promoção de tecnologia social, a luz da parceria INEAF/Cooperativa D'Irituia.

2. A GERAÇÃO DA QUALIDADE DE PRODUTOS ORGÂNICOS COMO TECNOLOGIA SOCIAL

2.1 Tecnologia e relações sociais

As concepções recentes da evolução tecnológica, desenvolvidas na sociologia da tecnologia (THOMAS; BUCH (Org.), 2008), ressaltam o papel dos atores sociais e de suas inter-relações no processo de geração das inovações e de sua generalização. A tendência é ao abandono de visões deterministas (determinismos tecnológicos, social, econômico), em favor de uma representação unificada na qual atores entrelaçam elementos de conhecimento, tecnologias, relações sociais e econômicas (THOMAS, 2008, p. 219). A

Teoria do Ator-Rede (TAR) descreve, à nível micro, os procedimentos dos atores associando artefatos, dispositivos organizados e o arrolamento de outros atores, na construção de seus projetos e estratégias (CALLON, 2008). A Tecnologia Social (TS), através da noção de adequação sociotécnica, propõe a adequação de tecnologias convencionais para fins e estratégias definidos por atores inovadores, num processo de construção realizado pelos interessados (DAGNINO *et al.*, 2004). A percepção recente da estreita relação entre os projetos de atores sociais e

as tecnologias que usam resulta na reflexão metodológica sobre as modalidades de construção social da tecnologia numa perspectiva de inovação.

O sócio antropólogo Jean-Pierre Darré e seu grupo de pesquisa, o Grupo de Experimentação e de Investigação: Desenvolvimento e Ações Localizadas (GERDAL), elaboram desde os anos 1980 novas metodologias de apoio às inovações rurais, baseadas em parcerias horizontais com os agricultores (DARRÉ, 2006). A metodologia de “busca coativa de soluções” recorre a uma conceptualização da aquisição e evolução dos conhecimentos dos agricultores, em relação direta com a reflexão sobre suas práticas. O conhecimento, as concepções e as normas de ação são elaborados socialmente em grupos preexistentes de pares, grupos de interconhecimento que mantêm diálogos regulares sobre suas práticas, demonstram capacidades para a aquisição de novas informações e concepções, e para experimentar e refletir sobre novas práticas. Os grupos de pares realizam os ajustes das tecnologias novas de forma que entram em coerência com o conjunto das condições efetivas de produção e de vida e, portanto, são os principais atores do processo de inovação (DARRÉ, 2002).

Em resumo, os aportes teóricos e metodológicos recentes rompem com a visão da inovação associada ao Difusionismo do tempo da Revolução Verde. A Perspectiva Orientada ao Ator – POA- (LONG, 2004) e a sociologia da tecnologia (THOMAS; BUCH (Org.), 2008) ressaltam a necessidade de analisar conjuntamente, de um lado, os elementos tecnológicos, artefatos, procedimentos e dispositivos organizativos da tecnologia, e do outro as práticas dos atores no seu contexto de vida. Desta abordagem decorrem alguns princípios metodológicos no campo da intervenção voltada para o desenvolvimento e a inovação. A identificação dos grupos de pares, coesos em torno de práticas e da reflexão e avaliação sobre as concepções e normas de ação, é um passo preliminar, necessário para definir os sujeitos e as modalidades de parceria para a intervenção. As etapas de diagnóstico e planejamento da intervenção são partes integrantes da negociação sobre a repartição de papel (e de recursos) entre os atores da intervenção. A dinâmica da inovação e de sua generalização é condicionada pela evolução das reflexões, dos experimentos, das concepções dos grupos de pares. O papel dos técnicos / pesquisadores limita-se a facilitar esses processos e reflexões.

Essa visão da tecnologia e do processo de inovação orienta a metodologia que apresentamos sobre a certificação participativa de orgânico no âmbito da Cooperativa D'Irituia.

2.2 Uma visão crítica sobre a legislação da certificação de orgânicos

No Brasil, a percepção social dos impasses gerados pelo modelo agroalimentar globalizado e a agricultura industrial gerou um movimento agroecológico multifacetado, em diversos setores, da produção à distribuição, entre os consumidores, na esfera da assistência técnica e da pesquisa, influenciando a formulação de políticas públicas. A agricultura ecológica é vista agora como a condição de um modelo alimentar alternativo, caracterizado pela qualidade dos alimentos, a equidade nas relações de produção, a sustentabilidade ambiental. A agroecologia, como movimento social, sustenta um projeto de agricultura e mais amplamente, de organização da ruralidade.

A agroecologia aparece assim como desenvolvimento sustentável, ou seja, a utilização de experiências produtivas em agricultura ecológica na elaboração de propostas para ações sociais coletivas que demonstrem a lógica predatória do modelo produtivo agroindustrial hegemônico, permitindo sua substituição por outro que aponte para uma agricultura socialmente mais justa, economicamente viável e

ecologicamente apropriada (SEVILLA GUZMÁN, 2012, p. 112).

Este projeto envolve a mobilização e a articulação “de diferentes conhecimentos científicos e saberes populares para a busca da sustentabilidade na agricultura” (CAPORAL, org., 2015, p. 310).

Deste ponto de vista, a legislação de orgânicos adotada nos anos 2000 apresenta uma resposta parcial. A definição legal da agricultura orgânica é reduzida à proibição e restrições de uso de determinados insumos, e só faz referências imprecisas à evolução do agroecossistema, à organização do processo produtivo, à comercialização e ao modelo de desenvolvimento agrícola almejado. O esforço do legislador, uma vez definidas as condições admissíveis para qualificar a produção, o beneficiamento e a distribuição dos produtos orgânicos (principalmente minimizar o uso de insumos sintéticos e proibir o uso de transgênicos), focou na geração da garantia para o consumidor do cumprimento destas condições (Lei Nº 10.831, de 23 de dezembro de 2003; Instrução Normativa Nº19, de 28 de maio de 2009; Instrução Normativa Nº50, de 5 de novembro de 2009). O selo de produtor orgânico garante o uso de práticas autorizadas na legislação de orgânicos, em função de cada tipo de produto, verificado mediante visitas no local de produção por

auditores externos (certificação por auditoria) ou por organismos locais *ad hoc*, envolvendo entre outros a organização dos produtores (certificação participativa). A certificação participativa tem o diferencial de substituir os custos da auditoria por custos organizativos, garantindo o mesmo controle sobre as práticas de produção, e permite uma flexibilidade (muito) relativa no elenco das práticas autorizadas. A modalidade participativa é particularmente adequada à ambientes de redes densas de parcerias agroecológicas.

A legislação sobre a certificação participativa induz a criação de duas organizações: o Sistema Participativo de Garantia (SPG) e o Organismo Participativo de Avaliação da Conformidade Orgânica (OPAC), este último legalmente formalizado.

Os Sistemas Participativos de Garantia caracterizam-se pelo controle social e pela responsabilidade solidária, podendo abrigar diferentes métodos de geração de credibilidade adequados a diferentes realidades sociais, culturais, políticas, territoriais, institucionais, organizacionais e econômicas. (...) Um Sistema Participativo de Garantia é formado, basicamente, por dois componentes: Os Membros do Sistema e o Organismo Participativo de Avaliação da Conformidade - OPAC. (...) Os Membros do Sistema

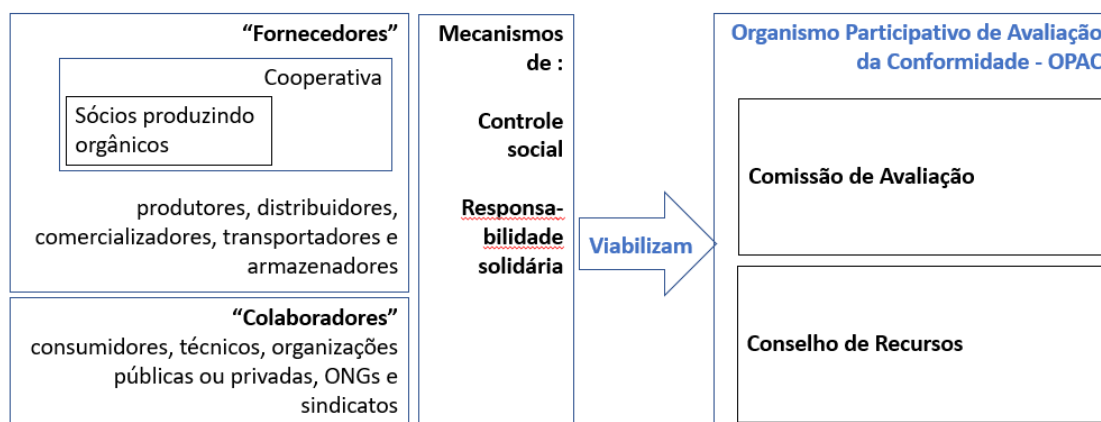
são pessoas físicas ou jurídicas que fazem parte de um grupo classificado em duas categorias: os fornecedores, constituídos pelos produtores, distribuidores, comercializadores, transportadores e armazenadores; e os colaboradores, constituídos pelos consumidores e suas organizações, técnicos, organizações públicas ou privadas, ONGs e organizações de representação de classe (MAPA, 2008, pp. 20-25).

Para obter seu credenciamento, o OPAC deve satisfazer exigências estatutárias e regimentais.

O Organismo Participativo de Avaliação da Conformidade - OPAC é uma organização que assume a responsabilidade formal pelo conjunto de atividades desenvolvidas num Sistema Participativo de Garantia - SPG. A sua estrutura organizacional se constitui de uma Comissão de Avaliação e um Conselho de Recursos, ambos compostos por representantes dos membros de cada Sistema Participativo de Garantia (MAPA, 2008, p. 26).

Uma das principais atividades pelo SPG são as visitas verificação de pares: os agricultores estabelecem um rodízio de visitas de suas propriedades para observar e orientar as práticas de produção; as visitas geram relatórios disponíveis para os fiscais do MAPA. A figura seguinte resume os elementos do SPG, nos termos adotados pelo MAPA.

Figura 1 – Estrutura e funcionamento de um Sistema Participativo de Garantia



Fonte: Elaboração dos autores a partir de MAPA (2008).

Talvez a maior vantagem da certificação participativa seja a presença de uma organização de agricultores com funções de controle técnico, capaz de escolher e estabelecer mecanismos de divulgação de práticas consideradas proveitosas pelos interessados. Serva e Andion (2004, p. 4), numa pesquisa junto à Rede ECOVIDA, organização de agricultores e colaboradores que idealizou a certificação participativa, realizada em 2003-2004, observam que:

A certificação participativa funda-se na construção coletiva das normas (embora sendo únicas para toda a Rede, foram fruto de discussão coletiva e permite-se a revisão das mesmas, através de propostas que podem ser encaminhadas à coordenação da Rede para nova discussão coletiva), na co-responsabilização dos membros pelo cumprimento dessas normas e no controle social de todo o processo, enfatizando a interação entre os produtores e a relação de proximidade.

No entanto, o projeto de transição agroecológica dos agricultores envolve outros aspectos que a garantia legal da qualidade orgânica dos produtos ofertada ao consumidor. Gliessman (2001, p. 574) propôs três níveis progressivos para a transformação técnica de um sistema de produção convencional em agroecológico. O primeiro nível visa limitar o uso de recursos externos e/ou ambientalmente danosos, mediante o ajuste e a adoção de práticas técnica e economicamente mais eficientes. O segundo nível substitui as práticas convencionais por práticas ecológicas, o que é parcialmente o objetivo da legislação brasileira de orgânicos, que não proíbe o uso da mecanização. O terceiro nível envolve mudanças sistêmicas do agroecossistema: o nível de agrobiodiversidade, o arranjo espacial e

temporal dos cultivos, a associação de espécies, a intensificação dos fluxos internos de matérias e de fertilidade. Cada evolução introduzida em qualquer etapa deve ser analisada como uma novidade, e deve satisfazer condições mínimas de viabilidade para o agricultor, a cada momento ou em cenários realistas de curto prazo: manutenção dos níveis de renda e de patrimônio, adequação com o volume de trabalho e de capital disponível, conhecimentos necessários para a implementação das novas práticas, inserção ao mercado compatível com a economia monetária da família, etc. Diferentemente da agricultura industrial, o desenvolvimento agroecológico resulta do protagonismo dos agricultores e da centralidade dos seus conhecimentos na geração das novidades. As relações de parceria e contribuição nesse tipo de desenvolvimento devem ser baseadas em concepção ampla de agência humana, como desenvolvida na POA (LONG, 2004) e na “busca coativa de soluções” (DARRÉ, 2006). Envolvem uma reflexão sobre novas modalidades de extensão rural e de políticas públicas (CAPORAL, 2015).

Ademais, a viabilidade econômica da transição ecológica é diretamente relacionada às condições de mercado encontradas, ou construídas pelos

agricultores e suas organizações. A agricultura ecológica utiliza insumos e produções intermediárias diferentes da convencional, e gera produtos diferenciados, necessitando, portanto, a mobilização ou a construção de novas cadeias de comercialização. A organização dos agricultores para a agricultura ecológica deve também incluir uma ação no campo comercial para sua realização plena.

2.3 Diferenciação de produtos e agricultura familiar

Os agricultores familiares desenvolvem estratégias múltiplas de inserção comercial procurando adequar as características dos seus diferentes produtos (volumes, calendário, perecibilidade, custos de produção) às características dos tipos de mercado (remuneração, custos de transação, riscos, relações sociais envolvidas). Os mercados institucionais e os mercados de proximidade com venda direta podem oferecer condições mais favoráveis para escoar produtos de qualidade, do que os mercados convencionais, ou a venda por intermediários (SCHNEIDER, 2016). Van der Ploeg (2016) identifica no campesinato estratégias específicas de comercialização, baseadas na diferenciação de produtos por atributos de qualidade e preço. A venda

direta em feiras locais permite diminuir os preços para o consumidor, quando os custos de comercialização para o agricultor são relativamente menores que a margem de lucro retirada do intermediário. A diferenciação dos produtos ocorre num processo de relacionamento, formal ou informal, direto ou indireto, dos agricultores com os consumidores. Ao longo deste processo, trocam-se as expectativas dos consumidores em termos de qualidade e identidade dos produtos com as habilidades e competência dos agricultores e os atributos de identidade dos produtos. O estabelecimento dos preços faz parte do processo. Callon (2017), renunciando à concepção do mercado como confronto anônimo entre oferta e demanda, descreve a organização de qualquer atividade mercantil como o agenciamento (*agencement*) visando “estabelecer transações comerciais bilaterais” (CALLON, 2017, p. 402). O agenciamento mercantil é uma ação coletiva governando uma série de processos de enquadramento como: a transformação de bens e serviços em mercadorias, a avaliação dos atributos das mercadorias pelos interessados, a organização de encontros comerciais, a criação de vínculos entre o consumidor e as mercadorias e a formulação dos preços (CALLON, 2017). O conjunto destas

atividades caracteriza a agência dos atores para a construção social dos mercados.

A certificação participativa de orgânicos pode ser concebida como um processo organizativo visando enquadrar os produtos como mercadorias (posicionamento dos produtos na oferta de alimento e sua homogeneização) e definir seus atributos de qualidade (técnicas de produção e beneficiamento, níveis de sustentabilidade ambiental e social). Deste ponto de vista, a certificação define-se como um elemento entre outros da construção social de mercados. Para concretizar a nova alternativa de comercialização que possibilita, a ação coletiva dos agricultores deve também assumir outras funções de relacionamento com a clientela (encontros, definição mais precisa dos atributos de qualidade, técnicos e simbólicos, definição de preços). Neste tipo de mercado, os papéis da organização dos agricultores recebem novos contornos, além dos usuais ganhos de escala por agregação de volumes e economias nos custos de transação. Como afirma Callon: “Envolve o estabelecimento de relações de colaboração, a organização de negociações, a implementação de processos de tomada de decisão, a estruturação e a reconfiguração de redes” (CALLON, 2017, p. 55). A agência das organizações na gestão de

parcerias e redes sociais torna-se central. As relações evoluem no sentido de aproximar de um lado, as práticas produtivas e as

normas técnicas, sociais e simbólicas aceitas na esfera dos agricultores, e do outro as expectativas mutáveis dos consumidores.

3. A IMPLEMENTAÇÃO DO DISPOSITIVO DE CERTIFICAÇÃO

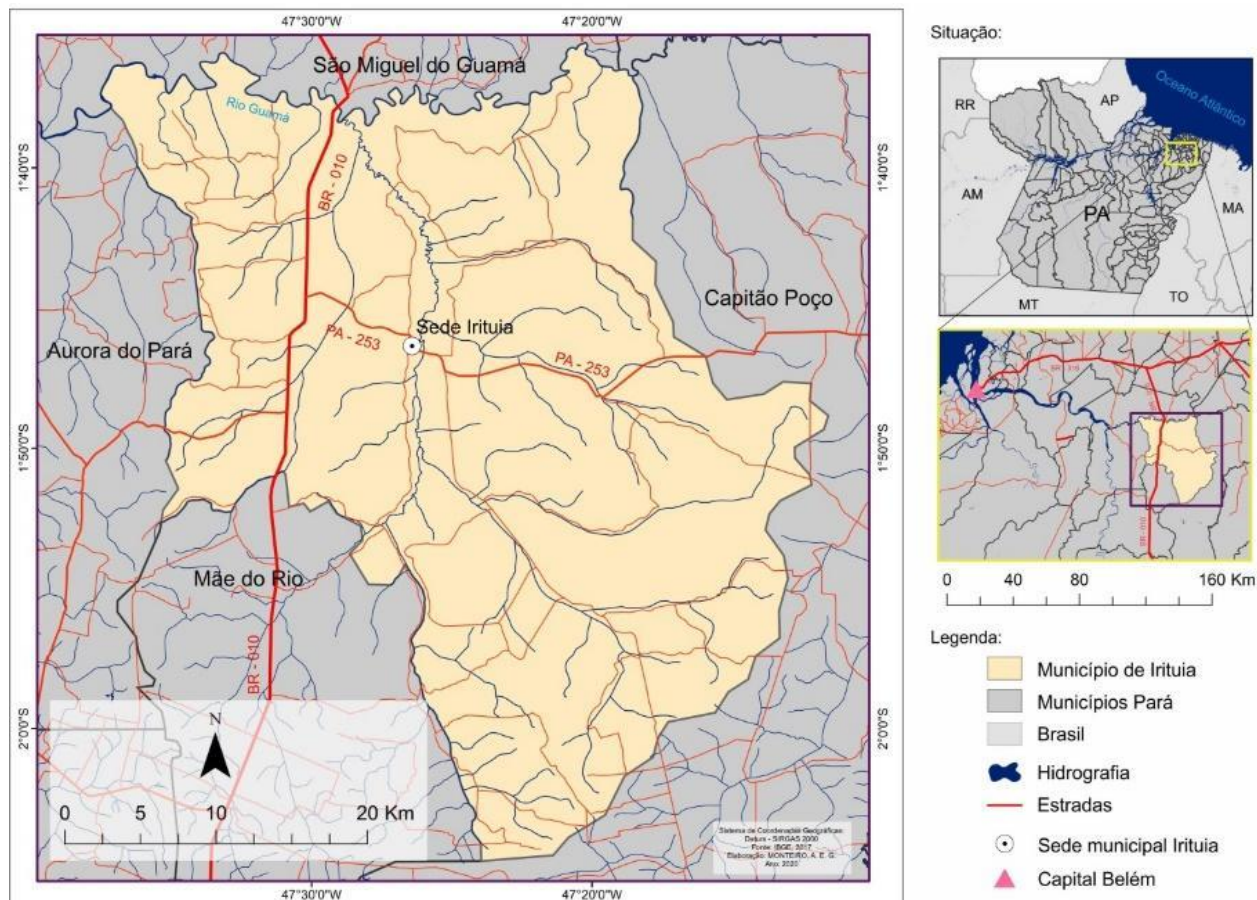
3.1 A cooperação entre a cooperativa e o INEAF na implementação do dispositivo de certificação participativa

O município de Irituia está localizado na região nordeste do estado do Pará. A ocupação dessa região data do período colonial e tem uma elevada diversidade étnica. Era habitada por diferentes povos indígenas e posteriormente recebeu o branco europeu (principalmente portugueses) e os negros africanos. A partir dessa diversidade humana deu-se início aos processos de uso dos recursos naturais e às dinâmicas reprodutivas que provocaram as transformações no ambiente alterando e moldando as paisagens.

Atualmente o município de Irituia tem uma área territorial de 1.379,5 km² e uma população de 32.504 habitantes e uma densidade de 24 habitantes por km². Aproximadamente 21% da população do município está na área urbana e 79% na área

rural. Entre 2014 (31.644 habitantes) e 2018 (32.504 habitantes) a população total do município teve um crescimento de apenas 3% (860 habitantes). Diferente dos municípios do seu entorno, Irituia tem a maior parte da sua população residindo na área rural, o que fortalece sua identidade agrícola. Mãe do Rio, com 83% da população residindo na área urbana e São Miguel do Guamá, com 62% da população residindo na área urbana, são os que têm uma diferença mais marcante (IBGE, 2010). Esses dois municípios estão às margens da rodovia federal Belém-Brasília e ambos têm atividades comerciais fortes. Capitão Poço e Ourém, que são também dois municípios importantes do entorno de Irituia, têm respectivamente 41% e 46% de seus habitantes residindo na área urbana dos municípios. O município fica a aproximadamente 200 km da capital do estado, Belém (Figura 2).

Figura 2 – Localização do município de Irituia no estado do Pará



Fonte: IBGE, 2017

A trajetória de transformação do município inicia com um primeiro longo período de extrativismo, notadamente das chamadas “drogas do sertão”, caça e pesca. O segundo ciclo extrativista teve na madeira seu principal expoente e provocou as maiores transformações na paisagem do município. Em diferentes épocas se combinaram distintos tipos de cultivos de espécies vegetais e pecuária gerando agroecossistemas característicos. A região foi produtora de fumo, algodão, cana-de-açúcar, pimenta do reino, malva, culturas

alimentares de ciclo curto, como a mandioca, feijão, arroz, hortaliças variadas, entre outros. Mais recentemente, uma variedade de frutas (nativas e exóticas) entraram na composição dos agroecossistemas. Da mesma forma, produtos do extrativismo presentes nos fragmentos de florestas nativas e/ou em de florestas secundárias, voltaram a ganhar importância econômica favorecidos pela discussão ambiental.

Segundo o Macrozoneamento Ecológico Econômico (MZEE), realizado

pela Secretaria de Estado de Meio Ambiente do Pará, o município de Irituia está inserido na zona de consolidação e expansão. Essa zona caracteriza-se pela presença de atividades produtivas mais dinâmicas e que requerem ações de manutenção e/ou intensificação, visando a sustentabilidade ecológica, social e econômica (ALMEIDA, 2016). Independente das definições técnicas do Macrozoneamento, o município de Irituia tem sua cobertura florestal bastante alterada e uma agricultura diversificada e em franca transformação.

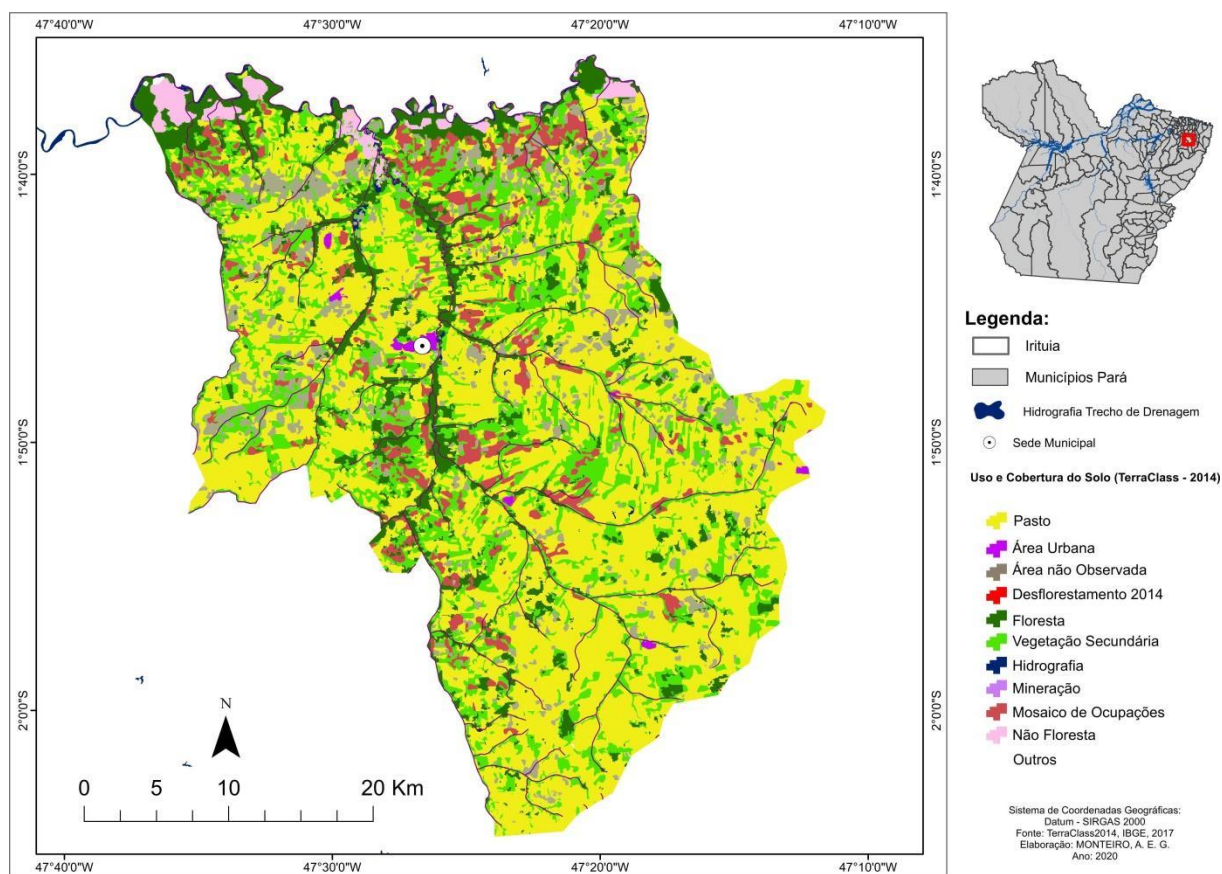
A cobertura do solo no município de Irituia é resultado da intensa ação antrópica durante quase 300 anos. Conforme mostra a figura 2, as áreas de florestas somam um pouco mais de 10% do total. Elas se encontram em fragmentos distribuídos às margens de alguns cursos de água que

cortam o município e em sua fronteira norte, também as margens do rio Guamá. Um pouco mais da metade (50,43%) da superfície do município é constituído de pastagens (não é possível diferenciar o que é e o que não é agricultura familiar). A vegetação secundária que pode ser capoeira em diferentes estágios de desenvolvimento perfaz aproximadamente 20% da superfície do município. Aproximadamente 6% é considerada mosaico de ocupações. A metodologia do TerraClass⁵ considera essas áreas essencialmente de agricultura familiar. No caso de Irituia isso não significa dizer que a agricultura familiar esteja restrita a essas áreas. É possível que áreas consideradas vegetação secundária sejam na verdade áreas de Sistemas Agroflorestais de agricultores familiares.

⁵ O projeto TerraClass foi estruturado em 2010 com o objetivo de atender uma demanda do Governo Federal relacionada à qualificação dos desmatamentos observados na região da Amazônia Legal e endereçada a gestores e colaboradores da Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (EMBRAPA) e do Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (INPE). Os produtos gerados pelo projeto TerraClass oferecem subsídios para a definição de ações governamentais referentes ao

desenvolvimento da produção agrícola nacional com bases sustentáveis, à preservação da biodiversidade nacional e à manutenção da qualidade dos serviços ambientais. Em 2015 foi publicada a Portaria MMA nº 365 de 27 de novembro de 2015, do Ministério do Meio Ambiente, criando o Programa Ambiental dos Biomas Brasileiros (PMABB), que tem por objetivo expandir as ações de mapeamento e monitoramento para os demais biomas brasileiros. <https://www.terraclass.gov.br/>. Acessado em 18 de outubro de 2020.

Figura 3 – Uso e cobertura do solo do município de Irituia



Fonte: INPE, 2014. (ALMEIDA, et al. 2016)

A agricultura familiar Irituiense se construiu nessa dinâmica territorial complexa. Nesse sentido, os desafios são igualmente complexos, seja no âmbito da produção, da conservação ambiental e da inserção em mercados.

3.2 Histórico da Cooperativa Agropecuária dos Produtores Familiares Irituienses – D`IRITUIA

A partir de uma reflexão realizada em 2010 sobre as dificuldades para comercializar, vinte (20) agricultores familiares do município de Irituia decidiram

criar a Cooperativa Agropecuária dos Produtores Familiares Irituienses – D`IRITUIA. As principais motivações no momento de criação da cooperativa eram: i) buscar mercados para os produtos agrícolas; ii) aumentar as margens de comercialização eliminando os atravessadores dos principais circuitos e; iii) desenvolver estratégias para garantir a sustentabilidade (econômica, social e ambiental) dos agricultores familiares do município. Os associados da D`Irituia implementam sistemas de produção diversificados cujos produtos se inserem em diferentes cadeias produtivas.

Atualmente a D'Irituia tem trinta e dois (32) associados distribuídos em 5 grupos ou núcleos de vizinhos repartidos no município.

Com uma década de existência, a cooperativa vem estimulando a diversificação da produção como uma estratégia de garantir renda, segurança alimentar, preservação ambiental e manutenção das famílias em suas propriedades. Para desenvolver suas ações, a cooperativa se articula com um conjunto de instituições. Com a Agência Paraense de Defesa Agropecuária do Estado do Pará (ADEPARA) vem sendo discutido a liberação de produtos da cadeia produtiva de frutas (polpas) e da Mandioca (farinha, tapioca, tucupí⁶). Com a Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural do Estado do Pará (EMATER), Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (EMBRAPA) e o Instituto de Desenvolvimento Florestal e da Biodiversidade do Estado do Pará (IDEFLOR-Bio) vêm sendo desenvolvidas atividades de pesquisa e assistência técnica principalmente para aperfeiçoamento e

ampliação dos Sistemas Agroflorestais (SAF). Com o IDEFLOR-Bio a parceria se insere no contexto do Projeto Tijolo Verde e Pará Florestal⁷. Instituições de ensino como o Instituto Federal de Educação Tecnológica do Pará (IFPA) e a Universidade Federal do Pará (UFPA) estão inseridas em parcerias que possibilitam a capacitação dos cooperados em diferentes temas e gerado conhecimento a partir da inserção de estudantes em estudos em nível de graduação e pós-graduação.

No campo privado a cooperativa tem desenvolvido parceria comercial com empresas como a Amazon Oil, Beraca e Natura interessadas em sementes oleaginosas de espécies nativas (murumuru, andiroba, ucuuba) e/ou cultivadas (cacau, maracujá, cupuaçu). Outra parceria comercial da cooperativa é com o ramo da gastronomia especializada. Restaurantes da cidade de Belém e Rio de Janeiro são consumidores regulares de produtos dos cooperados. Além dessas parcerias, a cooperativa tem participado de chamadas públicas da Prefeitura Municipal de Irituia para compras institucionais via PNAE.

⁶ Molho feito com água de goma de mandioca e pimenta, que entra na composição de vários pratos da cozinha do Norte do Brasil.

⁷ O Projeto Tijolo Verde foi elaborado visando mitigar impactos negativos do uso de lenha como matéria prima para a indústria oleiro-cerâmico. Boa parte desse setor está instalado em São Miguel do

Guamá e consome lenha de vários municípios do entorno, incluindo Irituia. Os Sistemas Agroflorestais são considerados como estratégia de recuperação de passivo ambiental e reflorestamento produzindo no médio e longo prazo matéria prima energética (lenha) para a indústria oleiro-cerâmica do estado.

A Cooperativa D'Irituia é filiada à OCB que oferece suporte na formação e capacitação continuada sobre cooperativismo e comercialização. Exercitando os princípios do cooperativismo existe uma atividade de intercooperação com a Cooperativa Agrícola Mista de Tomé-Açu (CAMTA). A organização interna e a capacidade de diálogo e articulação institucional contribuíram para a diversificação dos agroecossistemas, permitindo a inserção em diferentes circuitos comerciais, como o de polpa de frutas (diversos), farinha de mandioca, óleos vegetais (de espécies nativas), hortaliças, leite e derivados (queijos) e de pequenos animais como galinhas caipiras, ovos e mel. No ano de 2020, a cooperativa comprou um prédio agora em 2020 onde funcionará sua sede, finalmente em um prédio próprio

O potencial de fornecimento de uma grande variedade de produtos pelos cooperados se tornou um problema para a cooperativa: a falta de estrutura para beneficiamento, armazenamento e comercialização. Essa característica pode dificultar também a padronização dos produtos e dificulta em alguns casos atingir uma escala comercial. A cooperativa e os cooperados buscaram mecanismos para superar essas limitações. No âmbito de suas

parcerias, desenvolveu atividades de capacitação para os cooperados visando a melhoria do processamento de polpa de frutas. No que se refere a qualidade da farinha de mandioca, da qualidade das hortaliças e agregação de valor a vários produtos (exemplo farofa de jambu), os resultados obtidos são frutos de experimentações dos próprios agricultores e agricultoras cooperados. Após as capacitações, os cooperados investiram individualmente em pequenas unidades de processamento de polpa de frutas, casas de farinha adequadas as normas dos produtos artesanais e outras iniciativas.

A partir de ano de 2014, a cooperativa acessou o registro de Organismo de Controle Social (OCS) para se posicionar melhor em mercados institucionais como PAA e PNAE e a venda direta. A condição de OCS não envolve a certificação orgânica da produção, e as exigências legais para seu funcionamento são menores que para o OPAC. As atividades de controle social realizadas nos estabelecimentos dos agricultores membros não precisam gerar arquivos escritos, por exemplo. O registro de OCS implica pelo menos uma vistoria anual por parte da equipe do MAPA. A declaração de membro de OCS permite que os cooperados realizem comercialização diretamente aos

consumidores de forma individualizada ou em feiras de produtos orgânicos, mas não permite garantir a qualidade orgânica em outros tipos de canais de comercialização. O registro como OCS foi uma primeira etapa de abertura de mercados, bastante limitada em volume, para os produtos dos membros da cooperativa.

Esse descompasso entre o potencial dos cooperados e a falta de estrutura da cooperativa estimulou a elaboração de um projeto em parceria com o INEAF/UFPA para concorrer em edital do Fundo Amazônia, no ano de 2017, com o objetivo de montar uma unidade de processamento multiuso (Polpa de frutas, extração de óleos vegetais, produção de doces, envasamento de mel). Se por um lado o projeto junto ao Edital do Fundo Amazônia não logrou resultado positivo, por outro consolidou uma parceria com o INEAF/UFPA que deu continuidade à reflexão sobre os principais temas da cooperativa.

3.3 A sequência de ações da parceria INEAF – Cooperativa D'IRITUÍUA (2018-2020)

No processo de implantação do dispositivo de certificação participativa na Cooperativa D'Irituia, adotamos os princípios seguintes, relacionados à Tecnologia Social:

- A tecnologia deve ser pensada junto com as relações sociais, culturais que a condicionam e a tornam possível;
- A implantação ou reaplicação de tecnologia deve ser pensada junto com a organização social que a viabiliza.

A certificação participativa de produtos alimentares orgânicos de agricultores familiares envolve um forte aspecto técnico (práticas agropecuárias e de processamento coerentes com a qualidade orgânica dos produtos) e um forte aspecto organizativo. Os grupos de agricultores que assumem a implantação da certificação participativa devem efetivamente:

- Estabelecer coletivamente normas técnicas de produção orgânica;
- Definir mecanismos internos ao grupo para o monitoramento, o controle e as penalidades, para garantir a qualidade orgânica dos produtos;
- Legalizar juridicamente suas instituições, fixando regras e direitos, e mantendo uma relação com os órgãos públicos responsáveis do credenciamento.

As etapas de implantação do dispositivo de certificação participativa dos membros da Cooperativa D'Irituia podem ser descritas numa sequência lógica de realizações cumulativas. A primeira etapa (setembro de 2018-janeiro de 2019) foi

dedicada à elaboração do projeto de parceria entre a cooperativa e o INEAF. Permitiu discutir, redigir e aprovar um projeto para custear as ações de cooperação, e dimensionar a equipe e as competências mobilizadas pelo INEAF. A segunda etapa foi dedicada a definição das metas e ao planejamento da ação. Uma série de oficinas entre a equipe do INEAF, a direção da cooperativa e parte de seus membros, no período de abril-maio de 2019, permitiu definir de forma precisa os tipos de documentos necessários para a solicitação do cadastramento da cooperativa como OPAC: ajustes do Estatuto da cooperativa; Regimento e Manual de procedimentos do OPAC; Normas técnicas; Planos de Manejo Orgânico dos agricultores. Em paralelo, o INEAF e a cooperativa se associaram para consultar um representante da Rede ECOVIDA, que orientou sobre exemplos de documentos e as questões organizativas envolvidas, e da OCB-Pará, notadamente sobre as questões jurídicas.

A terceira etapa foi a elaboração dos Planos de Manejo Orgânicos dos agricultores (MAPA, 2011), com o apoio de uma equipe de 10 pessoas do INEAF a campo, entre professores e estudantes, no período de junho a julho de 2019. Em termos operacionais, duas pessoas do INEAF (um professor e um estudante), se

deslocaram na casa de cada um dos 32 membros da cooperativa para ajudar no preenchimento do Plano, tarefa que demandou um tempo médio de 2 a 3 horas por agricultor. Esta etapa permitiu visualizar precisamente a adequação dos membros da cooperativa às normas de produção orgânica, e o elenco de agricultores que poderiam ser associados ao pedido de cadastramento da cooperativa como OPAC. A quarta etapa foi dedicada à elaboração e discussão dos documentos necessários à solicitação do cadastramento da cooperativa como OPAC, culminando com uma Assembleia Geral do SPG em novembro de 2019 para sua aprovação. Além dos membros da cooperativa, se fizeram presentes diversas entidades parceiras, como OCB-PA, IFPA Castanhal, entidades de assistência técnica, Prefeitura de Irituia, etc. A quinta etapa, realizada em janeiro e fevereiro de 2020, foi um trabalho de capacitação e criação das principais instâncias do OPAC: a Comissão de Avaliação de conformidade orgânica e os núcleos de pares (grupos de 5 a 12 agricultores vizinhos). A capacitação consistiu em realizar, em caráter de exercício, uma primeira sessão da Comissão de Avaliação visando deliberar sobre a atribuição de certificados de produção orgânica para dois membros da

cooperativa com base seus Planos de Manejo, e realizar em cada grupo de pares visitas de verificação das práticas orgânicas no estabelecimento de um agricultor do grupo. Nesta ocasião, últimos ajustes dos documentos foram realizados. Com o alastramento da Pandemia de Coronavírus, as atividades foram interrompidas e devem retomar no final de 2020.

Ao longo dessas cinco etapas, com sucessão lógica, a realização de uma etapa sendo necessária para o início da seguinte, outros elementos cruciais foram elaborados, dialogados, decididos, de modo informal. São eles:

- A definição dos papéis do INEAF e da cooperativa na parceria;
- O projeto da cooperativa para a produção de orgânicos;
- Os ajustes organizativos da cooperativa para a implantação do OPAC.

O momento formal de definição dos papéis na parceria foi a primeira etapa (a elaboração do projeto). No entanto, neste momento inicial, o alcance preciso da decisão de implantação da certificação participativa não era claro nem para o INEAF, nem para a cooperativa. A consciência dos ajustes técnicos à nível de agricultor e organizativos à nível da cooperativa foi adquirida progressivamente

ao longo do ano de 2019. A questão organizativa foi clareando à medida da discussão detalhada dos documentos, notadamente o Manual de Procedimentos, que descreve as instâncias e as responsabilidades, os ajustes técnicos foram evidenciados no momento do preenchimento dos Planos de Manejo individuais. Ao longo deste processo, a parceria foi se redefinindo, caracterizando uma relação mais estreita (cooperação para um leque maior de questões), congruente à confiança compartilhada entre os parceiros. No momento do planejamento (abril-maio de 2019), o ponto chave foi a percepção da necessidade de divulgar amplamente a problemática organizativa e técnica entre os membros da cooperativa, pela necessidade de obter seu protagonismo pleno no processo. Somente neste momento foi decidido elaborar os Planos de Manejo Orgânicos com cada um dos membros da cooperativa, numa relação de trabalho estreitamente compartilhada com o INEAF.

No que se refere ao projeto técnico preciso da cooperativa enquanto produção certificada de orgânicos, a problemática é discutida na parte seguinte, quando apresentaremos os gargalos principais enfrentados pelos agricultores (fertilização e controle fitossanitário) na ocasião da discussão das normas técnicas. Um ponto

importante deve ser ressaltado aqui, a importância de termos elaborados os Planos de Manejo Orgânicos antes da documentação do OPAC. Isso permitiu clarear para os agricultores o significado da certificação (em termos técnicos e organizativos), questão que até então permanecia nebulosa para eles. Também clareou novas perspectivas de atuação da cooperativa em termos de produção e fornecimento de insumos orgânicos, ou de compras negociadas com fornecedores certificados. A realização dos Planos para o conjunto dos membros da cooperativa também mostrou a heterogeneidade do conhecimento das práticas orgânicas entre os agricultores, e a necessidade de criar um mecanismo horizontal de socialização das práticas vantajosas.

O conjunto desses elementos (perspectiva de fornecimento de insumos orgânicos, mecanismo de socialização das boas práticas entre agricultores, criação das instâncias de monitoramento envolvendo os grupos de agricultores vizinhos) aponta para uma mudança qualitativa das funções organizativas da cooperativa. A produção orgânica certificada, abrindo outras oportunidades de mercado, também gera demandas crescentes de serviços de comercialização por parte da cooperativa, no sentido de procurar mercados, elaborar e monitorar contratos com compradores, interagir nos processos de diferenciação e individualização dos produtos (VAN DER PLOEG, 2016). A certificação participativa se configura como um profundo mecanismo transformador da prática da cooperativa, e de sua relação com os associados.

4. A ELABORAÇÃO DAS NORMAS DA CERTIFICAÇÃO PARTICIPATIVA NA COOPERATIVA D'IRITUIA

4.1 A elaboração das normas técnicas

A Cooperativa D'Irituia incentiva desde sua criação uma produção de base ecológica. É claro que entre a autodeclaração e a realização existe uma grande distância. No entanto, esforços vêm sendo empreendidos para tornar a produção livre de contaminantes químicos e menos agressiva ao ambiente. Muitos agricultores

cooperados se consideram agroecológicos e desenvolveram práticas que podemos facilmente associar a princípios da agroecologia. A diminuição do uso do fogo, a diminuição do uso de fertilizantes químicos e produtos para tratamento fitossanitário são práticas já comuns a muitos deles. Uma estratégia geral adotada pela maioria dos agricultores cooperados é

a diversificação dos agroecossistemas com adoção de Sistemas Agroflorestais. O manejo de espécies nativas também é uma estratégia utilizada por parte dos agricultores cooperados. O conjunto de iniciativas e técnicas implementadas pelos agricultores cooperados da D'Irituia, se não caracteriza já uma agricultura de base ecológica, coloca esse grupo de agricultores e agricultoras no que poderia ser denominado de um processo de transição agroecológica (COSTABEBER, 1998).

Durante a fase de elaboração dos Planos de Manejo, aproximadamente metade dos agricultores cooperados se autodefiniram como totalmente orgânicos. A outra metade ou estava em transição (tendo eliminados as práticas proibidas pela legislação há menos de um ciclo agrícola) ou com atividades paralelas (práticas de agricultura orgânica e convencional na mesma propriedade). No entanto, como visto anteriormente, o que a cooperativa pretende com a criação de um SPG/OPAC é a certificação de orgânicos em conformidade com a legislação. Constatou-se durante o processo de diagnóstico que uma das maiores preocupações dos agricultores e agricultoras cooperados se refere ao controle fitossanitário e a fertilização do solo. Foi identificado o uso de produtos naturais como o tucupi e o

extrato de algumas plantas. No entanto, não pareceu que seja uma técnica sistemática e altamente difundida. A maioria das propriedades que declarou atividade paralela (não orgânica) utilizavam pequenas quantidades de fertilizantes químicos em plantios específicos destinados ao mercado (acerola, abacaxi, melancia).

A questão da fertilização dos solos está no centro da discussão sobre ampliação do aumento de escala. Há posições divergentes a esse respeito. Muitos acreditam que a diversificação dos agroecossistemas por si já cumpre essa função à medida que aumenta a deposição de matéria orgânica no solo e os nutrientes disponíveis são mais bem aproveitados. A implantação de SAF obriga o abandono da prática do fogo o que para muitos mantém a fertilidade natural. Para outros é preciso uma fonte externa de fertilizantes para garantir boas colheitas. Constatou-se que algumas propriedades adquirem esterco animal em propriedades do entorno, principalmente fazendas de criação de gado bovino e granjas de criação de aves. Essa prática constitui um problema para a certificação orgânica à medida que não se tem controle do uso de insumos nas propriedades vendedoras. Foi relatado o uso de herbicidas para manejo de pastagens e

produtos para controle de parasitas em animais cujo princípio ativo é proibido pelas normas da produção orgânica. Apesar dos debates entre os cooperados, faltam informações sobre o conjunto de substâncias proibidas e não proibidas nos insumos agrícolas. Falta principalmente clareza sobre como adquirir/produzir insumos apropriados à produção orgânica. O exemplo da Rede ECOVIDA mostra que o SPG é capaz de fornecer insumos orgânicos em função da demanda dos agricultores.

4.2. Regimento e procedimentos

A prática de mutirões e ajuda mútua entre vizinhos é muito comum entre camponeses da Amazônia. A Cooperativa D'Irituia preservou e incentivou essa prática entre seus associados desde seu registro como OCS em 2014. Nos foi relatado que por meio desta prática foram iniciados muitos SAF que estão atualmente produtivos. Os mutirões podem ser realizados entre vizinhos de uma mesma comunidade ou de comunidades diferentes. Esses encontros permitem uma troca intensa de experiências e divulgação de inovações geradas no interior dos grupos. Na certificação participativa a prática central para controle da conformidade orgânica é a visita de pares. A legislação

define os registros mínimos que devem ser feitos durante essas visitas. Na prática do mutirão pelos agricultores da D'Irituia, os registros são feitos na memória de cada um dos participantes sem uma preocupação com registros escritos e formais.

A formalização de um Sistema Participativo de Garantia (SPG) exige ao mesmo tempo uma organização interna dos interessados e um conjunto de registros formais que definem seu funcionamento. O grupo de agricultores e agricultoras da Cooperativa D'Irituia consolidou ao longo de seu período de existência uma forma de organização interna por proximidade, entre membros vizinhos da cooperativa. Essa dinâmica já em funcionamento facilitou a discussão sobre a constituição dos grupos integrantes do SPG. Segundo o regimento interno, os grupos são: “conjuntos de atores sociais que desenvolvem coletivamente, em nível local, as ações de monitoramento mútuo e avaliação da conformidade das unidades de produção dos fornecedores e exercem o poder e a responsabilidade compartilhados pelas decisões sobre a conformidade” (Parágrafo Único do Artigo 15 do Regimento Interno do OPAC D'IRITUIA). Essa discussão foi frutífera porque há uma proximidade muito forte entre o que foi proposto no regimento e a forma de organização e funcionamentos de

grupos preexistentes. A novidade é a necessidade do registro escrito das atividades, o que envolve a formalização e publicização das responsabilidades de monitoramento entre agricultores.

Os grupos de vizinhos, ao longo do processo de implantação da certificação adquiriram outras funções além das visitas informais que realizavam anteriormente:

- Seus relatórios escritos condicionam a emissão do certificado de orgânicos;

- Devem se submeter às decisões da Comissão de Avaliação do OPAC (inclusive monitorar seu atendimento pelos agricultores);
- Tornam-se elos de intercâmbio técnicos (difusão de boas práticas);
- Mandam um representante na Comissão de Avaliação do OPAC e no Conselho de Recurso.

Isso tende a modificar sua natureza, os grupos informais de vizinhos tornando-se verdadeiros “núcleos de certificação”.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

O estudo de caso apresenta um processo real de implantação da certificação participativa numa pequena cooperativa de agricultores agroecológicos do Nordeste Paraense. A construção organizativa em torno da certificação participativa pode ser considerada como Tecnologia Social pelo entrelaçamento complexo entre os ajustes técnicos na esfera da produção, a criação organizativa necessária para gerar a transparência das decisões e a garantia da qualidade dos produtos. O processo conduzido pelos agricultores sempre relaciona as práticas agroextrativistas individuais, as relações de interconhecimento e de ajuste mútuo entre pares, a construção coletiva de mercados através da cooperativa, as normas legais

elaboradas pelo MAPA. Constitui uma experiência plena de inclusão produtiva e um exercício de autonomia estratégica. Deste ponto de vista, o processo de certificação participativa de um grupo de agricultores familiares é favorecido pelo ambiente institucional, a riqueza de sua rede de parceria e o acúmulo de capital social (MEDEIROS, 2017).

O trabalho permite apontar algumas considerações sobre a viabilidade desta certificação para a agricultura familiar, dialogando com nossa observação inicial do pouco número de experiências exitosas no Brasil até o momento. Vários elementos estruturais parecem necessários para o sucesso da implantação da certificação participativa.

Em primeiro lugar, deve-se analisar a distância existente entre as práticas efetivamente implementadas pelos agricultores e a legislação. Parece duvidoso um grupo conseguir implantar um sistema próprio de certificação num contexto técnico onde a transição a ser realizada é desafiadora demais. No nosso caso, a clareza sobre a possibilidade de certificar os agricultores somente foi efetiva no momento da elaboração dos Planos de Manejo Orgânicos, ou seja, um ano após o início da parceria. A recomendação para outras experiências de implantação da certificação participativa, de realizar os Planos de forma precoce com o grupo interessado, ou, sendo um trabalho exigente, uma amostra pequena de agricultores, parece adequada. A avaliação da distância existente para a transição orgânica dos agricultores permite dimensionar os esforços necessários em termos produtivos e organizativos (acompanhamento, capacitação, financiamento, oportunidades de comercialização). Em segundo lugar, uma questão de viabilidade é relacionada à estrutura institucional (projeto coletivo) e organizativa do grupo de agricultores. A certificação participativa necessita do protagonismo real dos grupos de agricultores vizinhos nos processos de

monitoramento e verificação da adequação das práticas: os “grupos de pares” tornam-se verdadeiros “núcleos de certificação”. Isto somente é possível quando existem relações de cooperação e de confiança preexistentes entre os membros do grupo. Os pares são mais compreensivos, porém são os fiscais e os críticos mais exigentes. Um grupo de agricultor que coopera somente no momento de compartilhar alguns benefícios pontuais dificilmente poderá criar um mecanismo perene de cooperação horizontal e de ajuste mútuo. A relação dos sócios com a direção e as instâncias de decisão da organização também deve ser caracterizada idealmente pela proximidade e a confiança. A organização deve enfim demonstrar capacidades de ajustes organizativos, pois a certificação participativa exige a criação de novas instâncias de tomada de decisão (atribuição dos certificados, exigências de ajustes dos Planos de Manejo individuais, monitoramento das decisões), que tendem a modificar o funcionamento anterior do grupo.

Queremos apontar algumas conclusões também no que se refere à parceria entre a Universidade e a cooperativa para a implantação da certificação. O processo que analisamos não pode ser identificado como “difusão”

ou “extensão”, lembrando a crítica que o Paulo Freire fazia à extensão rural (FREIRE, 1979). Mesmo se o MAPA elaborou uma série de conceitos relacionados à certificação participativa (aproveitando a experiência anterior da Rede ECOVIDA), a implantação do mecanismo é totalmente dependente das condições do grupo solicitante. A relação a ser construída entre as entidades de assistência técnica do tipo Universidade e a organização de agricultores se assemelha ao que descrevemos como “busca coativa de soluções” (DARRÉ, 2006), metodologia que dialoga com a POA e que tem relação direta com a construção social da tecnologia. O processo deve permitir a progressiva percepção pelos atores (agricultores, Universidade) da problemática e das perspectivas colocadas, à medida das realizações. Desta percepção, os atores vão adequando suas relações,

associando novos parceiros se há necessidade, e progredindo nas suas realizações. Do ponto de vista da Universidade, esta situação exige a renúncia de qualquer metodologia ou pacote de soluções preconcebidas, numa dinâmica de trabalho próxima da pesquisa-ação, na qual os recursos da pesquisa são mobilizados em função das necessidades da ação.

A implantação da certificação participativa por grupos de agricultores familiares apresenta nítidas vantagens em termos de controle do processo de produção e de autonomia na estratégia de comercialização. Em contrapartida, exige uma coerência e uma organicidade mais expressivas das suas organizações. Em termos de assistência técnica, as entidades de apoio devem atuar em ruptura com o modelo difusionista ainda prevalecente.

6. REFERÊNCIAS

ALMEIDA, C. A. et al. High spatial resolution land use and land cover mapping of the Brazilian Legal Amazon in 2008 using Landsat-5/TM and MODIS data. **Acta Amazonica**, Vol 46 (3) 2016: 291-302.

BRASIL. **Lei 10.831, de 23 de dezembro de 2003**. Dispõe sobre a agricultura orgânica e dá outras providências.

BRASIL. **Decreto Nº 6.323, de 27 de dezembro de 2007**. Regulamenta a Lei no 10.831, de 23 de dezembro de 2003, que dispõe sobre a agricultura orgânica, e dá outras providências.

CALLON, M. La dinámica de las redes tecno-económicas. In: THOMAS, H.; BUCH, A. (Org.). **Actos, actores e artefactos: sociología de la tecnología. Ciencia, tecnología e sociedad**. 1. ed.

Bernal: Universidad Nacional de Quilmes Editorial, 2008. p. 147–184.

CALLON, M. **L'emprise des marchés: comprendre leur fonctionnement pour pouvoir les changer**. Paris: La Découverte, 2017.

CAPORAL, F. R. (Org.). **Extensão rural e agroecologia: para um novo desenvolvimento rural, necessário e possível**. Recife: Ed. do Coordenador, 2015.

COSTABEBER, J. A. **Acción colectiva y procesos de transición agroecológica en Rio Grande do Sul, Brasil**. Córdoba, 1998. 422p. (Tese de Doutorado) Programa de Doctorado en Agroecología, Campesinado e Historia, ISEC-ETSIAN, Universidad de Córdoba, España, 1998.

DAGNINO, R.; BRANDAO, F. C.; NOVAES, H. T. Sobre o marco analítico-conceitual da tecnologia social. In: LASSANCE Jr., A. E. *et al.* (orgs.) **Tecnologia social: uma estratégia para o desenvolvimento**. Rio de Janeiro: Fundação Banco do Brasil, 2004. p. 15–64.

DARRÉ, J.-P. **A produção de conhecimento para a ação. Argumentos contra o racismo da inteligência**. Tradução Armando Pereira da Silva. Lisboa: Instituto Piaget, 2002. (Epistemologia e Sociedade).

DARRÉ, J. P. **La recherche coactive de solutions entre agents de développement et agriculteurs**. Paris, Nogent sur Marne: GRET, 2006. (Etudes et Travaux).

FREIRE, P. **Extensão ou Comunicação?** Tradução de Rosisca Darcy de Oliveira. 4ª ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979.

GLIESSMAN, S. R. Seção IV. Fazendo a transição para a sustentabilidade. In:

GLIESSMAN, S. R. **Agroecologia: processos ecológicos em agricultura sustentável**. 2. ed. Porto Alegre: Editora da Universidade UFRGS, 2001. p. 565–612.

HIRATA, A.R.; ROCHA, L.C.D.; BERGAMASCO, S.M.P.P. Panorama Nacional dos Sistemas Participativos de Garantia. In: HIRATA, A.R.; ROCHA, L.C.D. (Orgs.) **Sistemas Participativos de Garantia do Brasil: histórias e experiências**. Pouso Alegre: IFSULDEMINAS, 2020.

IBGE. **Censo 2010, Irituia**. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/pa/irituia/pesquisa/23/27652?detalhes=true> Acesso: 29 set. 2020.

LONG, N. **Development sociology: actor perspectives**. London; New York: Routledge, 2004.

MEDEIROS, M. **Sendas da Sustentabilidade no Desenvolvimento Rural: os passos e os percalços da construção de um novo código sociotécnico em campo**. 2017. 336 f. Tese de Doutorado em Agroecossistemas – Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2017.

Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA). **Mecanismos de controle para a garantia da qualidade orgânica**. MAPA. Coordenação de Agroecologia. – Brasília: Mapa/ACS, 2008. Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA). **Caderno do Plano de Manejo Orgânico**. 2011. Acesso em <<http://agroecologia.gov.br/sites/default/files/publicacoes/Caderno do Plano de Manejo Organico.pdf>> Acesso: 28 set. 2020

Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA). **Relação dos**

Organismos de Avaliação da Conformidade Orgânica. 2020. Disponível em <https://www.gov.br/agricultura/pt-br/assuntos/sustentabilidade/organicos/arquivos-organicos/ENDEREOSDECE RTIFICADORASEOPAC2.docx>. Acesso em: 05/10/2020.

ROCHA, A. C. DE O. **Trajetórias e concepções do cooperativismo camponês no nordeste paraense.** 2020. 118 f. Dissertação de Mestrado em Agriculturas Familiares e Desenvolvimento Sustentável – Instituto Amazônico de Agriculturas Familiares. Universidade Federal do Pará, Belém, 2020.

SCHNEIDER, S. Mercados e agricultura familiar. In: CHARÃO MARQUES; CONTERATO; SCHNEIDER (Org.). **Construção de mercados e agricultura familiar. Desafios para o desenvolvimento rural.** PGDR Estudos Rurais. 1. ed. Porto Alegre: UFRGS, 2016. p. 93–140.

SERVA, M.; ANDION, C. O controle coletivo dos riscos ambientais na produção de alimentos—uma análise do sistema de certificação participativa na Rede Ecovida de Agroecologia. In: **II Encontro Da Associação Nacional De Pós-Graduação E Pesquisa Em Ambiente e Sociedade, 26 maio 2004, Indaiatuba. Anais.** Indaiatuba: ANPPAS, 26 maio 2004. Disponível em: http://www.anppas.org.br/encontro_anual/encontro2/index.html.

SEVILLA GUZMÁN, E. Agroecologia e Desenvolvimento Rural Sustentável (capítulo 4). In: DE AQUINO, A. M.; DE ASSIS, R. L. (Org.). **Agroecologia: princípios e técnicas para uma agricultura orgânica sustentável.** 2. ed. E-Book. Brasília: Embrapa Informação Tecnológica; Seropédica, RJ: Embrapa, 2012.

THOMAS, H.; BUCH, A. (Org.). **Actos, actores e artefactos: sociología de la tecnología.** 1. ed. Bernal: Universidad Nacional de Quilmes Editorial, 2008. (Ciência, tecnologia e sociedad).

THOMAS, H. Estruturas cerradas versus procesos dinámicos: trayectorias y estilos de innovación y cambio tecnológico. In: THOMAS, H.; BUCH, A. (Org.). **Actos, actores e artefactos: sociología de la tecnología. Ciência, tecnologia e sociedad.** 1. ed. Bernal: Universidad Nacional de Quilmes Editorial, 2008. p. 217–262.

VAN DER PLOEG, J. D. Mercados aninhados recém criados: uma introdução teórica. In: CHARÃO MARQUES; CONTERATO; SCHNEIDER (Org.). **Construção de mercados e agricultura familiar. Desafios para o desenvolvimento rural.** PGDR Estudos Rurais. 1. ed. Porto Alegre: UFRGS, 2016. p. 21–52.